



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

FABIANA FERREIRA NASCIMENTO DE SOUZA

DIZ-ME COMO ME CHAMAS QUE TE DIREI QUEM ÉS: formações discursivas em
confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de
Pernambuco

Recife

2021

FABIANA FERREIRA NASCIMENTO DE SOUZA

DIZ-ME COMO ME CHAMAS QUE TE DIREI QUEM ÉS: formações discursivas em confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiele Stockmans De Nardi

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S729d Souza, Fabiana Ferreira Nascimento de
Diz-me como me chamas que te direi quem és: formações discursivas em confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de Pernambuco / Fabiana Ferreira Nascimento de Souza. – Recife, 2021.
211p.: il.

Orientadora: Fabiele Stockmans De Nardi.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

Inclui referências.

1. Discurso. 2. Nomeação. 3. Resistência. 4. Campesinato. 5. Luta. I. De Nardi, Fabiele Stockmans (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-169)

FABIANA FERREIRA NASCIMENTO DE SOUZA

DIZ-ME COMO ME CHAMAS QUE TE DIREI QUEM ÉS: formações discursivas em confronto nos modos de dizer o Camponês e sua luta nos periódicos Liga e Diário de Pernambuco

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Aprovada em 15/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Fabiele Stockmans De Nardi (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Evandra Grigoletto (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Freda Indursky (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (Examinador Externo)
Universidade Federal das Alagoas

Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Fonseca (Examinador Externo)
Universidade Federal do Sul da Bahia

Dedico esta tese a todos os camponeses e camponesas que resistiram e ensinaram-me a resistir...

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo que insiste em escapar ao simbólico... palavra alguma consegue mostrar de verdade o sentimento de gratidão que tenho por cada pessoa que, a seu modo, construiu comigo mais uma jornada.

Gratidão a Deus. Ao Deus que me ensinou que o meu compromisso político nasce da própria reflexão de fé, que exige mudança...

Aos meus pais, Olegário e Angelina, que disseram sim à minha vida, mesmo num momento tão difícil de suas vidas... Aos meus avós, André e Matilde, por sempre segurarem nas minhas mãos e guiarem-me por caminhos seguros. Às minhas irmãs Andrea e Emanuela por todo o amor que sempre me deram, por me apoiarem e compreenderem as minhas ausências nesses quatro anos de caminhada. A todos os meus irmãos por me ensinarem que são múltiplas e igualmente maravilhosas todas as formas de amor. Às minhas sobrinhas Thamires e Jamile pela gratuidade em amar...

Ao meu esposo Bruno Manta por me ouvir, por me apoiar em absolutamente tudo, por todo o seu amor, cuidado, respeito, paciência e compreensão.

À Fabiele... minha orientadora, que me acolheu há 10 anos e nunca mais me deixou partir... por todos os momentos de alegria e sorrisos, pelos encontros sempre suaves, mesmo diante de uma tese tão dura, em um momento tão difícil de se viver. Obrigada pelos dois grandes presentes da minha vida: O Chico e a Bia! Gratidão pelas orientações e pelo respeito que faz da academia um espaço de amor.

À Evandra, que me acompanhou durante 1 ano de estágio de docência. Minha gratidão pela oportunidade, por todos os ensinamentos, pela confiança e por nunca me deixar só. gratidão por ler minha tese com amor.

À Freda, ao Helson e ao Rodrigo por me acompanharem nas qualificações e estarem comigo até o fim. Cada um deixou um pedaço de si neste trabalho. Leituras atentas, indicações valiosas... diante de tudo o que vocês me apontaram, eu poderia escrever mais umas tantas teses.

Aos meus amores da família “Relação de nunca acabar”. Vocês são amigos/irmãos inspiradores! Dividem o fardo, cuidam, choram juntos, auxiliam, dão risada... que a nossa relação seja mesmo de nunca acabar...

A todos os servidores do PPGLetras que estão conosco nos momentos de insegurança com as burocracias, mas, “para tudo, sempre há um jeito”.

À Professora Josefa Salete do PPGA/PPGS, que me aceitou em suas aulas de “Sociedades Camponesas” e teve comigo o mesmo respeito e consideração que tinha com seus mestrandos e doutorandos em sociologia e antropologia.

Ao LAE Rural, do departamento de sociologia e do PPGS da UFPE, pelo acolhimento e pela presteza em tirar tantas dúvidas minhas...

Ao Nuce, por ser meu lar, por saber que lá sou filha muito querida...

Ao Hugo Marcelo, meu terapeuta, meu amigo, por me ajudar nas minhas jornadas com tanto respeito e amor.

À Francicleide Maria e à Michirlene Jacira... duas pessoas que durante esses quatro anos cuidaram de mim. Dividiram comigo as tarefas da casa, viveram comigo dias difíceis. Sem o cuidado delas, eu não teria conseguido.

Ao Anatólio Julião Bueno de Paula Crêspo por toda a sua presteza em me receber para um almoço. Ouvir suas histórias sobre Julião, sobre as Ligas e principalmente sobre o Periódico Liga foi o pontapé inicial para as minhas buscas. Sou muito grata!

Enfim, Gratidão à CAPES pelo tão significativo financiamento dessa pesquisa.

Crimes são praticados... A ordem, a lei, a paz são invocadas, como se o latifúndio não fosse a subversão da ordem, como se o capanga não fosse a negação da lei, como se o silêncio imposto pelo terror fosse a paz. Tais crimes chegam a ser hediondos. Derrubam os casebres e arrancam, de trator, as fruteiras dos camponeses, rebelados contra o aumento extorsivo do foro, o “cambão”, o “vale do barracão”, o “capanga”, o salário de fome, Arrastamos de jipe, deixando-os em carne viva... A imprensa estipendiada pela reação silencia sobre tudo isso. Mas a Liga nasce, como uma flor, por cima dessa podridão. (JULIÃO, 1962, p. 32)

RESUMO

Neste trabalho buscamos observar os modos de dizer o Camponês e as Ligas Camponesas, compreendendo os discursos que alicerçam esses modos de nomeá-los em dois periódicos editados durante parte do período de existência da Liga Camponesa de Galileia: o periódico “Liga”, produzido como parte das ações de luta do movimento, e o “Diário de Pernambuco”, jornal da cidade do Recife, de grande circulação no estado de Pernambuco. Constitui nosso corpus de análise, portanto, recortes (ORLANDI, 1984) do Jornal Liga, no período que compreende os anos de 1962 a 1963, e do Diário de Pernambuco, entre 1959 e 1964. Todo o trabalho é realizado a partir da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux cuja institucionalização no Brasil ocorreu pelos trabalhos de Eni Orlandi. É a partir da mobilização de noções caras à AD, tais como, Formação Ideológica, Formação Imaginária, Formação Discursiva, Memória Discursiva que buscamos compreender como a imagem do camponês é construída nos discursos dos dois periódicos e, a partir da mobilização desse imaginário, entender os processos discursivos pelos quais se constitui a nomeação, na luta pelo sentido das palavras, reconhecendo-se que “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém [...], entre si e os processos discursivos já que se inscrevem em relações ideológicas de classes.”(PÊCHEUX, [1975] 2009, p.81). Formalmente, o trabalho é dividido em cinco capítulos. Ao primeiro, capítulo introdutório, segue-se o segundo capítulo que mostra as condições de produção dos discursos do e sobre o campesinato, enfatizando a forma como se dá a relação do camponês com o capital e o trabalho, assim como as lutas pela terra travadas pelos camponeses. No terceiro capítulo, situamos as questões metodológicas, dando destaque à composição do corpus de análise. Apresentamos ainda os periódicos Liga e Diário de Pernambuco a fim de situar sua importância nas lutas/disputas pela posse da terra, entre 1959 e 1964, inicialmente, em Pernambuco e, posteriormente, em vários estados brasileiros. No quarto capítulo, situam-se as análises das sequências discursivas. Nele, são abordados os processos de nomeação, com ênfase nas disputas entre as formações discursivas. Enquanto O Diário de Pernambuco produz um discurso que criminaliza a luta pela terra, desqualificando, principalmente, quem luta por ela, o Jornal Liga é visto como resposta a esse discurso, funcionando como um espaço de resistência por traduzir um desejo de instrução dos camponeses e por servir como um espaço de luta do campesinato, onde o Camponês pode tomar a palavra e falar por si. Por fim, como um último movimento, buscamos entender como o discurso do periódico Liga constrói-se como um gesto de resistência em relação ao discurso

hegemônico, à época, sobre os camponeses em luta pela terra e pelo controle dos próprios meios de produção. E essa resistência, marca de subjetividade inscrita na língua, vê-se, também, quando o Camponês toma a palavra. A resistência do Camponês se faz ressignificando sentidos e deslocando processos de interpretação inscritos historicamente.

Palavras-chave: Discurso; Nomeação; Resistência; Campesinato; Luta.

ABSTRACT

In this academic project we tried to observe the ways to say the Peasant and the Peasant Leagues, understanding the speeches that support the ways to name them in two journals that were edited during part of the existing period of the Galilea Peasant League: the journal “Liga”, produced as part of the fighting actions in the movement, and “Diario de Pernambuco”, newspaper from Recife, with mass-circulation in Pernambuco state. It makes part of our analysis corpus, therefore, clippings (ORLANDI, 1984) from the Liga newspaper, in the period that comprehends the years from 1962 to 1963, and Diario de Pernambuco, between 1959 and 1964. All parts of this academic project are based on Discourse Analyses founded by Michel Pêcheux which institutionalization in Brazil occurred through Eni Orlandi’s works. From the mobilization of notions that make part of DA, such as Ideological Formation, Imaginary Formation, Discursive Formation, Discursive Memory that we tried to understand how the image of the peasant is built in the discourses of these two newspapers and, from the mobilization of this imagery, to understand the discursive processes through which is made the nomination, in the fight by the sense of these words, admitting that “the ideological contradictions which are developed through the language oneness are constituted by the contradictory relations that keep [...], with each other and the discursive processes because they enroll the ideological relations of classes” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p 81). Formally, this academic project is divided by five chapters. The second shows the conditions of production of discourses of and about the peasantry, emphasizing the way the peasant relation with money and work, so are the fights by the lands fought by the peasants. In the third chapter, we situate methodological matters, highlighting the composition of analysis corpus. We still present the newspapers Liga and Diario de Pernambuco to explain the importance of fights / quarrels for land, between 1959 and 1964, initially, in Pernambuco and, later, in different Brazilian states. In the fourth chapter, we show the discursive sequencies analyses. In this, the nomination processes are approached, with emphasis in the fights between the discursive formation. While Diario de Pernambuco produces the discourse that criminalizes the fight by the land, disqualifying, mainly, who fights for it. Liga newspaper is seen as an answer to this discourse, working as some resistance space because it translates the desire of education coming from the peasants and because it serves as some space of peasantry fight, in which the Peasant can have the word and talk per se. In the end, as the last movement, we try to understand how the Liga newspaper discourse is built as some resistance gesture in relation to the hegemonic discourse, from that time to the peasant fighting for the land and to the control of their own means of

production. And this resistance marks the subjectivity put in language, it is seen, also, that the Peasant possesses the word. The resistance of Peasant is made by reframing the senses and dislocating the interpretation processes historically subscribed.

Keywords: Discourse; Nomination; Resistance; Peasantry; Fight.

RESUMEN

En este trabajo buscamos observar los modos de decir el Campesino y las *Ligas Camponesas*, comprendiendo los discursos que sostienen esos modos de nombrarlos en dos periódicos editados durante parte del período de existencia de la *Liga Camponesa de Galileia*: el periódico “*Liga*, producido como parte de las acciones de lucha del movimiento, y el “*Diario de Pernambuco*”, periódico de la ciudad de Recife, de gran difusión en la provincia de Pernambuco. Constituye nuestro *corpus* de análisis, por lo tanto, recortes (ORLANDI, 1984) del periódico *Liga*, en el período que incluye los años 1962 a 1963, y del *Diario de Pernambuco*, entre 1959 y 1964. Todo el trabajo es realizado a partir del Análisis del Discurso fundada por Michel Pêcheux cuya institucionalización en Brasil ocurrió por los trabajos de Eni Orlandi. Es a partir de la movilización de nociones fundamentales para el AD, tales como, Formación Ideológica, Formación Imaginaria, Formación Discursiva, Memoria Discursiva que buscamos comprender como la imagen del campesino es constituida en los discursos de los dos periódicos y, a partir de la movilización de ese imaginario, comprender los procesos discursivos por los cuales se constituye el nombramiento, en la lucha por el sentido de las palabras, reconociéndose que “*as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm [...], entre si e os processos discursivos já que se inscrevem em relações ideológicas de classes.*”(PÊCHEUX, [1975] 2009, p.81). Formalmente, el trabajo es dividido en cinco capítulos. El primero presenta la introducción a la tesis. El segundo, las condiciones de producción de los discursos del y sobre el campesinado, enfatizando el modo como se establece la relación del campesino con el capital y el trabajo, así como las luchas por la tierra trabada por los campesinos. En el tercer capítulo, situamos las cuestiones metodológicas, destacando la composición del *corpus* de análisis. Presentamos también los periódicos *Liga* e *Diario de Pernambuco* a fin de situar su importancia en las luchas/disputas por la tenencia de la tierra, entre 1959 y 1964, inicialmente, en Pernambuco y, posteriormente, en diversas provincias brasileras. En el cuarto capítulo, se encuentran los análisis de las secuencias discursivas. Allí, son abordados los procesos de nombramiento, con énfasis en las disputas entre las formaciones discursivas. Mientras el *Diario de Pernambuco* produce un discurso que criminaliza la lucha por la tierra, descalificando, principalmente, quien lucha por ella, el *Jornal Liga* es visto como una respuesta a ese discurso, funcionando como un espacio de resistencia por traducir un deseo de instrucción de los campesinos y por servir como un espacio de lucha del campesinado, donde el Campesino pudo tomar la palabra y hablar por sí. Por fin, como un último movimiento, buscamos comprender como el discurso del periódico

Liga se construye como un gesto de resistencia con relación al discurso hegemónico, en el período, sobre los campesinos en la lucha por la tierra y por el control de los propios medios de producción. Y esa resistencia, huella de subjetividad inscrita en la lengua, se ve, también, cuando el Campesino toma la palabra. La resistencia del Campesino se hace resignificando sentidos y desplazando procesos de interpretación inscritos históricamente.

Palabras clave: Discurso; Nombramiento; Resistencia; Campesinado; Lucha.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - SOBRE SER CAMPONÊS, SUAS HISTÓRIAS E SUAS LUTAS.....	15
2	DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE/SOBRE O CAMPESINATO.....	26
2.1	O SER CAMPONÊS NA REPRODUÇÃO CAPITALISTA.....	26
2.2	SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO.....	33
2.3	A CONCEPÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO.....	43
2.4	A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E AS LIGAS CAMPONESAS DE 1955.....	49
2.4.1	A Liga de Galileia.....	54
2.4.2	As frentes de batalha das Ligas de 1955.....	62
3	SOBRE AS QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	70
3.1	O CORPUS DE ANÁLISE.....	74
3.2	OS DISCURSOS NO JORNAL – POR QUE ESTAR NESSE ESPAÇO DE PODER.....	77
3.2.1	O Periódico Liga – As vozes do campesinato.....	81
3.2.2	O Diário de Pernambuco.....	87
4	NA ARENA DOS DISCURSOS: O CONFRONTO DAS FD NOS MODOS DE DIZER OS SUJEITOS E SUA LUTA.....	92
4.1	MAIS UMA VEZ, A TEORIA... ..	92
4.2	SOBRE OS NOMES QUE IMPORTAM... ..	98
4.3	DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS... ..	121
4.4	NO CONFRONTO DE POSIÇÕES: MODOS DE DIZER O CAMPONÊS E SUAS LUTAS.....	127
4.5	O DISCURSO PEDAGÓGICO NA FD DO CAMPESINATO.....	154
4.6	DO APARELHO RELIGIOSO, UMA UNIDADE DIVIDIDA.....	178
5	DE GESTO EM GESTO SE TECE A RESISTÊNCIA.....	189
	REFERÊNCIAS.....	201

1 INTRODUÇÃO - SOBRE SER CAMPONÊS, SUAS HISTÓRIAS E SUAS LUTAS

As populações rurais em todo o mundo foram/são marcadas por revoluções sociais no campo. É possível que se pense, num primeiro momento que, para o campesino, rebelar-se seja uma reação natural às injustiças sociais que tornam intoleráveis as suas condições de vida, no entanto, segundo WOLF (1976, p. 94), “os camponeses se encontram numa posição desvantajosa na passagem do reconhecimento passivo de injustiças para a participação política capaz de repará-las.” Logo, a mobilização duradoura do campesinato, historicamente, depende da possibilidade de que ele seja dotado de certo controle tático sobre seus próprios recursos. Isso advém, dentre outros fatores, da formação de uma contra-elite capaz de desafiar os grandes proprietários de terras, forjando, concomitantemente, um novo consenso através da comunicação com o campesinato.

Tais reflexões são fundamentais para a nossa pesquisa já que ela se volta para as lutas dos camponeses em Pernambuco, especificamente, para as lutas empreendidas pelas Ligas Camponesas cuja criação data de 1955. Entender melhor essa luta é o que nos faz propor, para esta pesquisa, uma análise do discurso dos camponeses; da contra-elite, formada por intelectuais, que têm acesso a um conjunto de símbolos capazes de orientar a interlocução entre proprietários e camponeses; de representantes da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação; assim como da mídia conservadora, que teve um papel relevante na conformação de um determinado imaginário sobre o camponês e sobre suas lutas. Analisaremos esses discursos a partir da descrição e interpretação do corpus de análise, onde temos, como preocupação central, observar as regularidades e contradições que marcam o discurso de/sobre o camponês, em suas lutas pela obtenção e manutenção da terra.

O desejo de propor este trabalho proveio, em grande parte, de reflexões feitas em nossa pesquisa de Mestrado, que pensou a Teologia da Libertação como um forte movimento consolidado no Concílio Vaticano Segundo. Tal movimento fez surgir, no seio da Instituição, uma forma diferente de se pensar a Igreja. Essa, que antes se apresentava como a que legitimava o Estado, recebendo dele, não raras vezes, ajuda financeira para suas obras assistenciais (SOUZA, 1982), passou a refletir sobre a necessidade de conscientizar e organizar as massas oprimidas por compreender que essas representavam a verdadeira Igreja de Cristo. Só assim haveria a participação dos cristãos empobrecidos no processo de libertação, a legítima irrupção dos pobres (GUTIÉRREZ, 2000).

A fim de orientar esse movimento, que nascia no seio da Igreja com o aval do Papa João XXIII, a ação católica brasileira se dividiu em vários setores para atuar nos meios estudantil (secundarista e universitário), operário e rural, tendo como representantes sacerdotes que abraçavam as mudanças do mundo contemporâneo e inspiravam-se em teólogos e filósofos dentre os quais destacamos Teilhard de Chardin e Joseph Lebet.¹

Na dissertação (SOUZA, 2013), foi abordado esse novo jeito de ser Igreja a partir de um forte movimento de resistência de um grupo católico que escrevia um periódico, distribuído nas paróquias do Recife, intitulado Igreja Nova. Nesse jornal, combatia-se o apolitismo que imperava na Igreja conservadora, pregando-se a continuidade da luta pela justiça social, fortemente defendida pelos Concílios e conferências episcopais de caráter progressista. O Jornal Igreja Nova afirmava que “seu objetivo é entregar à comunidade ‘GRITOS DE EVANGELIZAÇÃO para que possamos assumir os verdadeiros compromissos com a Igreja de Jesus Cristo junto aos mais necessitados: nas creches, nas favelas, na família, no trabalho...’” (Ibidem, p. 87). Vemos, assim, que a proposta do Jornal era dar visibilidade a esse novo jeito de ser Igreja, considerando que o cristianismo está necessariamente vinculado à realidade dos empobrecidos. Assumir, pois, um compromisso verdadeiro com a Igreja de Cristo seria comprometer-se com os aspectos materiais que afetam o oprimido.

Inspirados no humanismo de Chardin e Lebet, as diversas frentes de trabalho da ação católica brasileira pretenderam revolucionar a Igreja e a sociedade, congregando, para isso, trabalhadores, camponeses e estudantes. Löwy (2000) ao falar sobre “um arco-íris de tonalidades diferentes” entre os dois extremos que compõem as tendências no interior das Igrejas latino-americanas, aponta “uma minoria pequena, mas influente de radicais simpáticos à Teologia da Libertação e **capazes de uma solidariedade ativa com os movimentos**

¹ Pierre Teilhard de Chardin - paleontólogo e geólogo francês - ordenou-se padre na congregação religiosa dos Jesuítas, contudo, em seus escritos, recusava-se a limitar sua visão sobre a humanidade à teologia. Ele afirma ser necessário abrir-se ao pensamento científico, principalmente à física enquanto ciência sistemática da natureza e entende que, como os seres humanos - enquanto fatos - englobam tanto a esfera da vida quanto a esfera do pensamento, apresentam-se sob a forma de um elo privilegiado que permitirá superar a clivagem tradicional entre as ciências da natureza e as do espírito. Chardin sustenta ainda que a relação entre os múltiplos centros reflexivos do mundo e Deus se realiza por uma ação diferenciadora e comungante do amor. (CORREIA, 1988). Há, assim, um aspecto indissociável entre o ser religioso e o ser inserido na natureza. Eis o pensamento humanista que norteia suas teses e não aceita a exploração, a opressão de homens por homens. Nessa mesma direção, Louis-Joseph Lebet, padre dominicano, publicou em 1942 o manifesto Economia e Humanismo, nele estabeleceu as concepções do que se converterá posteriormente, através das Encíclicas dos Papas João XXIII e Paulo VI, na doutrina social da Igreja, que, por sua vez, serviu como norte para as organizações religiosas e leigas. A preocupação do Padre Lebet sempre foi com o homem e a sua economia que seria a economia de toda uma sociedade regida por princípios igualitários, ou seja, pregava uma economia voltada às perspectivas da vida comunitária. O movimento Economia e Humanismo, criado por ele, propunha, com mais radicalidade, passar da economia capitalista a uma economia das necessidades humanas, fazendo, então, a opção pelos "bárbaros" e não a opção pelo trono. (CREMONESE, 2016).

populares, de trabalhadores e de camponeses.” (Ibidem, p. 66, grifo nosso). Foi a partir dessa solidariedade, desse diálogo com os movimentos sociais, que camponeses e trabalhadores criaram condições que possibilitaram “a emergência da nova ‘Igreja dos Pobres’, cujas origens, é preciso observar, remontam a um período anterior ao Vaticano II.” (Ibidem, p. 70).

Vemos que, no seio da Igreja, passam a habitar dizeres-saberes advindos de outros lugares, reprochando-se, pois, o conceito de Igreja que instrumentaliza o Evangelho visando a um acordo com a ordem estabelecida. A Teologia da libertação afirma-se, então, como aquela que conscientiza os cristãos de que há uma dimensão política presente nas palavras de Cristo e é essa dimensão que se torna objeto da evangelização. Em decorrência dessa tomada de posição, um setor significativo da Igreja, tanto fiéis como clero, na América Latina, mudou de posição na área de lutas sociais, “passando com seus recursos materiais e espirituais, para o lado dos pobres e de sua luta por uma sociedade nova.” (Ibidem, p. 12).

Reiteramos, então, que foi, a partir do nosso olhar para a complexidade das relações sociorreligiosas estabelecidas pela Igreja católica, que passamos a observar outras frentes de luta pela reparação das injustiças impostas aos menos favorecidos, observando como elas eram discursivizadas pela(s) mídia(s). Debruçamo-nos, especificamente, sobre essa heterogênea teia de discursos que se constrói em torno da formação da Liga Camponesa de Galileia, que buscou, inicialmente, apoio jurídico em Francisco Julião².

Investigamos, portanto, os sentidos que são construídos sobre o camponês e suas lutas através dessas Ligas, entendidas, inicialmente, como uma resposta aos anseios dos camponeses às condições econômicas e sociais desfavoráveis em que se encontram enquanto produtores agrícolas. Perpassa todo o trabalho a compreensão do que significa ser camponês dentro de um sistema como o capitalismo. A luta pela terra, então, reflete, nesse sistema, o direito de ser camponês, de ter características próprias, particulares que não se diluem no sistema e nem se confundem com ele.

Essa luta, que ocorre como um movimento de resistência dos camponeses, tem início no primeiro período na formação das Ligas Camponesas e é atribuída à organização promovida

² Francisco Julião Arruda de Paula, advogado, Deputado estadual de Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro, tornou-se defensor da Liga de Galileia depois de ter sido procurado por camponeses que estavam sofrendo perseguição do dono das terras do Engenho Galileia, no Agreste de Pernambuco. O assédio ocorria por conta da criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo chamada de Liga Camponesa de Galileia, acusada de congregar os camponeses a fim de promover agitação no campo. Francisco Julião acompanhou intensamente a luta dos camponeses, no decorrer de nove anos de luta, juntamente com outros intelectuais e políticos, com o intuito de difundir as Ligas pelo Brasil inteiro para ver realizada uma Reforma Agrária radical.

pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1946, período tido como de redemocratização³ iniciado perto do final da segunda guerra mundial. Em vários municípios, estabeleceram-se dezenas de Ligas Camponesas formadas por pequenos agricultores familiares, parceiros, trabalhadores-sem-terra, assalariados e diaristas. As Ligas seriam, para o Partido Comunista, uma forma de ampliar seus quadros políticos, encampando tanto a luta dos trabalhadores rurais quanto dos camponeses.

Já a segunda fase das Ligas Camponesas e o sindicato rural surgem contemporaneamente como resultado da ruptura entre o lavrador e a propriedade dos meios de produção. O surgimento das Ligas, nesse período, corresponde a um movimento inscrito em um longo processo histórico que marca a trajetória de luta dos camponeses no Brasil, sobre a qual, efetivamente, voltaremos o nosso olhar. De acordo com Ianni (1976, p. 154), “a liga camponesa corresponde muito mais diretamente às reivindicações do próprio trabalhador rural. Ela nasce como uma reação desse trabalhador às condições econômicas e sociais adversas em que se encontra, enquanto produtor.”. As Ligas Camponesas são entendidas então

Como organização, se caracterizam pela forma centralizada de atuação. Trata-se de uma associação, o nome pouco importa, que organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região em que se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. (JULIÃO, 1962. p. 47)

Apesar de Julião dizer que “o nome pouco importa”, foram as semelhanças com as ligas do partido comunista brasileiro, principalmente no que diz respeito à luta pela terra, que fez com que o Diário de Pernambuco, que materializa discursos que marginalizam as Ligas camponesas, passasse a chamar a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de

³ O ano de 1946, no início do governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi considerado como um marco na abertura democrática no país visto que, ao se encerrar a ditadura de Getúlio Vargas, iniciaram-se as discussões para a elaboração da Constituinte. Com o fim da ditadura, o Partido Comunista Brasileiro pôde desempenhar as suas funções legalmente. A despeito desses fatos, o governo Dutra mostrou-se alinhado com os programas liberais orquestrados pelos Estados Unidos, escolhendo, assim, o lado dos EUA na guerra fria entre este e a antiga União Soviética. Ao Partido Comunista Brasileiro, composto por muitos opositores ao governo Dutra, foi atribuído alinhamento à União Soviética, o que fez com que, em 1947, o PCB fosse posto novamente na ilegalidade. O presidente Dutra destacou-se pela intensa repressão aos comunistas brasileiros, fazendo pesar sobre eles a força dos aparelhos repressivos de Estado, assim como da mídia conservadora, que fazia ecoar a memória perversa sobre o ser comunista. (RIBEIRO, 2007) Saía-se, pois, da discussão no âmbito da política e da economia e partia-se para evocações de caráter moral e religioso em torno do imaginário sobre os comunistas como maus, perversos, desatinados, traidores, agitadores, etc., ou seja, uma perversão a ser combatida e que justificava o silenciamento e a repressão impostos a esse grupo político, tudo isso travestido de zelo à população contra o “perigo vermelho” que se avizinhava e, por isso, nada soava como antidemocrático.

Pernambuco – legalizada por Julião – de Liga Camponesa. Assim, tal sociedade logo se autointitulou “Liga de Galileia”.

Como as Ligas camponesas passaram a ser rotuladas como comunistas pela mídia conservadora pernambucana, logo se difundiu, na mídia, que elas eram contra as leis de Deus – “A Liga tem parte com o diabo, porque está com o olho na terra que não é dela...”. (AGUIAR, 2014, p. 187). Mesmo diante desse posicionamento, que se pretendia hegemônico na Igreja Católica, segundo Souza (1982, p.70), Julião decidiu não atacar a Igreja por saber como era arraigado o sentimento religioso do camponês nordestino. Em um dos seus discursos reconheceu que o Papa João XXIII – que deu início ao Concílio Vaticano II – foi o primeiro Papa de origem camponesa e que sua encíclica, intitulada *Pacem in Terris*⁴, é a prova de que o Papa aprovava as ligas camponesas. Julião, então, passa a insistir numa reconfiguração daquilo que reiteradamente se diz sobre a Igreja, assumindo um posicionamento, inspirado no modelo francês⁵, que a entende como possuidora de maior autonomia em relação à hierarquia eclesiástica.

É como fruto da organização das Ligas Camponesas no estado de Pernambuco que ocorre a criação do Periódico “Liga”, cujo objetivo declarado foi trazer artigos, notícias, comentários, poemas, todos intimamente ligados à vida dos camponeses no Brasil. “Através desses artigos e notícias relacionados com a vida dos camponeses brasileiros e suas organizações mais ativas, as LIGAS CAMPONESAS E OS SINDICATOS RURAIS, se tem uma noção bastante clara do despertar daquelas massas.” (JULIÃO, 1969, p. 2). O Periódico “Liga” é concebido para prováveis leitores como – cronistas, antropólogos, sociólogos, economistas e até folcloristas e oferece a esses “uma boa fonte de informação para reconstruir

⁴ Tomemos como exemplo, para a afirmação de Julião, os seguintes excertos da Encíclica papal *Pacem in Terris*: **Direito à existência e a um digno padrão de vida** 11. E, ao nos dispormos a tratar dos direitos do homem, advertimos, de início, que o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis. Segue-se daí que a pessoa tem também o direito de ser amparada em caso de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, de desemprego forçado, e em qualquer outro caso de privação dos meios de sustento por circunstâncias independentes de sua vontade. **Equilíbrio entre população, terra e capitais** 101. É sabido de todos que em algumas regiões subsiste a desproporção entre a extensão de terra cultivável e o número de habitantes, em outras, entre riquezas do solo e capitais disponíveis. Impõe-se, pois, a colaboração dos povos, com o fim de facilitar a circulação de recursos, capitais e mão-de-obra.

⁵Os grandes filósofos e teólogos dessa nova ação católica foram: Chenu, Henri De Lubac, Joseph Lebreton, Teilhard de Chardin, entre outros. Inclusive, quando alguém chamava Francisco Julião de Marxista, ele se intitulava chardinista (Francisco Julião. Um depoimento para a História: o homem que agitou os canaviais, 1983) – em alusão clara a Teilhard de Chardin.

um dos aspectos mais vivos da grande mobilização do povo brasileiro em busca de uma democracia real e não apenas legal” (Ibidem).

Ao afirmar que as lutas empreendidas pelo movimento das Ligas Camponesas buscam uma democracia real e não apenas legal, Julião chama a nossa atenção para a discrepância entre o que diz a letra da lei sobre o bem-estar de todos os cidadãos e o que, na realidade, os camponeses à época suportam por causa da negação dos seus direitos. A Constituição de 1946, vigente em 1955, em seu artigo 141, “assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade...”, garantindo que todos são iguais perante a lei. Esses são os direitos previstos na democracia legal, contudo tais direitos não alcançam os camponeses, eles não se incluem na abrangência indefinida do “todos” quando se fala em igualdade.

Não se podia, então, considerar o direito à vida, para os camponeses, quando muitos deles morriam em proporção assustadora ainda na infância; quando eram caçados como animais e mortos a tiros por fazer qualquer tipo de reivindicação isoladamente. Os latifundiários, por meio de suas polícias privadas, praticavam crimes diariamente sob as vistas complacentes da própria polícia do Estado (JULIÃO, 1962), atentando contra a vida dos camponeses e sua segurança individual. A liberdade tampouco lhes cabia, já que viviam presos às dívidas do barracão, ao cambão, ao foro cobrado pelos latifundiários. A democracia real para o campesinato, portanto, só se realizaria quando fosse derrotado o latifúndio - pois “onde há latifúndio há crime” (JULIÃO, Ibidem). E essa derrota, segundo Julião (1969) só viria por meio da mobilização do povo brasileiro e dos camponeses organizados em Ligas.

Francisco Julião demonstra o intuito de que, ao conhecer o camponês e o seu universo, todos os leitores se sintam desafiados a aceitar a luta do campesinato como sua. Logo entendemos que o Periódico Liga, além de informativo, é injuntivo, pois conclama os leitores a assumir a posição de humanistas; a sair dos seus lugares, que revelam antigas posturas – farisaicas – segundo ele. Esse chamamento ao povo, que vive a gravidade dos problemas sociais e uma sucessão de crises políticas (Liga, nº 01, p. 1) é feito tanto por aqueles que intitulamos anteriormente como a contra-elite, quanto pelos ativistas das Ligas, que passam a ter voz ativa no periódico, assim como pelos próprios camponeses que já se reconhecem como partícipes da luta pela reparação das injustiças por eles sofridas.

As particularidades desse periódico foram analisadas por sociólogos, antropólogos, historiadores, educadores que, em suas áreas, produziram muitas obras referentes às Ligas

Camponesas. Em análise do discurso, porém, não havia trabalhos voltados às investigações a respeito dos discursos das Ligas e sobre as Ligas em Pernambuco, por isso decidimos fazer do discurso do camponês e dessa contra-elite, presentes no Jornal “Liga”, editado por Francisco Julião nos anos de 1962 a 1964, um dos nossos objetos de análise. Como julgamos imprescindível ouvir a voz do latifundiário sobre a formação e difusão das Ligas, tomamos também, como objeto de análise, o seu discurso presente no Diário de Pernambuco nos anos de 1959 a 1964.

A fim, então, de analisar esse discurso, preocupamo-nos fundamentalmente com a leitura e com a constituição do corpus discursivo, que entendemos como sendo um agrupamento de formulações que, de antemão, já se produz no trabalho de interpretação dos discursos tecidos no arquivo. Pelo fato de compreendermos a constituição do corpus de maneira indissociável das suas condições de produção, não concebemos o arquivo como um conjunto estanque de materiais ou campo de documentos e, sim, como uma materialidade discursiva que possui memória histórica em “perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 51).

A memória histórica sobre o campesinato, portanto, não funciona no nosso trabalho de pesquisa como pano de fundo onde se desenrolam eventos sobre o mundo rural. Nosso intuito, diante dos 41 exemplares do Periódico Liga que compõem o nosso arquivo, foi fazer “uma leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais” (Ibidem, p. 59), para que, assim pudéssemos compor o corpus de análise, a partir das recorrências e contradições mostradas no arquivo, e, por fim, proceder à composição das sequências discursivas analisadas.

Como já afirmamos antes, as questões relativas ao campesinato estão atravessadas pelos preceitos da classe dominante no sistema capitalista, que naturaliza a exploração tanto do camponês, nesse sistema societário, quanto dos trabalhadores rurais. Os princípios dessas classes são vistos no Diário de Pernambuco que, ora nega a opressão entre classes, ora expõe a situação subumana à qual o camponês é submetido, com o intuito de garantir que as Ligas Camponesas fossem compreendidas como entidades que manipulam os camponeses. Enxergamos isso, ao fazer do conjunto de notícias relacionadas à existência das Ligas Camponesas, presentes no Diário de Pernambuco, parte do nosso arquivo. Para compô-lo, reunimos o resultado do lançamento da expressão “Ligas Camponesas” no espaço de pesquisa do site “memoria.bn.br” que agrupa exemplares do Diário de Pernambuco desde 1920. Nossa pesquisa se limitou aos anos de 1959 a 1964. Só no ano de 1959, registraram-se 81 ocorrências

da expressão; de 1960 a 1964, 602 ocorrências. Foi, então, reunindo os 41 exemplares do Jornal Liga e as matérias que abrigam as 683 ocorrências da expressão “Ligas Camponesas” no Diário de Pernambuco que engendramos o nosso arquivo, reiterando que compreendemos sua conformação como um gesto simbólico que se inscreve na história.

Tomando, então, como material de pesquisa, esses dois periódicos, buscamos Analisar, no discurso de/sobre o campesinato em Pernambuco, os pontos de tangência e de tensão que caracterizam o funcionamento discursivo do periódico “Liga” e do Diário de Pernambuco. Para proceder a essas análises, filiamo-nos à Teoria da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, na década de 1960, na França, refletindo sobre diversas noções que fazem parte do quadro teórico da AD (como será chamada no curso do nosso trabalho). Tendo essa teoria como base, observamos o espaço do político à luz dos conceitos que tocam a ideologia enquanto lugar de observação das diversas posições-sujeito que podem emergir da luta de classes. Pêcheux, em toda a sua obra, apresenta-nos “o discurso” como um objeto teórico em que se entrecruzam as questões relativas à língua, ao sujeito e à história, compreendidas nas relações de força e de dominação ideológica, havendo espaço, também, em sua pesquisa, para o trabalho com a memória, capaz de auxiliar-nos a compreender, no corpus de análise, o funcionamento discursivo do Periódico “Liga”, assim como do Jornal “Diário de Pernambuco”.

Reafirmamos, então, a nossa opção pela teoria pecheuxtiana que firma seus alicerces no entrelaçamento entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. Nesse bojo, mobilizamos noções que são caras à AD, num trabalho de observação e análise do corpus que permita descrever a FD/as FDs a que se filiam os discursos em análise. Os conceitos de Interdiscurso e Memória também têm lugar nas nossas investigações já que não queremos enxergar o produto textual sobre um acontecimento histórico e, sim, o processo a partir do qual a linguagem se constitui como uma via de acesso para a análise dos quadros sociais da memória, pois “...não há lembrança à qual não possamos fazer corresponder palavras. Falamos de nossas lembranças antes de evocá-las; **é a linguagem e é todo o sistema das convenções sociais que lhe são solidárias que nos permitem a cada instante reconstruir nosso passado.**” (HALBWACHS apud COURTINE, 2006, p. 1. Destaque nosso).

A partir dessas noções lançamos, neste trabalho, um olhar atento para os dizeres sobre a luta pela terra, que buscam, não raras vezes, ressignificar os dizeres já estabilizados sobre o camponês, suas lutas e seus instrumentos de luta. Encontramos esses dizeres materializados no Jornal Liga, que traz consigo discursos de resistência àqueles que insistem em desqualificar e

marginalizar as Ligas Camponesas e os camponeses que a elas se vinculam. Essa resistência do discurso do campesinato se mostra no periódico, muitas vezes, sob a forma de um discurso pedagógico, atravessado pelo religioso, através do qual se trava uma luta com as palavras e pelas palavras com o intuito de subverter as verdades do latifúndio, inaugurando uma outra forma de dizer as Ligas, os camponeses e seus direitos (DE NARDI; SOUZA, 2020). Tal discurso é dirigido também ao camponês, a fim de que ele, ao reconhecer as injustiças às quais é submetido, torne-se sujeito de sua luta e não simplesmente que se faça representar.

É, então, na busca de compreender o funcionamento discursivo tanto do Jornal Liga quanto do Diário de Pernambuco que ensejamos analisar os modos de dizer o camponês e as Ligas, no corpus em análise, compreendendo os discursos que sustentam essas formas de nomeá-los. E, assim sendo, apontamos ainda alguns objetivos específicos que orientam as nossas questões de pesquisa:

- Analisar a imagem que é construída sobre o camponês, no Diário de Pernambuco, assim como a imagem do camponês por si mesmo e pelo outro, na Liga, a partir do modo como se constituem os dizeres sobre o campesinato nos dois periódicos.
- Considerando que foi a mídia conservadora da época que rotulou a SAPPP como Liga camponesa, verificar quais são os processos discursivos por meio dos quais se constituiu tal nomeação, que mobiliza um imaginário e uma memória específicos, produzindo sentidos sobre o camponês e sua luta.
- Investigar como se dá a relação do camponês com o trabalho, o capital e a proletarianização, buscando compreender seu lugar social no sistema societário capitalista;
- Analisar como se constitui um específico discurso religioso de base católica no interior do discurso do campesinato;
- Compreender o funcionamento do discurso pedagógico do Jornal Liga em seu trabalho de "instrução" do Camponês para a luta.
- Compreender como se dá o funcionamento discursivo do Jornal "Liga" especificamente no que diz respeito à heterogeneidade presente no discurso do campesinato, aos lugares sociais dos enunciadores e à forma como se constrói a imagem de si, dos outros e da luta nesse trabalho de enunciar.

Estudar os discursos que se constroem e hegemonomizam-se sobre as Ligas Camponesas, a partir da imersão nestes dois periódicos – um de grande circulação, que representa o discurso da elite pernambucana, e outro de menor alcance, que aglutina algumas posições em torno das questões do campesinato – dar-nos-á a possibilidade de observar como os discursos são práticas pelas quais se constroem lugares, tecem-se imaginários e consolidam-se posições sobre os sujeitos.

Este trabalho é composto de cinco capítulos. A este **primeiro capítulo de Introdução**, segue-se o segundo capítulo que apresenta o Camponês, suas histórias e suas lutas. Traz a definição de camponês e sua distinção em relação ao trabalhador rural, com o intuito de situar a expressão essencial do campesinato no capitalismo. Nesse sistema, vimos que a escassez da terra onde os membros do grupo doméstico desenvolvem seus trabalhos é um problema fundamental enfrentado pelo camponês e é, principalmente, por aspirar à aquisição de terras, que se iniciam os conflitos sociais no campo. Olhando para esses conflitos, discutimos a concepção das ligas camponesas do Partido comunista brasileiro a fim de entender melhor como se deu a formação das Ligas camponesas criadas a partir de 1955, cujo nascedouro foi a Liga de Galileia.

No **segundo capítulo**, situamos nossas questões metodológicas, discorrendo, em primeiro lugar, sobre a composição do nosso corpus de análise. Como as nossas sequências discursivas analisadas foram recortadas de dois periódicos, sentimos a necessidade de discorrer sobre como se dão as disputas por narrativas neste espaço de poder que é o Jornal. Apresentar o Jornal Liga, suas particularidades, seus colaboradores, sua função nas lutas dos camponeses foi também parte importante nesse segundo capítulo e essa apresentação nos mostra que são múltiplas as vozes que habitam o campesinato brasileiro. Por fim, discorreremos sobre o nascimento do Diário de Pernambuco e como ele foi mostrando a posição das classes dominantes em Pernambuco, em muito responsáveis pela inculcação do imaginário sobre o camponês em litígio com os proprietários das terras.S

O **terceiro capítulo** apresenta algumas noções teóricas da AD, dando ênfase à de Formação discursiva. A partir delas, iniciaremos as análises das sequências discursivas recortadas do corpus, observando, num primeiro movimento, como se dão os processos de nomeação do camponês e de suas Ligas. Mostraremos ainda como a noção de Formação Discursiva, que delimita o espaço do dizível linguística e historicamente, é produtiva no decorrer de nossas análises, ajudando-nos a ver como se organizam os sentidos em torno das

lutas camponesas que incluem o seu fazer pedagógico e as formas de significar sua religiosidade.

No **quarto capítulo**, tentamos refazer os caminhos os quais trilhamos na construção da tese. Somado a esse movimento, buscamos compreender como o discurso do periódico Liga se constrói como um gesto de resistência ao discurso das elites presente no Diário de Pernambuco.

Enfim, é em busca dos modos de dizer o Camponês e suas Ligas, ensejando compreender os discursos que sustentam essas formas de dizê-los que iniciamos o nosso percurso, fazendo leituras possíveis de um corpus muito amplo no qual, constantemente, disputam-se sentidos.

2 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DE/SOBRE O CAMPESINATO

Quando nos situamos no campo da Análise do Discurso pecheuxtiana – “teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (FONSECA, 2010, p. 02) – não podemos deixar de refletir sobre a imprescindível noção de *condições de produção do discurso*, já que o discurso, para Pêcheux é pronunciado a partir de condições de produção dadas, situadas no interior “da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa.” (Ibidem, p. 76).

Tais relações de força dizem respeito a uma desigualdade real; à assimetria tanto na relação entre os homens quanto aos lugares que ocupam nas estruturas de poder em uma dada sociedade (FONSECA, 2010). Por isso, podemos conceber o discurso – efeito de sentido entre interlocutores – como um *funcionamento* que se define em relação ao mecanismo de “colocação dos protagonistas e do objeto de discurso...” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 78).

Dito isso, compreendemos que não poderemos, como nos diz Pêcheux (Ibidem), analisar um discurso como se estivéssemos analisando um texto. É necessário referir o discurso ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado específico das condições de produção. A partir dessa compreensão, buscamos situar o Camponês, o Ser camponês, na reprodução capitalista por entendermos que, assim, traremos pistas sobre os lugares sociais ocupados por ele, relacionando-o, principalmente, com os lugares ocupados pelo trabalhador rural.

As condições de produção do discurso do campesinato e sobre ele trazem as relações de força, “as relações de mundo da sociedade” (FONSECA, 2010, p. 04), que mostram a forma como os camponeses tomam posição nos conflitos sociais no campo. Isso se desdobra, no nosso trabalho, na concepção das Ligas Camponesas do Partido Comunista Brasileiro, assim como na formação e difusão das Ligas Camponesas de 1955, cujo marco inicial foi a criação da Liga Camponesa de Galileia, como veremos neste capítulo. Procuramos, ainda, fazer com que as condições de produção apareçam em todo o nosso trabalho de pesquisa, buscando afastá-las da noção de contexto, de pano de fundo.

2.1 O SER CAMPONÊS NA REPRODUÇÃO CAPITALISTA

Ao decidirmos analisar os discursos de/sobre o camponês, costumamos tomar como tácita a sua definição. Parece-nos, de uma forma (falsamente) transparente, que conhecemos

todas as suas facetas, além de que pressupomos que todos os potenciais leitores deste trabalho também o conhecem. Julgamos importante, ao menos, estabelecer, mesmo que de maneira incompleta, precária e provisória, um acercamento conceitual sobre o que significa ser camponês, reconhecendo com Marx (apud SHANIN, 2005) “que não há um campesinato em geral, apenas formas específicas de produção agrícola, trabalhadas e controladas, em maior ou menor grau, por unidades domésticas.”

Um empreendimento em busca de uma definição de camponês implicará a assunção de um posicionamento político-analítico que permeará todo o trabalho. Tal empreendimento se justifica por compreendermos que a definição de camponês – desse camponês que falará no nosso trabalho e sobre o qual se falará – aponta-nos o lugar de onde ele diz de si e para onde apontam os discursos que os “outros” proferem sobre ele. Tudo isso remonta às suas atividades laborais, ao seu modo de vida em comunidade, à sua posição social assim como aos seus lugares nas guerras e revoluções no campo, baseadas nas divisões sociais e alicerçadas na propriedade privada da terra, que – segundo Julião (1970, p. 13) – não só dividiu a sociedade em ricos e pobres, como desumanizou o rico e degradou o pobre.

Cegalla (2005, p. 163), em seu Dicionário de Língua Portuguesa, afirma que camponês é aquele que “vive ou trabalha no campo”. Trouxemos essa definição presente em um dicionário para vermos como, em certa medida, ele aponta para uma fixação de sentidos que tende a homogeneizar a definição. Em AD, entendemos com Orlandi a importância de refletirmos sobre o dicionário, a fim de compreender o seu funcionamento, “pensando como os fatos, aqui, fazem sentido.” (ORLANDI, 2002, p. 109). Eis uma definição linguística que generaliza e homogeneiza o campesinato. Contudo adverte-nos Shanin (2005) que muito há de mistificação nesse termo, e que viver ou trabalhar no campo não denota as especificidades que os caracterizam. O camponês não existe em nenhum sentido estritamente específico,

em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre; o proprietário de terras e o arrendatário; o chefe do grupo doméstico e um braço contratado romperão muito frequentemente qualquer continuidade de gradações regulares...” (SHANIN, 2005, p. 01).

Para Shanin (Ibidem), o campesinato, mesmo sendo heterogêneo, apresenta algumas marcas que o tornam particular:

- Formas extensivas de ocupação autônoma (trabalho familiar);
- Controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência;

- Condições de vida produtiva que equilibram agricultura, atividade extrativa e artesanato (com ênfase particular no cultivo);
- Padrões e tendências de organização política (que têm demonstrado semelhanças regionais e mundiais);
- Cognições típicas que envolvem padrões de aprendizado ocupacional, tendências ideológicas, cooperação, confrontação e liderança política;
- Unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento;
- Específica dinâmica social relativa à reprodução social e sistemas de relações sociais.
- Posição subserviente geral das unidades sociais camponesas no interior de uma rede mais ampla de dominação política e econômica.

Ressalta-se que tais características acima assinaladas são tidas como uma tendência e não como um padrão de determinação para o campesinato em geral, já que o camponês deve ser compreendido através da investigação concreta das características do seu estabelecimento rural familiar. No entanto, sejam quais forem as características apontadas que venham a diferenciar as comunidades camponesas, dispersas pelo mundo inteiro, Shanin (Ibidem, p. 6) insiste em dizer que “seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como definição mais estrita de camponês...”.

Nesse percurso em busca da definição de camponês, não poderíamos deixar de lado as reflexões feitas por Marx (2008) que apostava na dissolução/transformação do campesinato no interior do capitalismo. Para ele, seria inevitável a proletarização do camponês por causa do avanço do capitalismo que reestruturaria a sociedade em duas classes fundamentais (a classe dominante e o proletariado). Assim as unidades de produção familiar seriam dissolvidas e os camponeses transformados em trabalhadores assalariados, ou seja, no principal produto pelo qual o capital se valoriza. Vemos, enfim, que o eixo da teoria social marxista tratou o campesinato contemporâneo pelo viés de sua transformação capitalista e nessa linha foi tratada a questão da posição dos camponeses dentro da história e da sociedade.

No entanto, Shanin (2005, p. 14) nos afirma

Aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” [modos de produção] é chegar mais perto da riqueza das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo [...]. O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia.

Sendo assim, compreendemos que não é possível tratar as unidades de produção camponesas sem levar em consideração o seu contexto societário, além do que defendemos que o campesinato não foi dissolvido pelo capitalismo, transformando-se em proletariado. Acreditamos com Shanin (ibidem) que o campesinato permanece na sociedade capitalista atual e caracteriza-se como uma sociedade que existe paralelamente e de forma articulada ao modo de produção capitalista. Na mesma direção, reflete Tepicht (1973), afirmando que o modo de produção camponês, tal como nós o compreendemos aqui, não é gerador de uma formação social particular, o modo de produção camponês se encrava em qualquer formação social, ele se adapta, interioriza, a seu modo, as leis econômicas de cada uma delas, estabelecendo com elas uma relação dialética.

Não pretendemos ser exaustivos em relação às controvérsias que envolvem o debate sobre o campesinato no capitalismo. Desejamos, apenas, reiterar o nosso posicionamento sobre a definição de camponês, alinhando-nos com Costa (1994) que localiza o campesinato partindo de uma perspectiva microeconômica. Nessa perspectiva – que, por sua vez, retoma Chayanov (1974) – o caráter específico da unidade camponesa “leva a uma economia sem determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, seja do lucro, seja da renda da terra, seja do salário.” (COSTA, 1994, p. 12). Não queremos com isso afirmar que o trabalho assalariado no campo não exista⁶. Sabemos que existe, e vamos mencioná-lo durante o nosso trabalho de pesquisa, no entanto ele não se tornou majoritário com o desenvolvimento do capitalismo, até o momento histórico que por nós será analisado. É importante lembrar que o nosso trabalho de pesquisa compreende pouco mais de uma década, desde meados dos anos 1950 até 1964. Alinhamo-nos com Chayanov (1974) ao compreender que a família é o fundamento da “empresa camponesa”, tal unidade é, ao mesmo tempo, de produção e de consumo, “a família e as relações que dela resultam têm que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados”. (Ibidem, p. 9).

⁶ Há muitos pesquisadores que refletem sobre o grau de imersão dos camponeses na economia de mercado, Importa-nos, no entanto, frisar que, em nossa compreensão, ainda que não estejam os camponeses isolados/protegidos/alheios à lógica do capital, eles não se deixaram tragar pelas engrenagens do capitalismo. Alfred Kroeber nos dá a definição antropológica de um camponês, dizendo: “Os camponeses são decididamente rurais – no entanto vivem em relação com as cidades-mercados: eles formam um segmento de classe de uma população maior que geralmente compreende também centros urbanos, às vezes capitais metropolitanas. Eles constituem sociedades parciais com culturas parciais. Não têm o isolamento, nem a autonomia política e a autossuficiência das populações tribais; mas suas unidades locais retêm muito de sua antiga identidade, integração e ligações com solos e cultos” (KROEBER, 1948, p. 284 in FORMAN, 2009, p. 10). Concluimos, então, que o campesinato constitui uma parte do sistema sócio-político-econômico rural que é parte de um sistema social mais abrangente.

Archetti (1974), à luz dessas reflexões, enfatiza a necessidade de reafirmar que, se a economia campesina não é capitalista, ela será determinada pela inexistência da categoria “salário”, como eixo na produção. Ademais, o retorno obtido pelo camponês no final do ano econômico não pode ser compreendido como “lucro” e, sim, como um excedente, que representa a retribuição pelo seu próprio trabalho que, enfim, será incorporado ao consumo familiar de bens e serviços.

A questão do Trabalho Familiar – diz-nos Seyferth (2011) – é fundamental na discussão sobre a pequena produção camponesa, que, como já afirmamos, não é necessariamente criadora de uma nova formação econômica, já que adapta e interioriza aspectos econômicos mais gerais. Essa interiorização requer esforços para que haja adaptação ao sistema capitalista. Wolf (1976) nos adverte sobre o que ele classifica como o eterno problema camponês, que consiste em atender às demandas internas de sua família e conciliá-las às exigências de um mundo exterior.

Julgamos importante ver como alguns autores, a exemplo de Neves (1985), enxergam o campesinato. Ela o classifica como uma sociedade composta por estratos de camponeses ricos⁷, médios e pobres que se subordinam, em diferentes níveis, ao Estado. Os camponeses pobres têm dificuldades no acesso à terra por causa da existência de grandes latifúndios. Os latifundiários possuem uma propriedade de área de terra superior à capacidade de trabalho dos membros da família, a solução, pois, encontrada por eles, para explorar a maior extensão de terras possível, é a parceria, exigindo do camponês pobre manter-se pela inserção dos filhos produtivos como parceiros⁸. Existe, portanto, um suposto equilíbrio na relação entre latifundiários e camponeses, no entanto, no momento em que há a transferência de excedentes entre as unidades de produção, expõem-se mecanismos de exploração como importantes características dessa relação de “parceria”.

Conta-nos Julião (1970, p. 25) que “a parceria é uma modalidade de exploração do campesinato cuja origem se perde na noite dos tempos. Antecede o feudalismo propriamente

⁷ Tomamos a forma de nomear usada por Neves como parâmetro para descrever as relações hierarquizadas entre camponeses pobres e os que são donos de terra. No entanto, importa-nos dizer que a nomeação “camponês”, no nosso conjunto de trabalhos, não se refere ao denominado “camponês rico”. A este, preferimos nos referir como latifundiário.

⁸ “Parceiro, como ninguém ignora, é o camponês que arrenda um pedaço de terra mediante a entrega obrigatória ao senhor de parte do que produz. O senhor é o proprietário, o dono das terras, o latifundiário, que, em várias regiões do Brasil, e no Nordeste, em particular, recebe a designação genérica de coronel.” (JULIÃO, 1970, p. 24). A medida da parceria é sempre fixada pelo dono da terra. Pode representar a metade, a terça parte ou a quarta parte de tudo aquilo que o camponês produzir.

dito e lhe sucede.”. Apresenta modalidades que variam de acordo com a região do país, o tipo de lavoura e a “boa vontade” do proprietário, que determina, em geral a meação, a terça e a quarta como regra de contrapartida pela ocupação de suas terras. A metade de todos os ganhos, a terça ou a quarta parte são ajustes iniciais que, não raras vezes, são alterados ao bel-prazer dos proprietários.

Nessa “parceria”, os latifundiários ditavam as normas da negociação e, os camponeses acolhiam-nas, assim como a todas as suas consequências, afinal, uma vez firmados os acordos, os subordinados eram obrigados, por exemplo, a consumir no barracão da fazenda, cujas contas eram feitas para subtrair do camponês mais dinheiro do que ele devia; os donos da terra ainda se davam ao direito de colocar o seu gado para consumir a forragem (palha do milho, rama de fava, folha e maçãs verdes do algodão herbáceo) dos camponeses no fim da colheita. Essa forragem, se pudesse ser vendida pelo camponês, ajudaria a matar a sua fome.

Não faltam nomeações que se façam corresponder aos mais diversos modos de exploração do camponês. Ser considerado morador-de-condição ou, simplesmente, morador, por exemplo, diferenciava-se do regime de parceria e consistia na assunção de dois dias semanais de trabalho gratuito para o latifundiário em troca da moradia no sítio. Nos demais dias, o camponês, além de poder cultivar as terras para ele disponibilizadas, podia trabalhar para o engenho do proprietário (se fosse o caso) e, assim, ter uma remuneração, que se chamava *ganho* (LANNA, 1995).

Outra forma de os camponeses prestarem serviço aos latifundiários era através do *Foro*, que “corresponde à quantia em dinheiro que o camponês paga pela renda do sítio.” (JULIÃO, 1970, p. 28). Essa quantia era paga uma vez ao ano, geralmente em dinheiro, “e em alguns casos também na forma de produtos agrícolas.” (LANNA, 1995, p.86). O foreiro era considerado, dentre todos, o trabalhador com mais autonomia. Sua independência era proveniente do fato de sua prestação com o proprietário ser, em tese, monetária. Isso lhe dava o direito, inclusive, de cultivar áreas maiores que a dos moradores (Ibidem).

Não podemos deixar de mostrar que, independentemente da modalidade de organização na prestação de serviços ao latifundiário, a exploração e a falta de garantias para os camponeses faziam-se sempre presentes nessa relação sob a forma, por exemplo, de despejos dos foreiros, moradores e parceiros; de aumento do foro e, principalmente, do *cambão*. Este instituto consistia em impor aos camponeses certo número de dias a serem trabalhados, gratuitamente,

fazendo o que os donos das terras designassem - limpeza de açudes; conservação de estradas; trabalhos nas lavouras dos proprietários. Estes, ao imporem o tipo do serviço e a quantidade de dias trabalhados, faziam-no usando o pretexto de que o cambão trazia benefícios coletivos.

Compreendemos, então, que aí se estabelece a diferenciação social alicerçada nas desigualdades econômicas das unidades de produção, como nos aponta Neves (1985), já que os estratos hierarquizados de camponeses têm relações diferentes com a posse/propriedade dos meios de produção além do que possuem conexões culturais distintas. Apenas os latifundiários integram-se a agentes de instituições externas, tais como médicos, professores, sacerdotes, advogados, assim como têm a possibilidade de participar politicamente nos processos decisórios de constituição do Estado Nacional.

Afirma Silva (2019) que um campesinato em formação está presente em território brasileiro ainda no Brasil-colônia, contribuindo para a formação do espaço agrário, porém, como já afirmamos, excluído das principais decisões políticas do país. Marques (2002) afirma que esse campesinato se formou à margem do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, no seio de uma sociedade que se situava na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Tal posicionamento é reiterado por Martins (1990) que reafirma ser o campesinato brasileiro marginal ao sistema escravocrata e sujeito material e ideologicamente a uma lógica implantada por um modelo agroexportador.

Enfim, se pensávamos anteriormente que viver/trabalhar no campo era uma característica necessária e suficiente para ser designado como camponês, percebemos, diante das reflexões que já fizemos até aqui, que o processo de diferenciação socioeconômica – que abarca os aspectos culturais e políticos – rompe com essa pretensa homogeneidade que permeia o nosso imaginário.

Por isso, reafirmamos que, no decorrer do nosso trabalho, compreenderemos o camponês como aquele que representa características sociais e econômicas, refletidas em qualquer sistema societário (feudal, capitalista, socialista...); sua definição se vincula ao manejo da unidade familiar para si mesma; está no capitalismo, mas não se confunde com ele. A manutenção do campesinato foi fruto da resistência do camponês que sempre sofreu pressão para se proletarizar. O Camponês vive a negação constante dos recursos para obter as terras onde lavra; ele precisa entregar a metade ou a terça parte do fruto do seu trabalho para os detentores da terra; não possui amparo do Estado para que suas demandas sejam supridas, mas

nem por isso aceita proletarizar-se, pelo contrário afirma-se pela assunção de sua luta por ser camponês, exigindo parte do que o constitui como tal, através da reforma agrária “na lei ou na marra. Com flores ou com sangue” (JULIÃO, 1962, p. 49).

2.2 SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO

Se é verdade que o camponês, nos diversos sistemas societários em que viveu e vive, sempre esteve em um lugar desvantajoso em relação aos poderes e pressões externos, é verdade também que as lutas pela sua manutenção se fizeram constantemente presentes. No entanto, engajar-se em lutas, rebeliões, revoluções – ao contrário do que pensa o senso comum – nunca foi uma tarefa fácil para o campesinato. “Os camponeses encontram-se numa posição especialmente desvantajosa na passagem do reconhecimento passivo de injustiças para a participação política capaz de repará-las.” (Wolf, 1976, p. 94).

Wolf (Ibidem) nos adverte sobre a existência de vários fatores que dificultam o engajamento dos camponeses nas suas lutas, de forma duradoura. Ele afirma, em primeiro lugar, que não existe a facilidade do encontro entre camponeses para que se apresentem as demandas que são comuns a todos. Isso ocorre, em parte, porque as famílias geralmente trabalham sozinhas no cultivo das terras que lhes cabem. Além disso, o plantio é feito respeitando uma programação que, muitas vezes, diz respeito aos ciclos da natureza, por isso “eventuais perturbações dessa rotina põem em risco sua capacidade de retornar a ela mais tarde.” (Ibidem, p. 94). Outro fator que inibe a participação do camponês em lutas pela melhoria de suas vidas são os laços de parentesco na comunidade camponesa que propiciam ajuda mútua entre os seus membros sempre que um dos seus necessita de auxílio.

Além desses fatores, é importante, para nós, pontuar que – se o camponês foi, nos mais diversos regimes societários, excluído de todo o processo de tomada de decisão que não extrapolasse os limites de sua produção – nada mais previsível que o fato de ele continuar calado e desarticulado em relação às ações concretas que corrijam os males aos quais são submetidos. Entendemos, ao acompanhar as discussões de Wolf (1969), que a acumulação capitalista, com seus efeitos disruptivos em relação ao campesinato, apresentam-se como uma condição

necessária, porém insuficiente para levar os camponeses à rebelião e a uma conseqüente revolução que se consagre vitoriosa.

Marx, ao escrever o Dezoito Brumário entre 1851 e 1852, elencou uma gama enorme de fatores que impediriam o camponês de se mobilizar eficazmente. O que mais chamou a nossa atenção em seu percurso está na conclusão:

“São... incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um parlamento, quer por meio de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, de aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder executivo submete a seu domínio a sociedade. (Marx, 2008, p. 116)

Nessa reflexão, Marx se pauta na incapacidade de mobilização dos camponeses. A história das lutas camponesas, até os nossos dias, mostra, sim, que todas as mobilizações do campesinato são permeadas de dificuldades principalmente no que diz respeito a movimentos duradouros e eficazes. No corpus de análise, no entanto, enfatizamos que, no lugar de um ente quase sacralizado – como descreveu Marx (2008) – capaz de “aparecer como seu senhor”, encontramos a formação de uma contra-elite, “capaz de desafiar simultaneamente a liderança avassaladora que se fundamenta nas leis do mercado e os herdeiros impotentes do poder tradicional, forjando ao mesmo tempo um novo consenso através da comunicação com o campesinato” (Wolf, 1976, p. 97). Essa contra-elite⁹ demonstra ter o intuito de esclarecer o camponês para que ele se constitua como um sujeito agente na sua luta e que tenha voz para falar de si e por si.

Mesmo diante de tantas dificuldades em mobilizar-se, percebemos, no decorrer da pesquisa, que a resistência dos camponeses às (o)pressões por eles sofridas existe e pode ser caracterizada como insurreições de larga escala, rebeliões, organização de movimentos sociais e formas cotidianas de resistência. (Scott, 2002). Os registros, porém, tanto da mídia quanto da historiografia tradicional, mostram-nos que apenas as conflagrações sociais e políticas, entendidas como revoluções, foram dignas de alguma publicidade, o que opacifica as pequenas e cotidianas formas de resistência que precedem lutas significativas.

Wolf (1976) destaca seis importantes conflagrações que irromperam com a participação ativa dos camponeses: As Revoluções Mexicana em 1910; Russas em 1905 e em 1917; Chinesa a partir de 1921; Vietnamita (suas origens se remontam à época da Segunda Guerra mundial);

⁹ Vemos o trabalho dessa contra-elite, num movimento de educação/instrução do Camponês, em um trabalho anterior de SOUZA; DE NARDI, 2019. Discorremos ainda sobre esse tema no item 3.5 deste trabalho.

Argelina em 1954 e a Cubana em 1958. Esses são alguns exemplos de grandes lutas encampadas pelo campesinato que têm efeitos até hoje nas sociedades onde ocorreram. Elas não invalidam, no entanto, os processos de resistência cotidiana, tampouco as insurreições populares que tiveram registros controversos na nossa história.

As formas cotidianas de resistência começam a minar o poderio daqueles que insistem em subtrair do camponês os seus meios de produção. Essa luta corriqueira, porém, constante, entre os camponeses e aqueles que tiram o seu alimento, sua terra e sua vida forja-se pelas seguintes armas:

fazer “corpo mole”, a dissimulação, **a submissão falsa**, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses. (Scott, 2002, p. 12. Destaque nosso)

Percebemos, assim, que tais armas começam a sabotar, a afetar a produção e a minar as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam, ainda que *per se* não sejam suficientes para chegar a uma revolução. Tais (pequenas) atitudes não conseguem angariar para si os holofotes da imprensa, tampouco são compreendidas como micro atos que cheguem a criar barreiras econômicas e políticas por si mesmas, o que coopera para que haja a falsa impressão de que os camponeses são pacíficos e incapazes de se rebelar.

Além de apresentar as formas cotidianas de resistência e a sua importância na demonstração da inquietude que habita a alma do camponês, diante das atrocidades às quais são submetidos, falar sobre as diversas insurreições camponesas, que ocorreram ainda na época imperial no Brasil, à luz da produção histórica das últimas décadas¹⁰, rompe com um paradigma, até recentemente cristalizado, de que os camponeses eram/são politicamente passivos, desarticulados e desprovidos de cultura.

Uma grande mostra de mobilização camponesa – qualificada por Assunção (1998) como uma das maiores insurreições populares durante o Brasil-Império – foi a Balaiada que

¹⁰ Segundo Guimarães (2017), do início do século XX, até aproximadamente 1960, a historiografia brasileira estava caracterizada pelo ensaísmo. A produção histórica das últimas décadas apresenta uma ruptura com a historiografia tradicional. Em oposição ao ensaísmo, os estudos mais recentes passaram a produzir uma diversidade de trabalhos que muito tem contribuído para desconstruirmos alguns conceitos, a exemplo da “passividade política do povo brasileiro”.

mobilizou pelo menos 12.000 homens contra o governo do Maranhão, Piauí e Ceará¹¹. Tal abrangência da revolta camponesa é minimizada nos manuais oficiais, que afirmam ser a Balaiada uma revolta ocorrida tão somente no Maranhão.

Essa insurreição constituiu-se como um fato importante na formação do campesinato maranhense por ser parte integrante da história de resistência de um povo que, à época, já sentia os efeitos da privação dos seus meios de produção – tanto no que diz respeito à posse da terra, quanto à subtração de mão-de-obra. Ademais, caracterizou-se como uma revolta que contou com uma liderança popular do início ao fim, mesmo que tenha envolvido “fazendeiros de gado, vaqueiros e até mesmo escravos”. (ibidem, p. 68).

Conta-nos Magalhães (1858) que, pelo fato de o Partido liberal (chamado de *bem-te-vis*) ser contra tais práticas, foi a este atribuída a responsabilidade por insuflar a revolta. Porém, ele nos afirma: “É falso que a revolta de 1839 fosse feita por um partido ou influenciada em alguma coisa pelos cheffes do partido bemtevi da capital.” (MAGALHÃES, 1858, p. 8). O autor entende como extravagante tal imputação, não porque queira atribuir honras aos populares Raimundo Gomes, Balaio e Cosme Bento¹² por terem encabeçado a rebelião e, sim, porque um partido classificado por ele como “forte e imenso, reunindo em si tudo quanto havia de melhor na província” (ibidem, p. 8) jamais poderia abalizar uma revolta das classes consideradas como inferiores.

Os próprios membros do Partido Conservador negam o caráter político da revolta, atribuindo tal iniciativa tão somente aos camponeses, tidos como cobiçosos e incapazes de alcançar, por si sós, as benesses alcançadas pelos fazendeiros. Os camponeses que participaram em massa da balaiada eram considerados como

Cardumes de homens ociosos, sem domicilio certo, pela mór parte de uma raça crusada de indios, brancos e negros, a que chamam cafusos, os quaes são mui amantes d’esta vida meia errante, pouco dados a outros misteres e muito á rapina e á caca, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa linguagem. São estes homens de indole cruel pelo habito de pasturar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio ou em rixas. D’esta gente bruta há grandes manadas n’esta província, e assim nas do Piauhy e Ceará, analogas a esta pelos usos e costumes. Muitos dos senhores fazendeiros, á imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum ás autoridades, vingando-se por suas mãos de particulares insultos, e acoutam em suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo, e que em tudo se prestam ás suas vindicias. [...]

¹¹ Ao lermos sobre a Balaiada, encontramos diversas versões sobre a insurreição. A maioria provinha dos testemunhos dos “homens de bem” da época que lutaram para debelar a insurreição. Muito da documentação oficial é permeado por testemunhos que tratam os balaioes como bandidos, assassinos e facinorosos. Assim entendiam aqueles que detinham o poder e comandavam a repressão.

¹² Raimundo Gomes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (há controvérsias sobre seu nome) e Cosme Bento das Chagas são apontados pelos historiadores como os líderes da Balaiada.

O que se pode esperar de homens não domados por nenhum freio? (MAGALHÃES, 1858, p. 17)

Ao analisarmos essa descrição feita por um historiador do século XIX, deparamo-nos com um léxico inclinado à animalização dos camponeses – *cardume, raça cruzada, manadas, não domados*. Essas construções apontam para uma direção que os desqualifica, e, por isso, deslegitima suas ações. Atribuem às classes populares adjetivos que os depreciam, enfocando o desastre resultante do cruzamento de raças: *raça crusada de índios, brancos e negros, a que chamam cafusos, os quaes são mui amantes d’esta vida meia errante, pouco dados a outros misteres e muito á rapina*. Não se formula aqui um tratado positivo sobre a pureza das raças, mas por imputação de crimes, desqualificação e insultos aos mestiços, enaltecem-se os brancos, que na época eram, predominantemente, portugueses, maioria no Partido Conservador.

Veremos, no decorrer da pesquisa, que **deslegitimar a luta** dos menos favorecidos contra os ricos, grandes latifundiários e governos, que representam à elite econômica do país, **perpassará a desqualificação de quem luta**: “instinto desordeiro e sanguinário [...] sem nenhuma aspiração, sem nenhum ideal [...] unidos pela solidariedade do crime e da rapina. (MENEZES, 1942, p. 16, apud ASSUNÇÃO, 1998, p. 72). Esse é apenas o primeiro exemplo do *modus operandi* da elite ao sentir ameaçada sua estrutura cristalizada de poder.

Como já demos a entender, não iremos aqui propagar uma “prosa de contra-insurreição” (ibidem, p. 68), por isso desejamos agora entender como as causas externas à luta foram agenciadas na lógica da consciência camponesa. Quando usamos a expressão do historiador Matthias Röhrig Assunção – “prosa de contra-insurreição” – queremos ainda nos contrapor à tomada de posição de muitos autores do século XX que se limitaram a colher depoimentos de pessoas por eles consideradas fidedignas, ou seja, os membros da elite que, por suas convicções conservadoras, funcionavam como agentes da repressão.

Foram consideradas causas diretas para a Balaiada a inadequação das instituições à realidade brasileira. Havia, entre eles uma crítica geral aos partidos do império (‘sistema do egoísmo santificado’) assim como ao jornalismo (‘punhal do assassinato moral’). Era forte entre os insurretos uma censura à imperícia e fraqueza dos governos anteriores na província que não consideravam as demandas dos camponeses, considerando-os vadios e indolentes – fama sacramentada pelos jornais conservadores da época. (ASSUNÇÃO, 1998, p. 72).

Todas as manifestações que compuseram a trama da Balaiada foram respostas à forma como o governo manejava as vidas dos camponeses. Dizer que a insurreição “não teve nada, a não ser o banditismo infrene” (Corrêa, [1927] 1996, p. 35), significa desconsiderar as profundas

razões da Revolta. O “Tempo do Cativo” e o “Tempo da Pega”¹³, por exemplo, lembrados pelos maranhenses como sendo o trabalho escravo, diurno e noturno, associado a duros castigos, assim como o recrutamento forçado dos filhos dos camponeses eram práticas comuns – em 1838 – na vigência do governo do partido conservador, que estava no poder, tanto no âmbito nacional quanto no regional. Esses fatos foram importantes causas para que se desse início à Revolta dos Balaios, sendo o último, inclusive, estopim para a Guerra. Como nos confirma Assunção (1983, p. 371):

“A luta pela terra, conflitos pela apropriação de mão de obra e conflitos comerciais (como em torno ao monopólio das carnes verdes). Mas diria que, acima de tudo, a mobilização da população livre e pobre nas vésperas da Balaiada se deu por causa da exclusão da política, da discriminação das pessoas ‘de cor’ pelas autoridades e do **recrutamento para o exército e a marinha**. (Destaque nosso)

Foi justamente por episódios que envolveram o Alistamento Forçado – A Pega – e o direito à acolhida – Lei que permitia aos oficiais o direito de pernoitar na casa das pessoas¹⁴ – que se acendeu o estopim para a Guerra dos Balaios. Raimundo Gomes, no dia 13 de dezembro de 1838, invadiu a cadeia da Vila da Manga e libertou recrutas presos na Pega. Em seguida, Manuel Francisco dos Anjos une-se a Raimundo sob pretexto de vingar-se pelo fato de um Oficial, aproveitando-se da lei da acolhida, ter violentado duas de suas filhas. Somente num terceiro momento, unem-se a eles Cosme Bento das Chagas, liderando mais de 3.000 negros, com uma terceira bandeira que envolvia a liberdade dos homens negros.

Por fim, alinhados com Assunção (1998), entendemos que o sentido da Balaiada se consolidou a partir do ato político de Raimundo Gomes que justificou a libertação dos recrutas da Cadeia com a apresentação de um manifesto que, além de legitimar sua ação, situava-a “numa tradição liberal revolucionária que vinha desde as lutas pela Independência do Maranhão, e que apelava para a mobilização geral contra o poder conservador identificado com ‘os portugueses’ e os seus representantes mais odiados, os prefeitos.” (Ibidem, p. 76).

Nosso intuito ao fazer menção à Balaiada não foi narrá-la em detalhes e, sim, explicitá-la como um movimento de resistência do povo camponês privado de terra, mão-de-obra e

¹³ “Pega” era a forma popular para denominar a Lei do Alistamento Forçado. Tal prática atravessou todo o período do Império brasileiro, causando bastantes transtornos a indivíduos e a famílias pobres e livres. Os recrutados preenchiam os clarões das fileiras das tropas de linha (organizações militares profissionais de terra e mar, o Exército e a Marinha), no entanto deixavam de servir como força de trabalho no campo. Segundo Santos Júnior (2013), “Não raros são os casos em que o Estado se valeu desse artifício como forma de exercer forte controle e coerção social sobre a parcela pobre e livre da população”. A Balaiada foi capaz de aglutinar camponeses, pescadores, coletores, vaqueiros e artesãos para oferecer resistência ao recrutamento militar. (Ibidem).

¹⁴ Dentre as ações amparadas legalmente pelo Estado, todavia condenadas pela população, estava a Lei da acolhida que dava o direito aos oficiais de pernoitarem na casa dos moradores locais. Esta prática implicava, em algumas situações, abusos desses oficiais em relação aos mais carentes e sem proteção efetiva do Estado.

representação política. Esse campesinato em formação aglutinava migrantes nordestinos, escravos libertos, quilombolas, povos indígenas (Ibidem, p. 83) não eram vagabundos, indolentes, facinorosos, ávidos de rapina – como muitos dos historiadores conservadores da época insistiam em afirmar – esses homens e mulheres tinham sede de terra para cultivar e necessidade da garantia de que os seus meios de produção não lhes fossem subtraídos pelos governantes.

Na Balaiada, as motivações para a revolta das massas camponesas tinham implicações diretas em suas vidas: a luta pela terra, pela participação política dos homens pobres, livres e “de cor”, assim como a luta contra a Pega e contra a Lei da acolhida fazem parte do movimento de resistência que os faz insistir em manter-se camponeses. Ressaltamos, no entanto, que as revoltas do campesinato – contrariando a ideia de passividade do homem do campo – também podem ocorrer por motivos aparentemente insignificantes, como ocorreu na Guerra dos Marimbondos, em Pernambuco, entre 1851 e 1852, mas que, de fato, ocultavam ações que pretendiam escravizar de múltiplas formas os camponeses.

A Guerra dos Marimbondos – que ocorreu em 1851 e teve uma curta duração, até o início de 1852 – foi um levante de homens livres e pobres contra a promulgação do regulamento dos Registros de Nascimento e Óbitos, assim como contra a Lei do censo. Esses homens, recorrentemente chamados de livres e pobres pelos poucos historiadores que falam dessa guerra, eram camponeses inconformados e alarmados com a promulgação dessas Leis.

Numa primeira mirada, podemos achar fútil o motivo pelo qual os camponeses se rebelaram. No entanto, a “Lei do Cativo”, como ficou conhecida a Lei que regulava os nascimentos e mortes, foi aventada num momento histórico bem peculiar – por isso o medo dos camponeses de serem escravizados. Eles – homens e mulheres livres e pobres do Nordeste do Brasil – eram vistos como “a primeira linha de mão-de-obra para as plantations no início da crise terminal do escravismo” (PALACIOS Y OLIVARES, 2006). Como a proposição dessa lei ocorreu concomitantemente com a lei que impedia o fim da entrada de escravos no Brasil¹⁵, o temor dos camponeses não era infundado. À época, era considerável o risco da recuperação dessa camada da população para o escravismo (Ibidem).

¹⁵ “No início do período regencial, o governo liberal-moderado acabaria aprovando uma lei proibindo o tráfico de escravos para o Brasil. Seu primeiro artigo determinava a libertação de todos os escravos que entrassem no país a partir da data de sua aprovação — 7 de novembro de 1831, enquanto um outro artigo previa a apresentação às autoridades dos escravos que tivessem sido importados a partir daí, para obterem a sua libertação.” (Para uma história do negro no Brasil, 1988)

Os conservadores – representantes do partido da ocasião – imputavam incansavelmente a responsabilidade da organização dessa Guerra a ex-praieiros¹⁶ que tão logo cuidaram de se defender, eximindo-se de qualquer envolvimento. Eles não apenas negaram qualquer responsabilidade na organização do movimento de insurreição como se dispuseram a

marchar junto às tropas do governo conservador para sufocar uma revolta que, aos seus olhos, de vanguarda liberal moderna, parecia estar constituída pela ralé reacionária do estrato mais baixo da sociedade pernambucana que queria opor-se ao progresso representado pelo registro e pela estatística do senso. (Ibidem, p. 13)

Aclara-se, para nós, como se pondera facilmente uma aliança entre pessoas que possuem distintas ideias relativas à política, mas que, juntos, opõem-se a um terceiro grupo por pertencerem a uma classe diferente, a uma classe que tem, normalmente, a sua voz interdita. Aos livres e pobres, novamente, como já observamos na Guerra dos Balaios, atribui-se um léxico que os degrada, e por consequência, deslegitima suas lutas contra a possibilidade latente de escravização. “ralé reacionária... estrato mais baixo da sociedade pernambucana” ... Se assim o são, não merecem sequer o apoio e a representatividade dos liberais.

Mais um aspecto que se omitia, na época, e que justificava ainda mais o temor do campesinato era a Lei das Terras e a Reformulação do Regulamento da Guarda Nacional. A primeira previa como únicas vias de acesso às terras cultiváveis, a partir da sua promulgação, a herança ou a compra. Silva (2015, p. 89) afirma que o objetivo da Lei “era regularizar a propriedade fundiária, dificultar o acesso fácil à terra, para, mediante a extinção do tráfico negreiro, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas.” A mesma Lei previa, para os sesmeiros e grandes latifundiários, seus respectivos títulos de propriedade da terra. Com essa Lei, os grandes proprietários detinham imensas extensões de terra para cultivar, já os camponeses eram privados delas, sobrando-lhes sujeitar-se a qualquer condição de trabalho nos grandes latifúndios.

O discurso de Silva (Ibidem) deixa escapar um enunciado que chama a nossa atenção: “dificultar o acesso **fácil** à terra” (destaque nosso). A que se refere a expressão “acesso fácil”?

¹⁶ A Revolução Praieira que ocorreu entre os anos 1848 e 1849 teve início em 1840 com uma dissidência do Partido Liberal em Pernambuco. Os chamados liberais radicais fundaram em 1842 o partido nacional de Pernambuco (conhecido como Partido da Praia). A dissidência, no entanto, ocorreu, segundo Fraga (2008), por falta de entendimento em relação à divisão política de cargos administrativos na Província de Pernambuco. Carvalho (2003) nos diz que o movimento praieiro tinha um caráter elitista por ter o apoio e o envolvimento de proprietários rurais. Entendemos o teor elitista de suas reivindicações ao ouvir o deputado praieiro Urbano Sabino enfatizar que a intenção primordial dos rebeldes era defender sua propriedade. (FRAGA, 2008). A Revolução Praieira nada tinha a ver com homens livres e pobres que – como nos afirma Carvalho (2003) – só tinham condições de simples subsistência. Concluímos, por esses indícios, que os remanescentes dos Praieiros não tinham identificação com as demandas dos homens e das mulheres livres e pobres que orquestraram a Guerra dos Marimbondos e isso justifica sua dissociação moral em relação à guerra, assim como sua predisposição a perseguir os insurretos.

Refere-se à posse da terra realizada por pequenos produtores, “lavrador de parques recursos, analfabeto e desprovido de meios para influenciar os governantes...” (NOZOE, 2005, p. 11); camponeses aos quais tocava a posse das faixas situadas entre os limites das grandes propriedades, que migravam, não raras vezes, para lugares mais remotos, distantes dos núcleos de povoamento, lugares que não valiam nada para os sesmeiros.

Não eram consideradas “acesso fácil” doações de dimensões expressivas como foram feitas no princípio da colonização da Bahia. Exemplifica-nos Nozoe (Ibidem) que D. Antônio de Athaide recebeu legalmente a propriedade da Ilha de Itaparica – com cerca de 239 quilômetros quadrados. E multiplicam-se os exemplos de grande monta, como é o caso de D. Álvaro da Costa que obteve por Sesmaria um território de quase 1.750 quilômetros quadrados. O que nos chama a atenção nesse processo é que a lei que vigorava, na época, dizia que “não fossem feitas concessões em porção superior àquela que cada um fosse capaz de aproveitar no tempo aprazado”. (Ibidem, p. 4). Acrescenta-se a essas concessões o fato de que, no âmbito da política de atração de imigrantes para o Brasil, eram permitidas doações de terrenos a estrangeiros residentes no país.

Em suma, todos recebiam terras por doação do Estado, ou herança, no entanto só eram consideradas de “acesso fácil” as terras das quais os livres e pobres tomavam posse. Chamam a nossa atenção essas formulações, necessariamente atravessadas pelo discurso da meritocracia, pelo discurso que garante o acesso irrestrito e lícito às terras aos homens “dignos de graça, que pedem, e que o governo terá neles defensores, visto que são cidadãos pacíficos e ostentaram sempre sentimentos de ordem e legalidade.” (PALACIOS Y OLIVARES, 2006, p. 25), porquanto, aos demais, restam-lhes a negação à terra e, como justificativa para tal negação, o demérito que constatamos ao observarmos algumas citações de Palacios y Olivares (Ibidem) tais como: *possuidores de ideias anárquicas, povo mais miúdo, pessoas incautas, vagabundos*.¹⁷

Era ainda sobre essa “classe baixa” que incidia o grande ônus trazido pela reformulação do Regulamento da Guarda Nacional. Segundo Castro (1977), essa reforma permitiu ao Estado Brasileiro criar uma milícia formada de “gente popular” e procurava consolidar levas de pessoas

¹⁷ Esses homens simples, camponeses, que recorrentemente eram chamados de incautos, vagabundos, marginais temiam o registro e a Lei do censo pelo fato de que elas tinham como objetivo contar e descobrir o número de livres e pobres e, por consequência, fazê-los públicos e notórios perante a autoridade do Estado com nome, endereço e situação familiar. O que mais assustava os homens, pais de família, era a possibilidade de contarem os seus filhos produtivos e, em seguida, retirarem-nos de casa para o serviço militar obrigatório/compulsório, diminuindo assim a força de trabalho dos camponeses. (PALACIOS Y OLIVARES, 2006)

(de origem humilde) para garantir a lei e a ordem. Com a designação de recrutamento militar, eram permitidas verdadeiras “caçadas humanas, caçadas onde a vítima, quando não pudesse fugir a tempo, passaria a ser conduzida comumente por meio de pranchadas ‘disciplinadoras’.” (Ibidem, p. 24). Essa foi uma prática que perdurou até o fim do império, e foi uma das causas, como vimos anteriormente, que funcionou como o estopim para a Balaiada.

O violento processo de recrutamento pesou mais sobre as comunidades camponesas já que as populações urbanas tinham mais recursos para fugir dele. Esse movimento representava perigos concretos para os camponeses, pois “sangrava as unidades produtoras de força de trabalho muitas vezes imprescindível para a própria sobrevivência do grupo, obrigando a um remanejamento de recursos que alterava, sempre em detrimento do equilíbrio, toda a vida familiar.” (Ibidem, p. 30).

A luta contra a efetivação da Lei de Nascimentos e mortes, assim como contra a Lei do Censo perdurou até o início da República. A resistência dos camponeses adiou a implantação da “Lei do Cativo” por aproximadamente 40 anos, “mostrando que não apenas de movimentos messiânicos viviam e morriam as comunidades camponesas nordestinas...” (PALACIOS Y OLIVARES, 2006, p. 39).

Trazer à tona o elenco das grandes e vitoriosas revoluções; os movimentos de resistência cotidiana; assim como as narrativas das insurreições sobre as quais nos debruçamos com maior atenção teve alguns objetivos que gostaríamos de pontuar de maneira enfática. Mesmo que sejam diversos os fatores que dificultem a organização do camponês para a luta por condições dignas de vida, podemos agora afirmar que o camponês – mediado ou não por forças externas que o apoiem e organizem-no – é capaz de rebelar-se, é capaz de resistir.

É imprescindível destacar que esse sujeito-camponês é idealizado pela historiografia tradicional como sendo pacífico, passivo e incapaz de se rebelar. No entanto, se compreendemos o sujeito-camponês como um efeito do discurso hegemônico (já que, nessa perspectiva, por si, ele não pode falar), deparamo-nos com duas faces apresentadas por uma historiografia que encarna o posicionamento das elites. Ela reafirma a incapacidade de o campesinato assumir suas demandas, ao mesmo tempo que distorce seu caráter quando uma insurreição se anuncia. A população camponesa de passiva passa a “vadia, ociosa, vagabunda, classe perigosa e ladra...” (GUIMARÃES, 2017, p. 611).

Diante da observação dessa dualidade, lembramo-nos de Spivak (2010) quando se debruça, em seus escritos, sobre os significados e representações sociais da palavra “sati”, que

não só significa “*boa esposa*”, mas também, “*sacrifício*”. Há, aí, uma identificação, dentro de práticas discursivas, entre o fato de ser uma boa esposa e o de auto imolar-se na pira funerária do marido¹⁸. A concepção hegemônica da imagem do camponês é análoga à da “*boa esposa*”. Ele só é considerado bom e pacífico quando está em sacrifício; quando está calado diante do que o oprime; quando reproduz sua submissão à ideologia dominante.

Vemos, no entanto, na produção histórica das últimas décadas, uma ruptura com a historiografia tradicional. Para nós, essa nova forma de produção de conhecimento historiográfico trouxe à luz “histórias desconhecidas, esquecidas em porões, nas tradições e na memória coletiva local...” (GUIMARÃES, 2017, p. 609). Retomou os fatos e as memórias apagadas pelos que impunham a versão dominante, fazendo dos subalternizados agentes de sua história. No entanto, é importante marcarmos aqui que, diante de qualquer insurreição do campesinato, sempre haverá a construção de discursos cujos sentidos estarão em constante disputa e que, nela, sempre existirá a tendência à preponderância da classe dominante, já que, historicamente, nunca coube ao oprimido falar.

2.3 A CONCEPÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Os antagonismos de classes, dos quais sempre tivemos conhecimento desde as primeiras épocas da história, permaneceram, segundo Marx; Engels (1961), na sociedade burguesa moderna, que floresceu dos escombros da sociedade feudal. A ascensão da burguesia, então, substituiu antigos por novos atores, que criam novas condições de opressão. “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.” (Ibidem, p. 25). Desse processo, resulta uma deterioração do campesinato, em

¹⁸Spivak (2010) traz em sua obra uma reflexão sobre as várias faces de uma tradição hindu que consiste(ia) em, ao tornar-se viúva, a mulher pratica a autoimolação na pira funerária do marido. Para os hindus, “as mulheres realmente queriam morrer” (Ibidem, p. 122). Essas mulheres que se suicidavam eram compreendidas como corajosas, cheias de força de caráter e devotas dos ideais de conduta feminina. Colocamos luz sobre o “querer” morrer, apontando para as consequências da recusa feminina em não se colocar em sacrifício - caso não se matassem, eram submetidas a uma pena que consistia em levar uma vida de concubina ou de esposa encarcerada. Ou seja, ao subalterno só cabem elogios e honrarias se ele se puser em sacrifício; caso contrário, sobrevém-lhe a desonra e a vingança: às mulheres hindus, o aprisionamento; aos camponeses, o despejo das terras, a violência física e até a morte.

que a burguesia submete o campo à cidade, aumentando o contingente desta com uma legião de desenganados daquele.

Se focalizarmos o Brasil dos anos 1945, logo após o término da segunda guerra mundial, veremos, como constructo desse sistema, uma dinamização da economia agrária, o que, num primeiro momento, poderíamos enaltecer, contudo observamos que o Governo e as chamadas classes produtoras promoviam a ampliação das áreas destinadas à agricultura e à agropecuária dominadas por empresas, concentrando, como já afirmamos, os meios de produção nas mãos de poucos empresários. “Essa modernização da agricultura, feita em termos capitalistas empresariais, visava fortalecer a acumulação de capital em favor dos grupos dominantes, tanto agrário como industrial...” (ANDRADE, 1982, p. 12). Para esses grupos havia expansão do crédito agrícola subsidiado pelo governo, abertura de estradas para escoamento de produção, acompanhamento e assistência técnico-agronômica.

Essa política tinha, no entanto, um forte impacto na vida dos camponeses, oprimindo-os mais uma vez ao retirar deles as terras, que lhes proporcionariam a subsistência, assim como a força de trabalho, que passava, então, a ser direcionada tanto para a indústria nas capitais quanto para os trabalhos nos grandes latifúndios. Consoante discorremos anteriormente, a opressão vivida pelo camponês o acompanha desde o período colonial. Entendemos, porém, que os movimentos de resistência também sempre se fizeram presentes. Os indígenas, os negros, os homens livres e pobres (mestiços) mostraram que a sua dita passividade cede lugar, na realidade, à luta contra a espoliação direta de suas parcas terras; organizam-se em quilombos; engajam-se no cangaço ou em movimentos messiânicos¹⁹, como ocorreu em Canudos, tudo isso com o desejo de manter a posse da terra com o mínimo de justiça social. (Ibidem).

Essas lutas, que representam a resistência do camponês à sua separação tanto em relação à terra quanto aos frutos do seu trabalho, são travadas contra uma burguesia que, não raras vezes, alia-se à aristocracia rural – como afirma Gramsci (1974) – e utiliza-se de instrumentos de coerção a fim de manter a ordem social, excluindo, assim, as camadas subalternizadas de todo o processo de decisões políticas. A luta camponesa²⁰ só se concretiza como tal à medida

¹⁹ Os movimentos messiânicos dizem respeito à crença em um salvador, seja ele o próprio Deus, seja seu emissário. A expectativa de sua chegada por fim à ordem vivida em um grupo social tida como iníqua ou opressiva, e instaurará uma nova realidade de virtude e justiça. Podemos ainda compreendê-los como uma atuação coletiva que visa a concretizar a nova ordem ansiada sob a condução de um líder de virtudes carismáticas (NEGRÃO, 2000, p. 119).

²⁰ Dialogando com Azevedo (1982, p. 37), entendemos que a luta do camponês é travada não apenas com o Estado – visto que a violência sofrida pelo campesinato dispensava a mediação do Estado e de seus aparelhos jurídicos. A dominação tradicional existia, persistia e reproduzia-se porque o produtor direto (o camponês) mantinha ainda

que resiste a todas as formas de expropriação – para isso precisa manter sua coesão em torno do posicionamento ideológico por autonomia do produtor direto (como arrendatário, parceiro, posseiro) na lida com a terra.

Se o campesinato não tivesse resistido a tais formas de expropriação, o que lhe restaria seria apenas a proletarização, o que geraria uma massa de assalariados precarizados que contribuiriam, ainda mais, com o processo de acumulação de capital. Havia a esse respeito, como já explicitamos antes, uma certeza marxista de que, no capitalismo, os camponeses se tornariam, inevitavelmente, proletários rurais. A partir dessa convicção, surge a conclamação para que os camponeses se unam aos trabalhadores urbanos com o intuito de fazerem a revolução socialista.

As diretrizes comunistas apontam, pois, para uma revolução que propõe acabar com o que funciona como um dos pilares do capitalismo: a “sagrada propriedade privada”. Vemos, nesses planos, não uma reforma no interior do sistema capitalista e, sim, uma profunda revolução calcada numa mudança da ordem social que, neste âmbito, desfaz a presença do latifundiário explorador dos pequenos camponeses. Tais propósitos no Brasil começaram a ser engendrados a partir das orientações estabelecidas pela Internacional Comunista, que conduziu o PCB a criar o Bloco Operário Camponês com o seguinte lema: “A terra a quem nela trabalha”.

Há, nesse bojo, uma insistência na caracterização da economia brasileira à época como sendo agrária, semifeudal e semicolonial e é isso que, segundo Anita Prestes (Apud Aued, 1981, p. 10) deveria ser a mola propulsora da revolução socialista. Ela defende “A solução do problema agrário através do confisco da propriedade fundiária, das liquidações das sobrevivências semifeudais e da emancipação da dependência imperialista.”.

Isso é o que prega o quadro teórico do marxismo para uma revolução socialista. Há, no entanto, conforme nos aponta Aued (1981) distorções quanto à aplicação desse modelo (pelo PCB) à realidade brasileira, especificamente no que diz respeito à questão do campesinato. A autora chama a nossa atenção para a seguinte reflexão: qual é o lugar das lutas revolucionárias – onde necessariamente se subverte a ordem social – se, aqui no Brasil, as diretrizes de ação se

uma vinculação com a terra e com os instrumentos de produção. (Como nós vimos no primeiro tópico deste capítulo, esses são aspectos que fazem do camponês, camponês.). Tudo isso num espaço agrário em que predominava o latifúndio, que, *per se*, gerava dependência e submissão ao grande senhor-latifundiário “único capaz de lhes conceder acesso à terra, nas áreas de maior fertilidade e valorização fundiária.”.

resumiram à luta contra a propriedade feudal e contra o imperialismo, ficando assim a luta contra o capitalismo para depois?

Qual é o lugar do capitalismo (monopolista) no processo de manutenção dessas desigualdades? Na estrutura societária do capitalismo – onde o campesinato brasileiro estava fincado – não seria o próprio sistema o mantenedor da propriedade e de todas as desigualdades dela provenientes? Entendemos, portanto, que aquilo que dá causa às desigualdades não seria alvo das lutas, num primeiro momento, o que nos parece um contrassenso em relação à proposta revolucionária que visa a tornar os bens comuns.

Assim, refletindo com Aued (1981), a questão agrária no Brasil é tida, equivocadamente, como um conflito a ser resolvido a partir de uma revolução democrático-burguesa²¹, que aspira a eliminar a sobrevivência dos restos feudais no campo e, conseqüentemente, dos latifúndios improdutivos, e isso seria operacionalizado pela Reforma Agrária. É importante sublinharmos aqui que essa revolução democrático-burguesa, que impunha bandeiras de caráter antifeudal e anti-imperialistas, tinha no **proletariado agrícola** o principal aliado da classe operária. Considerava atrair os camponeses para que engrossassem as trincheiras de luta, mas não tinha foco neles por entender que o campesinato em si configurava-se como um resto feudal e, como tal, deveria ser eliminado. Essa foi marcadamente uma distinção que se estabeleceu entre as Ligas Camponesas do PCB e as Ligas Camponesas fundadas a partir de 1955, cujo foco principal foi a organização dos camponeses.

No entanto, foi, diante dessa realidade, que as Ligas Camponesas foram pensadas em 1945 – período imediatamente posterior à redemocratização. Quando os quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) já contavam com mais de cento e oitenta mil membros no país, as primeiras Ligas comunistas começaram a se organizar. Segundo Azevedo (1982), elas nasceram da iniciativa do recém-legalizado PCB, sob a forma de associações civis que permitiam a cooperação dos camponeses e dos trabalhadores rurais “sob o amparo do código civil.” (Ibidem, p. 55). É importante dizer que a escolha pela criação de Ligas Camponesas apresentava menos dificuldades político-burocráticas ao ser comparada com a organização de sindicatos rurais.

²¹ A revolução democrático-burguesa - entendida por Aued como uma opção equivocada - diz respeito à já conhecida e frustrada associação, na luta, de interesses das classes populares e da classe operária aos anseios burgueses, como reconheceu o próprio Marx, já no século XIX, ao se dar conta da impossibilidade de ganhar a burguesia conservadora para o processo democrático revolucionário, já que o conflito de interesses entre classes, principalmente no que diz respeito à propriedade, propicia, quando muito, reformas no sistema e não um rompimento com ele.

A fundação dessas Ligas refletia a necessidade de o PCB ampliar suas bases políticas para além das fronteiras urbanas. Morais (2012) nos afirma que

Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa. (MORAIS, 2012, p. 22).

As fileiras do partido foram aumentadas, e a realidade política do país seguia em uma direção que favorecia o proletariado urbano, o rural e os camponeses. No entanto, vemos que a ordem democrática dentro do sistema capitalista permanecia intacta. As centenas de Ligas tiveram um valor operacional nos processos eletivos, mas não deixaram de funcionar como “organizações-apêndice da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista.” (MORAIS, 2012 p. 23). Um exemplo dessa centralização se mostra na não formação de líderes camponeses de grande projeção nacional. O próprio Carlos Prestes, não raras vezes, foi o responsável pessoal pela fundação das Ligas.

É importante reiterar o posicionamento da maioria dos integrantes do PCB ao enfatizar que a luta do Partido, para fazer frente aos problemas no campo, deveria ser feita “dentro da ordem e da lei”. Essa luta, conforme já aventamos, consistia na eliminação dos restos feudais e fascistas ainda existentes no país, que tinham como maior problema o monopólio da terra na mão de uma minoria privilegiada (VINHAS, 1982). Enfim, o programa do PCB para o campo contava, segundo Carone (1982) com os principais pontos:

- Maior controle do sistema fundiário pelo Estado;
- Investimentos estatais para que a agricultura se voltasse prioritariamente ao mercado interno;
- Distribuição de terras a famílias que se comprometessem em explorá-las de maneira eficaz e imediata;
- Apoio à criação de cooperativas que visassem buscar crédito barato para o camponês;
- Incentivo financeiro e apoio técnico ao camponês e
- Fixação de preço mínimo para a produção dos camponeses.

As Ligas comunistas almejavam ainda transformações mais profundas na estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe, para tanto, contavam com a organização de assalariados agrícolas e de setores camponeses que abarcavam os pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em quase todos os estados brasileiros. Essa organização propunha uma acumulação de forças militares e eleitorais orquestrada em torno de uma aliança operário-camponesa unitária e disciplinada. (AZEVEDO, 1982, p. 56). É importante enfatizar o papel da mídia nesse processo de organização. A imprensa do partido, como afirma Aued (1981), contava com oito jornais diários no final de 1946, época na qual o partido possuía mais de cento e oitenta mil membros, como já afirmamos.

Apesar do anseio por uma transformação radical, o PCB, por não ter a mesma leitura do que significa o capitalismo, afasta-se dos preceitos da Internacional Comunista. Barriguelli (1981), afirma que

O PCB não consegue por uma análise equivocada do capitalismo, em sua fase superior, perceber o caráter parasitário do capitalismo e de que o avançamento das forças produtivas da sociedade é a própria forma de ser do imperialismo, a própria manifestação deste como a hegemonia do capital financeiro".

Esses autores sustentam que aquilo que atravanca o desenvolvimento do capitalismo não são os resquícios feudais, e, sim, a própria dinâmica de exploração intrínseca ao sistema capitalista, como nos deixa ver Barriguelli (1981). Para eles, essa dinâmica instrumentaliza, por exemplo, a reforma agrária para arrefecer os ânimos dos camponeses, provocando uma sensação de estabilidade e equilíbrio. Esse equilíbrio se dá no interior de um sistema de exploração e, concluem que enquanto existirem atitudes que estabilizem esse sistema, ele se perpetuará. A reforma agrária então não deveria ser uma prática viável para quem pretende eliminar as contradições do capital e do trabalho, pois as reformas assim funcionam numa perspectiva de desmobilização, “de cisão do proletariado. Desarticular, refrear focos de tensões e violências também é uma forma de cindir, de manter a ordem.”²² (Aued, 1981, p. 27), aqui, a ordem capitalista, que é a origem das desigualdades.

O fim das Ligas Camponesas chegou em maio de 1947. O Partido Comunista se tornou proscrito e, por isso, as Ligas foram fechadas. Todos os debates e discussões surgidos por

²² É importante marcar que a perspectiva defendida por Aued (1981) e por Barriguelli (1981) se alicerça na **discrepância** entre os preceitos defendidos pela internacional comunista, que preveem a aniquilação do sistema capitalista como gerador das desigualdades, e a forma como o PCB se posiciona em suas leituras sobre o capitalismo.

iniciativa do partido foram compulsoriamente interrompidos. (SANTOS, 2005), custando caro para muitos dos seus participantes: assassinatos, prisões e perseguições marcaram a atuação do governo Dutra que pôs fim às iniciativas comunistas que acreditavam criar as condições necessárias para que os trabalhadores rurais e os camponeses conseguissem mudar a correlação de forças na política brasileira mesmo diante da impossibilidade revolucionária no país.

2.4 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E AS LIGAS CAMPONESAS DE 1955

Nos estudos marxianos, a partir do materialismo histórico-dialético, o conceito de formação social é compreendido como uma noção que permite contemplar as especificidades de cada sociedade: as suas transformações, seus alinhamentos ou diferenças em relação ao modo de produção²³ vigente. Segundo Nascimento e Santos (2016, p. 07)

Para o marxismo a base de qualquer formação econômico-social é o modo de produção. Entretanto, partindo do pressuposto de que as sociedades são organismos, que por seu desenvolvimento constante, encontram-se em atividade, o modo de produção ganha formas determinadas, concretas e históricas em cada sociedade. Um processo que, ao estar subordinado às leis objetivas da economia, faz com que haja a materialização da unidade entre as forças produtivas e as relações de produção, que se somam a um conjunto de instituições dessa sociedade (instituições políticas, jurídicas, religiosas, filosóficas, culturais) que correspondem a essas relações de produção e as historiciza.

Todo modo de produção baseia-se, segundo Pêcheux ([1975] 2009), numa divisão em classes, cujo princípio é a luta de classes. A ele, atribui-se um caráter intrinsecamente contraditório, sem alijar o que contribui para a sua reprodução do que contribui para a sua transformação já que “a luta de classe atravessa o modo de produção em seu conjunto...” (Ibidem, p. 130). Essas condições contraditórias são constituídas em um momento histórico específico, numa dada formação social.

Pêcheux ([1975] 2009), ao buscar esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, tece considerações acerca das condições ideológicas da reprodução e da transformação das relações de produção de uma formação social. Nela, as posições ocupadas pelos sujeitos condicionam as condições de produção dos discursos, constituindo os efeitos de sentido neles produzidos. Por esta razão, importa-nos situar na história o sujeito Camponês e suas lutas, em um determinado momento histórico no qual eles são destituídos das terras e dos

²³ O modo de produção corresponde, em definição, às relações sociais historicamente travadas no processo produtivo, pelos indivíduos entre si, e as forças produtivas correspondentes a esse processo.

demais meios de produção que os constituem como camponeses. Resta-lhes, então, organizar-se em grupos, sociedades, associações, ligas para lutarem pelo direito de existir enquanto camponeses, como ocorreu em Galileia.

A Liga Camponesa de Galileia – criada em 1955 por camponeses do Agreste pernambucano e regulamentada pelo Advogado Francisco Julião – serviu como embrião para muitas outras Ligas, que se espalharam por várias partes do Brasil. Elas representavam uma nova frente de luta, que, ao congregar os camponeses e trabalhadores rurais, buscavam a garantia de direitos humanos básicos para o campesinato do país. A expansão das Ligas só ocorreu porque alguns fatores sócio-político-econômicos se consolidaram, a começar pela ampliação das liberdades democráticas que se estabeleciam à época no país.

Entre 1951 e 1954, o Brasil produzia algumas mudanças em sua estrutura social. As bases dessas mudanças – empreendidas no segundo governo de Getúlio Vargas – tinham ênfase na industrialização (orientada pelo Estado), na liberalização política e no controle social e sindical. (ABREU et al., 2010). Como já mencionamos anteriormente, todo o desenvolvimento pensado e implementado nos governos de Getúlio representou fortemente a passagem do mundo rural para o urbano industrial. Isso se mostrou à população sob a forma de um intenso processo de modernização, trazendo, a reboque, impactos na existência do campesinato. Um dos pontos cruciais que aplacou a economia camponesa foi o recrutamento massivo de camponeses jovens para o trabalho nas indústrias. Por conta dessa ausência de mão de obra no seio familiar, os camponeses remanescentes eram empurrados, paulatinamente, para a proletarização crescente no campo.

Esse anseio pelo desenvolvimento, pela modernização e inovação do país, principalmente no âmbito das indústrias nacionais e da captação de energias, aprofundou-se com a chegada de Juscelino Kubitschek (JK) ao poder. Ele assumiu a presidência num cenário político aparentemente favorável: na ascensão de uma democracia de massas regida por uma constituição liberal, (Ibidem), ainda que as liberdades políticas não alcançassem plenamente as organizações sindicais e de esquerda. Sobre esse último aspecto, é bom lembrar que, desde 1948, o Partido comunista foi colocado na clandestinidade, o que não impediu que os parlamentares dessa legenda continuassem a defender suas bandeiras dispersos em outras legendas. Foi, inclusive, a presença desses parlamentares no cenário político brasileiro que fez JK ser acusado diversas vezes de ser apoiado por comunistas.

Tais acusações provinham de adversários da UDN, para quem JK representava apenas a continuação política de Getúlio. A única forma que o então Presidente encontrou de se manter no cargo foi garantindo o apoio da opinião pública. Para isso, ousou apresentar seu programa de governo cujo objetivo geral consistia em avançar o Brasil 50 anos em 5! Para isso, estabeleceu um plano de metas que previa abertura de estradas, investimento na indústria nacional e a criação de Brasília. Não se pode negar a preocupação de JK em valorizar estudos e diagnósticos prévios, sobre as possibilidades e alternativas econômicas para o Brasil, a fim de apresentar o seu plano de metas. De acordo com Silva (2010)

Os estudos da comissão mista (Brasil-Estados Unidos)²⁴, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) indicavam a necessidade de eliminar os pontos de estrangulamento da economia brasileira. Tratava-se de setores críticos que não permitiam um bom funcionamento da economia. [...] As metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir positivamente na dinâmica de outros. **A meta de mecanização da Agricultura, por exemplo, indicava a necessidade de fabricação de tratores**, prevista na meta da indústria automobilística. (Destaque nosso)

Pudemos observar o apuro nas análises das necessidades que tinha o Brasil, no entanto tal empenho visava apenas ao aspecto econômico. Os maiores investimentos e atenção seriam de maneira inevitável nas áreas que *per se* pudessem gerar mais riquezas, como fica demonstrado ao observarmos que os setores de energia, transporte e indústrias de base receberam 93% dos recursos alocados (Ibidem), restando, assim, apenas 7% das provisões para alimentação e educação. Quando falamos em alimentação, inferimos que se tangencie aí a produção de alimentos no campo, no entanto, nessa direção, fala-se apenas em mecanização da agricultura, à qual o pequeno produtor, em regra, não teria acesso. Se fizermos ainda uma relação com o que afirmamos no item anterior – sobre a entrega do manejo da terra a grandes

²⁴ Conforme nos afirma Calicchio e Araújo (2010), a comissão mista Brasil- Estados Unidos (para desenvolvimento econômico) era um grupo de trabalho instalado no prédio do Ministério da Fazenda em 1951, no início do governo de Getúlio Vargas. A criação da comissão decorreu de uma solicitação de financiamento norte-americano por parte do governo brasileiro (Tal solicitação foi feita no governo Dutra). À época, havia alguns campos prioritários de investimento que eram os setores de transporte e de energia – tidos como pontos de estrangulamento mais sensíveis da economia. Em último plano ainda se aventava a possibilidade de investir em agricultura. A instalação da comissão mista foi uma iniciativa dos Estados Unidos para analisar a viabilidade do investimento, que não se resumiria a um empréstimo, e, sim, viria eivado de outras condições que vinculariam, obrigatoriamente, sua participação ao cumprimento da lei sobre o desenvolvimento internacional, que impunha assistência técnica aos países subdesenvolvidos. Enfim, o governo norte-americano afirmava que a principal missão da comissão mista seria encorajar a introdução da técnica e do capital estrangeiro no Brasil.

empresas – concluímos com segurança que o pequeno produtor rural não é priorizado na proposição e na consolidação das metas de JK²⁵.

A participação estrangeira no governo de JK não se limita à aceitação das diretrizes da comissão mista a título de análise de viabilidade de investimento. Seus ousados projetos de modernização do país e de crescimento econômico só ocorreram por causa do incremento dos recursos do capital estrangeiro, o que lhe rendeu muitas críticas, visto que tamanho crescimento se deu em detrimento de uma política de estabilidade monetária. Essa opção pelo crescimento, impulsionado pelo investimento privado e pelo estrangeiro, mesmo trazendo inflação, perda do poder de compra dos brasileiros, trouxe para o então Presidente popularidade entre o povo, que, enfim, imaginava que deixaria de viver em uma nação subdesenvolvida.

O prestígio do então presidente perante o povo brasileiro, sua fama de conciliador, a ampliação das liberdades democráticas no país compunham um fértil terreno para que os setores não privilegiados pelas reformas do governo pudessem alçar sua voz, tocando em temas que lhes feriam frontalmente a humanidade: a fome e a reforma agrária. Segundo Morais (2012), eram assuntos que, entre outros, deixavam de ser tabus e passavam a ser discutidos e tratados até pelos jornais e demais meios de comunicação de massa. O universo do campesinato, com todas as suas peculiaridades, começava então a ganhar evidência na política brasileira.

Mostraremos brevemente aspectos desse universo, focalizando alguns pontos da política econômica do Nordeste brasileiro, mais especificamente, do estado de Pernambuco, na década de 1950. Era lá que a agroindústria açucareira gozava de uma sorte de benesses com o crescimento da demanda no mercado internacional, assim como com o estabelecimento de um Acordo Internacional de Açúcar que disciplinaria as quotas das quais cada produtor disporia no mercado dos países importadores. Essa sorte, porém, não acometia nem os camponeses nem os trabalhadores rurais, que sofriam as consequências da falta de planejamento, investimento e medidas reparadoras das injustiças sociais no campo.

Se o campesinato em geral não desfrutava das riquezas geradas pela cultura e beneficiamento da cana de açúcar, no interior de Pernambuco quando as exportações estavam em alta, avaliemos o quanto a situação econômica deles piorava nos momentos em que não

²⁵ Grynspan (2010) afirma que, pelo fato de JK ter experimentado diversas turbulências, que o ameaçaram inclusive de não assumir a presidência da república, optou por evitar tensões que pudessem desestabilizar o seu governo. Não se originaram dele, portanto, políticas que se destinassem a reformar ou a reestruturar a posse ou a propriedade de terras, base do poder dos latifundiários brasileiros. É importante, porém, destacar que a criação da Sudene teve um efeito colateral – não previsto – que foi a forte visibilidade dada às Ligas Camponesas.

havia condições de competição dos produtores nordestinos com os do Sul e do Sudeste do país. Em 1957, por exemplo, o setor açucareiro entrou em crise por causa das dificuldades com o transporte que levava a produção da usina até as áreas de consumo. Os problemas se agravavam ainda mais em relação aos custos e produção. (ANDRADE, 1985). Poderíamos concluir, portanto, que os usineiros, assim como os fornecedores de cana assumiriam os riscos da crise, reconhecendo, pois, seus prejuízos, no entanto o que efetivamente ocorria era a transferência dos prejuízos para os trabalhadores rurais, mantendo seus salários abaixo do mínimo, fora outras atitudes tomadas contra os foreiros que cultivavam em suas terras, como bem descreve Andrade (1985),

Além dos baixos salários foram **expandindo horizontalmente as suas culturas, ocupando as áreas anteriormente destinadas aos sítios dos trabalhadores**. Estes mesmos, com o aumento expressivo do salário-mínimo, tinham uma **diminuição do salário real face ao crescimento acelerado da inflação**. A compressão salarial por um lado e a expulsão de pequenos produtores arrendatários – os foreiros – de seus sítios, por outro, provocaram uma grande inquietação no campo, levando os trabalhadores assalariados e os pequenos produtores a se organizarem, a princípio de forma desordenada, posteriormente, de forma organizada. Começaram a surgir associações beneficentes que deram origem às Ligas camponesas e aos sindicatos rurais. (ANDRADE, 1985, p. 73. Destaque nosso)

Como observamos acima, as ações empreendidas pelos latifundiários a fim de salvar os seus lucros e suas riquezas sempre se dão em detrimento dos direitos dos trabalhadores rurais e camponeses, sem que haja – para coibir ações patronais injustas – nenhuma interferência do Estado. Os trabalhadores são deliberadamente destituídos de suas terras, assim como rompem-se contratos entre latifundiários e foreiros, sendo estes expropriados das terras que cultivaram juntamente com sua família sem direito a uma justa indenização pelo beneficiamento da terra alheia.

Enfim, a falta de investimentos e de posicionamento do Governo Federal no enfrentamento das desigualdades no campo e, além disso, sua omissão no que se refere à relação (desigual por natureza) entre o latifundiário de um lado e o camponês e trabalhador rural de outro não diferem da postura de governos anteriores. Neste momento, no entanto, a abertura política era um terreno fértil para a organização dos camponeses. A eles, somam-se alguns políticos progressistas, religiosos e intelectuais que enxergam os altos índices de mortalidade, os baixos níveis de educação e saúde e a miséria como a representação do atraso, e sua correção se consolidaria como um passo importante para colocar a nação no eixo do desenvolvimento pleno. Foi, nessas condições, que a mobilização no campo respondeu às opressões que os camponeses viviam ao submeter-se a uma realidade análoga à escravidão.

2.4.1 A Liga de Galileia

Todas as organizações camponesas das quais falamos no item anterior tomam parte nos inúmeros empreendimentos de construção de um campesinato com menos desigualdades. Grande parte das tentativas nesse sentido ocorreu – como já expusemos – com a criação das Ligas Camponesas, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro, e dos sindicatos rurais. Especificamente em relação aos sindicatos, Julião (1962, p. 23) afirma que “Houve bom impulso, no início, mas não chegaram a vingar. Muitos não resistiram à pressão do poder econômico e desapareceram.”. Já as Ligas camponesas de 1945 foram desarticuladas concomitantemente à proscrição do Partido Comunista.

Em meados da década de 1950, porém, com a abertura política, que começou no governo de JK, diversas foram as ações para debater as questões agrárias no Brasil. Segundo Moraes (2012), a cada dia multiplicavam-se as iniciativas através das quais o povo discutia seus principais problemas. Foram realizados “congressos contra o elevado custo de vida; congresso pela defesa das riquezas minerais do país; congresso de estudos dos problemas municipais etc.” (Ibidem, p. 38).

Grandes personalidades e organizações progressistas de Pernambuco conseguiram congregar amplos setores sociais dos nove estados do Nordeste Brasileiro no Congresso de Salvação do Nordeste – do dia 20 ao dia 27 de agosto de 1955. Ali se discutiram os principais problemas socioeconômicos que afetam a região. Nesse encontro, oficializou-se, em Pernambuco, o discurso da Reforma Agrária. Moraes (2012) acrescenta:

O Congresso de Salvação do Nordeste desenvolveu no Estado o processo eleitoral, baseando-se na denúncia permanente do anacronismo das estruturas rurais e na condenação do acentuado atraso econômico (industrial-urbano) em que mantinha Pernambuco a oligarquia agrária semifeudal dominante.

Vemos, então, com essa iniciativa não governamental, que havia um apelo social por justiça no trato dos assuntos do campo. Furava-se, ali, a bolha que restringia a relação entre os latifundiários e os camponeses, ampliando, pois, o espaço de denúncias e intervenção externa para, inicialmente, mediar relações entre eles. Dentre os partícipes dessas discussões, já se faziam presentes os camponeses organizados da Liga de Galileia. Como os discursos dos membros da Liga, assim como os discursos da mídia corporativa, à época, são objeto de análise deste trabalho de pesquisa, detalharemos a forma de organização e expansão da Liga de Galileia.

Em 1955, surge a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). De iniciativa dos próprios camponeses. A SAPPP – mais tarde alcunhada como Liga Camponesa – desempenhou o papel de Liga-mãe, inspiradora de diversas outras que se espalharam pelo Nordeste brasileiro e por outras regiões do país. Francisco Julião (1962) é enfático em dizer que não teve ingerência de espécie alguma na fundação da Associação. Julião (Ibidem, p. 24) discorre, ainda, sobre a natureza da SAPPP, dizendo:

Sendo uma **sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo**, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica. (Destaque nosso)

Como vemos nessa descrição, tal associação não traz semelhanças formais com as Ligas Camponesas se pensarmos nas características sobre as quais discorremos quando apresentamos as Ligas Comunistas, no entanto algo nos chama a atenção, quando nos deparamos com um relato de Moraes (2012). Ele afirma que José dos Prazeres²⁶ – depois de ter saído do PCB em 1947 – começou a infiltrar-se no campo a fim de identificar camponeses em litígio com os proprietários de terras. Depois de se tornar foreiro de Galileia, ter-se-ia envolvido na fundação da SAPPP.

Entendemos que, inicialmente, a SAPPP possa ter tido o intuito de se consolidar como uma sociedade de auxílio mútuo, sem grandes pretensões, como descreveu Julião (1962). No entanto, a presença de José dos Prazeres, ex-filiado do PCB, imprimiria a essa Sociedade de plantadores uma feição de continuidade das Ligas do partido Comunista? A união de José dos Prazeres a Paulo Travassos²⁷ na organização da SAPPP e na busca de respaldo político para os camponeses do Engenho Galileia nos faz pensar que as Ligas – mesmo não sendo, a nosso ver, uma a continuidade da outra – trazem consigo pontos de tangência no que diz respeito às suas características.

Dizemos isso, por existirem evidências de que, embora algumas Ligas na década de 1950 tenham surgido de forma esporádica, em lugares distantes das capitais, elas sofreram a

²⁶ José dos Prazeres foi um criador tradicional de Ligas camponesas orientadas pelo PCB. É descrito por Moraes (2012, p. 28) como “um antigo batalhador pelas causas sociais desde a primeira década do século 20...”; foi preso ao tentar recrutar voluntários em prol da revolução mexicana; perseguido por coletar ajuda para os socialistas russos; lutou nas barricadas do Largo da Paz em prol do levante comunista de 1935.

²⁷ De acordo com o que afirma Moraes (2012, p. 29), Paulo Travasso era camponês e operário rural no Espírito Santo, onde militava no Partido Comunista. Ao ser perseguido pela polícia, viajou para Pernambuco e retomou sua militância. Ao lado de José dos Prazeres, Paulo Travassos procurou agregar pessoas que pudessem ajudar os camponeses de Galileia.

influência ideológica de alguns núcleos urbanos de militantes do PCB que, mesmo estando na clandestinidade, resistiram à repressão do Estado e continuaram articulando-se. Seguindo Azevedo (1982), podemos exemplificar a articulação dos movimentos camponeses com o PCB ao relatar a realização do 1º Congresso Nordestino de trabalhadores rurais em 1954. O evento só foi realizado porque o sindicato de Goiana (entidade extrajudicial), liderado por dois militantes do Partido Comunista, mobilizou centenas de camponeses armados de foices e enxadas, os quais enfrentaram autoridades policiais que já tentavam encerrar violentamente o congresso.

Voltando à criação da SAPPP, encontramos outro acontecimento inusitado digno da nossa atenção: Os camponeses decidiram convidar o latifundiário, dono do Engenho Galileia, para ocupar o cargo de Presidente de Honra da Sociedade. Julião (1962) lê o convite como um ato de “humildade” da parte dos camponeses. Reiteramos, no entanto, que enxergamos tal atitude como uma das múltiplas formas de resistência cotidiana (sobre as quais já discorremos no item 1.2.). Se o Latifundiário saiu da cerimônia na qual recebeu essa honraria satisfeito, por ser o único da região a receber uma homenagem como essa dos foreiros, inferimos que, além de os ânimos entre as partes se manterem arrefecidos, alguma cobertura política, da qual os camponeses precisavam para sobreviver, encontrariam na pessoa do senhor Beltrão. Tudo isso – a nosso ver – configura-se como uma submissão falsa, forma silenciosa e ardilosa de resistir cotidianamente.

Houve uma solene posse e, como já relatamos antes, o proprietário das terras saiu muito satisfeito do evento ao ter sido homenageado pelos foreiros. Logo depois desse episódio, o senhor Oscar Beltrão – dono do engenho –, convencido por outros proprietários de terras, decidiu declinar do seu cargo de presidente, convicto de que aquele movimento era coisa de comunista. De presidente da SAPPP passou a ser fervoroso perseguidor do movimento. “A Beltrão se uniram Sadir Pinto do Rego, dono do engenho Surubim e Constâncio Maranhão, dono do engenho Tamatamirim, onde Prazeres organizou mais tarde novos núcleos de camponeses.” (MORAIS, 2012, p. 29).

Já expusemos os inúmeros motivos pelos quais o camponês é tido como tardio em revoltar-se, sendo assim, é pertinente que empreendam formas cotidianas de resistência que incluem, dentre outras manobras, a falsa submissão. Estaríamos diante dela quando nos deparamos com um grupo de camponeses empobrecidos (que mal tiram o seu sustento de terras alheias), chamando o senhor de engenho para ser presidente de honra da Sociedade Agrícola.

Esse, na nossa leitura, é um primeiro gesto de resistência que visa à confrontação simbólica com a autoridade e com as normas de uma elite.

Dialogando com Montenegro (2008), levantamos outra questão que nos é cara: a carta convite que foi entregue ao senhor de engenho pode ser lida como uma “convocação ou mesmo como uma provocação” (Ibidem, p.13), isso porque nela continha a informação de que seria fundada a escola do Engenho e realizada a posse do advogado da Sociedade Agrícola. Ou seja, ao proprietário das terras é dado a saber que os foreiros das suas terras estão criando mecanismos de luta contra as situações que os oprimem; “De forma explícita, sem subterfúgios, estava sendo levado ao conhecimento do senhor práticas que sinalizavam com a ruptura do pacto paternalista e de compadrio que cimentavam as relações de exploração.” (Ibidem, p, 13). Assim sendo, a constituição de um advogado para representar os trabalhadores evidencia, também, uma mudança na lógica que norteia as relações entre o senhor e os foreiros. Quando aquele mandar seus capatazes para calar os camponeses, a resposta será dada na justiça, não mais na retirada do chapéu, no abaixar da cabeça e no silêncio sem esperança...

E quanto à escola, outra afronta aos olhos do proprietário. No Engenho Galileia havia, segundo Julião (1962) 140 famílias, quase 1.000 pessoas ao todo, e não havia escola. Isso configura um descumprimento da legislação que obrigava, à época, todo estabelecimento agrícola com mais de 100 trabalhadores a manter uma escola para eles. Mas, se pensarmos em apenas um, dentre tantos exemplos possíveis, veremos a extorsão que os trabalhadores sofriam no barracão, tendo que comprar alimentos por preços abusivos, e sendo lesados na hora do pagamento ao estabelecimento, podemos compreender que a criação da escola geraria um enorme inconveniente aos senhores de engenho, pois possibilitaria o acesso dos trabalhadores à leitura e à escrita – armas que dificultariam “as perversas práticas de expropriação do trabalhador, quer através das cadernetas de contas do barracão, quer no controle das medições da terra a ser plantada e ou colhida.” (MONTENEGRO, 2008, p. 14).

Nada mais previsível que a atitude do senhor: ameaçou os foreiros de despejo. O estopim para que houvesse “as intimidações, as chamadas à Delegacia de polícia, à presença do promotor, do prefeito e do juiz” (JULIÃO, 1962, p. 25) foi o fato de Beltrão ter enviado à polícia o convite que recebeu para presidir a SAPP. Esta, de pronto, designou dois investigadores para fazer diligências. Entendemos com Montenegro (2008) que, na lógica do patrão, qualquer que fosse o movimento capaz de desafiar a ordem estabelecida, com oprimidos de um lado e opressores do outro, causaria desconforto na classe dominante. Para estes, a manutenção da

ordem tem como base a submissão aos ditames dos poderosos e a aceitação de tudo aquilo que é historicamente imposto ao trabalhador. Ousamos afirmar que, como a polícia representa um eficiente Aparelho Repressivo de Estado, ela serve à manutenção do *Status quo*, portanto qualquer rumor daquilo que os latifundiários nomeariam como baderna, arruaça, vandalismo, seria considerado coisa de comunista, caso de polícia.

Os camponeses se dividiram, e quem decidiu enfrentar o poder constituído, procurou ajuda no âmbito político e jurídico. “Estava o deputado Francisco Julião certo dia na varanda de sua casa, no Recife, lendo o **Diario de Pernambuco**, quando bateram palmas no portão. Tratava-se de um grupo de camponeses que, com José dos Prazeres à frente, queriam dar uma palavrinha com ele.”²⁸ Os camponeses procuraram Julião já que havia a necessidade de um respaldo político e jurídico, pois as arbitrariedades policiais já haviam começado. Porfírio (2012) nos afirma que, até então, Francisco Julião não ocupava uma posição de liderança ou de destaque entre os camponeses. Tanto que eles procuraram antes outros meios e pessoas para a resolução dos seus problemas até obterem a indicação de Julião²⁹.

Como “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, [1975] 2009 p. 281), eles insistiam em se manter camponeses. Teve início, então, a longa jornada dos foreiros contra a ordem sumária de despejo; contra o aumento arbitrário do foro; contra as repetidas invasões de policiais no engenho. Resistir, para Azevedo (1982, p. 61), só seria possível caso

a SAPPp rompesse com o isolamento local e buscasse respaldo jurídico e político fora dos limites do engenho Galileia e do município de Vitória onde tanto a justiça como a polícia eram manipuladas pelos grandes proprietários. Em outras palavras, a luta só se tornaria objetiva na medida em que os galileus amplificassem sua resistência, comprometendo os setores progressistas e liberais da capital, o centro político do estado, e fossem capazes de denunciar, na imprensa ou na tribuna legislativa, a repressão que se abatia sobre os foreiros de Galileia.

Julião protagonizou, então, a figura do advogado/parlamentar que buscava o respaldo jurídico e político do qual os camponeses precisavam. Depois de passar dez anos mantendo contatos esporádicos com os camponeses, Julião aceitou o pedido deles para auxiliá-los jurídica e politicamente no ano da fundação da SAPPp. Ele afirma que pela primeira vez está diante de

²⁸blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2017/01/20/francisco-juliao-o-guia-dastemidas-ligas-camponesas/

²⁹ Quando Oscar Beltrão, latifundiário, dono do Engenho Galileia, ameaçou os foreiros de despejo depois de ter aumentado abusivamente o foro, os trabalhadores formaram uma comissão a fim de visitar o governador Cordeiro de Farias e alguns advogados. Procuraram ainda auxílio na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Só então, depois dessas buscas frustradas, encontraram apoio no Deputado Francisco Julião. (PORFÍRIO, 2008)

um grupo de camponeses a fim de debater com eles sobre a melhor forma de lutar pela sua permanência na terra. Julião assumiu a causa dos camponeses e disse fazê-lo baseado em seus valores socialistas; enxergava no capitalismo uma estrutura fundiária que era “a fonte de todos os males e injustiças contra os humildes...” (JULIÃO, 1962, p. 26). Por isso, abraçou a luta camponesa, afirmando: “A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em um sólido bloco.” (Ibidem, p. 26).

No entanto, Julião não estava só nessa empreitada. Quando José dos Prazeres pensou em procurar ajuda na cidade, ele tinha o intuito de criar uma organização camponesa de circunscrição regional a fim de que esta não fosse sufocada pelo poderio orgânico dos latifundiários. Esse pensamento propiciou a criação do Conselho Regional das Ligas Camponesas apoiado, inicialmente, por: Inácio Valadares Filho e José Dias da Silva (deputados da UDN); Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz (do PTB); José Guimarães Sobrinho (Vereador do PSD) e o advogado Djacy Cavalcanti (do PCB). É importante destacar que, depois da institucionalização do Conselho Regional das Ligas, ele passou a ser composto exclusivamente por militantes do Partido comunista, do Partido trabalhista e do Partido Socialista Brasileiro. (MORAIS, 2012).

Esse foi o pontapé inicial que consolidou o que Azevedo (1982) chamou de resistência. Julião não foi somente a principal voz dos camponeses nas tribunas legislativas e sim também na imprensa tradicional, mesmo que, para esta, as Ligas, por serem consideradas “caso de polícia”, figurassem inicialmente nas páginas policiais dos jornais conservadores da época. Vejamos que nos primeiros tempos das Ligas, a reforma agrária se resumia a algumas medidas, basicamente, contra a violência policial e a exploração dos latifundiários, sobretudo, sob a forma do cambão – que consistia na imposição do dono das terras para que o arrendatário trabalhasse sem remuneração pela quantidade de dias que fosse determinada pelo senhor.

O Nordeste – nos anos de 1955 a 1964 – figura no cenário da imprensa local, nacional e internacional, justamente no período de grande efervescência na atuação das Ligas Camponesas como instrumento da organização dos trabalhadores na luta pela terra. Os fatos que envolvem a atuação das ligas são importantes neste trabalho de pesquisa, no entanto o que mais nos interessa é como os discursos sobre essa luta vão adquirindo contornos de significação no jogo da memória, ora pelo esquecimento, ora pelo excesso de memória “que seria da ordem da compulsão de repetição...” (ROBIN, p. 37). De um lado está a mídia tradicional a repetir que a luta dos trabalhadores é coisa de comunista, suscitando, assim, no imaginário social tudo o

que vem a reboque desta nomeação na fala do patronato. De outro lado, levantam-se algumas vozes – facilmente silenciadas – que tentam não se deixar tragar pela repetição, pelo excesso de memória que desqualifica a luta dos camponeses.

Montenegro (2008) nos aponta que, depois que a SAPP foi regulamentada, o movimento de trabalhadores rurais presenciou os ataques dos meios de comunicação numa constante campanha “de acusações e ameaças de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade.” (Ibidem, p. 19). Eis uma constatação do trabalho midiático na construção de uma história que se cristaliza a partir de memórias produzidas de um lugar específico, do lugar daqueles que veem na propriedade algo a ser sacralizado. Vimos, por exemplo, a ferocidade da mídia corporativa contra a luta camponesa por ocasião da desapropriação do Engenho Galileia – sobre a qual discorreremos mais adiante. *O Estado de São Paulo* afirmou que o combate à propriedade privada representa, em **qualquer tentativa** de Reforma Agrária, um retrocesso que arrastaria a civilização para a barbárie. (PORFÍRIO, 2012). Enquanto, para uns, mobilizar-se para dividir a terra com justiça significa avanço social, para outros dividir é sinônimo de tomar, de roubar, isso porque consiste na subversão da ordem social estabelecida. Na fala do Periódico, que representa os grandes aristocratas e proprietários de terras da época, a propriedade privada é um marco civilizatório, **qualquer** tentativa de reforma agrária representa, pois, a barbárie.

Em contrapartida, Montenegro (2008) menciona como foi empreendido um fôlego de resposta a esse movimento que difama e marginaliza os trabalhadores. Tomou como exemplo o trabalho de Antônio Callado, a serviço do Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, que se propôs a fazer um breve histórico da SAPP e da forma como os moradores se mobilizaram na expectativa do desfecho de um pedido de desapropriação do engenho Galileia, que havia sido encaminhado ao Governo do Estado, e tramitava há dois anos na Assembleia Legislativa.

Nesse ínterim, diversas foram as manifestações públicas realizadas pela Liga de Galileia. Segundo Azevedo (1982), em 1956, os camponeses se uniram para comemorar a abolição da escravatura, realizando um ato que reivindicava a abolição do cambão, do barracão e da exploração que sofriam com os aumentos do foro. Em 1958, a Liga caminha com centenas de camponeses até o Palácio do Governo e realiza a Marcha da fome, ainda em 1958, realiza o primeiro Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores com a participação de quase seis mil delegados.

No entanto, a grande expectativa dos camponeses de Galileia era a desapropriação do Engenho, primeiro lampejo de reforma agrária vivenciada por eles. Seguiremos os passos de Porfírio (2008) que nos apresentou todo o trâmite legislativo da desapropriação. Foi em 1º de dezembro de 1959, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que tudo começou. Nessa ocasião, iniciava-se a seção de desapropriação do Engenho Galileia, por meio do projeto de número 264 de autoria do deputado Carlos Luís de Andrade – suplente do Deputado Francisco Julião, licenciado à época. O projeto foi aprovado no final da tarde, em 1º turno, diante das galerias do plenário da ALEPE repletas de foreiros e trabalhadores, mas essa era apenas a primeira etapa do processo.

Na votação em 2º turno do projeto 264, no dia 07 de dezembro de 1959, os foreiros já ocupavam as galerias da câmara desde o início da sessão no final da tarde. Por falta de quórum, a sessão foi encerrada e outra foi iniciada às 21h. Enfim, depois das 22h, os foreiros comemoraram diante de 20 votos a favor da desapropriação e 10 contra. O 3º turno foi iniciado no mesmo dia, às 23h20, “Finda a votação, a desapropriação do Engenho Galileia tinha sido aprovada em 3º turno. A alegria entre os trabalhadores rurais deve ter sido intensa, afinal para eles a aprovação era também uma vitória da luta por uma reforma agrária.” (Ibidem, p. 29). Por fim, só se esperava a sanção do Governador que ocorreu em seguida, sob pressão, mas ocorreu.

A desapropriação do Engenho Galileia além de ter sido um acontecimento aguardado com muita luta e ansiedade pelos camponeses, trouxe fôlego novo para a luta nas demais regiões do país. Moraes (2012) nos afirma que o prestígio do Nordeste se consolidou a partir da repercussão das lutas dos camponeses da Liga de Galileia. É importante, porém, pontuar que a expropriação de Galileia determinou mudanças nas atitudes dos seus camponeses. Fatalmente, estar de posse das terras arrefeceria a luta revolucionária já que esses novos proprietários, tutelados pelo Estado capitalista, perderiam o interesse político.

Discutimos isso, no terceiro tópico desse capítulo, quando os autores Aued (1981) e Barriguelli (1981) afirmaram que a eliminação de focos de tensão promove a concórdia – que pode ser artificial e temporária – entre as partes em conflito³⁰. Isso traria como consequência o

³⁰ A criação da Liga de Galileia representou, para nós, no decorrer de sua existência, uma vitalidade de pensamento e de ação no que tange às contradições do capitalismo, uma porta de entrada para a superação do capitalismo. O apagamento dos focos, porém, que representavam as motivações para a luta, sempre dentro de um sistema que, segundo Mascaro (2018) louva a democracia, enaltece os direitos humanos, o respeito absoluto às instituições, põe apenas as minorias, abrandadas, nesse quadro de sociabilidade capitalista. Esse foi um sentimento declarado pelos organizadores das Ligas. Independentemente das vitórias alcançadas com a Liga de Galileia, a luta teria que continuar, outras fases deveriam suceder-se aos ganhos com a desapropriação do Engenho Galileia.

enfraquecimento do fazer revolucionário. O que ocorreu em todo o processo de desapropriação de Galileia limitou-se à Lei, não constituiu um ato revolucionário. Foi, como nos diz Azevedo (1982, p. 72) “um ato de exceção”, inteiramente realizado dentro dos moldes constitucionais e debaixo de um extremo controle do Estado, já que “tencionava intervir no campo através de uma política de colonização e cooperação orientado, exatamente, para tentar diluir os conflitos mais agudos nas regiões de tensão social entre os camponeses e proprietários.” (Ibidem).

Cabe-nos ainda algumas colocações a respeito das políticas governamentais que nortearam a desapropriação de Galileia para que não paire neste trabalho a sensação de que todo esse processo legal terminou com um final feliz para os foreiros. Quando falamos em controle do Estado capitalista e em colonização, referimo-nos aos planos da secretaria de cultura de Cid Sampaio que almejava criar a Companhia de Revenda e Colonização – CRC. Ela pretendia usar o caso de Galileia como uma experiência piloto e “teria entre suas atribuições a formulação de um plano de colonização” (AZEVEDO, 1982, p. 72). Esse plano previa o aproveitamento de 500 hectares de Galileia a serem divididos em lotes de 10 hectares que seriam revendidos a apenas 47 das famílias que lá viviam. As demais seriam realocadas para terras (compradas pelo Estado) em outros engenhos.

Diante dessa imposição do Estado, recomeça-se a luta, pois os foreiros não querem sair de Galileia. Eles retomam a luta pelo direito de ficar onde desejam, pois afirmam que sua luta foi contra as múltiplas explorações que sofriam – foro, barracão, humilhações do latifundiário – e não pretendiam sair do engenho. “A terra agora é nossa, não nos tirem daqui” (Ibidem), afirmou Zezé de Galileia em entrevista ao Estado de São Paulo em agosto de 1961. Constatamos, diante da observação dessa enorme trajetória, que a desapropriação, seguindo todos os trâmites que previa a lei, não era eficaz, vejamos que a luta começou quatro anos antes do desfecho na Câmara dos Deputados em 1959 e até 1961 essa saga ainda não havia terminado. Teriam, enfim, os camponeses de todo o Brasil que se mobilizar para promover uma reforma agrária radical?

2.4.2 As frentes de batalha das Ligas de 1955

Segundo (JULIÃO 1962), se os camponeses são como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar, a Liga daria “liga” a esse campesinato disperso. Para tanto, seria necessário agir em três frentes:

No campo, na Justiça e na Assembleia. No campo, mantendo contato direto com os camponeses, escrevendo boletins, como o “Guia do camponês”, o “ABC do camponês”, a “cartilha do camponês”, a “Carta de Alforria do Camponês”. Na Justiça, promovendo ou contestando ações que se multiplicavam rapidamente com o alastramento das Ligas por outros municípios do estado. Na assembleia, fazendo denúncias e protestos contra as violências, as arbitrariedades, as prisões e os assassinatos impunes dos camponeses que se destacavam pela coragem e resistência contra o capanga e a polícia. (Ibidem, p. 27)

O primeiro aspecto, então, que é caro a Francisco Julião, é a instrução aos camponeses. Quando aponta o campo como frente de batalha, faz menção direta aos processos que visam à educação dos camponeses. Para ele, não se faz um movimento sem se tomar posse daquilo que se pratica. Afirma que há, nesse primeiro momento, uma fase de doutrinação³¹ para vencer o “atraso de uns e a desconfiança de outros, de modo a acender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo.”. (Ibidem, p. 26). No capítulo 3, avançaremos na investigação sobre os modos de promover essa instrução aos camponeses – seus mecanismos e objetivos – e como eles apontam para uma contradição que já se revela nas análises entre o legalismo e as práticas que ferem a lei.

Julião escrevia, como já mencionamos, folhetos que continham tópicos de esclarecimento sobre a luta pela terra e a relação a ser estabelecida entre camponeses, trabalhadores assalariados e os latifundiários. Em um folheto chamado “Bença mãe!”, lê-se: “Se o latifundiário meter o gado no teu roçado contra a tua vontade, junta os teus irmãos, retira o gado e leva a Prefeitura a fim de tomar providências e punir o invasor do teu roçado...”. “Mantém tua foice sempre bem amolada atrás da porta para te defenderes da agressão do inimigo que é o capanga e a polícia a serviço do latifundiário.”. Vemos nesses enunciados o vaivém entre o legal e o ilegal; entre aquilo que prega o Estado democrático de direito e o que se compreende como marginal, mesmo que para tais atitudes haja justificativas de classes: “Não

³¹ Para Francisco Julião, os intelectuais que se propuseram a encaminhar as demandas da Liga não deveriam ser os detentores absolutos do saber, aqueles que iriam comandar os camponeses ignorantes como massa de manobra. E, sim, todos deveriam tomar posse daquilo que passariam a praticar politicamente. Compreendemos, pois, que a preocupação de Julião com a doutrinação é uma preocupação com a educação – educação que espanta o medo... que humaniza o camponês, “dando-lhes os instrumentos indispensáveis para que ele se sinta um ser humano.” (JULIÃO, 1969, p. 05). E tudo isso se coaduna temporalmente com a emergência da educação popular, que se pauta no respeito do conhecimento do povo como uma atitude política consistente. A pedagogia de Paulo Freire, com a qual comparamos a doutrinação/educação designada por Julião, é compreendida também como uma pedagogia da humanização, que se afirma como uma relação entre homens e mulheres que buscam o direito de se constituírem como sujeitos históricos. Assim, entendemos com ARROYO (2000, apud SOUZA, 2001, p. 267), que o que se compreendia, naquele momento histórico, como uma educação pela humanização pressupunha que “todo projeto educativo tem que ser um projeto de humanização; isso implica reconhecer a desumanização, ainda que seja uma dolorosa constatação. Juntar os cacos triturados pela injustiça, pela fome, provocadas pela brutalidade do capitalismo. Buscar a viabilização da humanização no contexto real, concreto do Brasil.”...

espere muita coisa da justiça, porque a justiça é de classe. Há poucos juízes com os pobres e muitos com os ricos, comendo do bom e do melhor e aplicando uma lei que não é a tua lei.”.

Se tomarmos como exemplo o documento intitulado “Carta de Alforria do Camponês”, concluiremos que, com uma linguagem acessível à compreensão de pessoas não letradas, como os camponeses, eles conclamam os camponeses do Brasil inteiro a empreenderem uma luta pela sua libertação. Para isso, na construção do gênero textual, fazem uma ode ao camponês na primeira parte; usam a imagem de Cristo como um rebelde para conseguir a adesão do camponês-cristão na tarefa do engajamento sem medo da luta. É nesse espaço de construção da consciência camponesa que os enunciados de formação política se entrelaçam com os enunciados de caráter religioso com fins à consecução da adesão do campesino à congregação com outros iguais, “é o feixe de varas, é o povo marchando, é a liberdade chegando.” (JULIÃO, 1962, p. 71).

Já na frente jurídica, o trabalho inicial consistia numa mudança na lógica do litígio entre os parceiros, foreiros e os proprietários de terra. O que antes se resolvia na violência dos capangas, nas ameaças de morte, agora é resolvido diante do juiz. As principais reivindicações dos camponeses eram a permanência em seus sítios, sem que houvesse o aumento abusivo do foro e, ao haver despejo, a indenização dos proprietários pelas benfeitorias da terra³². Essas foram as primeiras demandas dos camponeses organizados da Liga camponesa de Galileia. Julião (1962, p. 49) nos fala detalhes sobre as necessidades dos camponeses na constituição dos advogados para defendê-los juridicamente:

O latifundiário, a princípio, apela para a força, visando a derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaça de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despejo sumário do camponês que assume a liderança do movimento. É, então, que se inicia a batalha judiciária. Aí o advogado da Liga desempenha relevante papel. [...] Quem mais se interessa pela demanda é o próprio camponês. Ele quer ficar na terra ou obter o pagamento de suas benfeitorias.

É certo que essa luta no viciado judiciário, que deveria amparar os camponeses nas questões que envolvem propriedade e posse da terra, e, por isso, habitam no campo do Direito Civil, nem sempre se configurava como uma vitória expressiva, no entanto mobilizar os companheiros para irem juntos às audiências para verem o senhor das terras diante do juiz

³² Era comum que os proprietários de terras fizessem pequenos contratos com os foreiros. Assim que os contratos terminavam, os latifundiários calculavam as benfeitorias que tinham sido feitas na terra e incorporavam-nas ao preço do novo aluguel, isso justificava o aumento do foro para o próprio camponês que tinha beneficiado a terra ou ainda o despejo quando este se recusava a ser explorado dessa maneira. Com a terra beneficiada livre, o proprietário a oferecia a outro potencial foreiro de suas terras. (Azevedo, 1982, p. 81).

configurava-se muito mais como um gesto de resistência dos camponeses do que como a justiça tão esperada por esse povo. Ainda que seja para entregar-lhes a derrota, a justiça, que não enxergava as demandas do campesinato como um contraponto aos interesses do latifúndio, passou a ter que se ocupar de suas questões, colocando o latifundiário no banco dos réus.

Um marco na luta dos camponeses contra os latifundiários, na justiça, ocorreu, como já discorremos amplamente antes, quando aqueles pediam a desapropriação de Galileia em favor dos foreiros. Essa batalha, que se arrastou por anos no judiciário, trouxe uma vitória que veio, não inteiramente por meios jurídicos, e, sim, teve o seu desfecho junto à Assembleia Legislativa. Vale salientar que a união entre as Ligas: Galileia, Limão, Espera, Cova da Onça e Miroeira foi decisiva para o triunfo.

Era no âmbito legislativo que ocorriam ainda as denúncias das atrocidades sofridas pelos camponeses, não só por parte dos proprietários de terras, como também de representantes do povo como o governador da época, o general Cordeiro de Farias, e de juízes que entendiam, por exemplo, o cambão como modalidade de contrato de arrendamento, consagrado pela praxe e não como exploração promovida pelos donos das terras contra os camponeses, como trabalho gratuito determinado à revelia dos foreiros.

A luta no legislativo contra os posicionamentos do então Governador de Pernambuco foi um capítulo importante e incômodo na vida dos deputados que defendiam os camponeses. Estes, que eram frequentemente expulsos das terras que cultivavam, perseguidos, espancados, presos e mutilados pelos grandes proprietários rurais – os conhecidos coronéis – agora, deparavam-se com um governador que reconhecia nos coronéis benfeitores da comunidade, grandes advogados do seu povo. Cordeiro de Farias afirmou: “... a verdade é que os coronéis se batiam mesmo é por escolas, saúde pública, estradas. E esse era o lado saudável do mandonismo excessivo e nefasto. O saldo, a meu ver, é francamente favorável ao coronelismo.” (FARIAS, apud AGUIAR, 2014, p. 183).

Se nos recordarmos das denúncias de Julião sobre escolas, por exemplo, veremos a grande falácia que é atribuir aos coronéis a luta por estabelecimentos de ensino para os camponeses. Ao tomarmos o caso de Galileia, veremos que lá havia mais de mil pessoas nas terras do engenho e não havia escola como, a rigor, a lei garantia. Outra observação nesta fala do coronel não pode deixar de ser feita: existe lado saudável no mandonismo? Mandar significa estar numa relação unilateral de opressão, ou seja, existe quem manda e quem obedece. Existe quem tem voz e a quem a voz é negada, calada, silenciada, no caso dos camponeses, sob pena

de castigo, castigo físico, moral, psicológico. Entendemos o paradoxo “...lado **saudável** do mandonismo **excessivo e nefasto**.” Como um ato falho, através do qual o sujeito atribui ao mandonismo a característica de ser excessivo e nefasto, reconhecendo, assim, que há um lado bom em ser ruim, funesto e **que ocasiona prejuízos**. Assim se mostra o lugar de onde se fala, os valores que norteiam a forma de (não) cuidar daqueles que, naquele lugar, trabalham sob uma genérica tutela do Estado.

Como poderiam os parlamentares progressistas não subirem à tribuna contra um governador que “atribuía a presença dos ideais comunistas à fome e à miséria e à ignorância” (AGUIAR, 2014), e que, a partir dessa grande constatação, afirmava que o perigo comunista era uma realidade. O que diriam os camponeses e os intelectuais que apoiavam a luta no campo? O perigo entre os pobres é a miséria e a fome ou comunismo? Há, na fala do governador, mencionada por Aguiar (Ibidem) uma clara posição autoritária em relação aos males a serem combatidos: para ele, o comunismo é o mal maior, maior que a miséria e a fome. Ademais, o General vê na reforma agrária uma razão para a penetração esquerdista no campo e, para completar, afirma que a reforma agrária faria dos camponeses pessoas infelizes já que, por serem nordestinos, ao contrário dos sulistas, não tinham condição de cultivar a terra por serem muito ignorantes. Em suas palavras:

Estou me referindo, é claro, a Pernambuco e ao Nordeste. Se quiserem fazer aqueles camponeses mais infelizes, é só dar a eles um pedaço de terra, porque eles não têm capacidade de se orientar. A não ser que lhes seja dada também, junto com a terra, uma organização técnica com toda a assistência de agrônomos e professores. Assim é possível. Fora disso, a reforma agrária só fabricará miseráveis. (FARIAS apud AGUIAR, 2014, p. 185)

Julião (1962) rebate o general, denunciando o seu apoio irrestrito aos latifundiários e afirma que seus crimes nunca foram apurados, tampouco punidos. Pesa sobre seus ombros o fato de ter transformado Pernambuco num estado fascista (nas palavras de Julião (1962)), onde se realizaram três vezes mais prisões políticas no período do que no Brasil inteiro, totalizando 630 prisões de militantes de partidos de esquerda, além de mortes por assassinato. O Poder Legislativo foi vítima de um sequestro quando se reunia com camponeses em Vitória de Santo Antão. Esse foi mais um crime que, embora tenha sido investigado pela comissão judiciária presidida pelo Juiz Luiz Regueira Pinto de Souza³³, também ficou impune.

³³ O Doutor Luiz Regueira Pinto de Souza, juiz de direito de Jaboatão dos Guararapes, foi brutalmente assassinado dentro do palácio de Justiça, em Recife, pelo promotor Aníbal Varejão, correligionário do General Cordeiro de Farias, e conhecido advogado de latifundiários.

Vimos, então, como a luta camponesa foi calcada nessas três frentes, principalmente durante os primeiros anos de sua existência. Com a experiência, um tanto frustrada pelas manobras governistas, da desapropriação do Engenho Galileia, as Ligas passaram a ter uma feição mais radical. Essa mudança teve o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – convocado pela Ultab³⁴ – como marco inicial. Ele registrou uma ruptura de ideias entre o Partido Comunista e as Ligas. O grupo Julianista, como nos diz Aued (2012), contagiou todos os delegados com a bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra”. Enquanto isso, a Ultab viu derrotadas as suas modernas teses de reforma da lei do arrendamento rural, da extensão da política salarial e da previdência para as massas rurais. Estamos aqui diante da preocupação no âmbito trabalhista, ou seja, tais medidas são voltadas aos trabalhadores rurais e não aos camponeses. É importante registrar que, a essa altura, existia um grande incentivo do Partido comunista de sindicalizar os trabalhadores rurais e converter os camponeses sem terra em trabalhadores.

Não é isso, porém, o que almeja Julião. Aued (Ibidem) nos afirma que fazia parte da pauta de reivindicações dos Julianistas uma ampla proposta para uma Reforma Agrária Radical. Um tanto descrentes das táticas de acumulação de forças políticas, por meio da consecução de postos eletivos, defendidas pelo Partido Comunista, as Ligas Camponesas representadas por Julião publicavam a necessidade de realizar um movimento nos moldes do que havia sido feito em Cuba. Vejamos:

Para aplicar a pretendida reforma agrária radical, reivindicavam: desapropriação das terras não cultivadas com área superior a 500 hectares que fiquem próximas dos grandes centros urbanos, açudes ou principais vias de comunicação; indenizações, em longo prazo das terras desapropriadas; alteração do artigo 147 da Constituição, que se refere à indenização das terras desapropriadas; imposto territorial proporcional ao tamanho da terra (e isenção desse imposto à pequena propriedade agrícola); doação das terras devolutas àqueles que nela quiserem trabalhar; o incentivo à produção cooperativa e facilidade de crédito agrícola. (Ibidem, p. 85)

Diante dessas reivindicações, entendemos que há coerência com a proposição de uma reforma socialista, que implica ainda, se se querem seguir os moldes de Cuba, uma intervenção armada, com o campesinato liderando hegemonicamente o processo. Enfim, vemos as Ligas proporem uma revolução no lugar de reforma. Essa radicalidade implica, pois, a eliminação do

³⁴ **UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL (ULTAB)**: Organização criada em 1954 pelos trabalhadores agrícolas com o objetivo de lutar pela melhoria das condições de trabalho nas áreas rurais. Ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a união surgiu num contexto de mobilização nacional dos trabalhadores em favor do aumento do salário mínimo. Abrangendo principalmente os trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná, sua principal reivindicação era a extensão do salário-mínimo ao campo. Desapareceu após o golpe civil-militar de 1964.

imperialismo e do latifundiarismo³⁵. (Ibidem, p. 90). Mesmo que, no Congresso, os delegados tenham-se deixado seduzir pelo discurso da Reforma Agrária Radical, as representações municipais da Ultab – que se reuniam nos núcleos de todos os estados brasileiros – seguiam avançando no processo de sindicalização das massas camponesas³⁶. Eles agiam prioritariamente nos espaços vazios deixados pelos dirigentes das Ligas, que continuavam pregando não apenas a “reforma agrária na lei ou na marra”, como também conclamavam os camponeses a usar a violência. Observemos que, em 1963, o movimento camponês, concentrado em Pernambuco e na Paraíba, tentou construir um setor armado (clandestino). Membros das Ligas e alguns integrantes do sindicato rural compunham essas milícias camponesas. (MORAIS, 2012). Mas é sempre bom reiterar que o medo da violência, do embate com o latifundiário fazia com que a maioria dos que estavam no campo se apegassem à melhoria de suas condições de vida, “serviço médico domiciliar, plano de emergência, tratores e agências do Banco do Brasil. Isso tudo parecia dizer muito mais do que ‘morte aos latifundiários.’” (AUED, 2012, p.90).

Como uma das últimas ações e estratégias de manutenção das Ligas Camponesas, foi fundada uma organização política do tipo leninista no interior da Organização de Massas das Ligas. Funda-se a escola de quadros que se destina aos melhores quadros das Ligas, dando-lhes capacitação política.

As matérias ali ministradas eram, entre outras, história das lutas de classes, noções de economia política, a revolução brasileira, a organização do tipo leninista (centralismo democrático), agitação e propaganda e a prática do funcionamento das organizações de tipo leninista. (MORAIS, 2012, p. 63)

A esse conhecimento teórico, somar-se-ia, num segundo momento, o treinamento prático. A união desses dois instrumentos resultaria na reconstrução da organização militar. A organização política estabeleceu planos de formação dos militantes que se estenderia até junho de 1964. Entretanto, o golpe militar frustrou o planejamento das Ligas, que tiveram a sua proscricção declarada, alguns dos seus líderes presos e outros assassinados.

As Ligas, assim, foram caracterizando-se, com o passar do tempo, como um complexo movimento por Reforma Agrária radical. Nesta ação, em várias frentes, buscou-se o êxito do

³⁵ Azevedo (1982) nos conta que as Ligas incorporaram as experiências das revoluções cubana e chinesa e, aos moldes destas, passaram a **negar** o seu caráter pacífico e a prioridade em se construírem reformas estruturais sem o confronto direto com o bloco industrial-agrário.

³⁶ Durante 1 ano e 3 meses depois do Congresso de Belo Horizonte, houve inúmeras manifestações a fim de pressionar o governo em prol da sindicalização. Aued (2012) afirma que tanto a intensidade quanto a dimensão dos acontecimentos indicam que a classe dominante vai/precisa (para manter as rédeas dos acontecimentos) tutelar o movimento. Cremos que esse seja o grande motivo pelo qual os julianistas se opõem às atitudes do PCB em não abraçar as Ligas e, por conseguinte, radicalizar o movimento.

movimento: Francisco Julião era uma voz que se fazia ouvir no parlamento pernambucano, no meio jurídico e entre as massas camponesas. Entremeava em seu discurso a conclamação para a luta sem descuidar de fazer as devidas referências aos aspectos religiosos, tão caros aos camponeses, buscando retomar o cristianismo como a referência religiosa dos oprimidos da Judeia e dos escravos de Roma (JULIÃO, 1970), recusando-se a proclamar a religião como instrumento dos opressores.

Trilhar esse percurso no capítulo um, mostrando as condições de produção dos discursos do campesinato e sobre o campesinato, dando ênfase ao lugar ocupado pelo camponês no regime societário capitalista, é fundamental para que possamos fazer uma leitura do corpus de análise condizente com a teoria à qual nos filiamos, que atribui às condições de produção de um discurso um lugar de centralidade por ele dizer respeito não ao contexto imediato de produção de um discurso e, sim, a uma relação de forças que constitui as práticas discursivas.

Essa relação diz respeito à assimetria na relação entre os homens, ao desnível entre lugares que eles ocupam na produção social (FONSECA, 2010). Pontuar, pois, neste trabalho o lugar que o camponês ocupa ao relacionar-se com os latifundiários, num determinado momento histórico, mas sem deixar de vinculá-los a movimentos anteriores, significa mostrar a importância dessa relação na constituição dos seus discursos, pois “Se o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, a tensão constituinte da relação entre estes interlocutores não é estranha aos sentidos aí produzidos.” (Ibidem, p. 02).

Falar ainda sobre as possibilidades de revolta/revolução no campo aponta para a possibilidade da resistência. Como não há dominação sem resistência, não cabe ao camponês a imobilidade de lugar. Ele resiste à imposição de um lugar seu, o lugar da imutável submissão ao latifúndio. Esses movimentos de resistência, que não fogem à inscrição no simbólico, serão vistos, nesta pesquisa, à luz da AD, como já afirmamos antes. Assim sendo, apresentaremos, no próximo capítulo, nossas questões metodológicas, que dão visibilidade à construção do corpus de análise.

3 SOBRE AS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Tomar a decisão de trabalhar com AD, nesta pesquisa, trouxe-nos implicações que sobrepujam o trabalho com a linguagem. Ao mesmo tempo, pensar em metodologia num trabalho com esse viés teórico inspira cuidados a fim de que não o concebamos como meramente instrumental... como se ali existisse um conjunto de dispositivos analíticos a serem ‘aplicados’ para a consecução de um produto, desprezando, assim, o processo que envolve a construção dos sentidos e o trabalho do analista diante do corpus em análise.

Henry ([1969] 2010) afirma-nos que Pêcheux foi um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas. Tais características do proceder de Michel Pêcheux, no início de suas reflexões sobre AD, poderiam levar-nos a concluir que a AD fornece aos analistas de discurso instrumentos e ferramentas de análise, mas, segundo Marandin e Pêcheux ([1984] 2011, p. 113), “a AD renunciou a lhes fornecer ‘ferramentas’ de descrição, até mesmo de leitura: ‘não há leitura pronta e acabada’ do tratamento textual. As questões e as interpretações de um leitor não são suscetíveis de cálculo.”.

Estamos, pois, diante de um arcabouço teórico que põe, num movimento de análise discursiva, a figura de um leitor responsável por

recortes heterogêneos do texto a ler, atraindo-o sobre linhas de leituras emaranhadas, constringendo-o a considerar os níveis opacos à ação de um sujeito (sintaxe, léxico, enunciado), uma Análise de discurso pode mudar a natureza do gesto de leitura: não mais um gesto globalizante no qual a interpretação se confunde com o reconhecimento, mas vários gestos nos quais a interpretação se efetua na tensão. Não se trata de leitura plural na qual um sujeito joga, multiplicando os pontos de vista possíveis para nela melhor reconhecer-se, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despossuído e responsável pelo sentido que ele lê. (MARANDIN e PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 113-114).

Parece-nos, então, que a recusa por um método estanque de verificação de sentidos postos, prontos e acabados, provém justamente do reconhecimento de sua impossibilidade. Não há um só sentido a ser alcançado pelo leitor, já que estamos diante de um objeto como o discurso que – como já explicitamos anteriormente – é mais do que transmissão de informação (mensagem) é efeito de sentidos entre interlocutores. (PÊCHEUX, [1975] 2009). Entendemos, pois, que, nos gestos de leitura, não existe isenção do leitor, ele é responsável pelo sentido que lê. Seu olhar é determinante na constituição dos sentidos, que podem ser múltiplos, todavia não podem ser quaisquer.

Diante dessa observação, indagamo-nos sobre o papel da Língua na constituição do Discurso e na construção dos sentidos. Marandin e Pêcheux ([1984] 2011) reafirma que a posição da Análise de discurso vê a língua como um real específico que forma o espaço do contraditório do desdobramento das discursividades. Sua problemática é introduzida na perspectiva arqueológica – inaugurada por Foucault – que leva em conta as condições sócio-históricas de existência do discurso na sua heterogeneidade.

Analisar discursos será, pois, tomar “por objeto o trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo das contradições sócio-históricas” (Ibidem, p. 229), constituindo-se um corpus que deverá ser analisado a partir de uma sequência “na sua relação com o seu exterior discursivo específico (em particular seus pré-construídos, seus discursos relatados, etc.) e em relação à alteridade discursiva com que ela se defronta, ou seja, o campo sócio-histórico do qual ele se separa...” (Ibidem)³⁷. Devemos ainda ressaltar que o analista do discurso “ouve” o sujeito enunciador – sujeito dividido entre as relações com o ideológico e com o inconsciente –, o que ele diz; como ele diz; o que ele não diz, mas que afeta o seu dizer... para tanto, Orlandi (2009b, p. 59) nos orienta, dizendo:

Todo enunciado é **linguisticamente descritível** como uma série de pontos de deriva possível, oferecendo lugar à **interpretação**. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. (Destaque nosso)

Entendemos, assim, que, ao nos colocar diante do corpus de análise, (cuja constituição já revela um traço interpretativo), o nosso movimento analítico pendulará entre a descrição e a interpretação. A fim de pensarmos esse movimento, apoiamo-nos em Léon e Pêcheux ([1982] 2011) que enunciam “Três Condições Cruciais para a Análise de Discurso.”

O primeiro ponto, que delimita uma posição teórico-metodológica, diz respeito ao que os autores compreendem pela noção **de leitura**. Para eles, ler não significa depreender informações, “O sentido de um texto, de uma frase e, no limite, de uma palavra, só existe em referência a outros textos que constituem o seu ‘contexto’ (contexto onde as modalidades de acessibilidade são, obviamente, extraordinariamente variáveis)” (LÉON e PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 165). Como consequência dessa tomada de posição, a substituição, a comutação e a

³⁷ É importante que registremos o quão amplo, abrangente e ambicioso julgamos ser esse projeto e, quase sempre, damos conta dele de forma parcial. Entendemos que existe uma distância entre o que almejamos no trabalho de pesquisa e o que realmente obtemos.

paráfrase acabam por se configurar como possibilidades para “cercar” o sentido de um enunciado.

O segundo ponto diz respeito ao que eles nomeiam como “estrutura dos dados”, que consiste na **estruturação dos arquivos** que serão submetidos à análise. Os autores nos advertem de que não devemos criar a ilusão de que o corpus de análise seja um banco de dados, “uma justaposição de homogeneidades contrastadas” (Ibidem) e, sim, um sistema diversificado e heterogêneo que é fruto das “escolhas” daquele que empreende sua seleção. Selecionar o corpus de análise, enfim, representa o primeiro gesto analítico, o primeiro movimento de interpretação.

Por fim, um terceiro ponto é apresentado. Sua preocupação é com o estatuto do **enunciado**. Num primeiro momento, parece-nos claro que os autores dialogam com Foucault ([1969] 2009) quando este ressalta a importância de relacionar uma determinada sequência a todo um campo adjacente³⁸ para que enfim aquela sequência se constitua como um enunciado. Para Léon e Pêcheux ([1982] 2011), acrescenta-se a esse aspecto a importância do tratamento da sequência discursiva como aquela que comporta “uma série de mudanças de níveis, **sintaticamente recuperáveis** (ao menos em parte).”, o que os faz afirmar que um determinado grau de análise sintática deve ser praticado, levando em conta o real³⁹ próprio da língua.

Tal papel da sintaxe é explicitado por Léon e Pêcheux ([1982] 2011), ao pontuarem o nível de intervenção desse tratamento num corpus de análise. Se seguirmos as pistas deixadas pelos autores, empreenderemos algumas reflexões a esse respeito, mas, e antes de tudo, importa-nos reafirmar que o sistema de corpus, que é destacado do arquivo textual, é necessariamente heterogêneo e, por se constituir do que costumamos classificar como Sequências Discursivas, sofre também a quebra do fio do discurso e são, por isso, tratadas pelo analista como entidades independentes.

A fim de dar visibilidade ao processo discursivo (no âmbito da produção de sentidos), é necessário que as sequências discursivas sejam dispostas umas em relação às outras. A partir daí, procede-se à observação intrafrástica, em que são analisados termos da oração, que a

³⁸ Para Foucault – em A Arqueologia do saber – só poderemos pensar na “Ascensão” de uma frase a um enunciado, pensando no seu campo adjacente. “Um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados.”

³⁹ Quando Pêcheux ([1969] 2010^a, p. 52) se reporta ao real da língua, ele faz referência ao trabalho de J-C Milner (2012), afirmando: “A tese defendida por Milner relaciona, assim, inteiramente a possibilidade da linguística com aquilo que a língua contém de impossível, impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira.”

organizam, promovendo a coesão das Sequências Discursivas⁴⁰ (Ibidem). Assim posto, poderíamos pensar que a análise se limita à estrutura linguística das sequências; os autores, no entanto, reiteram que, para pensarmos na questão do sentido, precisamos estabelecer uma relação entre sintaxe e discursividade. “a paráfrase sintática é na verdade fruto da articulação de duas hipóteses fundamentais da análise de discurso: hipótese da importância teórica do núcleo autônomo da sintaxe e hipótese sobre a produção discursiva de sentido.” (Ibidem, p. 169).

É, portanto, sob o manto da língua, que a produção discursiva se mostra imersa em condições de produção tão específicas que, ao relacionarmos sequências discursivas a fim de dar visibilidade ao(s) seu(s) sentido(s), poderemos encontrar o mesmo ou o outro; ou seja, sequências parafrásticas ou polissêmicas. Segundo Léon e Pêcheux (Ibidem), isso ocorre porque a discursividade, na sua essência, constitui-se na tensão contraditória da relação paradigmática de substituição que se inclina ora para a estabilização, ora para a deriva de sentidos. Frise-se que não podemos pensar numa contradição pelo viés da lógica e, sim, pelo uso materialista da noção de contradição⁴¹ – é necessário ter em vista os espaços heterogêneos onde tal contradição funciona.

Reiteramos, enfim, que a estrutura sintática, que, esquematicamente, situa-se no eixo sintagmático, na horizontalidade intradiscursiva, somente tem existência real por estar submetida aos efeitos da verticalidade paradigmática, é nesta que se supõe a referência ao mundo exterior, independente, regando as identidades de sentido no nível dos grupos nominais, dos enunciados e das proposições. É nessa relação que incide o olhar do analista, que se valerá de todo o conjunto de dispositivos teóricos a partir dos quais compreenderemos os efeitos de sentido dos discursos. Tais dispositivos situam o analista numa posição não neutra diante do corpus – já que o leitor atua sobre aquilo que lê –, assentam-no num lugar em que “atravesse o

⁴⁰ Léon e Pêcheux ([1982] 2011) nos afirmam que, para que haja a segmentação no tratamento do corpus, de maneira inevitável, rompe-se o fio do discurso. Nesse processo de segmentação, é necessário que usemos critérios sintáticos, levando em conta as ligações intrafrásticas. “Essas ligações são, de um lado, os conectivos, compreendendo as conjunções de coordenação, as locuções adverbiais e preposicionais e alguns advérbios frasais, de outro lado, as anáforas e as elipses. Entrando igualmente dentro dos critérios de segmentação, as marcas de enunciação: o sistema modo-aspecto-tempo e os determinantes.” (Ibidem, p. 167)

⁴¹A Análise de Discurso francesa pecheuxtiana exige que nos aprofundemos na noção de contradição, própria de uma forma de produção que se relaciona prioritariamente com a divisão das sociedades de classe, particularmente capitalistas. Tais contradições implicam diretamente a formação das práticas ideológicas, especificamente, as discursivas.

efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito.” (ORLANDI, 2009b, p. 61).

3.1 O CORPUS DE ANÁLISE

Quando, em Análise de Discurso, pensamos em *Corpus*, recorremos naturalmente ao espaço do Arquivo. Importa-nos refletir sobre este, pensando no caminho trilhado por Foucault ([1969] 2009), que atrela as reflexões sobre Arquivo à sua relação com o *a priori* histórico, o qual é compreendido como uma “condição de realidade para enunciados” (Ibidem, p. 144) e não como uma condição de validade para juízos; como uma unidade garantidora da verdade. Foucault (Ibidem) nos afirma:

A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem que dar conta de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho.

Nas palavras de Foucault, a expressão “termo um pouco impróprio”, para se referir ao termo *a priori*, enfatiza a sua preocupação em aclarar que o *a priori* não se refere a um regime de verdades, de interpretações estanques deste ou daquele enunciado, já que todo material de um determinado arquivo está posto a interpretações e não à validação. Esse *a priori* pode sim ser definido como um conjunto de regras que norteia uma prática discursiva, prática na qual o Arquivo se configura como um “sistema” que orienta o surgimento dos enunciados em sua singularidade.

Pêcheux (2010b), ao definir arquivo, em sentido amplo, “como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Ibidem, p. 51), também enfatiza a importância de que se “reconstrua” a história desse sistema que norteia a constituição do arquivo a fim de que se mergulhe numa leitura não literal e, sim, interpretativa, em que se reconhece o espaço polêmico das diversas maneiras de ler em várias conjunturas, em que se vê, enfim, o trabalho da memória histórica no confronto/disputa pelos sentidos.

Podemos então concluir, com os autores, que a ideia de campo, de agrupamento, é dada para que concebamos os dizeres como aqueles que se unem em figuras distintas, compondo-se uns em relação aos outros, mantendo-se ou dissipando-se, mas sempre imersos em uma ordem. Reiteramos que o arquivo, em si, não é um *a priori* já que ele se constitui na trama da pesquisa,

a partir dos gestos de leitura e de análise. Ele, enfim, constitui-se como um “sistema de enunciabilidade” (Foucault, [1969] 2009), que estabelece a diferença entre os discursos – na sua multiplicidade e, ao mesmo tempo, na sua especificidade. “É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.” (Ibidem, p. 148), do qual recortaremos o corpus de análise.

Recortar o arquivo para conformar o corpus discursivo é, como já afirmamos, um dos nossos primeiros gestos interpretativos. O Recorte, segundo Orlandi (1984), é uma unidade discursiva – que corresponde a extratos correlacionados de linguagem-e-situação, ou seja, um fragmento de uma situação discursiva. A autora acrescenta que o objetivo, assim como o alcance da análise e a configuração das condições de produção dos discursos implicarão diretamente a forma e os princípios segundo os quais o recorte será efetuado. “Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução” (Ibidem, p. 14), entretanto tal situação, no nosso campo, não diz respeito ao contexto imediato de interlocução e, sim, aos aspectos concernentes à ideologia.

Não podemos ainda perder de vista que o recorte pouco tem a ver com esquemas sintáticos do tipo SN+SV, sua determinação vai além da frase, que se configura como um segmento mensurável na sua linearidade (Ibidem). Será, portanto, a partir da noção de recorte que, como analistas, assumiremos que o dispositivo teórico-analítico-discursivo dá conta da prática analítica das nossas materialidades, que se relacionam pela contradição, “cada uma fazendo trabalhar a incompletude da outra.” (LAGAZZI, 2007, p. 06).

É clara, para os analistas de discurso, a dificuldade em fazer o recorte do corpus empírico para a obtenção do corpus discursivo. É a partir deste último que serão aplicados os procedimentos descritivos e interpretativos que compõem o fazer analítico em AD. Ernst-Pereira (2009) conclui que tal dificuldade advém da natureza da disciplina, que não se encaixa em critérios empíricos ou positivistas. Ela prossegue, afirmando:

A escolha de um aspecto linguístico e/ou enunciativo a ser focalizado em detrimento de outro depende da dinâmica do discurso, a ser observado pelo analista, aí implicados o sujeito, submetido à ordem da ideologia e do inconsciente, a memória estruturante do dizer e o sentido opacificante. (Ibidem, p. 01)

Verificamos, então, que cada corpus de análise suscita questões específicas a serem tratadas pelo analista, o que não será diferente em nosso trabalho, e, por essa razão, conceitos distintos serão mobilizados no curso da análise. Entendemos que, para tanto, as três noções explicitadas no excerto – sobre sujeito, memória e sentido – deverão sempre se fazer presentes na prática analítica, por serem estruturais na concepção da teoria, para o tratamento do objeto discursivo.

O corpus de análise foi estabelecido pelos recortes que realizamos tendo em vista o nosso ensejo em analisar os modos de dizer o Camponês e suas Ligas, buscando compreender os discursos que sustentam essas formas de nomeá-los em dois periódicos: um que traz discursos dos conservadores, latifundiários, usineiros – o Diário de Pernambuco – e outro, o Periódico Liga, no qual se conformam os discursos da União operário-camponesa, que tem como um dos fins a Reforma Agrária Radical. Tal desejo nos desafiou a delimitar o arquivo cujos documentos estão contidos em exemplares do Diário de Pernambuco, compreendidos entre os anos de 1959 e 1964. Nossa pesquisa por matérias relativas à organização “Ligas Camponesas”, nesse periódico, resultou em 683 ocorrências dessa expressão em mais de 600 matérias jornalísticas. Nosso arquivo é ainda formado por 41 exemplares do Jornal Liga, compreendidos no período entre 09/10/1962 e 04/12/1963. Adotamos distintos critérios para delimitar um arquivo de pesquisa relevante: Em relação ao DP, consideramos o período mais representativo no que diz respeito à efervescência dos discursos sobre o campesinato e suas lutas pela terra. Já, no que concerne ao Jornal Liga, decidimos abranger todos os exemplares, aos quais conseguimos ter acesso, no curto tempo de vida periódico, por compreendermos, no decorrer de sua leitura, que o Jornal representa discursivamente um movimento de resistência em relação aos discursos hegemônicos sobre o Camponês e as Ligas.

É por meio da discursividade do arquivo que se configura a possibilidade de chegar ao corpus, este compreendido como “um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou de justaposição de homogeneidades contrastadas” (LÉON & PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 165). O corpus de análise, neste trabalho de pesquisa, permite não somente compreender as inquietações postas, como também suscita novas perguntas ao passo que a pesquisa se desenvolve (SCHNEIDERS, 2014), visto que o corpus está em constante construção, possuindo um fechamento provisório e configurando-se somente no momento em que as análises finalizam (ZOPPI-FONTANA, 2005). Desse corpus, recortamos as sequências discursivas, a serem analisadas, consideradas como unidades de análise, como formas materiais, tomadas em sua especificidade, que é linguística e histórica, e, por isso, produz sentidos. (ORLANDI, 2009b).

Nos três próximos tópicos, apresentaremos, respectivamente, a nossa compreensão sobre o discurso jornalístico e, em seguida, descreveremos as características dos dois periódicos que compuseram o corpus de análise de onde recortamos as sequências discursivas expostas a um movimento de idas e vindas entre a teoria do discurso e as análises. Isso nos ajudará a

colocar em evidência a materialidade da língua e a constituir um movimento de interpretação em uma perspectiva discursiva, aquela na qual a língua faz sentido por ser afetada pela história (ORLANDI, 2009b).

3.2 OS DISCURSOS NO JORNAL – POR QUE ESTAR NESSE ESPAÇO DE PODER

Sob a blindagem do que se convencionou chamar de imparcialidade dos textos midiáticos, jornais, revistas, telejornais seguem disseminando suas verdades como únicas e absolutas. Tratam seus pontos de vista como fatos, afastando-se de questionamentos quanto à versão, ao posicionamento, ao foco que imprimem a eles. A mídia seria realmente esse campo amorfo incapaz de ter impacto nas formas de pensar daqueles que estão expostos às ditas notícias, às fidedignas informações? Um dos caminhos que poderemos trilhar a fim de esboçar uma resposta para essa indagação é pensar no que Marx (2011) formulou sobre ideologia⁴².

Para o autor (Ibidem), a classe que detém os meios de produção detém também os meios de produção intelectual, assim, conclui-se que o pensamento daqueles que não possuem tais meios de produção submetem-se aos que deles dispõem. Para que haja a sobreposição das ideias da classe dominante às da classe dominada, elas precisam ser difundidas a esta classe como as únicas razoáveis, as únicas verdadeiras, que por sua vez, deverão tornar-se universais.

Essa difusão ocorre, segundo Althusser ([1971] 1985), através dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) que, diferentemente dos repressivos, apresentam-se ao observador sob a forma de diversas instituições, que asseguram, em qualquer formação social, a produção e a reprodução de um modo de produção, visando manter os papéis sociais determinados, de dominantes e dominados, fazendo crer que os anseios do primeiro grupo sejam compreendidos por estes como “interesses gerais”.

Para que não compreendamos a reprodução de um modo de produção como um movimento absoluto e estanque, buscamos refletir com Pêcheux (2015), que nos mostra que marcar a possibilidade da reprodução de um modo de produção significa, necessariamente, compreender a divisão de classes, cujo princípio é a luta de classes. Para Pêcheux (Ibidem), não existe a realização da Ideologia sem a luta de classes; não há a precedência da ideologia de cada

⁴² Haverá adiante um capítulo específico onde trataremos Ideologia. Sua menção aqui é importante para nos ajudar a entender a posição dos dois periódicos com os quais trabalhamos nesta pesquisa.

classe em relação à sua luta. Em suas palavras: “Ora, colocar-se ‘sob o ponto de vista da reprodução’ no primado da luta de classes é, necessariamente, colocar-se, *ao mesmo tempo*, sob o ponto de vista da resistência a essa reprodução e da tendência revolucionária à transformação das relações de produção.” (Ibidem, p. 3).

Dito isso, voltamos às reflexões de Althusser (Ibidem), sobre os AIEs e destacamos a imprensa em geral como aquela que representa o AIE de Informação. Para o nosso trabalho de pesquisa, importa-nos principalmente voltar o nosso olhar para os Jornais. Seguindo a classificação exposta por Alves-Filho (2000), classificamos, assim, os periódicos: “jornais partidários, jornais especializados, jornais populares, jornais alternativos e jornais da grande imprensa.” (Ibidem, p. 101).

Importa-nos destacar os jornais partidários, alternativos e da grande imprensa visto que tais determinações serão fundamentais para pensarmos nos dois periódicos dos quais recortaremos o corpus de análise. Os jornais partidários, sem cerimônias, são tratados por diversos autores como aqueles que “têm a intenção de dar uma formação ideológica aos seus leitores...” (GONÇALVES, 2013, p. 103); “explicitam compromisso com causa determinada, sendo fechados a quaisquer outras visões de mundo. Ao fazerem-se porta-vozes de **ideologias claramente delineadas**...contam com a aprovação dos que partilham do mesmo *ethos* cultural...” (ALVES-FILHO, 2000, p. 101, grifo nosso).

Alguns desses dizeres chamaram a nossa atenção, principalmente, no que diz respeito à menção à ideologia. Se, ao refletirmos sobre os posicionamentos da classe dominante, entendemos que eles produzem os pensamentos que se hegemonomizam, sob a forma de ideias, como nos aclara Marx (2011), compreendemos, conseqüentemente, que eles regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época, incorporando suas verdades ao tecido da sociedade. Isso se produz materialmente, segundo Althusser ([1971] 1985), pelos aparelhos ideológicos de Estado, como já discorremos antes. Assim sendo, como poderíamos atribuir apenas aos jornais partidários “ideologias claramente delineadas”?

A nosso ver, elas só são tachadas como “claramente delineadas” por se oporem ao que é tacitamente construído pela mídia que representa os dizeres hegemônicos, os quais traduzem a existência da classe dominante; por deixarem, ainda, transparecer um conflito de classes, que ameaça sua hegemonia. Pelo fato de essa tratar seus interesses como se fossem comuns a todos os membros de uma sociedade, os únicos plausíveis e verdadeiramente válidos, os jornais

partidários são acusados de veicular informações suspeitas, parciais, unilaterais e não confiáveis, ou seja, falseadoras do real.

Outro aspecto importante merece ser apontado: à figura do jornalista é atribuído o profissionalismo e a imparcialidade. Atualmente, essa discussão se atualiza com a emergência da mídia cooperativa em detrimento da mídia corporativa, que reivindica para si o reconhecimento de ser a única mídia profissional. Enveredamos por esse caminho, ao ver Rüdiger (2003) afirmar que os partidos políticos cuidam da organização das suas empresas de notícias, responsabilizando-se inteiramente pelas ideias ali difundidas, os políticos foram, pouco a pouco, substituindo os jornalistas em suas funções. Vejamos, então, que, se aos jornais partidários é atribuída a função de falseadores do real, isso seria uma ação de políticos e não de jornalistas.

Complementamos nosso quadro, observando as particularidades dos jornais da grande imprensa e os alternativos. Esses dois possuem uma característica comum, conforme nos aponta Alves-Filho (2000, p. 102,) ao dizer: “...em que pesem diferenças substantivas (quanto ao número de páginas, diversificação de seções etc.) têm em comum o fato de apresentarem-se como voltados para o ‘interesse público em geral’.”. Os primeiros, para que assim sejam classificados, precisam ainda apresentar grande tiragem. Para os alternativos, esse não seria um requisito determinante na sua classificação.

Kucinski ([1991] 2003) escreve a história da imprensa alternativa da época da ditadura militar e, mesmo que o período histórico não compreenda a nossa pesquisa, a obra nos é cara por ajudar-nos a entender as características e a função dos jornais alternativos, que eram, à época, elementos do que a grande imprensa chamava de *imprensa nanica*. Essa forma de designar a imprensa alternativa produzia um efeito de inferiorização por oposição Grande imprensa \neq nanica imprensa; assim como por associação ao formato adotado pelos alternativos da época, que se apresentavam sob a forma de tabloide.

Essa designação dá ênfase à inferioridade atribuída à mídia alternativa pela grande mídia, tendo como parâmetro os seus valores, que compreendem, principalmente, a veiculação de notícias/informações que não contrariam o sistema constituído. O que se cristalizou, porém, nos estudos sobre mídia, foi a determinação *Alternativa*, que engloba o que não se vincula às políticas dominantes; o que representa uma opção entre duas mídias necessariamente excludentes; o que reivindica propagar saídas para momentos difíceis promovidos pelo sistema

vigente e, por fim, o que expõe o desejo de que a população seja efetivamente protagonista das transformações sociais que pregavam. (Ibidem, p. 05).

Em oposição à mídia designada como alternativa, deparamo-nos com a grande mídia, a qual, no nosso trabalho, será por vezes chamada de mídia corporativa, mídia hegemônica ou mídia conservadora. Ela, por representar o poder hegemônico, encarna o que Lippmann (Apud CHOMSKY, 2013) designou como a “revolução na arte da democracia”, que nada mais é do que o intuito na construção do consenso. Seu desejo é obter a concordância do povo a respeito de assuntos com os quais este não concorda. E acrescentamos, a mídia corporativa apresenta determinados assuntos que o povo, não raras vezes, desconhece e, mesmo assim, cria consenso sobre eles. É a partir dos bombardeios massivos da grande mídia que o povo passa a se identificar com os anseios e com os valores da classe dominante.

Os jornais diários – componentes da grande imprensa – serão tratados neste trabalho como “aparelho privado de hegemonia”⁴³ (COUTINHO, 1994, p. 54), cujas características autorizam a disputar a hegemonia a fim de impor aos que a ele têm acesso os posicionamentos da classe dominante, mesmo que sob o manto da representação da esfera pública. É importante lembrar que, no Brasil, a mídia funciona pelo sistema de concessão. Se esse aparelho privado está a serviço das classes dominantes para dar uma roupagem universal aos seus preceitos, existe, para a mídia, uma contra-partida econômica, que garante os lucros das empresas de comunicação ao fazerem da notícia uma mercadoria.

Na mídia corporativa, noticia-se aquilo que interessa ao financiador. Havendo colaboradores da indústria, do comércio, do mercado financeiro, criar-se-ão consensos que interessam a esses grupos e que não visam a atender as demandas dos cidadãos. (FONSECA, 2006). Por isso, não terá lugar na nossa pesquisa o mito da imparcialidade, que, assim como o profissionalismo, são invocados como características imanentes à grande mídia, e contrapõem-se, conseqüentemente, ao fazer midiático dos jornais político-alternativos.

⁴³ Coutinho detalha o que ele compreende como aparelho privado de hegemonia, denominação inicialmente, apontada por Gramsci, dizendo: “(...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [no contexto, portanto, de sua configuração ampliada, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidente” – FF]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade.” (COUTINHO, 1994, p. 54 e 55)

Ocupamo-nos dessas classificações em relação aos tipos de periódicos, mesmo sabendo que têm caracteres temporários, contingentes e incompletos, por entendermos que as suas características poderão ajudar-nos a compreender como se delineiam os jornais dos quais recortaremos o corpus de análise. Passaremos, ainda neste capítulo, a apresentá-los, entendendo que a ideologia perpassa todas as relações que se estabelecem na sociedade, seja na conformação da mídia corporativa, mostrada, na nossa pesquisa, pela existência do **Diário de Pernambuco**, seja pela construção de um discurso contra hegemônico visto no Jornal **Liga**.

3.2.1 O Periódico Liga – As vozes do campesinato

O Periódico “Liga” foi fundado no dia 09 outubro de 1962 com o intuito de ser mais um instrumento na luta dos camponeses organizados em Ligas e em Sindicatos rurais no Brasil. O próprio Jornal se afirma como sendo um espaço onde se encontram “artigos, notícias relacionadas com a vida dos camponeses brasileiros...” (JULIÃO, 1969, p. 2). É a partir dele que se tem “uma noção bastante clara do despertar daquelas massas.” (Ibidem). Além de abordar temas diretamente ligados à vida do camponês, a Liga dava lugar aos movimentos estudantis e operários, assim como divulgava notícias sobre os movimentos de libertação nacional no terceiro mundo. (SOUSA, 2019)

O historiador Cláudio Aguiar – que lançou a biografia de Francisco Julião em 2014 – descreve o periódico Liga afirmando que seu objetivo era dar sustentação política e ideológica ao movimento camponês e acrescenta:

O hebdomadário com circulação nacional, vendido em bancas, tinha formato tradicional. Os textos claros, diretos e dosados, com apelos ideológicos, harmonizavam-se com a natureza do movimento. Diagramado em colunas impressas em preto e branco, trazia o título Liga em branco dentro de um retângulo vermelho, logo abaixo do lema: “Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil”. (AGUIAR, 2014, p. 427).

O Periódico era rodado no Rio de Janeiro. Em princípio, na Folha Carioca e, em seguida, na Tribuna da Imprensa. Não encontramos registros de que a Liga tenha tido algum tipo de vinculação editorial com esses dois jornais e, sim, que apenas usava suas rotativas para a impressão. Inicialmente, era responsável pela edição geral do Jornal o jornalista pernambucano Antônio Avertano Barreto da Rocha, que contava com a colaboração de vários intelectuais e jornalistas do Rio de Janeiro e de Recife. Ferreira Gullar e Jânio de Freitas estavam entre os entusiastas desse movimento político-camponês. E foi nessa época que o periódico se mostrou

mais inclinado a atingir as camadas urbanas – os operários e os estudantes – do que mesmo direcionar-se aos camponeses. Prova disso era o fato de que apenas a página 05 das primeiras edições era dedicada aos assuntos efetivamente direcionados aos camponeses.

É importante ressaltar que a ala de intelectuais cariocas tinha profundas divergências com os ativistas – principalmente com Clodomir Moraes. Nessa disputa, a organização política prevaleceu e foi reforçada por membros das Ligas⁴⁴ e, dentre eles, estava Alípio de Freitas, “Padre progressista, agitador social e um dos maiores defensores dos direitos dos camponeses no Brasil.” (RAIMUNDO, 2011).

Nosso primeiro contato com os recortes desse periódico foi através das páginas da coleção Cuadernos⁴⁵. Isso nos convida a fazer reflexões sobre essa forma de expor os escritos organizados por Julião. Novamente ele mesmo afirma “...o cronista de amanhã encontrará neste CUADERNO uma boa fonte de informação para reconstruir um dos aspectos mais vivos da grande mobilização do povo brasileiro em busca de uma democracia real e não apenas legal.” (Ibidem). O fato de o periódico “Liga”, ou melhor, o que se conseguiu recuperar dele⁴⁶, ter sido veiculado pela coleção CUADERNOS inclui-o no rol de textos subversivos se consideradas as condições sócio-políticas da época.

No número 27 da coleção CUADERNOS, publicado em 1969 – que traz recortes do Jornal “Liga” – reafirma-se que “se outro mérito não logrou alcançar, no seu curto período de vida, registra esse de recolher artigos, notícias, comentários, poemas, intimamente vinculados à vida do camponês do Brasil, tão distanciados dos demais compatriotas que formam por assim dizer um mundo à parte, uma outra raça.”. (Ibidem, p. 3). Julião, nesse fragmento, apresenta traços gerais sobre o conteúdo do Jornal Liga, mas não formula o quanto do discurso do próprio camponês está presente em suas páginas. A Liga não se consolida como um lugar onde apenas

⁴⁴ Ainda em outubro de 1962, camponeses do núcleo guerrilheiro da Serra de Petrópolis, à mão armada, assumiram o controle do Periódico Liga. Esse passou a ser dirigido por Pedro Porfírio, Padre Alípio, Adauto Freire da Costa, Mariano José da Silva e Ozias da Costa Ferreira (os dois primeiros pertenciam à organização de massas das Ligas e os últimos, à organização política.). (PORPHIRIO, 2016)

⁴⁵ A coleção CUADERNOS foi editado pelo Centro Cultural de Documentación – o CIDOC (<http://network.icom.museum/cidoc/organizacion/quien-somos/L/1/>), que se situava em Cuernavaca, no México. Este centro se intitulava como um lugar para humanistas que desejam descobrir as consequências das mudanças sociais e ideológicas na mente e na alma das pessoas, especialmente na América Latina. E os periódicos CUADERNOS foram escritos que se prestaram a questionar essas mudanças sociais da América Latina. E, como já era de se esperar, foi apelidado de centro de subversão.

⁴⁶ “Em 1969, diante da impossibilidade de se encontrar no Brasil exemplares do Jornal Liga, vez que foram alijados dos arquivos e das bibliotecas públicas, bem como eliminados pelas pessoas que temiam perseguição policial por guardar coleções em suas residências, Julião coordenou, no Centro intercultural de Documentación (Cidoc) fundado e dirigido pelo Padre filósofo Ivan Illich, a edição fac-símile de boa parte dos números da Liga”. (AGUIAR, 2014, p. 432).

se fala sobre o camponês e, sim, também se propõe a ser um espaço para que o camponês que foi alfabetizado e instruído pelas escolas organizadas pelas Ligas camponesas possa falar por si e para os seus.

Se na Grande Mídia as notícias sobre os camponeses apareciam nas páginas policiais, vinculando-os a incêndios, assaltos e a todo tipo de atrocidades contra os latifundiários, o Periódico Liga serve-lhes como um espaço não-convencional para dar, como vimos, voz ao camponês. Sempre que o chamado *Camponês esclarecido* escreve no Jornal, os editores destacam a matéria com: “Do ponto de vista camponês”. Sob esse rótulo, encontramos no Periódico: cordéis; canções; pelega de violeiros; textos dos camponeses ensinando como se organizar uma Liga, dentre vários outros gêneros de texto que refletem não só o universo do campesinato, à época, como também o resultado do empreendimento das Ligas em educar formal e politicamente os camponeses a elas vinculados.

É importante reiterar que o Jornal Liga veicula matérias que mostram a importância dos estudos como o principal processo emancipatório para os camponeses, ou seja, a luta para inculcar neles a importância da educação formal e sua consequente educação para a luta, para a liberdade e para a justiça entre os homens e mulheres do campo. Além das matérias que ressaltam a importância da educação dos camponeses, Julião desenvolveu uma metodologia pedagógica para a luta (posterior à fase de alfabetização), que se pautava na frequente apresentação de poemas em forma de cordel com linguagem simples e com um conteúdo de conscientização política que conclamava os camponeses à união como forma de se tornarem fortes e, se fosse necessário, vencessem a luta pela Reforma Agrária Radical “na marra”. “Por isso é que a Liga existe. E é para isso que tu deves entrar na Liga. Lutar pela Liga. Porque a Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito, é a mãe da Liberdade...” (JULIÃO, 1962, p. 73).

Tivemos, posteriormente, acesso a quarenta e um exemplares da “Liga”⁴⁷ de outubro de 1962 a dezembro de 1963, dentre eles, ao primeiro e segundo números que seguiam basicamente esta estruturação:

- A manchete principal aparece em letra-caixa em negrito – sobre as eleições para o governo do Estado de Pernambuco e para a Assembleia Legislativa do Estado.

⁴⁷ Como aclaramos no corpo do texto, tivemos o primeiro contato com fragmentos dos exemplares da Liga pela coleção Cuadernos. Em seguida, tivemos acesso a 41 exemplares digitalizados do Jornal através do acervo digital da Unesp. <https://acervodigital.unesp.br/>.

- A manchete secundária, em letra-caixa – no primeiro exemplar, sobre a aliança operário-camponesa; no segundo, sobre política externa.
- Mesclam-se reportagens sobre os camponeses, os trabalhadores e sobre o cenário político mundial. Ex: Mangabeira diz que vai soltar Pe. Alípio”; “Carta convoca Congresso de Apoio a Cuba”; “Colômbia: o que é a frente unida de Ação Revolucionária”; “Sentido Político do Acordo Brasil-EUA para investimentos.”.

Nesses dois primeiros exemplares, conforme já afirmamos, apenas na página 05, percebiam-se seções fixas que representavam o universo do camponês: “Os camponeses escrevem a Julião” e “Almanaque do Camponês”. Nessa página, ainda havia matérias de interesse do campesinato tanto no Brasil quanto na América Latina.

Não tivemos acesso aos números 3 e 4 da Liga, mas, quando analisamos o número 5, encontramos diversas mudanças, principalmente no que diz respeito à quantidade de matérias e seções intimamente ligadas ao universo do camponês. Isso nos faz concluir que, a essa altura, Clodomir Moraes e Padre Alípio já estivessem à frente do Periódico. Surge, então, a partir do número 5 da Liga uma importante sessão: “Do ponto de vista do Camponês”. Nela o camponês ensina como se organizar uma Liga (Liga, nº 05); reivindica reforma agrária Radical, na lei ou na marra (Liga, nº 06); protesta contra injustiças, comparando a vida que o camponês leva à vida de animais de carga (Liga, nº 07); denuncia a exploração dos latifundiários na hora da cobrança do Foro (Liga, nº 08) e assim se seguem todos os demais números até o último em março de 1964 .

É nessa seção que percebemos uma quebra na invisibilidade estruturada na sociedade da época pelo preconceito contra os camponeses, principalmente contra os camponeses nordestinos. A seção funciona como um pequeno espaço de reconhecimento dos sujeitos que não tinham direito à voz na mídia corporativa, cujo corpo editorial decide quem tem ou não tem legitimidade para ali falar.

Devido à união e à cooperação operário-camponesa incentivada pela Liga, passou a existir também, a partir do nº 05 do Periódico, uma sessão intitulada “Do ponto de vista operário”, que trazia notícias e reflexões acerca dos direitos, geralmente negados, dos trabalhadores nos centros urbanos. O aumento de 100% sobre o salário mínimo (Liga, nº 05); a garantia do 13º salário aos trabalhadores da Indústria (Liga, nº 06); a luta contra a demissão de mais de 80 jornalistas que participaram dos movimentos grevistas em 1962 (Liga, nº 09) são

exemplos das reivindicações dos trabalhadores urbanos, **que tinham a Liga como espaço em busca de outros lugares de cidadania.**

Uma seção frequente no Jornal chama a nossa atenção por, naquela época, ter a assinatura de duas mulheres. No número 9 da Liga, primeira vez em que aparece a seção “Consciência Revolucionária”, ela é assinada por Maria Eugênia. Nos números de 10 a 15, e de 20 a 32, por Eulália Vieira. A seção sempre focaliza a luta de classes, trazendo à tona, por exemplo, os discursos da classe dominante, que detém o poder de ingerência na mídia corporativa; denuncia os artifícios usados pelo patronato contra os órgãos representativos dos trabalhadores, “...estas forças se entrelaçam e se confundem, valendo-se todos de processos idênticos ou semelhantes para atingirem seus objetivos escusos. A mentira, a calúnia e a deformação dos fatos é a sua arma predileta.” (Liga, nº 32, pag. 6).

Essa seção esclarece os trabalhadores em relação aos seus direitos garantidos por lei. A greve, por exemplo, que segundo o decreto-lei de número 9.070 era considerada crime, passou a ser assegurada pelo artigo 158 da Constituição Federal vigente à época. E, na defesa desse direito, dizia-se: “É sobre a validade desse decreto-lei que queremos alertar a opinião do povo e dos trabalhadores... não há, portanto, como considerar uma greve ilegal, com base em um decreto já totalmente desmoralizado, derrubado pela Lei Maior do país...”. É, nesses termos, que Eulália Vieira segue escrevendo a “consciência Revolucionária”, tocando sempre em pontos que são basilares na construção de uma revolução popular, na esperança de que as empresas, num futuro, que a ela se mostrava próximo, viessem a ser um patrimônio do povo.

Uma seção fixa muito importante e produtiva para as nossas análises é o “Almanaque do Camponês”. Tal sessão foi a única que esteve presente no Jornal Liga do primeiro ao último número. Se pensarmos no gênero Almanaque, veremos que, por tradição, ele é lançado anualmente e consiste não apenas em um guia como também em uma semiologia do tempo. É geralmente composto de um calendário com as fases da lua para a agricultura ou a pesca, ou ainda informações necessárias para a vida civil e religiosa e pela interpretação dos signos do zodíaco. (MEYER, 2001).

O “Almanaque do Camponês” não fugia às características gerais desse gênero textual, trazia como elementos frequentes:

1. Santo do dia;
2. Festas religiosas móveis;
3. Internacionais;

4. Nacionais;
5. Horóscopo;
6. Agricultura (mês de edição do Jornal);
7. Provérbios camponeses e;
8. Versos camponeses.

Vemos nesse Almanaque uma tentativa de valorizar aquilo que é caro ao camponês. Numa via de mão dupla, são trazidos para dentro de uma “Folha Revolucionária” (Liga, nº 9, p. 3, “Do ponto de vista camponês”) dizeres que habitam o universo da fé, da religião, pontualmente, da Igreja católica. Neste espaço – Almanaque **do Camponês** –, são inseridos, em contrapartida, assuntos que não fariam, originalmente, parte do universo do camponês. Quando se fala, por exemplo, de datas comemorativas internacionais, aparece em primeiro plano: 1º de janeiro – A Vitória da Revolução Cubana; 9 de maio – rendição incondicional da Alemanha Nazista; 25 de dezembro – Natal; mês de fevereiro – jornada contra o colonialismo; 7 de novembro – Primeira Revolução Socialista vitoriosa. (Liga, nº 02, p. 5)

Se o Almanaque é do Camponês, mas está inserido num Jornal que crê na revolução e trabalha por ela, é consequente (mesmo que numa primeira mirada pareça paradoxal) que a conscientização para a luta faça parte dele. Deixar ali, coabitando com o Natal, o aniversário da revolução cubana, por exemplo, é uma insistência na naturalização de aspectos desconhecidos do camponês, mas que fazem parte do arcabouço julgado necessário para a construção da luta pela Reforma Agrária Radical⁴⁸. Facilmente, no próximo periódico, que nós iremos apresentar, o Diário de Pernambuco, exaltar a vitória de Cuba, enaltecer a rendição dos nazistas seria chamado de “coisa de comunista”.

⁴⁸ Nos discursos dos defensores das Ligas Camponesas, há uma constante imbricação de dizeres sobre as lutas sociais e o cristianismo. Para eles, o fato de os opressores, que se afirmavam Ministros da palavra de Deus ou seus fiéis devotos, omitirem dos camponeses a natureza humilde de Jesus e enaltecerem as opulências da terra promovia uma identificação da classe dominante com o Cristo Jesus e um consequente afastamento dos mais pobres desta figura que é o filho de Deus. No entanto, a crença cristã dos Camponeses era muito presente como forma de esperança de vida eterna, esperança de salvação, traço secundário pregado por Jesus que “era um homem pobre, humilde, sem dinheiro; que andava de sandálias e a pé, como ele [o camponês]; que não tinha terras, não cobrava foro nem dízimo de ninguém...” (JULIÃO, 1962, p. 15). Entendemos, então, que a aproximação que é promovida pelo periódico Liga entre a religiosidade e a luta faz parte de um movimento de volta ao Cristo bíblico que “apesar de manso de coração, usou do chicote contra os mercadores do templo, que aproveitavam a religião para usufruir de bens materiais e fazer negócios...”. (Ibidem). Entendemos que há uma instrumentalização da fé do camponês – que vê na religião a salvação e a aniquilação dos seus sofrimentos – para que ele ressignifique sua fé, transformando-a em combustível para a luta contra aqueles que usurpam os seus direitos. Ao modo de Cristo os camponeses podem ser mansos, todavia podem contrapor-se aos poderosos.

3.2.2 O Diário de Pernambuco

O segundo periódico que compõe o corpus de análise é o Diário de Pernambuco (doravante apenas DP). Fundado em 7 de novembro de 1825, por Antônio José de Miranda Falcão, teve, desde o início, uma postura conservadora de apoio às decisões governamentais (VELOSO e VASCONCELOS, 2016). Em princípio, o Jornal se propunha a ser uma folha de anúncios de quatro páginas e sua introdução mostrou os objetivos do Jornal:

Faltando nesta cidade assás populosa um Diário de anúncios, por meio do qual se facilitassem as transações, e se comunicassem ao público notícias, que a cada um, em particular, podem interessar, o administrador da tipografia de Miranda & Companhia se propôs a publicar todos os dias da semana, exceto os domingos sòmente, o presente **Diário**, no qual, debaixo dos títulos de Compras – Vendas – Leilões – Aluguéis – Arrendamentos – Aforamentos – Roubos – Perdas – Achados – **Fugidas e Apreensões de escravos** – Viagens – Afretamentos – **Amas de leite**, etc., tudo quanto disser respeito a tais **artigos**... (Apud NASCIMENTO, 1968)

Em meio às “coisas” as quais o periódico ensejava anunciar, estavam negros fugidos e apreendidos, assim como negras recém paridas que serviriam como amas de leite para os filhos dos seus senhores. Essas pessoas foram, nessa folha de anúncios, designadas como “artigos” o que esboça, à primeira vista, uma prática que garante aos negros e negras, à época, uma identidade de objeto, embora as discussões sobre abolição, até mesmo entre os homens da elite, já estivessem em curso desde o início do século XIX⁴⁹.

O Jornal passou a adotar paulatinamente um programa mais vasto com alguns artigos da redação, variedades e correspondências. (NASCIMENTO, 1968). De 1959 a 1964 – que é o período compreendido pela nossa pesquisa – o Periódico Diário de Pernambuco já apresenta em média 28 páginas. Na primeira página, lê-se a inscrição: “Imparcialidade, SOBRIEDADE, Autoridade” como o lema do Jornal. O que nos remete, automaticamente, ao item 2 deste trabalho no qual discorreremos sobre o mito da imparcialidade de que quer gozar a mídia e que é reivindicado, principalmente, pela grande mídia como requisito de legitimidade.

⁴⁹ Desde o início do século XIX, abolicionistas convictos, assim como reformistas – homens da elite burguesa, os chamados “homens bons” – preocupavam-se com as questões concernentes à escravidão no Brasil. Os primeiros pensavam nas injustiças que habitavam o modo de vida escravista; os outros se preocupavam com o transtorno que poderiam sofrer muitos senhores de escravos e suas famílias em relação à totalidade de suas propriedades caso o problema da escravidão não fosse solucionado. (AZEVEDO, 2004). Focalizamos o nosso olhar na formulação que coisifica os negros e negras com o intuito de aclarar que essa postura evidencia uma tomada de posição que aparece desde o primeiro exemplar quando o periódico afirma as suas aspirações.

A primeira página desse periódico destaca notícias sobre economia e política, e os números se organizam de forma, relativamente estável, abordando:

1. Notícias internacionais;
2. Notícias de Pernambuco;
3. Página inteira de publicidade;
4. Política;
5. Economia;
6. Agricultura;
7. Notícias fiscais;
8. Mercado (Bolsa de Valores);
9. Página Policial + obituário;
10. Cultura;
11. Vida religiosa;
12. Esportes;
13. Notícias das cidades pernambucanas importantes;
14. Contos e quadrinhos;
15. Saúde;
16. Obituário;
17. Seção: Pequenos anúncios
18. Filmes e peças teatrais em cartaz

Dentre essas seções, destacam-se, como mais importantes para o nosso trabalho, a página policial, a política e a internacional, pois, segundo Julião (1962), essa foi a trajetória midiática pela qual as Ligas Camponesas passaram ao ser mencionadas pela mídia corporativa. Não podemos deixar de ressaltar a página de economia, pois, não raras vezes, os problemas que envolviam as lutas do campesinato eram abordados nessa seção.

A primeira menção à SAPPP, feita pelo Diário de Pernambuco, alcunhada como Liga Camponesa pelo próprio periódico, foi feita na página policial (JULIÃO, 1994). Todos os crimes que ocorriam no campo, a exemplo de incêndios de canaviais e de assassinatos, eram atribuídos à Liga “porque a ideia era queimar a Liga, como organização, comunista, subversiva etc.”. (Ibidem). Um exemplo da forma como o DP menciona supostas atividades criminosas das Ligas está na página policial do dia 03/01/1960, junto à descrição dos inquéritos enviados à justiça:

Houve também a criação da polícia de menores, com internos da Colônia Agrícola de Pacas, restauração da Segurança Noturna e um combate organizado pelo delegado José Lopes, de repressão à mendicância, jogatina e porte ilegal de armas, **além do incêndio da fazenda Divina Graça por elementos das Ligas Camponesas e o arrombamento do Armazém Nordeste**. (DP, 3 de janeiro de 1960, p. 3, Destaque nosso)

A designação “elementos das Ligas camponesas” começa a conformar a visão do jornal sobre os participantes e organizadores das Ligas. Esse desenho vai-se engendrando e pode se mostrar quando relacionamos enunciados que se sucedem nas páginas desse Jornal. Vemos, em outra matéria do DP, uma entrevista com o Secretário de Segurança do Estado de Pernambuco, à época, que diz: “A associação não tem nada de grave, mas é **explorada por agitadores para sublevar** o homem do campo...” (DP, 1º de maio de 1959, p. 5, Destaque nosso)

Ao falar das “chamadas” Ligas Camponesas, não atribui a ela, como associação de camponeses, a existência de um problema, no entanto ressalta o perigo representado pelos agitadores que inflamam o homem do campo a rebelar-se contra as ações dos latifundiários. Começamos a ver, a partir desses discursos, que o homem do campo é apresentado como aquele que os agitadores são capazes de manipular. Poderíamos, então, pensar que ao homem do campo se atribuem as características de serem pacatos, inocentes e, de contrapartida, aos aqui chamados de agitadores, o traço de subversivos, revoltosos.

Esses discursos que culpabilizam os organizadores dos camponeses se aprofundam mesmo que as notícias sobre as Ligas passem a circular nas páginas de Política do DP:

“**Comunas Planejavam Incêndios Na Lavoura Cafeeira De Garanhuns**: O plano visa à agitação rural, a exemplo do que foi feito, anos atrás, quando o município de Vitória de Santo Antão foi sacudido pelos inúmeros incêndios de canaviais, ateados em circunstâncias misteriosas e obedecendo à orientação das ‘ligas camponesas’, organizações de fundo comunista.” (DP, 16 de abril de 1959, Página 08, Política)

Constatamos que, embora estivessem na Página Política, as Ligas camponesas não deixavam de ser acusadas de orientar incêndios criminosos e de promover agitação rural. E, com o intuito de deslegitimar as ações das Ligas, rotulam-nas como “organização de fundo comunista”. Há uma insistência no DP de identificar o movimento camponês com o comunismo e isso se apoia nos sentidos que circulam socialmente e estabilizam-se ao fazer corresponder o comunismo ao que ameaça, comete crimes, agita. Começamos a encontrar traços nos discursos do/no DP, que apontam para a forma como o Periódico desenha os Camponeses, as Ligas Camponesas e os organizadores das Ligas. Vejamos:

Quadro 01

Camponeses	Organizadores das Ligas	Ligas
Elementos	Elementos	Associação
Homem do campo	Exploradores	Orientadoras de crimes
	Agitadores	Organizações de fundo comunista
	Subversivos	
	Comunas	
	Comunistas	

Tais denominações dão visibilidade a processos discursivos que merecem a nossa atenção e, por isso, retornaremos a elas no próximo tópico a fim de aprofundar as questões sobre nomeação. Reafirmamos que não entendemos os discursos nem da mídia alternativa nem da grande mídia como portadores de verdades que são ditas sob o manto da imparcialidade, tampouco cremos na existência de uma mensagem que transmite informações para os leitores do Jornal. E, sim, entendemos que há, nas mídias, a presença de discursos que implicam efeitos de sentidos entre interlocutores. (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81).

Gostaríamos de dar ênfase ao fato de que o Diário de Pernambuco serve como espaço em que os discursos desse latifundiário, do usineiro e da classe dominante em geral aparecem. Isso se dá a ver, por exemplo, através do seu alinhamento declarado com a UDN. Mesmo que tenha apoiado Miguel Arrais de Alencar para governador de Pernambuco, logo em seguida, apoiou o Golpe que depôs Arrais e seguiu ileso, sem sofrer censuras no governo militar, por conta de sua fidelidade ao regime⁵⁰.

Enfim, quando recorremos a esses dois periódicos para representar dois blocos antagônicos, fazemo-lo por entender que as representações subjetivas nesses espaços demarcam territórios ideológicos muito bem definidos, que entendemos como responsivos entre si e que apagam toda pretensa imparcialidade à qual os periódicos se prestam por serem instrumentos midiáticos. Como já afirmamos antes, vemos com frequências vários teóricos associando a legitimidade daquilo que se enuncia à propriedade ilusória da imparcialidade dos discursos.

⁵⁰ ABREU Júnior, João Batista; FERREIRA, Marieta de Moraes, BEZERRA, Ricardo Lima. **Diário de Pernambuco**. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>, acesso em: 1º de abril de 2019.

Miguel e Birrolli (2010, p. 71) dizem que “A legitimidade do campo jornalístico é fundada no reconhecimento disseminado da competência específica de seus profissionais, que se manifesta no **discurso imparcial e universal**”. (Destaque nosso).

No entanto, como poderíamos pensar em imparcialidade se estamos seguros de que todo discurso, que é produzido por um sujeito sócio-historicamente situado, é necessariamente atravessado pela ideologia, evidenciando, por sua própria constituição, o lugar de onde fala, o lugar a partir do qual se subjetiva? O discurso jornalístico, então, longe de alicerçar sua legitimidade na imparcialidade - que é uma ilusão - funciona ideologicamente na busca de consensos. Aprofundaremos, no próximo capítulo, como no discurso da mídia impõem-se movimentos de sentidos por meio dos nomes atribuídos aos camponeses e às suas lutas, buscando assim organizar regiões de sentidos, que pretendem ser as únicas a representarem a verdade.

4 NA ARENA DOS DISCURSOS: O CONFRONTO DAS FD NOS MODOS DE DIZER OS SUJEITOS E SUA LUTA

A partir deste capítulo, em que as análises do Corpus se desenvolverão, veremos como se desenham os modos de dizer o Camponês e as Ligas, imersos nas tramas dos discursos que sustentam as várias formas de nomeá-los. Para nós, os modos de dizer o Camponês e as Ligas são o grande eixo do nosso trabalho de pesquisa, por isso entendemos como necessário empreender movimentos analíticos que ponham em evidência o trabalho da ideologia por compreendermos com Pêcheux ([1975] 2009) que ela é o elemento que determina o sentido e, por conseguinte, constitui as práticas discursivas.

Para isso, apresentaremos de forma objetiva alguns conceitos teóricos que sustentarão os nossos gestos de leitura e o nosso desejo de fazer ver, no corpus de análise, a “relação entre língua, como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história...” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 58). Em seguida, no tópico sobre **nomeação**, iniciaremos as análises, mostrando, em blocos, as sequências discursivas recortadas do corpus de análise. Serão os “nomes”, que, por se inscreverem em relações ideológicas de classes, apontarão caminhos para que se sistematizem os saberes reguladores, estruturadores das **Formações Discursivas** que serão analisadas nos demais tópicos deste capítulo.

4.1 MAIS UMA VEZ, A TEORIA...

Quando Pêcheux, ao pensar a teoria do discurso, desloca a dicotomia Saussureana entre *língua e fala*, produz um outro olhar, chamando a nossa atenção para uma relação não dicotômica entre *língua e discurso* (ORLANDI, 2006). Assim, convida-nos a fazer a análise do funcionamento do discurso ao confrontá-lo com o exterior que o constitui, que o determina. Por isso, dizemos com ORLANDI (Ibidem) que não poderemos tratar o discurso se não levarmos em conta a imbricação entre o que é social e o que é histórico. É nesse cenário que há, então, espaço para as reflexões de Althusser ([1971] 1985) sobre o marxismo – seu pensamento introduz novas ideias sobre ideologia, assim como se encaminha em direção à psicanálise.

Pêcheux, além de fazer uma leitura crítica dos estruturalismos, questiona as teorias que se baseiam num esquema reacional – que se deriva das teorias psicofisiológicas e psicológicas

do comportamento, assim como as que afirmam ser a língua um instrumento de comunicação. Em sua concepção, essas teorias opacificam a ligação que existe entre a linguagem e a prática sócio-histórico-política (HENRY, 2010). Isso porque a primeira teoria não leva em consideração o lugar do produtor e do destinatário – aspectos que, para Pêcheux são fundamentais nas experiências sobre o comportamento verbal. Conforme Pêcheux ([1969] 2010, p.79,80) “...o estímulo só é estímulo em referência à situação de ‘comunicação verbal’ na qual se sela um pacto provisório entre o experimentador e seu objeto.”, ou seja, não há como se analisar a produção de sentidos, a negociação do simbólico, produzidos pelo linguístico, tirando das análises os sujeitos que produzem os enunciados.

Se recorrermos à parte do esquema de comunicação de Jakobson (1985, p. 123), como fez Pêcheux ([1969] 2010), veremos que estão presentes nos processos de interlocução “A” e “B” (como interlocutores), assim como a mensagem emitida por A e recebida por B. Usando representações semelhantes, porém deslocando o campo teórico para a Análise de discurso pecheuxtiana, os interlocutores não são entendidos como entes, como pessoas, destinador e destinatário, tampouco haverá uma mensagem que sairá de A e chegará a B, caso não haja nenhum ruído. Compreendemos que A e B são “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos...” (Ibidem, p. 81).

Podemos pensar, à luz do que nos orienta Pêcheux (Ibidem), que, no interior de uma dada formação social, os lugares do Camponês e do latifundiário marcam-se por características e propriedades bem específicas. Propriedades que se diferenciam entre si, mostrando a posição de cada um na esfera de produção econômica. Assim, compreendemos que, no interior dos processos discursivos, o lugar como feixe de traços objetivos é representado por formações imaginárias que designam o lugar que os interlocutores atribuem a si mesmos e ao outro.

Além disso, atribuem ainda um lugar ao referente, ou seja, nas formações sociais, regras de projeção também incidem sobre aquilo/aquele de que ou de quem se fala. E vemos que tal projeção faz parte de uma teia discursiva, da qual não recuperamos o seu início “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria prima.”. (Ibidem, p. 76).

Quando Pêcheux (Ibidem), em vez de pensar em mensagem, fala-nos em discurso, asseverando que buscará compreendê-lo não como transmissão de informação e, sim, como efeito de sentidos entre os pontos A e B, empreende uma longa jornada na qual enuncia os

diversos elementos estruturais das condições de produção do discurso⁵¹. Por entendermos que essa é uma trajetória fundamental para a consecução de uma análise discursiva, procuramos no início do nosso trabalho de pesquisa apresentar as condições de produção dos discursos de/sobre o campesinato.

Efeito de sentidos entre os pontos A e B... essa expressão que nos pareceu, em princípio, bastante mecanicista enseja demonstrar que os elementos A e B não dizem respeito à “presença física de organismos individuais” (Ibidem, p. 81) e, sim, a lugares determinados na estrutura de uma formação social, como já dissemos anteriormente. Todos esses lugares possuem traços característicos, como vemos, no corpus de análise, nas posições sócio-históricas de um campesinato empobrecido, privado dos meios de produção que fazem parte do que os constitui como camponeses. Vemos que os discursos dos camponeses, assim como o dos intelectuais que encarnam o discurso dos camponeses que lutam por suas terras, ou seja, por suas vidas, são marcados por propriedades diferenciais determináveis que marcam a discrepância destes em relação ao discurso dos latifundiários.

Não são apenas as marcas apontadas no primeiro capítulo que delineiam o feixe de traços o qual faz daqueles homens e mulheres, que trabalham a terra, camponeses. Entendemos que, embora os camponeses se possam reconhecer nas condições de vida e no modo de produção, é nos processos de exploração sofridos, no regime societário capitalista, no momento histórico o qual estamos analisando, que aqueles sujeitos da luta podem ser ditos camponeses. Como tantos outros camponeses do mundo, que aí estão e que estiveram em outros momentos, foi a luta pela posse da terra, pelo controle dos próprios meios de produção que produziu a identificação desses sujeitos com esse lugar de camponês.

Para pensarmos em discurso, nos moldes que nos propõe Pêcheux, precisamos entender o lugar desses sujeitos e sua necessária relação com a Formação Discursiva, como espaço de interpelação desse sujeito e, como ele se constitui através das práticas sociais e da ideologia, “A categoria de sujeito... é a categoria constitutiva de toda ideologia.” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 136). Vemos como Pêcheux faz questão de delimitar a região do materialismo histórico a partir do qual tecerá as suas considerações na conformação da teoria do discurso. Convocamos a refletir, então, sobre ideologia como um elemento que interfere no mundo das coisas, nos fatos econômicos, determinando sua reprodução-transformação. Ele afirma:

⁵¹ São responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto. As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstância de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico) segundo preconiza Orlandi (1999b).

Colocaremos inicialmente que a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da **superestrutura ideológica** em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada [...] a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente, o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como determinado, em última instância, pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução de base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a essa base econômica. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 162, Destaque nosso).

O primeiro aspecto que nos chama a atenção, nessa citação, é a menção expressa que Pêcheux faz à “superestrutura ideológica” e não há como não perceber, aí, seu diálogo com Althusser ([1971] 1985). Afirmar que a região do materialismo histórico que é basilar para a teoria do discurso é a superestrutura ideológica enfatiza a importância da instância ideológica com suas distintas ideologias “religiosa, moral, jurídica, política, etc...” atrelada ao nível jurídico-político, que se mostra através do direito e do Estado.

A superestrutura ideológica se realiza – junto ao aparelho (repressivo) de Estado – por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado. “Designamos pelo nome de **aparelhos ideológicos do Estado** um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de **instituições distintas e especializadas...**”. (Ibidem, p. 68, Destaque nosso). Dentre essas tais instituições, que são posteriormente arroladas por Althusser, está o Aparelho Ideológico do Estado (AIE) de Informação – a imprensa, o rádio, a televisão, etc. Voltamos, então, a um ponto de reflexão de Pêcheux, em AAD, que aponta críticas à concepção de língua como elemento de comunicação, como transmissão de informação. O que vemos aqui – sob o rótulo de AIE de informação – diz sobre o funcionamento da ideologia de Estado. Travestida de difusora da democracia, a mídia é usada pelo Estado “para construir consenso, isto é, obter a concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais ele não estava de acordo...” (CHOMSKY, 2013, p. 14).

Damos ênfase às discussões sobre ideologia por entendermos com Pêcheux (Ibidem) que ela é o elemento que determina o sentido e, por conseguinte, constitui as práticas discursivas. Importa-nos, apoiados no que até aqui elucidamos sobre ideologia, focar-nos na definição de sujeito que norteia o nosso trabalho de pesquisa. Orlandi (2006) nos sugere que um caminho produtivo para melhor compreendermos o que é o sujeito da análise do discurso é compreendermos o que é **a forma-sujeito**, que regula os saberes da FD. Para tanto, apoia-se em Althusser ([1971] 1985), ao afirmar que todo indivíduo só pode ser agente de práticas

sociais, caso se revista dessa **forma de existência histórica** chamada **forma-sujeito**. Orlandi (Ibidem, p. 18) nos diz:

É examinando as propriedades discursivas da forma-sujeito que nos deparamos com o ego-imaginário, como sujeito do discurso. Este por sua vez se constitui pelo esquecimento do que o determina, pois é do funcionamento da ideologia em geral que resulta a interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, como diz Michel Pêcheux, especificamente dos sujeitos do seu discurso).

Vemos, então, que a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se dá através do funcionamento da ideologia. Vale salientar que tal processo se realiza através do complexo das Formações Ideológicas (FI), que, segundo Orlandi (Ibidem), fornece a cada sujeito uma realidade enquanto sistema de evidências e de significações, alicerçada no interdiscurso. É pensando nesse conceito de interdiscurso, como lugar em que habitam todos os dizeres, que não podemos conceber o sujeito como origem do seu dizer. Na verdade, a interpelação do sujeito, enquanto modalidade particular de funcionamento da ideologia, faz com que o sujeito se esqueça de que não está na origem do seu dizer, assim como de que não exerce sua livre vontade ao ocupar um lugar em uma das classes sociais antagonistas do modo de produção.

Os estudos sobre o discurso, no nosso trabalho, consideram, enfim, a relação das ideologias com o discurso, este compreendido como um dos aspectos materiais da ideologia. Conformam-se, pois, os discursos a partir de componentes interligados das formações ideológicas que são as Formações Discursivas (FD). Dizemos, assim, com Pêcheux ([1976] 2019, p. 314) que “...as formações discursivas, no sentido em que eu emprego aqui, encontram-se no interior das formações ideológicas...e, desse modo, constituem aspectos das formações ideológicas.”. Acolher, aqui, esse conceito é reconhecer que ele não diz respeito a um bloco de enunciados fixos, imóveis e imutáveis e, sim, a um norte de fronteiras movediças que se redefine em contato com os saberes “disponíveis” no interdiscurso.

Sobre Formação Discursiva, recorremos ainda a Courtine (2009, p. 73), que nos afirma:

As FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, mantêm entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua materialidade linguística. Se uma FD é o que, em uma dada FI determina o que pode e deve ser dito (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas), convém acrescentar que essa característica não é isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD.

Podemos então afirmar com Orlandi (2009b) que é possível definir FD, de maneira objetiva, como o que – numa dada FI – determina o que pode e deve ser dito. Eis o ponto no

qual firmamos o sujeito do discurso que – como já dissemos – é interpelado através do funcionamento da ideologia, no interior da FD e é, nessa região do interdiscurso, que há a identificação do sujeito discursivo com a forma-sujeito da FD que o domina. A subjetivação, portanto, perpassa o movimento de entrada do sujeito em uma cadeia significativa. Esse trabalho de subjetivação consiste numa condição “para o acesso à ordem simbólica, o assujeitamento aos sentidos em circulação e aos seus efeitos...” (MARIANI, 2011, p. 129).

Importa-nos, a essa altura, fazer menção ao que nos diz Courtine (2009) quando nos mostra como o trabalho da Memória interfere na configuração de uma FD. “leva-nos a questionar os movimentos de repetição, refutação assim como de esquecimento destes elementos de saber, quando formulados pelo sujeito em seu discurso” (SOUZA, 2013). O trabalho de Courtine (2009), que introduz essa noção na problemática da análise do discurso político, discorrendo sobre o enunciado, inserido num “campo associado”: “que não é contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados” (Ibidem, p. 104) põe uma luz em nosso trabalho para auxiliar-nos a pensar sobre as representações imaginárias que os sujeitos fazem do passado histórico (ZOPPI-FONTANA, 1998).

Podemos relembrar, por exemplo, que, na segunda seção deste trabalho, mostramos que há uma recorrente associação entre o que representam imaginariamente as Ligas comunistas e a SAPPP. Compreendemos que o sujeito discursivo não está na origem do seu dizer. Ele produz enunciados, atualizados no momento da enunciação, mas condicionados a regiões da memória discursiva. Os sentidos se organizam, pois, a partir de um passado que neles incide, de resíduos esquecidos que ecoam nos dizeres do presente... resíduos históricos, sociais que, em um fragmento do corpus, onde se disputam interpretações, imprimem a todo e qualquer movimento por libertação do jugo opressor o selo de “comunista”.

A memória do comunismo e dos comunistas emerge sempre que surgem movimentos que têm como consequência a potencial desestabilização dos sistemas que abalizam a posse e a propriedade de terras no Brasil. Nada mais previsível, portanto, que se hegemonizem discursos de criminalização da luta, deslegitimando os que lutam pela terra, a começar pelos processos de **nomeação**. Quando se nomeia, produz-se concomitantemente o objeto de referência, “como efeito de evidência pelos gestos de interpretação” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212), sendo assim, os nomes funcionam como efeitos desses gestos de interpretação que, nos discursos, apontam para a estabilização das relações de referência. No corpus em análise,

travam-se disputas pelos sentidos das palavras, interdições/censuras de determinadas nomeações, justamente para que se alcance uma pretensa fixação do objeto de referência que será alvo de constante disputa pelos sujeitos que lutam e por aqueles para os quais latifúndio é um direito.

4.2 SOBRE OS NOMES QUE IMPORTAM...

Quando a SAPPP, fundada em 1955, começou a ser notícia, em diversos jornais do país, a figura do camponês e a Sociedade agrícola passaram a ser nomeadas de diversas formas. Julião (1962) costumeiramente afirmava, quando arguido sobre a SAPPP, que o nome dado a ela pouco importava. Na nossa pesquisa, entretanto, os nomes importam. Importa-nos salientar os modos de dizer o camponês e as Ligas por entendermos que tais processos nos ajudam a compreender a teia de discursos que se forma sobre o campesinato. Os nomes nos importam porque os concebemos como unidades da língua e, como tais, eles abrigam contradições ideológicas por se inscreverem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Essa inscrição, para Pêcheux (Ibidem), é uma condição para que as palavras signifiquem. Não que existam línguas diferentes para representar distintos posicionamentos, e, sim, porque as línguas funcionam como base comum para diversos processos discursivos. Ele afirma que “Às vezes, com a mesma palavra, somos conduzidos a diferentes direções de sentido segundo a natureza dos interesses ideológicos em jogo” (Ibidem, p. 24). Essa é uma afirmação de Pêcheux (Ibidem) que dá ênfase à polissemia dependente dos jogos ideológicos que se engendram em redes específicas de discursos. No corpus em análise, como mostraremos mais adiante, o movimento da palavra no espaço dos jogos ideológicos permite ver um trabalho de interdição de determinadas nomeações, que, por serem representativas de posicionamentos abjetos ao discurso hegemônico, naquele dado momento histórico, precisam ser apagadas, substituídas.

Pêcheux chama ainda a nossa atenção para a necessidade de examinar palavras, expressões, enunciados imersos em outros funcionamentos discursivos na busca de saber “se se trata de um efeito linguístico sistemático ou de um caso particular...” (Ibidem, p. 86). Seja qual for a resposta, a ela, só chegamos pelo entendimento de que não há representação linguística que se faça distante do que foi pensado e formulado antes, “em outro lugar e independentemente...” (Ibidem, p. 89). E é como ecos dos já-ditos que os sentidos das palavras

se dão como evidentes, pelo efeito da ideologia sobre o simbólico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, [1971] 1985).

Na busca de um acercamento do(s) sentidos(s) referentes ao camponês e às suas lutas, ocupamo-nos, no capítulo I, de apontar algumas marcas que particularizam o ser “camponês”. Queremos, agora, avançar nas questões referentes à nomeação, enfatizando que os elementos significantes, tais como “Camponês”, “Liga Camponesa”, não são dotados de “sentido, sentidos, antes de ter um sentido” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 240). Verificamos isso ao trilhar um caminho feito pelo Diário de Pernambuco, que funciona como um veículo de “comunicação” vinculado aos interesses dos latifundiários e dos usineiros -, assim como um percurso feito pelo periódico Liga, que traz à tona as necessidades do campesinato sob o ponto de vista do camponês e dos que defendem a Reforma Agrária Radical. Iniciamos, então, a leitura do corpus observando as SD1, SD2 e SD3 que representam a insistência recorrente em nomear três figuras centrais no palco da luta pela terra: O Camponês, As Ligas Camponesas e Os intelectuais/agentes políticos que orquestram a organização dos camponeses.

SD1 (DP)

RIO, 6 (Meridional) – Toda a Zona Rural do Nordeste está correndo um grave risco, com a infiltração insidiosa e perseverante dos agentes comunistas através da instalação das chamadas “ligas camponesas”, aparentemente destinadas a prestar assistência aos necessitados, mas constituindo, na verdade, focos de subversão que poderá explodir quando menos esperarmos – declarou hoje Dom Severino Mariano de Aguiar, Bispo de Pesqueira, em Pernambuco, que foi um dos principais coordenadores de bispos do Nordeste. (DP - 7 de abril de 1959, matéria de capa com continuação na página 10 do jornal)

SD2 (DP)

“De algum tempo para cá tem surgido em Pernambuco as chamadas associações agrárias, Ligas Camponesas, Sociedades etc. Todas se propondo a amparar o trabalhador rural e pugnar por seus direitos e reivindicações. A associação em si não tem nada de grave. Não resta dúvida, no entanto, que o desejo de associação e as difíceis condições econômicas dos que se dedicam aos trabalhos agrícolas dão margem a que agitadores se aproveitem da boa fé do homem do campo para instigar a desordem e o desrespeito à lei. Daí a intranquilidade e o desentendimento que tem ocorrido em alguns municípios do Estado.

SD3 (DP)

Fala o Secretário da Segurança sobre a chamada “Liga Camponesa”

A associação não tem nada de grave, mas é explorada por agitadores para sublevar o homem do campo – desconhece qualquer ameaça ao bispo de Pesqueira.

Quando as notícias sobre a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco começaram a ser veiculadas pela mídia hegemônica, o nome “Sociedade agrícola” foi de imediato substituído por “Liga Camponesa”. Segundo Julião (1994),

Tinha o nome de Liga Camponesa já pelo seguinte: o Diário de Pernambuco foi responsável por isso, porque o Diário de Pernambuco atacava muito essa organização. E botou o nome Liga Camponesa, porque, você sabe, era uma referência às Ligas Camponesas da Idade média, da Europa Central, cujos camponeses se rebelaram...

A essa menção, feita por Julião (1994) sobre as Ligas na idade média – cujos camponeses se rebelaram – acrescentamos a união de trabalhadores, que se formou por volta de 1848, composta, principalmente, de artesãos alemães exilados em outros países da Europa, que constituía a Liga dos Justos. Alinhava-se com os comunistas que, por sua vez, estavam a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e da construção de uma sociedade igualitária. A “Liga dos Justos”, ao aderir às concepções de Marx acerca da natureza da sociedade capitalista, tornou-se a “Liga dos Comunistas”. Foi a ideia de revolução, de quebra do sistema capitalista, com a consequente eliminação das classes e de sua luta que foi tomada como perigo e ameaça às classes dominantes. Estas se encarregaram de difundir o perigo que representava o comunismo à humanidade: comunismo organizado em Ligas. Enfim, as Ligas acabam por encarnar, como efeito do discurso dominante, o espectro perverso do comunismo que se contrapõe à “sagrada propriedade privada”.

Ainda como eco dessa denominação, encontramos as assim designadas Ligas Camponesas, organizadas pelo partido comunista entre 1945 e 1947 no Brasil, como já apontamos, que promoviam uma grande e organizada mobilização de camponeses em quase todos os Estados brasileiros. Ao trilhar essa linha do tempo, encontramos o fio que dá sentido à passagem de “sociedade agrícola” a “Liga Camponesa” – a rebelião dos camponeses, a derrubada revolucionária da ordem existente, a grande mobilização dos camponeses... Tudo isso, dentro da sociedade capitalista, se é contrário aos interesses hegemônicos, é demonizado e passa a ser repetido insistentemente pela mídia tradicional como algo negativo, o qual “os homens de bem” devem rechaçar.

Vemos, então, na SD1, a ocorrência da expressão “*Ligas Camponesas*” que, do ponto de vista da AD, possui uma referência que só pode ser identificada a partir de sua relação com a exterioridade⁵², com a história, que, para Pêcheux ([1975] 2009), consiste em uma relação de forças, que produz essa memória do dizer. Isso fica evidente quando, na SD1, enfatiza-se o caráter produzido pela memória sobre as Ligas, fazendo com que elas correspondam de forma automática a “*focos de subversão*”, que facilitam a infiltração insidiosa dos “*agentes comunistas*”. Cria-se aí uma clara tensão entre duas possibilidades de significação para um mesmo referente, pois, para asseverar a posição da classe dominante sobre as Ligas Camponesas, produz-se o confronto explícito dos sentidos de “Liga” nesta dada formação social. Enquanto os defensores das Ligas compreendem-nas como “uma sociedade civil beneficente, de auxílio- mútuo...” (JULIÃO, 1962, p. 24), o discurso no DP, apoia-se nesse dizer, para deslegitimá-lo, dizendo: “...ligas camponesas’, **aparentemente destinadas** a prestar assistência aos necessitados, mas **constituindo, na verdade**, focos de subversão que poderão explodir quando menos esperarmos...”. Se nesse dado período histórico, é possível produzir-se, em termos simbólicos, A “Liga” como espaço de luta, o DP, reproduzindo o discurso dos latifundiários, dos usineiros, da Igreja católica – tradicionalmente ligada às elites –, coloca-se em confronto com o discurso antagônico, estabelecendo a noção de verdadeiro e falso. Aquilo que tem “aparência de” é um falseamento do verdadeiro que se materializa através do “*na verdade [as ligas são] focos de subversão...*”. Quem estabelece estrategicamente a concepção de verdadeiro e falso é o próprio enunciado que aparece no DP: as Ligas, aparentemente, são X (no discurso dos comunistas), mas, na verdade, são Y. É o apelo ao que se assevera como verdadeiro que pretende ser estabilizado, hegemônico sobre as Ligas Camponesas.

Na SD1, também se nomeia o “*Camponês*” na dependência de como se referenciam os organizadores das Ligas. Inicialmente, estes são nomeados como “*agentes comunistas*”. Como entendemos com Pêcheux ([1975] 2009) que os modos de se produzir sentido na materialidade da língua são entrelaçados à história que “determina as fronteiras e cria as tensões para a significação pelas determinações sociais, regulando as formas de dizer e impedindo que se diga qualquer coisa de qualquer lugar.” (MARIANI, 1996, p. 133), não podemos negar que chamar os organizadores das ligas de “agentes comunistas” provoca um efeito de sentido calcado na

⁵² Acompanhando a reflexão de Mariani (1996), entendemos que não se constitui o discursivo sem que se tenha a materialidade linguística constituída por processo histórico, devemos assinalar sobre a construção discursiva do 'referente' que, em termos discursivos, "se trata de um objeto imaginário e não de uma realidade física" (Pêcheux. [1975] 2009, p.83), constituindo-se, enfim como um efeito de sentido.

estabilização do sentido em torno de “comunista” que aponta para aquele que provoca rebelião, desordem, contenda entre camponeses e latifundiários.

Vemos, ainda, tanto na SD2 quanto na SD3, outra forma de dizer os organizadores das ligas (agentes comunistas): “*agitadores*”. A partir dessa observação, concluímos que há a reiteração do trabalho de criminalização dos que encabeçam as Ligas pelo viés do que se entende por comunista/comunismo (que se estabilizou no imaginário brasileiro). Trata-se de algo a ser combatido: os agentes comunistas são os agitadores que fazem os “necessitados” (= camponeses) se rebelarem contra os latifundiários a quem eles servem. Trata-se de um inimigo posto, esses “*agentes comunistas*”, “*agitadores*” que todo mundo sabe o que é e a que vem. Eis o trabalho da ideologia, nos termos de Pêcheux ([1975] 2009, p. 160), “que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão [...]” um comunista... Evidências que produzem, sob a máscara da transparência da linguagem, um apagamento do “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (Ibidem).

Esse movimento de estabilização em torno da palavra comunista/comunismo é descrito por Mariani (1998, p. 107) em sua obra “O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989”. Diz a autora:

[...] o fato é que o uso da palavra ‘comunismo’ nos jornais, ao longo dos anos, para além de designar uma ideologia partidária, passou a determinar um sentido que, como já mencionamos, é sempre negativo. Hegemonicamente, a produção de sentidos para ‘comunista’ gira em torno de ‘inimigo’, o outro indesejável.

E é justamente esse inimigo, esse outro indesejável que aparece no corpus de análise como:

1. “*agitadores*” que se aproveitam da boa-fé do **homem do campo** para instigar a desordem e o desrespeito à lei (SD2);
2. “*agitadores*” cuja prática consiste em sublevar o **homem do campo** (SD3).

Por conseguinte, são as ações dos “comunistas agitadores” que fazem par, por oposição, com a nomeação dos camponeses, como portadora de passividade. Ou seja, os nomes dados ao camponês são: “*necessitados*” e “*homem do campo*” que no excerto se dá a ver como os que são manipulados pelos comunistas; como aqueles dos quais os comunistas infiltrados nas ligas se aproveitam e são convencidos a desrespeitar as leis. Nesse jogo entre a atividade dos comunistas e a passividade do homem do campo, constrói-se discursivamente seus respectivos referentes, isto é, estas denominações tornam tanto a existência dos “*agitadores*” / “*agentes comunistas*” quanto a do “*homem do campo*” uma existência objetiva que produz o efeito de

sentido destes como passivos manipuláveis e daqueles como inimigos que promovem a desordem e o desrespeito. Refletimos com Mariani (1996) sobre o efeito de objetividade que Orlandi chama de “ilusão referencial”. O “fazer-creer” que os comunistas assim como os camponeses são essa objetividade através da qual se realizam as denominações é possível devido ao próprio mecanismo ilusório da linguagem que nos faz supor a sua objetividade em função da necessidade de um mundo semanticamente normal, de um universo logicamente estabilizado (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Observando as SD4, SD5 e SD6, vemos uma extensa lista de denominações que, em sua maioria, são marcadas por determinantes. É nesse constante processo – inicialmente mostrado nas marcas linguísticas – que as práticas discursivas, na ordem do discurso jornalístico, vão-se conformando. Analisemos:

SD4 (DP)

o operariado urbano estava ameaçado pelas ideias dissolventes. Agora, podemos afirmar que, se continuarmos indiferentes aos perigos que estão à vista de todos, teremos perdido também o operariado do campo, que já não suporta o estilo de vida que lhe tem sido imposto. São criaturas entregues à própria sorte, exploradas, desassistidas, habitando miseráveis mocambos, roídas pela doença e pela fome. Dir-se-ia que são irracionais e nunca criatura humana. [...] As “ligas camponesas”, de inspiração nitidamente vermelha, vão surgindo em toda a região rural nordestina. Cheios de boa-fé, os sertanejos recebem instrumentos agrícolas e medicamentos, além de assistência médica. Entrementes, os agentes soviéticos vão criando as condições necessárias à eclosão da revolta. E não se digam que mentem, quando expõem aos rurícolas a sua degradante situação de párias, abandonados pelos poderes públicos e explorados pelos grandes proprietários. Essas criaturas simples se entusiasмам; até mesmo católicos filiam-se às organizações, certos de que não há outra coisa a fazer. Daí por diante pode imaginar-se como os comunistas têm um vasto campo a semear. (DP - 7 de abril de 1959, matéria de capa com continuação na página 10 do jornal)

SD5 (DP)

Sobre as Ligas Camponesas, disse o Secretário de segurança: “Tenho desarticulado a ação dos elementos comunistas que exploram os nossos homens do interior por intermédio de tais ligas, verdadeiro centro de propaganda vermelha. (DP – 02 de fevereiro de 1950, página 3 – Título: LIGAS CAMPONESAS)

SD6 (DP)**A FOME VENCEU O PLEITO**

Para o líder trabalhista Oswaldo Lima Filho, quem comanda as eleições no Recife é o Agente de Moscou, Luiz Carlos Prestes. [...] Ordena e é obedecido cegamente por marginais, desassistidos e famintos. [...] O sr. Carlos Prestes com a sua aura popular basta fechar o punho aos camaradas e patriotas para garantir a eleição do governador da cidade do Recife e, ampliando as Ligas camponesas do místico Julião, fazê-lo governador do Estado de Pernambuco. (09 DE AGOSTO DE 1959)

Nas SD4, SD5 e SD6, continuamos a ver as nomeações imbricadas numa cadeia de causa e efeito; de atividade e passividade, tendo de um lado os “*agentes soviéticos*” e suas “*Ligas camponesas*” e de outro os “*sertanejos cheios de boa-fé*”. Para que o discurso do DP imponha um movimento de sentidos sobre esses entes, o qual assegure os consensos, que se alicerçam na ilusão de uma não-polissemia para as nomeações, o DP lança mão delas e, sobre elas, das determinações e explicações e, assim, segue, “desambiguizando o mundo, pois coloca o mundo em uma ordem que é a sua...” (MARIANI, 1996, p. 143), a ordem dos latifundiários, dos usineiros, para os quais sua propriedade e sua autoridade estão sendo ameaçadas.

Vejamos abaixo como os nomes e suas respectivas determinações se apresentam repetidas vezes a fim de que haja a produção do consenso sobre o que é ser Camponês, Liga Camponesa e Organizador das Ligas num momento histórico em que se aventa a luta pela terra e por condições de vida dignas para os camponeses.

	NOMEAÇÃO	DETERMINAÇÃO
CAMPONESES	SERTANEJOS	CRIATURAS
	OPERARIADO DO CAMPO	ENTREGUES À PRÓPRIA SORTE
	PÁRIAS	EXPLORADAS
	RURÍCOLAS	DESASSISTIDAS
	CRIATURAS SIMPLES	IRRACIONAIS
	MARGINAIS	NUNCA CRIATURA HUMANA

	DESASSISTIDOS	ABANDONADAS PELOS PODERES PÚBLICOS
	FAMINTOS	EXPLORADOS PELOS PROPRIETÁRIOS
ORGANIZADORES DAS LIGAS	AGENTES SOVIÉTICOS	...QUE EXPLORAM O NOSSO HOMEM DO INTERIOR.
	COMUNISTAS	
	ELEMENTOS COMUNISTAS	
	CAMARADAS	
	PATRIOTAS	
LIGAS	LIGAS CAMPONESAS	VERDADEIRO CENTRO DE PROPAGANDA VERMELHA
	TAIS LIGAS	DE INSPIRAÇÃO NITIDAMENTE VERMELHA
		DO MÍSTICO JULIÃO

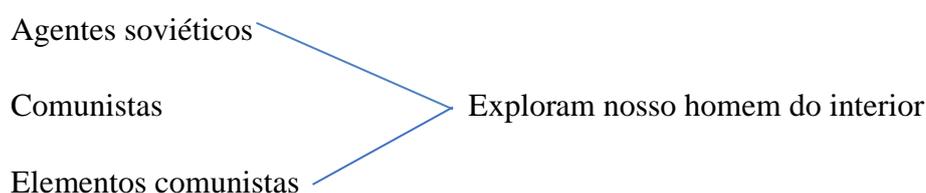
Quando agrupamos as denominações – sertanejos; operariado do campo; párias; rurícolas; criaturas simples; marginais; desassistidos; famintos –, postas no DP para os camponeses, vemos que elas, como já afirmamos, dialogam, pelo viés da consequência, com a nomeação das Ligas e de seus organizadores, tecendo um processo de estabilização para esse referente e buscando criar e manter uma ordem social e simbólica que, por sua vez, fará o leitor do DP, nesta primeira fase, não rechaçar o Camponês e entender as Ligas e os seus organizadores como o “Outro inaceitável”. Isso se mostra através de marcas na organização dos enunciados, dos predicativos e adjuntos atribuídos a cada nome que designa o Camponês, que, por si só, já se inscrevem no lugar de manipuláveis fantoches dos agentes soviéticos. “Esta é uma boa mostra dos modos de referenciar, produzir visibilidade/invisibilidade e qualificar/desqualificar...” (FONSECA, 2015, p. 55) a luta dos camponeses e os camponeses em luta. Vejamos como essa prática se traduz na organização dos enunciados das SD4, 5 e 6:

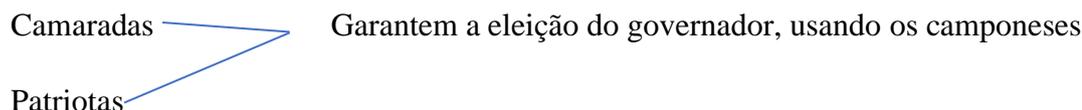
Para “*operariado do campo*” (SD4), que funciona como o referente do sujeito o qual se oculta na oração em que os predicativos são elencados, atribuem-se os seguintes predicativos

– *criaturas entregues à própria sorte; exploradas; desassistidas; irracionais; nunca criatura humana...* esse vasto processo de adjetivação diz muito sobre o que se quer construir na mídia hegemônica sobre os camponeses – os camponeses por serem explorados e desassistidos pelo Estado e pelos proprietários de terras tornam-se presas fáceis para os “*agentes comunistas*”. Ao mesmo tempo que culpam os organizadores das Ligas, reconhecem a inação do Estado e a perversidade dos latifundiários, o que nos causa estranhamento, por não percebermos no todo do corpus de análise construções que detratem estas figuras.

Tal reconhecimento não parece suficiente, no enunciado, para que os camponeses se rebellem. Mesmo que se enuncie que os camponeses “...*São criaturas entregues à própria sorte, exploradas, desassistidas, habitando miseráveis mocambos, roídas pela doença e pela fome.*”, é necessário atribuir aos organizadores das Ligas a responsabilidade pela criação das condições necessárias para a organização e ação dos camponeses contra as atitudes dos opressores. Há, portanto, um apagamento do que os próprios conservadores colocam em pauta em relação às condições desumanas de sobrevivência dos camponeses, como se se requeresse uma naturalização do sofrimento, da penúria e da miséria, reativando a memória de um camponês passivo e, como já constatamos, atribuindo a causa da revolta aos organizadores das Ligas: “*Entrementes, os agentes soviéticos vão criando as condições necessárias à eclosão da revolta.*”.

Por fim, vale salientar que as recorrentes nomeações usadas para os organizadores das Ligas – *agentes soviéticos; comunistas; elementos comunistas* – têm o seu espectro ampliado, passando a aprofundar a referência à política partidária, quando, ao nomeá-los como *camaradas* e *patriotas*, faz-se uma relação direta com Luiz Carlos Preste. Há, no entanto, preservada uma ilusão de estabilização quanto ao uso de todos esses nomes já que o referente continua sendo **aquele que se aproveita da inocência do homem do campo**, em princípio, com o intuito de arregimentá-los para a luta; e, em seguida, para convencê-los a eleger candidatos comunistas para ocupar cargos no poder executivo.





Tais nomes, portanto, no jogo das repetições e em suas relações com adjuntos e predicativos – que pretendem determiná-los – simulam o que poderíamos chamar “unidade discursiva”, fazendo com que esses sentidos se colem ao significante. São esses processos de nomeação que mantêm a referencialidade discursiva (MARIANI, 1996), apontando para todo aquele que é associado ao comunismo como a representação do mal, do agitador, do aproveitador da boa-fé do homem do campo.

Concluimos ainda que, no DP, a manutenção da noção de negatividade dada aos organizadores das Ligas e às próprias ligas como “verdadeiro centro de propaganda vermelha”; “de inspiração nitidamente vermelha” se dá principalmente pelo processo da repetição, na insistência em associar os movimentos de luta pela terra a “coisa de comunista”.

Essa repetição, como estratégia da mídia, continua sendo usada a fim de que haja a estabilização do referente do “Camponês”, porém, nos anos 1963 e 1964, passa a haver um novo consenso sobre esse referente. Nesse segundo momento, o nome “Camponês”, que não aparecia antes, agora, aparece raras vezes, mas traz sobre si elementos determinantes que apontam para um deslizamento de sentido. Um efeito negativo em relação ao Camponês, ocorre, também, a partir de outras nomeações a eles atribuídas, que passam a assumir um sentido cada vez mais próximo ao que se construiu sobre os organizadores das Ligas. A essas nomeações e determinações depreciativas, soma-se a interdição do nome “Camponês”. Para Julião (1970, p. 2/21), “...o esteio da Liga, seu motor e sua força.”, para os latifundiários, usineiros, políticos conservadores, cuja voz está presente no DP, “proscrita, como fora, outrora, a palavra abolição que valeu a Joaquim Nabuco, o monarquista liberal apaixonado pela causa do escravo negro, os epítetos mais duros e ofensivos.” (Ibidem, p. 2/21).

Diante dessas constatações, feitas a partir da observação do corpus, entendemos que o processo de nomeação não é estanque, homogêneo ou automático. Não existe um nome que se cole a um pensamento, tampouco a um objeto de forma literal, imutável, sem que sobre eles incidam os efeitos da exterioridade. Pêcheux ([1975] 2009) nos apresenta o pensamento como uma forma particular do real e, por isso, “só existe sob a forma de ‘regiões de pensamento’” (Ibidem, p. 234), e isso aponta para uma lei de divergência, de separação, que é afetada pela exterioridade intrínseca aos modos histórico-materiais de existência do pensamento, ou seja, é a exterioridade que o determina. Portanto, não podemos ignorar a movência dos sentidos, que

verificamos em relação a um dado referente, que é o camponês, o campesinato, suas lutas, já que, sobre eles, incidem os efeitos da luta de classes sob várias formas. (Ibidem).

Observemos agora, nas SD7, 8, 9 e 10, a questão da movência dos sentidos e o processo de nomeação no movimento da história. Há um deslocamento nos sentidos de “camponês”, que passa a se referir, paulatinamente, a “inimigos” e “assaltantes de terras alheias”. Essa guinada é vista no corpus, como já apontamos, entre 1963 e 1964, período no qual as organizações de luta pela terra estão mais presentes em todo o Brasil e passam a ser vistas, inclusive, como uma ameaça ao regime.

SD7 (DP)

– Depois do “Formiguinho”, o movimento de cultura popular – que é mantido e prestigiado pelo governo atual do estado – prepara um filme, onde está gastando milhões de cruzeiros: “Cabra marcado para morrer”. É a história do camponês e da Formação das Ligas Camponesas. **Camponês é o logotipo que eles usam para explorar, politicamente, o trabalhador rural; o camponês fecha a sede do IAPI (instituto de aposentadorias e pensões dos industriários), no Recife. O trabalhador rural fica no campo, é outro tipo.** (26 de fevereiro de 1964. PRIMEIRO CADERNO)

SD8 (DP)

PRETENSOS CAMPONESES NAS LIGAS

“As chamadas Ligas Camponesas, das quais se tem falado tanto, ultimamente, mobilizam, inegavelmente os trabalhadores rurais e até já várias os levaram a sinistros, numa atitude bem visível de reivindicações e ameaças. Haja vista à última entrada, em estilo um tanto violento, **de vários camponeses (eu os chamaria de pretensos camponeses) em cidades do interior conduzidas por pessoas totalmente alheias aos problemas da vida rural.**”

SD9 (DP)

JOÃO PESSOA, 27 (Meridional) – O fazendeiro Fernando Meireles, proprietário, no município de Mamanguape, procurou a reportagem para relatar os graves acontecimentos registrados em Itapororoca e Sobrado quando sua propriedade esteve sob ameaça de ser invadida por uma malta de desordeiros orientados pelos dirigentes das Ligas Camponesas... “É necessário que a opinião pública fique conhecendo, detalhadamente, os vergonhosos acontecimentos de Itapororoca, que culminaram com a invasão e depredação da Fazenda

Sobrado. Envolvendo como protagonistas **os rurícolas que obedecem à orientação da Ligas Camponesas**. Órgão sobejamente conhecido como residual da agitação e da subversão da ordem – disse inicialmente.

SD10 (DP)

– “Antes aquele gesto de piratas dos rurícolas/desordeiros – continuou – fomos obrigados a permanecer em “Angicos” até alta hora da noite, a fim de defender um patrimônio que nos custou dias e mais dias de trabalho honrado e honesto. Felizmente, para a poupança de nossas cabeças (minha e de meu pai) exigidas a todo custo pela malta de saqueadores, eles não chegaram a nossa propriedade, permanecendo em Sobrado, disparando armas cujos estampidos eram ouvidos a distância.”. (28 DE DEZEMBRO DE 1963, p. 07)

Na SD7, em meio à crítica feita ao movimento de cultura popular, que congregava estudantes universitários, artistas, intelectuais a fim de difundir programas de alfabetização e de educação de base, faz-se menção ao filme “cabra marcado para morrer”, que conta parte da história da fundação da Liga de Sapé na Paraíba (posterior à criação da Liga de Galileia) e do seu mais importante líder João Pedro Teixeira, assassinado a mando de um latifundiário. Nesse contexto, em uma de suas raras aparições, chama-se o Camponês de “camponês”.

Ao enunciar: “*É a história do camponês e da Formação das Ligas Camponesas*” (Grifo nosso), traz logo em seguida o seu posicionamento sobre o referente da denominação “camponês” a fim de que não se abra espaço para que concorram dois processos discursivos contraditórios. Se o referido filme faz menção a um camponês morto pelas mãos do latifúndio, uma possível imagem do camponês como oprimido, que sofre perseguições e morte pelos que detêm a terra, poderia se instaurar. No entanto, enunciar que “*Camponês é o logotipo que eles usam para explorar, politicamente, o trabalhador rural...*”, traz duas determinações que merecem a nossa atenção. Em primeiro lugar, o uso do predicativo “logotipo” atribuído a “Camponês” aponta para um efeito de identidade, imagem fixa, aquilo que se vê quando se olha de fora (AMAT, 2009). Nessa formulação, o Camponês é uma marca que põe em evidência o trabalhador rural como explorado pelos organizadores das Ligas. E isso se complementa na sequência a partir da relativa “*que eles usam para explorar politicamente o trabalhador rural*”. “Eles”, os agitadores, usam os “Camponeses” para travar uma luta que, na ótica do sujeito, não é a luta do campesinato. O sujeito desse discurso, portanto, alija completamente os camponeses da luta, insistindo na fórmula da manipulação que os “agitadores comunistas” promovem em relação aos trabalhadores rurais.

Mariani (1996, p. 153) nos diz que “Os sentidos não se movimentam em linha reta: a hegemonia de uns não representa o eclipse total de outros” e, diante disso, vemos na SD7 um movimento de sentido que criminaliza o chamado “camponês” por eles fecharem a sede do IAPI (instituto de aposentadorias e pensões dos industriários), entretanto ainda nos deixa ver que tais atitudes são fruto da exploração política dos camponeses pelos organizadores das Ligas. Reiteramos que este sentido nos é mostrado pela incisa “*que eles usam para explorar, politicamente, o trabalhador rural*”. O pronome “Eles”, sem referente textual, todavia com referente discursivo, representa aqueles que fazem a Liga e que novamente se apresentam como agentes de “usar”, vinculado ao elemento subordinado, que exprime a finalidade de explorar... “*para explorar*”. Tal exploração incide sobre “*o trabalhador rural*”, que “*fica no campo, que é de “outro tipo”*” em detrimento do “*camponês*” que vai para a frente do IAPI para fechar a sua sede.

Temos, portanto, na SD7, sentidos concorrentes para “camponês”, o primeiro, que a essa altura, tende a deixar de ser hegemônico – que evidencia o camponês como vítima da exploração das Ligas – e o segundo, em vias de se tornar consenso, o qual representa aquele que se rebela e ameaça a propriedade privada. Aprofundamos o nosso olhar nessa direção, quando observamos a SD8 cujo título é “*PRETENSOS CAMPONESES NAS LIGAS*”. Aqui os camponeses são descritos como os que reivindicam e ameaçam, usando, para isso, um “*estilo violento*”: “*Haja vista à última entrada, em estilo um tanto violento, de vários camponeses (eu os chamaria de pretensos camponeses) em cidades do interior...*” Há, entretanto, uma retificação que leva o sentido de camponês para outro lugar: “*eu os chamaria de pretensos camponeses...*”, daí entendemos que ser “*pretensos camponeses*” é o que os faz reivindicar e ameaçar violentamente. Podemos dizer, portanto, que, por oposição ao dito, o referente do camponês, nessa retomada, corresponde ao que não reivindica, tampouco ameaça violentamente. O nome “camponês”, portanto, mesmo apontando para aquele que luta; reivindica; ameaça; é violento; invade cidades, aponta também para um sentido que sempre retorna – o do camponês como o “trabalhador rural” explorado politicamente pelos organizadores das Ligas.

É a partir do uso de outras nomeações que os sentidos sobre o “camponês” tendem a se estabilizar. E isso não ocorre, como já postulamos, de forma desconectada dos acontecimentos históricos no Brasil. Os anos de 1957 a 1961 foram marcados pela organização cada vez mais visível dos camponeses nas ruas, tanto das respectivas cidades do interior onde viviam, quanto das capitais. A primeira marcha na cidade do Recife ocorreu no dia 1º de maio de 1947 com

cerca de 600 camponeses, no ano seguinte, a marcha já contava com 3.000 camponeses. Em 1960, nada menos que 20.000 camponeses desfilavam pela cidade com cartazes alusivos à Reforma Agrária radical. (JULIÃO, 1970). Com a vitória de Jânio Quadros, cujo governo se iniciava em 1961, os próprios camponeses e, não somente os organizadores das Ligas, passaram a ser perseguidos como inimigos da democracia.

Com o passar dos anos, portanto, o significante “Camponês” deixa de apontar para “*criaturas simples*”, “*homem do campo*”, “*desassistidos*”, *manipulado pelos “agentes comunistas”* e passa a indicar “*uma malta de desordeiros*”, como vemos na SD 09. Assim, vão-se constituindo sentidos como “verdadeiros”, “únicos”, “incontestáveis” (MARIANI, 1996, p. 155) a partir da presença dessas denominações impostas pelos discursos presentes no DP.

Na SD9, o uso da denominação “*malta de desordeiros*” é justificado pelos “*graves acontecimentos*” que vão desde a “*ameaça de invasão*” até a “*invasão e depredação*” da Fazenda Sobrado. Mesmo que não se deixe de mencionar a tutela dos dirigentes das Liga sobre os camponeses, agora o agente, o autor dos “*vergonhosos acontecimentos*” é o Camponês. Anteriormente salientamos que Pêcheux ([1975] 2009, p. 24) afirmou: “Às vezes, com a mesma palavra, somos conduzidos a diferentes direções de sentido segundo a natureza dos interesses ideológicos em jogo”. O que ocorre, ainda na SD 09, com o nome “*rurícola*” chama a nossa atenção quanto à luta de classes que se mostra no discurso do DP. Tal denominação, que antes correspondia a uma forma “*menos contundente*”, para designar “camponês” agora, marcada pela relativa “*que obedecem à orientação da Ligas Camponesas, órgão sobejamente conhecido como residual da agitação e da subversão da ordem*” (SD9), passa a se revestir de um sentido análogo à malta de desordeiros. Esses “*rurícolas*”, que obedecem à orientação de um órgão de agitação, de subversão da ordem, afastam-se de sua passividade natural e passam a figurar como protagonistas das invasões e das depredações. Podemos resumir então que, na SD9, em que “*rurícolas = malta de desordeiros*”, vemos um discurso que vai sendo construído na direção do fechamento de um universo que circunscreve as Ligas, seus organizadores e os Camponeses como agitadores e agentes na subversão da ordem.

Esse movimento nos faz ver que os significantes não possuem um sentido literal e outros derivados. Pêcheux ([1975] 2009) nos diz que os nomes recebem seus sentidos da Formação Discursiva em que se inscrevem, ou seja,

[...] não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso.” (PÊCHEUX, 2011a, p. 158).

Vimos, pois, que o sentido de “*trabalhador rural*”, de “*Camponês*”, de “*Rurícola*” se construiu no percurso que trilharam esses significantes, num efeito metafórico, como um espaço do contraditório, que acolhe uma diversidade de sentidos possíveis. Deste modo, foi, no interior do discurso dominante, que o significante “*Camponês*”, que era tomado como trabalhador rural, manietado pelos agentes comunistas, passou a apontar para o inimigo.

Segue nessa mesma direção o processo de construção e formação de consenso, que aponta para o que se denomina como “*rurícola*”, e é reiterado, na SD10, quando se cria a composição “*rurícolas/desordeiros*”. Entendemos aqui, pela narração do proprietário de terras, que “*desordeiros*” tende a funcionar como um elemento de caráter explicativo e não restritivo. Dizemos isso ao estabelecermos sua comparação com a denominação “*malta de saqueadores*”. Dizendo de outra forma, se a essa altura está ocorrendo uma reconfiguração da imagem do camponês, que deixa de ser “*manietado*” pelos organizadores das Ligas e passa a ser agente de saques, entendemos o uso de *desordeiros* como uma característica inerente aos camponeses como classe e não que apenas os camponeses que são *desordeiros* pilham os pertences dos fazendeiros, promovem terror ao disparar armas de fogo.

A imagem do “*camponês*” como ladrão, como o que ataca a propriedade privada é potencializada quando se enuncia “*...fomos obrigados a permanecer em “Angicos” até alta hora da noite, a fim de defender um patrimônio que nos custou dias e mais dias de trabalho honrado e honesto.*” (grifo nosso). Mais uma vez compreendemos, por oposição, que todo o trabalho de mobilização e luta pela terra precisa ser taxado como desonroso e desonesto a fim de que a ideia de preservação da propriedade privada se mantenha.

O discurso, pois, de criminalização das Ligas e de seus organizadores retorna sobre o “*Camponês*”. A denominação “*malta de saqueadores*” faz ecoar a aversão dos proprietários de terras em relação à reforma agrária que, para a elite fundiária, só almeja roubar as terras que são fruto do seu “*honesto e honrado trabalho*”. Vemos, no entanto, que, nem sempre, os sentidos se tornam consenso pela explicitação das nomeações. Muitas vezes elas são interditas, silenciadas e, por isso mesmo, não deixam de significar.

Quando citamos anteriormente que o nome “*Camponês*” sofria uma interdição em seu uso, dissemo-lo pela escassez mesma de suas ocorrências no corpus. No entanto, o próprio

Julião já havia feito observações em sua obra “Cambão” de 1970 sobre o não-uso do nome “Camponês” no tópico 2.6 intitulado “Uma palavra ideológica”. Ele afirma:

A palavra camponês que dá nome à camada mais numerosa e mais importante dos que vivem diretamente unidos à terra, apesar da sua pureza, da sua derivação simples - campo, camponês- não se pronunciava, a não ser entre os marxistas e progressistas, nem se escrevia, exceto nos jornais e revistas de esquerda. A grande imprensa, a “imprensa sadia” não a registrava, nem era articulada nas altas rodas, nos conclaves sobre agricultura, nas assembleias de deputados e senadores e, sobretudo, entre os grandes senhores de terras ou no recinto de suas associações. (JULIÃO, 1970, p. 21/2)

Poderíamos – na leitura de tantas matérias sobre o campesinato, que compõem o corpus de análise – simplesmente registrar a ausência do nome “Camponês” ou as suas raras ocorrências. No entanto, afirmamos que esse silêncio, essa ausência da nomeação “Camponês”, por ser um fato produzido pela história, significa. (ORLANDI, 2007). Se o nome “Camponês” como constatamos e como nos afirma Julião (Ibidem) não era pronunciado, tampouco escrito nos jornais e revistas da “imprensa sadia”, um processo de significação se instaurava ali, fazendo com que o apagamento da palavra não gerasse uma lacuna, um vazio, um não-sentido e, sim, marcasse o posicionamento de uma classe que quer apagar as marcas da Outra classe, ou seja, a sua existência. É o nome “Camponês” que carrega consigo aquilo ao qual as elites precisam contrapor-se. “Camponês” para as elites não significa o homem do campo, o agricultor e, sim, aquele que afronta um poder “naturalmente” e, às vezes até “divinamente” constituído, organizando-se em Ligas para reivindicar a reforma agrária.

Se pronunciar a palavra “Camponês” provocava “a ira dos poderosos, dos donos do país, do latifúndio sem fim e o desprezo dos seus sequazes, corifeus, escribas e intransigentes defensores” (JULIÃO, 1970, p. 2/21), entendemos estar diante de uma forma de silêncio que resulta da censura, que consiste na produção de silêncio como estratégia política em relação à política dos sentidos, “é a produção do interdito, do proibido”. (ORLANDI, 2007, p. 74, 75). A partir dessa constatação, entendemos com Orlandi (Ibidem, p. 73) que “a política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas **indesejáveis**, em uma situação discursiva dada.” (destaque nosso). Ao produzir sentido pelo uso das denominações “*homem do campo*”, “*sertanejos*”, “*rurícolas*”, “*criaturas simples*” etc, no DP, apaga-se (ou tenta-se apagar) os sentidos produzidos, normalizados que o nome “Camponês” suscita. É importante lembrar que uma das condições que faz do Camponês um Camponês é o controle dos próprios meios de produção. Sua existência sempre esteve ligada ao pertencimento da terra, por isso o apagamento desse significante é tão importante no discurso dominante por produzir uma dissociação do camponês em relação à terra na qual ele pode apenas trabalhar.

Quando Julião, a partir de 1955, passou a pronunciar “Camponês”, “Camponeses” na Assembleia Legislativa, foi convidado a usar uma outra palavra menos contundente (JULIÃO, 1970, p. 2/21). Uma professora pública, recém-eleita deputada estadual, sugeriu a palavra “rurícola” e, diante da recusa de Julião em chamar os camponeses de “rurícolas”, ela externou sua “preocupação”, dizendo: “então o senhor busque uma palavra menos contundente. Estou vendo a hora que lhe dão um tiro aqui dentro...” (Ibidem, p. 2/22).

Enfim, ao analisarmos o corpus, entendemos que a política do silêncio produz um recorte entre o feito de se dizer “rurícola” e não se dizer “Camponês”. Dizer “rurícola” para não permitir que se diga “Camponês”, este “é o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se querem evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma outra região de sentidos.” (ORLANDI, 2007, p. 73,74). Rurícola, homem do campo, sertanejo aparecem, então, como uma palavra mais apropriada para o uso no recinto da assembleia, como nos sugeriu a professora e parlamentar (JULIÃO, 1970, p. 2/22), interditando, assim, a outra palavra: atentatória aos bons costumes e à paz reinante. (Ibidem).

Vale enfatizar que censura é vista, do ponto de vista da AD, como um fato produzido pela história e não pela consciência individual, logo essa noção compreende processos de silenciamento que limitam o sujeito no percurso dos sentidos (ORLANDI, 2007). “Mas mostra, ao mesmo tempo, a força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não vinga em um lugar determinado. O sentido não para; ele muda de caminho.” (Ibidem, p. 13). Assim, o que no DP produz-se por uma falta significativa impõe-se, no periódico Liga, pelo excesso, pela repetição, pela abundância na ocorrência das denominações “Camponês” e “Liga”. Nele, substitui-se o vazio, o silêncio que foi imposto aos movimentos de luta pela terra, pela teimosia em dizer e fazer significar tais denominações como um movimento de resistência.

Vemos isso nas SD11, 12 e 13 que, além de reiterarem as nomeações, enveredam pelo caminho da definição que, segundo MARIANI (1996), busca produzir um efeito de ilusão referencial, a qual intenta cristalizar o que os camponeses e suas Ligas dizem de si em detrimento daquilo que afirma a mídia hegemônica sobre eles.

SD11 (LIGA)

Mas, até lá no processo de formação da aliança operário-camponesa tem-se que ver o camponês como de fato ele é: o camponês é um camponês, é um camponês. É místico, é individualista e paciente. Como místico exige tolerância. Como individualista, exige

respeito. Como paciente, exige paciência... Vê-se aí que é mister entender bem o camponês como classe e não como uma simples mecânica do maquinismo da frente única ou da aliança com setores da burguesia ou com a classe operária.

SD12 (LIGA)

Está se aproximando o fim do ano. Nesta época os latifundiários, isto é, os grandes proprietários de terra, fazem a cobrança do foro da terra arrendada. Os preços são tão altos que, às vezes, o foreiro não dispõe de meios para pagar. Além disso, a terra já bastante cansada, a formiga de roça, a falta de dinheiro para comprar sementes selecionadas e inseticidas, sem falar nas doenças, tudo isso atormenta a família camponesa neste fim de ano.

SD 13 (LIGA)

O meeiro, ou seja, o que arrenda a terra em troca da metade de tudo que produz, é obrigado a entregar a metade do feijão, do milho, do algodão e até mesmo da verdura. Se o camponês reclama, a resposta é uma ameaça de que no próximo ano vai cobrar dois terços da produção. Em alguns lugares, o fazendeiro acerta a terra pela meia de um produto, o café, por exemplo. Depois, na hora da colheita, quer cobrar meia de frutas e de verduras. Se não der, o pau come.

Na SD11, encontramos um enunciado que salienta a necessidade de entender o “Camponês” como ele “é”, a fim de conseguir trazê-lo para dentro de uma composição que favorecerá a luta. *“...no processo de formação da aliança operário-camponesa tem-se que ver o camponês como de fato ele é: o camponês é um camponês, é um camponês. É místico, é individualista e paciente.”.* “O camponês”, aquele passível de participar da aliança operário-estudantil-camponesa, é um camponês, um camponês, com características que lhe são próprias e fazem-no diferente dos estudantes e dos operários. A repetição da expressão “um camponês” marca as diferenças que precisam ser respeitadas e trabalhadas em prol dessa aliança; insiste em salientar que há uma referência a um estilo de vida próprio, a uma maneira de viver que se reflete na sua forma de pensar e de agir. Tal repetição, tal insistência, enfim, produz um efeito de busca de adesão, de aceitação da forma do “Camponês” como ele “é”, como se constitui na sociedade em que habita, assim como o descreve Julião (1970, p. 2/6):

O Camponês pensa de maneira diferente do operário. O seu mecanismo de ação se ajusta à sua maneira de viver. Isolado com a mulher e os filhos, traz o pensamento voltado para a terra que absorve suas energias, limita os seus passos e dita sua conduta. Se a terra lhe pertence, luta desesperadamente para não perdê-la, e, em caso contrário, sempre alimenta a esperança de chegar um dia a possuí-la. **É que a terra é a sua vida.** (Destaque nosso)

A estrutura formada por Sujeito (O camponês) + verbo **ser** (é) + predicativo do sujeito (um camponês; místico; individualista; paciente), que responde à questão “O que é o Camponês?” aponta para aquilo que o afasta da posição de elo na corrente de aliança operário-estudantil-camponesa. Se se persegue, neste momento da história, a organização de um processo revolucionário e, como tal, é necessário constituírem-se duas classes em luta (o proletariado contra a burguesia), o camponês está naturalmente fora, por não se ter proletarizado completamente. Por isso, emergem os predicativos:

- Individualista: característica que se contrapõe ao espírito coletivista do proletariado. Os camponeses refletem uma infraestrutura baseada na posse dos meios de produção, o que os faz ter uma resistência em se integrar ao processo revolucionário que prevê a propriedade coletiva da terra (almejada pelo proletariado).
- Paciente: entendido como tardio em reconhecer que o que os oprime deve ser a razão de sua luta pela terra.
- Místico: atrelado à religião, entende que sua situação de miséria é fruto da vontade de Deus.

Houve, a partir da construção com esses atributos do sujeito, a vinculação do “Camponês” a uma determinada ordem – que precisa ser transformada – a fim de que eles integrem o bloco revolucionário. As definições nessa SD mostram um “Camponês” que não é visto como vítima, como passivo em relação à sua posição entre as classes e, sim, como portador de características que, a partir do lugar de quem fala, do lugar dos intelectuais que arregimentam para a luta revolucionária, são tidas como negativo resquício do feudalismo. É ainda a partir desse lugar que se chama a atenção para a necessidade de se entender o sujeito “Camponês”, de *“participar intimamente de sua existência, aceitá-lo exatamente como ele é, com o seu individualismo, o seu imediatismo e o seu misticismo, como condição indispensável para conquistar sua adesão.”* (JULIÃO, 1970, p. 2/7), já que, como lemos no periódico Liga, o camponês não pode ser visto como mecânica do maquinismo da frente única ou da aliança com setores da burguesia ou com a classe operária... (LIGA, 01, p. 5).

Nessa matéria intitulada “O Camponês é Camponês”, de onde recortamos a SD11, a estratégia que consiste na definição sob a forma de predicções é muito recorrente. Mariani (1996) afirma que tal uso funciona como um aspecto didático comum na imprensa. No caso em análise, mesmo que se apontem predicativos a serem corrigidos na conduta dada como própria

do camponês, os ditos respondem às formas como o camponês é nomeado na mídia hegemônica, contrapondo-se inclusive ao dito exaustivo de que o camponês é massa de manobra das Ligas e de seus organizadores (*Vê-se aí que é mister entender bem o camponês como classe e não como uma simples mecânica do maquinismo da frente única ou da aliança com setores da burguesia ou com a classe operária.* – SD11). O caráter pedagógico presente no Jornal Liga aponta para os próprios agentes da luta – é necessário conhecer o camponês para poder educá-lo para a desejada revolução. Tais predicções “deslocam o campo da compreensão de uma palavra para uma representação de objeto, para o pensamento visivelmente identificável no mundo em decorrência de um dizer já dito” (MARIANI, 1996, p. 164). Esse já-dito, que retorna, associa o camponês às ideias atrasadas sobre a propriedade privada “a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França; justamente as condições materiais que transformaram o camponês feudal em camponês proprietário...” (MARX, 2008, p. 118), características a serem vencidas em busca de uma revolução atrelada aos valores proletários em detrimento de reformas burguesas, alicerçadas na propriedade privada.

Na SD12, o camponês é chamado de “foreiro”, essa denominação é atribuída ao camponês que paga uma taxa anual ao proprietário da terra, contrapartida dada prioritariamente em dinheiro e, em alguns casos, também, parte do devido é pago em produtos agrícolas. Se nessa SD se enuncia que “os preços (do foro) são tão altos que, às vezes, o foreiro não dispõe de dinheiro para pagar”, a nomeação “foreiro” assumiu uma posição específica neste dizer. Ele, segundo Lanna (1995) ocuparia uma posição mais alta do que as outras categorias de camponeses – parceiros, moradores de condição –, cultivando áreas maiores do que os demais, tendo mais autonomia.

Designar o camponês como “foreiro”, que representa uma categoria estrutural, significa reafirmar a situação de dependência e opressão até dos mais “privilegiados” dentre os camponeses. Das diversas modalidades de exploração e sujeição do campesinato brasileiro, os foreiros tinham um tratamento “melhor” do que os demais por pagarem o foro em dinheiro e, assim, todo o conjunto de foreiros de uma propriedade poderia até sustentar uma família ausenteísta. Cada nome, portanto, corresponde a uma modalidade diferente de exploração e o seu uso frequente no Jornal Liga visa não só a estabelecer a diferença que guardam entre si, mas também as semelhanças que eles guardam como elo mais fraco na relação com os proprietários de terras.

Um contraponto a essa denominação é feito na SD13, quando se apresenta ao leitor o nome “meeiro”, o qual representa uma modalidade da parceria que a própria incisa já determina “*o que arrenda a terra em troca da metade de tudo que produz*”. A ênfase dada a essa nomeação decorre de que ela representa o agravamento das arbitrariedades cometidas pelos proprietários de terra. Mesmo que meeiro, foreiro, morador, eiteiro sejam modalidades de “Camponês”, não devem ser tomados um pelo outro, tampouco pelo seu todo, já que, nos enunciados onde aparecem, representam modalidades distintas de exploração do campesinato brasileiro como já afirmamos anteriormente. No entanto, na SD13, o anafórico “Camponês” retomou “meeiro”, que representa um modo mais restrito de significação. Aqui, essa retomada se apresentou como um movimento parafrástico em que “Camponês” continua sendo a nomeação daquele que não arbitra, não negocia, e, sim, é ameaçado de sofrer mais espoliação e violência caso esboce algum tipo de reclamação.

No jornal Liga, mesmo que predomine o uso da nomeação “Camponês”, outras nomeações são mobilizadas, como já apresentamos antes, incidindo sobre elas adjetivos, locuções e orações adjetivas que enfatizam o lugar de subalternidade ao qual o camponês é submetido. Verificamos isso ao analisar as SD14, 15,16 e 17 que transcrevemos abaixo:

SD14 (LIGA)

O processo espoliativo é o seguinte: o trustee empresta o dinheiro a título de adiantamento, obrigando o pequeno agricultor a vender-lhe a colheita. Na época da safra, o trustee promove a queda dos preços de modo a permitir que já não reste mais nada a pagar, ou, se restar, que seja uma ninharia. (LIGA, 07, p. 4)

SD15 (LIGA)

A repercussão do trabalho das Ligas na arregimentação dos camponeses brasileiros tem atingido inúmeros países, sobretudo os países imperialistas, preocupados que estão com as lutas libertárias do nosso povo. Daqui e de acolá, todavia, chegam cartas de amigos de outros continentes estimulando as Ligas no seu trabalho de assistência política aos milhões de homens do campo que, no Brasil, vivem na mais negra miséria. Ponha V. Exa. a mão na consciência e observe, sr. ministro, que a história não está com o latifúndio, mas com o camponês. Nossa Pátria nunca será livre, soberana e próspera enquanto houver um camponês sem justiça, sem liberdade. (Idem)

SD16 (LIGA)

Pois bem. O pobre do camponês tem mesmo que pagar o alto preço do foro. Não adianta reclamar do fazendeiro que, juntamente com sua capangada bem amada, quer o dinheiro de qualquer maneira. (LIGA 08, p.3)

SD17 (LIGA)

É preciso lutar para acabar com isso. Começar a se organizar para que todos, falando por uma boca só, digam que não pagam mais o foro. Nem a meia. E nenhum camponês deve abandonar a terra em que trabalha. Quando a fome apertar, como aperta todo dia, procure a sua Liga, que é a sua arma. E unido, proteste. Faça greve. Faça tudo que achar conveniente mas não aceite a canga do latifundiário, porque ninguém é boi de carga. Lembre-se do que diz o ditado popular: A UNIÃO FAZ A FORÇA". Procedam assim, e um dia destes verão raiar o sol da sua libertação, com a vitória da esperada REFORMA AGRARIA RADICAL. (LIGA, 08, p.3)

Na SD14, o emprego da denominação *“pequeno Agricultor”* materializou o posicionamento antagônico do camponês em relação ao truste – estrutura empresarial que domina o mercado agrário e ajusta preços para obter maior margem de lucro. Essa denominação situa o campesinato, como nos aclarou Shanin (2005), numa posição subserviente no interior de uma rede mais ampla de dominação política e econômica. Tal inferioridade do camponês em relação à rede de grandes agricultores que se fundem para dominar o mercado agrário é posta, materialmente, pelo adjunto “pequeno”, isso porque a denominação “agricultor”, desprovida do adjunto, é recorrentemente vista na mídia hegemônica para nomear o latifundiário e não o camponês, como vemos nas seguintes passagens do DP: “O mal estar generaliza-se pondo em situação de sobressalto **os agricultores** do Estado, e medidas isoladas, policiais e judiciárias não resolverão o problema.” (DP, 20/05/1959, p. 03. Destaque nosso); “...Lutar por medidas governamentais, no sentido de atender às justas reivindicações **dos agricultores.**” (DP, 1º de janeiro, 1ª página, grifo nosso).

Quando, no Periódico Liga, materializam-se (não raras vezes) determinadas nomeações seguidas de adjuntos que situam o Camponês numa situação de desvantagem em relação aos que detêm o poder na sociedade capitalista, vemos que o efeito de sentido que aí se constitui aponta para o estabelecimento desse lugar do camponês atrelado a uma consequência necessária – a de que os camponeses devem unir-se aos seus, em Ligas, para reivindicar, a essa altura, a reforma agrária radical. Neste enunciado, da SD15, *“Daqui e de acolá, todavia, chegam cartas de amigos de outros continentes estimulando as Ligas no seu trabalho de assistência política*

aos milhões de *homens do campo que, no Brasil, vivem na mais negra miséria.*”, a denominação “*homens do campo*” vem seguida da incisa “*que, no Brasil, vivem na mais negra miséria.*”. Viver na mais negra miséria – veiculado pela oração adjetiva, além de evidenciar a posição do camponês em relação ao poder constituído, deve impulsioná-los a se organizar em Ligas para mudar sua situação política e econômica. Vemos que, a partir da mesma denominação “*homem do campo*”, produziram-se no periódico Liga efeitos de sentidos distintos dos produzidos no DP. Enquanto lá se reforça a ideia de passividade do “*homem do campo*” explorado pelos agentes comunistas, no Jornal Liga tal denominação, modificada pela incisa, evidencia a opressão que atinge o camponês, cuja conscientização para a luta fará deles agentes. Vemos, pois, como uma mesma palavra conduz a diferentes direções de sentido por se inscrever em relações ideológicas de classes diferentes (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Por fim, ainda na SD15, as locuções “*sem justiça*” e “*sem liberdade*” se somam aos demais adjuntos, tais como “*pobre*”, em “*o pobre do camponês*”, na SD 16, para mais uma vez delimitar o lugar de inferioridade do camponês, mais uma vez, contrapondo-se à noção de passividade atribuída a ele pelo DP. Sozinho, ele é pobre, injustiçado, preso aos altos preços do foro e não consegue reclamar, já que a estrutura do latifúndio conta com a violência do Coronel, operacionalizada pelo capanga. O problema se apresenta e, por conseguinte, a solução, que são as Ligas. A essa altura, quando o Periódico Liga foi fundado, já não existia resistência por parte dos organizadores das Ligas, tampouco pelos Camponeses, em chamar sociedades agrícolas de Ligas. Esse nome, no entanto, que muda de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 160) deixa de representar “focos de subversão” e passa a se apresentar como o espaço que proporciona “assistência política” aos camponeses.

Há, portanto, um jogo relevante que enaltece o papel das Ligas na arregimentação dos camponeses brasileiros: “*O pobre do camponês*” representa o camponês individualmente, este, por estar só, “*tem mesmo que pagar o alto preço do foro*”. “*Não adianta reclamar do fazendeiro*”, sozinho não tem voz, tem que pagar “*o dinheiro de qualquer maneira*”. Mas, se “*é preciso lutar para acabar com isso*”, só é possível dizer que não pagam mais o foro, nem a meia e que também não aceitam sair das terras onde plantam, se se organizarem em Ligas. Da mesma forma que o DP apelava para fórmulas definidoras a fim de criar um consenso sobre o caráter das Ligas como instrumento dos comunistas para “enganar o homem do campo”, o periódico Liga também o faz, afirmando que as Ligas são arma de luta, que os camponeses possuem. Arma que os fará libertos da “canga do latifundiário”.

Desejamos dar ênfase a um aspecto importante da nomeação, via o que comumente se chama de definição – quando definimos, intentamos postular a existência de uma “coisa”, não fazemos, senão, a definição de uma palavra (MILL apud MARIANI, 1996). Essa definição produz, pois, no corpus em análise, um efeito de ilusão referencial, sobre o que é a Liga no discurso do Periódico Liga, como vemos no enunciado: “*Quando a fome apertar, como aperta todo dia, procure a sua Liga, que é a sua arma.*” (Grifo nosso). Mas vale frisar que a Liga só se constitui aqui, como arma, por ser coletiva. Se o camponês sozinho era obrigado a pagar o foro, organizando-se em Ligas, falando por uma boca só, pode dizer que não paga nem o foro nem a meia. E é, portanto, nessa denominação “Liga” que, ecoa o enunciado: “*A UNIÃO FAZ A FORÇA*” (SD 17), reiterada por Julião em outras ocasiões “...a Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito, é a mãe da liberdade...”.

Enfim, como afirmamos no início dessa reflexão sobre nomeação, para o nosso trabalho de pesquisa, os modos de dizer o Camponês e as Ligas, tanto no Diário de Pernambuco quanto no periódico Liga, importam. Vimos como o conjunto de nomeações usadas pelo DP significam, produzindo um efeito de objetividade e buscando estabilizar os sentidos, pela repetição. Mas, embora essa mídia – que se propõe hegemônica – buscasse silenciar outros processos de significação, o Jornal Liga, dentro de uma prática igualmente jornalística, resistiu à imposição de sentidos dessa mídia conservadora e, não raras vezes, torcendo as palavras, ditou outro ritmo aos sentidos que se pretendiam estáveis. Cada um sustentou no discurso as suas posições, expondo a forma como cada nome abriga suas contradições ideológicas.

4.3 DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS...

Afirmamos, algumas vezes, ao ressaltar a importância da nomeação, que o sentido das palavras, expressões e proposições não estão em si mesmos (PÊCHEUX, [1975] 2009). O sentido é, sim, determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas. Reiteramos, também, que a mudança de sentido depende das posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, das Formações Ideológicas em que tais posições se inscrevem (Ibidem, p. 147). Podemos concluir com Pêcheux (Ibidem) que quem representa na linguagem as Formações Ideológicas são as Formações Discursivas: lugares da constituição dos sentidos.

Insistimos em dizer que a FD não é da ordem da completude, ela se constrói, configura-se a partir de gestos de interpretação, como “resultado do olhar do analista” (CAZARIN, 2004, p. 59), ou seja, não é tomada *a priori*, como se este ou aquele discurso fosse nela se encaixar. Pêcheux ([1975] 2009) afirma que o interdiscurso, além de delimitar o espaço do dizível, linguística e historicamente, determina a FD com a qual o sujeito do discurso se identifica. Isso nos faz repetir que, como há exterioridade, afinal, o enunciável é exterior ao sujeito enunciador (COURTINE, 2009), este nunca está na origem do seu dizer.

Afirmamos, então, que a análise dos discursos que compõem esse corpus leva-nos a falar na coexistência de pelo menos duas FD que sustentam as discursividades em análise, as quais chamaremos de FD do Campesinato⁵³ e FD do Latifúndio. Pretendemos mostrar, a partir dessas FD, como no discurso do Periódico Liga e do DP vemos funcionar os saberes que as regulam. Compreendemos, no decorrer das análises, que chegamos ao domínio do saber dessas FD pelo funcionamento das nomeações, ou seja, pelos sentidos “opostos” para “Camponês”, “Ligas Camponesas”, que são possíveis nesses lugares, nessas fronteiras. Sistematizar os saberes reguladores, estruturadores dessas Formações, apresentando os elementos que caracterizam a forma-sujeito dessas FD, ajuda-nos a compreendermos o que nelas pode e deve ser dito, assim como os modos de inscrição dessas relações na própria materialidade discursiva no interior de cada FD.

No discurso do Jornal Liga, vemos funcionar os saberes da FD do Campesinato. Nele, não podemos ignorar o funcionamento das denominações “Camponês” e “Liga”, que nessa FD apontam primordial e respectivamente para “aquele que luta”, assim como para o “espaço de organização político-jurídica de luta pela terra”. Nessa FD, os discursos evidenciam o Camponês tanto pelo seu engajamento na luta, quanto em contraposição aos dizeres sobre o Camponês na FD do Latifúndio. Seja como meeiros, foreiros, posseiros, arrendatários, os sentidos para Camponês se produzem em sua inserção nas relações de produção do sistema capitalista. É, tomando consciência de que ele é colocado sempre à margem de uma sociedade que o explora que se constroem discursos que enfatizam a necessidade urgente da união dos Camponeses em Ligas para reivindicar a reforma agrária radical.

⁵³ Julgamos importante reiterar um aspecto sobre o qual já tratamos na introdução deste trabalho. Não tomamos “Campesinato” como sinônimo de “Camponês” e, sim, como um hiperônimo. A FD do Campesinato abrange, pois, o discurso do Camponês, mas não apenas o dele. Compreende, também, o discurso dos intelectuais organizadores das Ligas, do Clero Progressista e de todos aqueles que defendem a Reforma Agrária Radical.

Não se concebe neste domínio de saber que o camponês e o operário desconheçam a gravidade dos problemas sociais e da sucessão das crises políticas que os oprime. Por isso, entende-se que é necessário aguçar o interesse do povo em conhecer as causas e as razões dessa situação. Devido a isso, o traço do discurso pedagógico se apresenta, ao lado do discurso político-revolucionário, como fundamento de luta para que um número cada vez maior de brasileiros tenha uma visão clara do seu lugar de oprimido. O discurso do Jornal Liga constitui-se, portanto, de enunciados discursivos que representam a necessidade da luta pela vida e a insistência em educar para essa luta. “arregimentar, unir; dinamizar” são formas de conclamação à educação para a luta. Entender o sacrifício dos pioneiros, alçados à posição de abnegados lutadores e valorosos mártires da causa camponesa faz parte do resultado da “catequese” a serviço dos irmãos. A memória dos sacrifícios trabalha nesse movimento de vincular esse discurso aos saberes dessa FD. O jornal Liga propõe-se a ser parte dessa engrenagem que se instrumentaliza para “forjar a solidariedade de todos os oprimidos e injustiçados.” (JULIÃO, 1962, p. 84).

A heterogeneidade, característica das FD como as concebemos, é salientada na FD do campesinato pelo contato/diálogo com os saberes típicos da FD religiosa, mais especificamente, cristã católica. Isso se dá na FD do campesinato como consequência da instrumentalização do discurso religioso, com fins pedagógicos a partir da torção de conceitos religiosos (dos quais os burgueses se apropriaram para justificar as desigualdades) com o intuito de ressignificar a religião, aproximando-a do povo subalternizado. Vemos nessa FD o componente religioso como um aspecto que estaria fora de um domínio de saber onde se impõe a luta pela terra, a luta por justiça, o trabalho revolucionário. Na FD do Campesinato trabalham-se saberes do discurso marxista-leninista, que a estruturam, são eles que, colocam a religiosidade neste “fora”, o aspecto religioso seria, portanto, o estranho neste lugar. No entanto, esse componente da religião é chamado a ser ressignificado e a “caber” no interior da FD do campesinato, coabitando com os dizeres e os sentidos que estão na centralidade dessa FD.

Como exemplo dessa afirmação, faremos uma breve descrição e análise das seções que compõem o Almanaque do camponês (Liga, nº 05, 06 de novembro de 1962):

Primeira seção: **SANTO DO DIA**. Nela há uma lista de 1º a 30 com o elenco dos respectivos santos **católicos**;

Segunda seção: **FESTAS RELIGIOSAS MÓVEIS DO PRÓXIMO ANO**. Novamente, as **festas religiosas** provêm do acervo católico. No entanto, iniciar a lista de festas religiosas com o **carnaval** chamou a nossa atenção;

Terceira seção: **INTERNACIONAIS**. Traz a seguinte lista de eventos – Vitória da revolução cubana; rendição incondicional da Alemanha nazista; Natal; Jornada contra o colonialismo; primeira revolução socialista vitoriosa.

Quarta seção: **NACIONAIS**. Aqui, o destaque foi para – confraternização universal; **execução de Tiradentes**; Festa do trabalho; Independência do Brasil; Finados; Proclamação da República.

Quinta seção: **HORÓSCOPO**. Nessa seção, faz-se uma previsão astrológica para os nascidos entre 23 de outubro e 21 de novembro.

Sexta seção: **PROVÉRBIOS CAMPONESES**. Nela, há uma coletânea de seis ditos populares que fazem parte do dia a dia dos camponeses.

Sétima seção: **PELEJA ENTRE DOIS VIOLEIROS**. Nessa seção, apresenta-se uma performance de dois violeiros que duelam com as palavras sobre temas que tocam a vida do camponês.

Oitava seção: **AGRICULTURA EM NOVEMBRO**. Por fim, essa seção se dedica a noticiar as particularidades da agricultura no mês de novembro daquele ano.

Como já debatemos antes, o sujeito, que é interpelado pela ideologia no interior de uma FD, toma uma posição que resulta de um retorno do Sujeito-universal, da forma-sujeito do discurso, no sujeito discursivo (PÊCHEUX, [1975] 2009). Chamamos Indursky (2008b) para dialogar conosco neste breve esboço de uma análise do Almanaque do camponês, pois é, a partir das reflexões dessa autora sobre o desdobramento da forma-sujeito, que vemos o afastamento da unicidade imaginária do sujeito. Esse retorno do sujeito-universal no sujeito discursivo para Indursky (Ibidem) é apenas uma das formas de tomada de posição do sujeito em que vemos a possibilidade da reduplicação dos saberes típicos da forma-sujeito da FD. Por entendermos que toda FD é heterogênea e, por conseguinte, afetada por saberes típicos de outras FD, o sujeito do discurso, ao identificar-se com ela, pode não fazê-lo pelo viés da identificação com a forma-sujeito e, sim, com uma de suas posições-sujeito que não reduplicam os saberes dominantes da FD.

Temos, no discurso do Periódico Liga, várias tomadas de posição do sujeito discursivo em relação à forma-sujeito do discurso, que se inscreve na FD do Campesinato. Destacamos num rápido olhar, que há, no mínimo, três posições-sujeito que merecem destaque no corpus: PS1 – presentes nas primeira e segunda seções, que produzem enunciados próprios da FD religioso-católica. Essa tomada de posição evidencia a porosidade da FD em questão, instaurando a diferença e a divergência em seu interior, mantendo aí uma imbricação entre o discurso político-revolucionário e o religioso – especificamente cristão-católico. Nessas sessões, enuncia-se uma lista com o santo do dia e as festas religiosas católicas. Esses fazem parte do universo do camponês, que é tomado, não raras vezes, por Julião como um místico, e, mesmo num espaço discursivo de luta, como é o jornal “Liga”, o importante traço do sagrado faz-se presente pelo valor que tal aspecto possui na vida do camponês.

Nas terceira, quarta, sexta, sétima e oitava seções, podemos ver uma posição-sujeito (PS2) que se aproxima da reduplicação de saberes da FD do campesinato por trazer consigo (mesmo dentro do gênero Almanaque) enunciados que espelham a compreensão e a luta por justiça social, assim como dão visibilidade ao que faz parte da vida do camponês: “Vitória da **revolução cubana; rendição incondicional da Alemanha nazista; Jornada contra o colonialismo; primeira revolução socialista vitoriosa.**”. A própria “escolha” daquilo que merece visibilidade nos acontecimentos internacionais revela que a PS2 se superpõe à forma-sujeito, reduplicando seus saberes.

E por fim, deparamo-nos com uma posição-sujeito (PS3) que, de dentro da FD do campesinato, enuncia saberes que não lhe são típicos, mas, ao mesmo tempo, fazem parte da constituição do periódico. Trazer o conhecimento sobre horóscopo – que gira em torno do plano divinatório – assemelha-se ao que foi enunciado a partir da PS1, do lugar do homem que crê no divino, que crê no sobrenatural, mas promove um deslizamento de sentidos quando se afasta dos dizeres da Igreja católica. Esses dizeres mostram que a FD do Campesinato não é homogênea, tampouco intransponível pelos discursos de outras FD.

Passamos agora a refletir sobre os dizeres e os sentidos, os quais estruturam outro domínio de saber que chamamos de **FD do latifúndio**. Buscando antes de tudo relacionar as duas FD em questão, vejamos o que nos afirma Pêcheux ([1976] 2019, p. 317), quando analisa as formações discursivas no interior do aparelho religioso feudal,

...penso poder entender aquilo que foi antes assinalado sobre a desigualdade-contradição no interior das formações ideológicas e no interior das formações

discursivas das formações ideológicas, isto é, uma formação discursiva que fala ao mesmo tempo das mesmas coisas de forma distinta.

Podemos, tendo como base a constatação de Pêcheux, entender que, entre as FD que nós estamos analisando, instaura-se uma relação de desigualdade-contradição que nos faz ver os distintos modos como cada uma das formações se relaciona com a ideologia, questionando as mesmas coisas de formas diferentes: o lugar do camponês e do proprietário de terras, a luta pela terra, o papel dos organizadores das Ligas etc.

Nessa FD, que representa o discurso hegemônico de então sobre a relação entre os proprietários de terras e os camponeses, circulam dizeres que criminalizam as Ligas, os seus organizadores e os camponeses. Estes, que nas primeiras menções às Ligas Camponesas, eram tratados como manipulados pelos dirigentes das Ligas, passam a ser apontados, com o aprofundamento das lutas, como carbonários, ladrões, incendiários e agitadores. Tal concepção passa a ser enunciada com insistência no Diário de Pernambuco visto que a criminalização da luta dos camponeses funciona como um instrumento de manutenção da propriedade privada a qual é discursivizada como bandeira de luta dos latifundiários e usineiros.

Constrói-se, na FD do latifúndio, uma teia de discursos que, mesmo reconhecendo a miséria na qual vive o camponês, propõe uma espécie de tutela desses indivíduos e, para isso, instrumentaliza inclusive a Igreja católica. É neste ponto que vemos, também nessa FD, o atravessamento do discurso religioso, que, desta vez, apresenta a faceta da tutela do camponês e não a busca de sua autonomia como propunha a FD do campesinato. O clero – mesmo reconhecendo que os camponeses são desassistidos, explorados, doentes, famintos (DP, 07/04/1959, p. 1ª página) – coloca-se como o que os acompanha, sentindo suas angústias e acompanhando o seu drama (DP, 04/06/1959, 1ª página). É essa a forma como os enunciados se constituem, representando o discurso hegemônico à época que coloca todos os sujeitos nos seus “devidos lugares” como se tal arranjo fosse obra do divino, da verdadeira religião e da Igreja de Cristo (DP, 21/04/1959, p. 03).

As recorrentes formulações que rotulam todos os que participam das ligas como agressores buscam justificar as ameaças e ações dos latifundiários como reação ao que eles asseveram como subversão à ordem, infiltração extremista e agitação rural (DP, 17/06/1959, 1ª página). Vemos, enfim, que caracterizam a FD do latifúndio as constantes idas e vindas entre a propagação de notícias falsas e as pequenas notas de retratação em que habitam modalizadores que relativizam os desmentidos.

Pois bem, diante da descrição dos saberes que estruturam as FD do campesinato e do latifúndio, feita depois da apresentação de algumas reflexões teóricas preliminares, passamos à análise de algumas sequências discursivas, à luz do que refletimos sobre Formação Discursiva.

4.4 NO CONFRONTO DE POSIÇÕES: MODOS DE DIZER O CAMPONÊS E SUAS LUTAS

A luta pela terra e por melhores condições de vida para o camponês é o fundamento declarado da criação das Ligas Camponesas, como já dissemos reiteradas vezes. O Jornal Liga é parte desses movimentos que acabam por ampliar-se ao se propor uma aliança operário-camponesa para empreender a luta libertadora. De contrapartida, o DP traz consigo o discurso dos latifundiários e dos usineiros que defendem a continuidade dos latifúndios, da propriedade privada e do uso da mão de obra camponesa, dando a entender que tudo o que perturbar essa suposta paz é danoso para toda a sociedade e, por isso, precisa ser criminalizado. A luta ocorre igualmente, com as palavras e pelos diferentes sentidos que elas passam a ter na dependência da FD na qual se inscrevem.

Para vermos esse constante embate, travado num jogo de confrontos entre esses discursos que demarcam suas formas de inscrição nas FD, fizemos a opção por alternar as SD retiradas do Periódico Liga e do DP. Por se tratar, na maioria das vezes, de SD longas, optamos por repetir trechos delas no decorrer das análises para melhorarmos o fluxo da leitura. A decisão por agruparmos seis SD no primeiro bloco a ser analisado e, em seguida, mais cinco, num segundo bloco, em vez de entremeá-las com as análises, foi tomada por entendermos a importância da relação dialógica entre as sequências recortadas dos dois periódicos. Desejamos fazer ver como elas dialogam e como se respondem, mostrando-nos muitas vezes posições opostas sobre o mesmo objeto. Vejamos como isso se configura:

SD18 (LIGA)

“Pode mandar fazer cadernetas ou anotar o nome dos sócios em um caderno. A liga deve ser grande, ou seja, ter muitos sócios. É preciso que, onde exista um companheiro esclarecido num sítio, numa vila, esse companheiro deve ser eleito para ser representante da Liga, ou seja, um delegado [...] A Liga tem como dever lutar para que se resolvam os problemas dos camponeses. Exigir dos prefeitos sementes selecionadas, inseticidas,

inclusive arados e tratores. Conseguir um advogado, resolver alguns casos de doença, mas que ela seja um órgão de luta dos camponeses contra o cambão, a meia, a terça, a renda, o foro, por aumento de salário dos diaristas, Com esses instrumentos, haverá muita abundância. Deve ser um dever dos camponeses esclarecidos exigir escolas, ler o seu jornal LIGA, mostrando que os seus problemas só serão resolvidos com a vitória da Reforma Agrária Radical.” (Seção: *como organizar uma liga. LIGA. 62/11/06. P. 3. (Do ponto de vista camponês)*)

SD19 (DP)

FECHAR AS LIGAS

“As tais Ligas Camponesas – adiantou – precisam ser fechadas, como sociedades que contrariam a ordem jurídica e a paz pública. Elas não servem aos interesses dos camponeses, antes beneficiam conhecidos agitadores profissionais que querem a desmoralização do regime democrático, estimulados pelos governantes com prejuízos flagrantes da ordem interna. Esse governo de farsantes não combate o verdadeiro extremismo, contrário às nossas instituições, à religião e às convicções democráticas, apesar dos repetidos atos de violação jurídica que vêm sendo perpetrados em vários estados do Brasil. O governo lança-se, porém, contra os que combatem o extremismo comunista. É um governo coalho e irresponsável, que se acumplicia com os vermelhos e os defende das investidas violentas dos seus adversários. (Liga, 09/10/1962, p. 01)

SD20 (LIGA)

Diante da gravidade dos problemas sociais e da sucessão de crises políticas, aguça-se o interesse do povo em conhecer as causas e razões desta situação. Em consequência, um número cada vez maior de brasileiros começa a participar do processo político, com uma visão mais clara de suas implicações econômicas e de classe. Essa legião de descontentes e inconformados é necessário arregimentar, unir e dinamizar para a luta libertadora. Com esse objetivo, para ajudar nessa grande tarefa, surge este jornal.

[...]

A LIGA, como instrumento dedicado a forjar a solidariedade de todos os oprimidos e injustiçados. A realizar, em definitivo, a libertação nacional e social de Pátria e do Povo.

Dedicado a levar ao poder o Povo, com a classe operária à frente, pelo seu alto nível de organização, de consciência política, por sua posição de luta dentro das próprias entranhas

da burguesia dominante, manejando os instrumentos de produção mais avançados que possuem as classes exploradoras.

A realizar a Reforma Agrária Radical para a redenção de quarenta milhões de camponeses sem terra e de pouca terra, a quem o latifúndio esmaga, atrasando o Brasil. (Liga, 09/10/1962, p. 01)

SD21 (DP)

REFORMA AGRÁRIA

“Sou contra toda lei agrária que venha a ferir o regime atual da agricultura. Não devemos desorganizar o pouco de organização agrícola que possuímos. Patrões e assalariados haverá sempre, de modo inevitável, tanto na agricultura, como no comércio ou na indústria. O que o governo deve fazer é distribuir, com equilíbrio e justiça, as vastas extensões de terras que possuímos a lavradores que efetivamente o sejam e pretendam trabalhar as terras que lhe forem concedidas. A assistência governamental deve ainda acompanhar a concessão das terras, com o fornecimento de créditos bancários, técnicos agrícolas, máquinas necessárias, segurança pessoal e de patrimônio para os concessionários e outras providências que se fazem necessárias em tais casos.

SD22 (LIGA)

LUTAS DE CLASSE NO BRASIL

Há um clamor generalizado contra o leito de Procusto da monocultura. O monopólio da terra é denunciado, já agora, não apenas pelos sonhadores da época heroica, mas também pelos novos-ricos do capitalismo incipiente. Mas é um clamor quase que mecânico. Antes um reflexo ingênuo e superficial de necessidades pressentidas do que um programa audacioso para a liquidação de entraves seculares. A supressão do regime latifundiário é reclamo ativo das classes que se encontram em choque frontal com o baronato feudal. Será o caso da burguesia urbana, via de regra oriunda do patriciado rural? A fina flor da elite dirigente brasileira — detentora das rédeas do nosso sistema empresarial — é constituída de terratenentes históricos, herdeiros das gigantescas "data" e sesmarias coloniais, depositários zelosos da velha mentalidade mercantilista do capitalismo primitivo (o capitalismo "idílico" referido por Marx). (Liga, 09/10/1962, p. 03, Pedro Motta de Barros)

SD23 (DP)

ATIVIDADES VERMELHAS: RELATÓRIOS TÊM SIDO DIRIGIDOS AO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO: LIGAS CAMPONESAS E REORGANIZAÇÃO DO P.C. – MEDIDAS REPRESSIVAS CABEM À POLÍCIA ESTADUAL.

O EXÉRCITO E SEUS “INFORMES” CONTRA OS COMUNISTAS.

[...] O famoso relatório a que a imprensa carioca vem fazendo referências nada contém que seja desconhecido aos pernambucanos. Refere-se de fato ao caso das “Ligas camponesas”, assunto já conhecido e debatido há muito tempo, desde o governo Cordeiro de Farias, quando certo deputado da nossa Assembleia Legislativa chegou a ser detido em Vitória de Santo Antão, quando agitava camponeses do Engenho Galileia, fundando Ligas e pregando a reforma agrária. Focaliza os novos casos verificados no interior, onde novas agitações foram verificadas [...] onde, novamente, parlamentares das esquerdas e comunistas tentaram subverter a ordem, conclamando os trabalhadores a lutar, de armas à mão, pelas suas reivindicações. (DP, 10 DE ABRIL DE 1959.)

Eis um dos temas tratados pelo Jornal “Liga” no decorrer de toda a sua existência: a organização e a difusão de Ligas camponesas pelo Brasil inteiro. O sujeito que enuncia na SD18, ao reduplicar saberes próprios, típicos da Forma-sujeito da FD⁵⁴ do campesinato, conclama os seus potenciais companheiros a se organizarem. O compromisso de união entre operários e camponeses para que se realize a luta libertadora é compreendido como um dos principais saberes que regulam a FD do Campesinato, por isso, podemos afirmar que o sujeito do discurso, nesta SD, identifica-se com a posição-sujeito dominante.

Os objetivos do jornal são postos ao se construírem discursos instrucionais na formação e difusão das ligas – *“Pode mandar fazer cadernetas ou anotar o nome dos sócios em um caderno”*; *“A Liga tem como dever lutar para que se resolvam os problemas dos camponeses.”*. Vemos, na continuação do enunciado, uma hierarquização dos anseios das ligas que revela a existência de demandas primárias e secundárias a serem sanadas. Estas são: *“Conseguir um advogado, resolver alguns casos de doença,”* e a elas se unem as principais pautas de luta, por meio do conectivo “mas”, (depois do qual poderíamos introduzir o advérbio **“também”**).

⁵⁴ É importante para o nosso trabalho reconhecer e enfatizar a heterogeneidade da formação discursiva que segundo Indursky (2008) decorre do desdobramento da forma-sujeito, que organiza a FD.

Esse elemento de coesão sequencial, que, formalmente, revelaria uma mudança na orientação argumentativa; uma quebra de expectativa, é aqui utilizada para marcar não só uma adição de demandas, como também a sobreposição dos interesses coletivos aos individuais. A conjunção “mas” encabeça um enunciado que simboliza a luta dos camponeses contra o cambão, a meia, a terça, a renda, o foro, o aumento de salário dos diaristas, sementes selecionadas, inseticidas, arados e tratores, como uma luta de todos e, portanto, sobrepuja as demandas individuais. Nesse jogo da língua temos uma negociação entre posições no campo da FD do Campesinato no sentido de pensar que esse sujeito está “negociando” sentidos, quase que num jogo mesmo de trocas em que ele se compromete com as demandas individuais, com os problemas mais ordinários e, ao mesmo tempo faz ver que somente com a luta, organizada coletivamente, em Ligas, “haverá mais abundância.”

Demandas individuais		Demandas coletivas
Conseguir um advogado	mas também = principalmente	Exigir: sementes selecionadas; inseticidas; arados; tratores.
Resolver alguns casos de doença		Lutar contra: Cambão; meia; terça; renda; foro;
		Conseguir: aumento de salário dos diaristas

A SD18, portanto, de maneira gradativa, aponta para as reivindicações individuais dos camponeses assim como para as coletivas a fim de que tudo isso faça parte do processo de consecução de uma **Reforma Agrária Radical**, que, por sua vez, funciona como um dizer que se repete, que encontra guarida no discurso dos revolucionários cubanos que, quando assumiram o poder, eliminaram radical e definitivamente o latifúndio e a exploração da terra. (MACHÍN et all, 2013). Segundo Pêcheux ([1969] 2010), o sentido se baseia nas relações de parafraseagem entre palavras, expressões e proposições, organizadas numa Formação Discursiva e é a partir da sua reflexão que pensamos que, se há repetição, é porque há digressões, estabilizações de sentido que constituirão a memória do dizer, “São os discursos em circulação,

urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados.” (INDURSKY, 2011, p. 71).

Não há na SD18 apenas o grito pela luta, há também indicações práticas e diretas de como se organizar para a luta. E é nesse modo injuntivo de construção dos enunciados que se oferece ao camponês o que ele necessita para compreender a Liga Camponesa como o seu lugar, não somente feito para ele como também feito por ele. Assim se organizam os dizeres sobre as ligas:

<u>A LIGA</u>	DEVE...	SER GRANDE
	TEM COMO DEVER...	LUTAR PARA QUE SE RESOLVAM OS PROBLEMAS DO CAMPONÊS
		CONSEGUIR ADVOGADO
		RESOLVER ALGUNS CASOS DE DOENÇA

Nesse lugar chamado Liga - formado com e pelos camponeses - surge o lugar do camponês esclarecido. São duas as atribuições, postas no final da SD18, que nos chama a atenção sobre os seus atributos: “*Deve ser um dever dos camponeses esclarecidos **exigir escolas e ler o seu jornal Liga, mostrando que seus problemas só serão resolvidos com a vitória da Reforma Agrária Radical.***”. Observamos aqui, pelas relações da palavra “Camponês” com o conjunto de dizeres que a contornam, que, para ser esclarecido, precisa se educar. Ao conseguir escolas e ler o Jornal Liga, ele se coloca no lugar de esclarecido e apto a esclarecer os outros a partir de um trabalho em duas frentes, a da escola, que representa a educação formal - necessária para subsidiar a segunda, que é a educação para a luta. Quando se diz “*Camponês esclarecido*”, produz-se, como sua contraparte, o “Camponês não-esclarecido”. Ou seja, é preciso qualificar, adjetivar esse Camponês, afirmando que ele é “esclarecido”, para dizer que

não é qualquer camponês que serve ou que tem esse dever. Ao fazer do Camponês “esclarecido”, atribuem-se a ele certos deveres e responsabilidade para com o conjunto dos não esclarecidos.

O enunciado “*Deve ser um dever dos camponeses esclarecidos exigir escolas e ler o seu jornal Liga, mostrando que seus problemas só serão resolvidos com a vitória da Reforma Agrária Radical.*” dialoga com outros enunciados presentes na FD20 que atribui à gravidade dos problemas sociais e da sucessão de crises políticas a avidez do povo em conhecer as causas dos problemas que os afetam. E vemos então que os enunciados parecem reestruturar-se para dizer o mesmo dentro de uma rede de formulações em que se percebe a necessidade de “*arregimentar, unir e dinamizar*” os camponeses para que, esclarecidos, possam empreender “*a luta libertadora*” para a qual o Jornal Liga se põe como instrumento de auxílio. Auxílio para congregar os sujeitos que, na Liga, são compreendidos como “*oprimidos e injustiçados*”; auxílio para instruí-los, para torná-los homens e mulheres comprometidos com a “*libertação nacional e social da Pátria e do Povo*”.

No entanto, a Liga que representa uma via de participação política para os camponeses, é discursivizada, na FD do latifúndio, como “*sociedades que contrariam a ordem jurídica e a paz pública*”. Esse é um dos enunciados que evidenciam práticas linguísticas que se inscrevem no Aparelho Ideológico de Estado de informação, garantindo que se mantenha o que, na FD do latifúndio, é entendido como **a ordem jurídica**, na qual se deve perpetuar a oposição entre proprietários e camponeses, forjando, assim, uma paz que é conseguida pelo silêncio dos camponeses.

No DP, que materializa dizeres que se inscrevem na FD do Latifúndio, circulam dizeres que criminalizam as Ligas Camponesas, a ponto de o título da matéria de onde recortamos a SD19 ser “*FECHAR AS LIGAS*”. Compreendemos que o sujeito do discurso que fala nessa SD, recortada do DP, produz uma superposição plena em relação aos saberes típicos da Forma Sujeito desta FD. Reproduz, ainda, os saberes que emanam dela quando afirma que as Ligas beneficiam os seus organizadores com o aval do governo do estado de Pernambuco (eleito com o apoio das esquerdas à época), insistindo na fórmula que apresenta um camponês usado como massa de manobra pelos “*conhecidos agitadores profissionais*”. Dizeres contrários à disseminação das Ligas, portanto, fazem parte do que pode e deve ser dito na FD do Latifúndio.

Para afirmarem-se contrários às Ligas, recorrem ao argumento de que é urgente a manutenção das instituições do Estado, da religião e das convicções democráticas, fazendo um contraponto desses três elementos com o extremismo comunista. Ou seja, quem não respeita as instituições do Estado, a religião e as convicções democráticas é um extremista comunista, cúmplice dos vermelhos. Esse sujeito do discurso da FD do latifúndio - ao ser interpelado pela ideologia - produz um discurso em que se dão como evidentes os sentidos que têm as instituições, o zelo pela única religião, que eles evocam como a verdadeira, a religião católica, e, por fim, a democracia, “esquecendo-se” de que “...é a ideologia que, através do hábito e do uso está designando, ao mesmo tempo *o que é e o que deve ser*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146) esse conjunto de fatores evocado como garantidor da paz no campo.

Julgamos válido atentar aqui para o clamor desse sujeito discursivo, na FD do latifúndio, em exigir do Estado que cumpra o seu papel de contenedor e moderador dos conflitos de classe. Ao alegar que “*o governo de farsantes não combate o verdadeiro extremismo, contrário às nossas instituições, à religião e às convicções democráticas*”, mostra que o antagonismo entre as classes existe e que é impraticável o prato da balança pender para o lado dos camponeses, isso seria um atentado às instituições, à religião e à democracia. Engels (1984) nos diz que, para que uma classe não se entregue a uma luta desesperada contra a outra, é necessário um poder que seja capaz de moderar esses conflitos a fim de que as classes sejam mantidas dentro de um limite da “ordem”. “E este poder surgindo da sociedade, mas colocando-se acima dela, e mais e mais se alienando dela, é o Estado.” (Ibidem, p. 167).

Vale salientar à luz do que nos diz Pashukanis (1988, p. 90) que é sabido que o aparato político foi criado pela força da classe dominante, por isso, a nosso ver, quando se reivindica a “ordem jurídica”, a “paz pública”, a “ordem interna”, reforça-se a ingerência de um Estado burguês que mantém a dominação de uma classe por outra, a subordinação de uma classe a outra. Tal expediente, que funciona como uma máscara ideológica, oculta a dominação exercida pela classe dominante, via Estado, sendo reivindicada de forma impessoal quando se configuram atos de resistência camponesa.

Um desses atos é visto na SD20, em que se enaltece a mobilização de instrumentos de organização do povo: aqui “A LIGA” não tem como referente as sociedades agrícolas e, sim, o Periódico Liga, que, nesta fase da luta, reivindica memórias das lutas comunistas para se colocar como um instrumento que pretende “*forjar a solidariedade de todos os oprimidos.*”. A abrangência do indefinido **todos** se explica, no enunciado subsequente, quando se formula

“dedicado a levar ao poder o povo, com a classe operária à frente...”, fazendo ressoar a memória das revoluções comunistas. Todo o povo, com a classe operária à frente, exclui a burguesia sobre a qual pesa a pecha de usar o partido operário na revolução e, depois, voltar-se contra os proletários, apossando-se do governo e mantendo os trabalhadores na condição de oprimidos.

No final da SD20, explicita-se um ponto nevrálgico para os que lutam pela terra que é a Reforma Agrária. Nesse estágio da luta, sempre se fala em Reforma Agrária Radical, como fruto da luta revolucionária. Em entrevista para a TV Tupi do Rio de Janeiro, Julião destacou que a Reforma Agrária tem que obedecer a um princípio fundamental de que “a terra se destina a quem nela trabalha” (LIGA, 08, p. 3) e logo em seguida o entrevistador, um conhecido Udenista - o Deputado Amaral Neto - perguntou a Julião que tipo de Reforma Agrária Julião e suas Ligas preconizavam se era a russa, a cubana ou a italiana? E Julião respondeu que, antes de qualquer consideração, era preciso que **as massas camponesas fizessem parte da elaboração de uma lei agrária**, pois discutir sobre o camponês e suas necessidades dentro dos gabinetes, sem levar em consideração as reais necessidades deles, seria uma farsa.

Temos aí, então, um indicativo do que significa Reforma Agrária materializada na FD do Campesinato. E isso foi mostrado quando se falou da destinação da terra - “a terra se destina a quem nela trabalha” - e da ingerência nas discussões sobre a distribuição das terras - os camponeses determinam os termos da lei agrária. A necessidade dessa delimitação do termo Reforma Agrária foi necessária para nós porque

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes - todos igualmente evidentes - conforme se refiram a esta ou àquela Formação Discursiva é porque - vamos repetir - uma palavra, uma expressão, ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva... (PÊCHEUX, [1975] 2010, p. 148)

e entendemos melhor isso quando confrontamos as duas FD em questão e vemos que, na SD 21, só há a expressão Reforma Agrária no título da matéria de onde recortamos nossa SD. No corpo da matéria inteira só havia a expressão “*lei agrária*” que não estabelece um sentido parafrástico com reforma agrária por ser formulado numa rede de outras expressões que limita o seu sentido: “*sou contra toda lei agrária que venha a ferir o regime atual da agricultura*”. A restritiva “*que venha a ferir o regime atual da agricultura*” aponta para a permanência das relações antagônicas entre classes, já que o regime atual normaliza a relação entre patrões e assalariados que são entes inevitavelmente constituídos - em campos opostos - “*na agricultura,*

no comércio e na indústria”. Busca-se naturalizar a existência contrastiva entre patrão e empregado, dando a entender que essa relação se assenta em uma ordem, e em uma organização naturais, ao mesmo tempo em que se opacifica a existência do camponês, apagando-o no discurso, ignorando que ele não está inserido plenamente na lógica do capital.

O jogo que aqui ocorre coloca a Reforma Agrária em dois campos distintos quando olhamos tanto para a SD21 quanto para a pergunta feita a Julião pelo parlamentar conservador: A potencial distribuição de terras aceita pelos conservadores é ordenada, organizada, em detrimento da Reforma contida na proposta dos adeptos da Ligas Camponesas que é classificada pelos conservadores como movimentos comunistas (que ferem o regime atual da agricultura) comparáveis às preconizadas pela Rússia, por Cuba ou pela Itália. Essa organização, que se mostra como evidente pelo trabalho da ideologia, como um efeito ideológico (Pêcheux, [1975] 2009), é associada e dependente da tutela do Estado - criado e mantido pela classe dominante - como se vê na seguinte formulação da SD 21: *“O que o governo deve fazer é distribuir, com equilíbrio e justiça, as vastas extensões de terras que possuímos a lavradores que efetivamente o sejam e pretendam trabalhar as terras que lhe forem concedidas. A assistência governamental deve ainda acompanhar a concessão das terras, com o fornecimento de créditos bancários, técnicos agrícolas, máquinas necessárias, segurança pessoal e de patrimônio...”*.

Tais dizeres, postos na SD21, que marcam a tutela do camponês como manutenção da ordem e a participação ativa dos camponeses nas decisões sobre reforma agrária, como desorganização do setor agrário, encontra resistência na SD22, recortada do Jornal Liga. O sujeito discursivo da FD do campesinato continua, aqui, reduplicando os dizeres/saberes regulados pela forma-sujeito dessa FD, insistindo na luta pela reforma agrária, pregando agora, de forma explícita, que *“A supressão do regime latifundiário é reclamo ativo das classes que se encontram em choque frontal com o baronato feudal”*. Algo novo, porém, é ventilado, com reservas, na SD22: Incluem-se como referentes das *“classes que se encontram em choque frontal com o baronato feudal”* *“os novos-ricos do capitalismo incipiente”*.

A esses novos-ricos, é atribuído um clamor superficial, “quase mecânico”, pela falta de compreensão das profundas necessidades de reestruturação de um sistema de exploração que tem séculos de existência. É importante marcar que essa nova classe, que reclama o fim das monoculturas, o fim do latifúndio, não é vista como um aliado radical por representar um estrato proveniente do “patriarcado rural”, dos históricos detentores de terras que herdaram *“a mentalidade mercantilista do capitalismo primitivo”*. Porém, esse elemento novo, incomum de

aparecer no corpus em análise, incorpora-se, em certa altura, à luta dos não-privilegiados contra “o leito de Procusto⁵⁵ da monocultura”. Entendemos, pois, como próprio ao discurso dominante na FD do campesinato a supressão do regime latifundiário, que está contida no programa de Reforma Agrária Radical defendida no Jornal Liga. Essas mudanças estariam dentro de uma transformação maior que consistiria na quebra do regime capitalista e na ascensão do socialismo, como forma econômica de vida (LIGA, 08, p. 1).

Observamos, mais uma vez, como se evidencia o trabalho do DP, na SD23, como AIE de informação para garantir o funcionamento da Ideologia de Estado, repetindo o que já se espera nessa FD:

- A Criminalização das Ligas, associando-as a atividades comunistas - “atividades vermelhas” (*“As tais Ligas Camponesas – adiantou – precisam ser fechadas, como sociedades que contrariam a ordem jurídica e a paz pública.”*);
- Vinculação das Ligas Camponesas à reorganização do Partido Comunista (*“Atividades vermelhas: relatórios têm sido dirigidos ao estado maior do exército: Ligas Camponesas e reorganização do PC – medidas repressivas cabem à polícia estadual.”*);
- A assunção de que a imprensa pernambucana já difundia, antes das demais, “o caso das Ligas” (*“O famoso relatório a que a imprensa carioca vem fazendo referências nada contém que seja desconhecido aos pernambucanos. Refere-se de fato ao caso das “Ligas camponesas”, assunto já conhecido e debatido há muito tempo...”*);

Esses dizeres, que não são novos nem para nós, no avançar desse trabalho de pesquisa, nem para toda a história de onde se recorta a existência dos movimentos de luta pela terra, representam a insistência do discurso hegemônico em se manter hegemônico para que se reproduzam as relações de produção e de dominação no sistema capitalista. Repetir que a luta pela terra é coisa de comunista, de agitador dos campos; que comunista subverte a ordem, sem

⁵⁵ Procusto, conhecido bandido, que agia no caminho para Atenas, não apenas assaltava os que passavam pela estrada, como também fazia um teste para que suas vítimas pudessem seguir adiante: levava-os para o seu leito, uma cama de ferro, na qual deitava as pessoas e “obrigava-as” a caber nela. Se a pessoa fosse maior que a cama, cortava as pernas do prisioneiro; se menor, esticava-as a fim de que ficassem do tamanho da cama. A utilização dessa metáfora na SD22 diz respeito a como estão organizadas as monoculturas. Nesse modelo de negócio todos têm que “caber”; todos têm que se adequar aos seus ditames sem que as particularidades de cada um dos entes envolvidos sejam levadas em consideração. Há um modelo impositivo e intolerante a ser seguido ao qual trabalhadores e camponeses têm que se adequar.

dizer que essa mesma ordem oprime os camponeses sem terra e de pouca terra; repetir que parlamentares de esquerda e comunistas são criminosos, associando-os à luta armada contra a ordem instituída remetem-nos ao que para a AD institui-se na relação entre o interdiscurso e a Formação Discursiva. Esta repete, reformula, manifesta a presença de um conjunto de marcas formais que, mesmo sendo vária na forma, é regulada na ordem do mesmo a partir da reiteração do idêntico (COURTINE e MARANDIN, 2016).

Não queremos com isso, como já dissemos antes, anular o diferente, o desvio, o deslize que pode ocorrer no interior das FD. Queremos apenas reforçar que, na FD do Latifúndio, encontramos mais paráfrases do que polissemia. No entanto, se retornarmos à comparação entre dizeres da SD21 e da SD22, atentaremos para um novo posicionamento na FD do latifúndio que é a tentativa de a elite fundiária, além de reconhecer as dificuldades dos camponeses, ter “a boa-vontade” de promover reparações. Eles começam a propor uma terceira via, já na SD21, quando, usando termos vagos, propõem *“distribuir, com equilíbrio e justiça, as vastas extensões de terras que possuímos a lavradores que efetivamente o sejam e pretendam trabalhar as terras que lhe forem concedidas...”*, mas, sem *“desorganizar o pouco de organização agrícola que possuímos”*.

Ousaremos dizer que, a essa altura, uma nova posição-sujeito é instaurada na FD do latifúndio, já que o sujeito do discurso, que é interpelado ideologicamente por essa FD, identifica-se com uma posição-sujeito que se afasta da reduplicação dos seus saberes típicos. O reconhecimento de que os camponeses precisam de terras para cultivar, de que eles são explorados por uma minoria detentora de terras e de bens está em uma outra posição que não corresponde à hegemônica na FD do latifúndio, que, ao contrário, busca opacificar os antagonismos. Vejamos como isso se desdobra em algumas das SD seguintes:

SD24 (DP)

Caráter subversivo das “Ligas camponesas”: Debates na S.A.A. (SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA EM PERNAMBUCO)

“Com a palavra, a seguir, o doutor Benjamin de Moraes Cavalcanti declarou que o Senhor Zilde Maranhão assumia a direção da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, num momento grave para o país, quando os agitadores se acham em plena ação, trabalhando para pôr abaixo o direito de propriedade rural. Acentuou que o deputado Francisco Falcão já lançara a boa semente para sanar o mal, quando concitou a união de todos os agricultores, a fim de

fazerem valer os seus direitos de qualquer maneira, uma vez que as autoridades estaduais se mostraram omissas.” (DP, 20 de maio de 1959, p. 3)

SD25 (DP)

O nordestino não é comunista; apenas luta contra a miséria – declara o padre Melo

Rio, 26 (Meridional) – “A marcha dos 20 mil camponeses, que Julião ameaça realizar sobre Brasília, representa apenas a solércia de um aproveitador da miséria das massas, porque aquele deputado é arguto e perigoso, possuindo sensibilidade para interpretar a tendência do momento, assumindo o comando da luta agrária, dando a impressão de que o Nordeste luta pelo comunismo, quando a batalha de vida ou morte que estamos empenhados é movida contra a fome” – afirmou o Padre Melo, criador das Ligas Camponesas, que prosseguiu:

“É preciso que todos saibam que as Ligas não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia – e isso porque Julião exerce uma influência mínima sobre os seus associados.”

[...]

“A ação do comunismo cessará à medida que levarmos o proletariado às câmaras, porque os congressos latifundiários e burgueses é que originam, através das medidas que tomam, sempre favorecendo aos grupos econômicos poderosos, a revolta das massas. A índole de nossa gente é impermeável às teorias marxistas, pois os brasileiros veneram a Cristo. Quando conseguirmos que os 60% proletários dominem, através de sua ação, os 15% de milionários aproveitadores, e neutralizem os 20% que representam a burguesia, poderemos respirar aliviados, porque o perigo vermelho estará de vez afastado do Brasil.

SD26 (LIGA)

Terrorismo foi a arma eleitoral do latifúndio

O assassinato do líder camponês Pedro Teixeira, em abril, e logo após, a tentativa de assassinato de seu filho de 11 anos, foi o começo de uma campanha de violência e intimidação levada a efeito pela polícia e os capangas contratados pelos latifundiários para tentar impedir que 40 milhões de camponeses tivessem, pela primeira vez na história do Brasil, um representante seu no Congresso Nacional. Em julho, oito camponeses foram fuzilados pela Polícia em Pirapemas, no Maranhão. Em setembro, o camponês Pedro Fazendeiro, que já tinha ficado paralítico com um tiro desfechado por um capanga dos

latifundiários, foi novamente barbaramente espancado. Ainda em setembro o sacerdote católico padre Alípio de Freitas, que fazia a campanha eleitoral de Julião, foi sequestrado em pleno Recife pelo IV Exército e ainda está preso. Em Limoeiro, Julião foi proibido de falar em um comício pela Polícia e pelos capangas do coronel Chico Heráclio. Em Carpina, no Norte de Pernambuco, o delegado local sacou sua arma para acabar com o comício dos camponeses. Em Xexéu, 24 tiros de metralhadora atingiram o palanque onde devia falar Julião. Nada disso impediu, entretanto, que a campanha dos camponeses fosse levada até o fim. **(LIGA 01, p. 5)**

SD27 (LIGA)

“Interessado em organizar as massas camponesas, Lucindo da Costa Cavalcanti, da cidade de centenário do sul, no Paraná, escreve a Julião a seguinte carta: ‘Prezado Senhor presidente das ligas: Peço-lhe a fineza de nos enviar os Estatutos das Ligas Camponesas daí de Pernambuco, a fim de nós formarmos um núcleo municipal camponês aqui em centenário do Sul. Pois, sem os estatutos dessas Ligas Camponesas, nós não podemos criar as nossas Ligas aqui. De forma que rogo a V. Exa. para nos mandar o estatuto das Ligas urgente. Desde já agradeço. Saudações socialistas. REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NO PAU. Assinado, Lucindo da Costa Cavalcanti.’” **(LIGA. 06, p. 3)**

SD28 (LIGA)

“O meeiro, ou seja, o que arrenda a terra em troca da metade de tudo o que produz, é obrigado a entregar a metade do feijão, do milho, do algodão e, até mesmo da verdura. Se o camponês reclama, a resposta é uma ameaça de que no próximo ano vai cobrar dois terços da produção. Em alguns lugares, o fazendeiro acerta a erra pela meia de um produto, o café, por exemplo. Depois, na hora da colheita, quer cobrar meia de frutas e verduras. Se não der, o pau come.

Em outros lugares, o fazendeiro é chorão e [trecho ininteligível], diz que a vida está cara e que precisa de dinheiro. “Tenho que pagar a escola dos meus filhos, que me sai uma fortuna”, diz o fazendeiro – e esquece que o filho do camponês, que produz o dinheiro para o colégio dos seus filhos, a única escola que conhece é o cabo da enxada.” **Manuel de Jesus – O Natal magro e o Foro Gordo. LIGA. 62/11/27; p. 3. (Do ponto de vista do Camponês)**

Neste confronto entre os dizeres da FD do Campesinato e da FD do latifúndio, vemos como as posições ideológicas que essas FD representam estão em constante conflito, em

constante diálogo. Se de um lado criam-se as Ligas Camponesas para congregar os camponeses e seus anseios, de outro, os latifundiários e usineiros investem na força centenária da Sociedade Auxiliadora da Agricultura em Pernambuco “*a fim de fazer valer seus direitos de qualquer maneira...*”.

A luta entre camponeses e Latifundiários dá-se na SD24 pela constituição de uma arma dos que se intitulam “agricultores” contra os ditos agitadores, que querem “*pôr abaixo o direito de propriedade rural*”, esta arma é a Sociedade Auxiliadora da Agricultura. Trazer à baila esta sociedade, no DP, faz recordar, pelo trabalho da memória – característica do trabalho discursivo – todo o imaginário que os sujeitos-leitores do DP construíram sobre ela. Essa sociedade, criada em 1872, por “30 varões que se destacaram no meio agrícola” (Projeto 1.092/59, 1959, p. 04), que ostentavam títulos de nobreza ou nomes de família que “atravessaram séculos de colonização e de agricultura da cana-de-açúcar” (Ibidem), constitui-se no espaço da memória, fazendo ecoar os seus atributos iniciais como legitimadores das atividades atuais em defesa da perpetuação da propriedade fundiária rural e, por consequência, das monoculturas.

Esse sujeito que fala na FD do latifúndio, resultado de um determinado processo histórico, que vê na propriedade privada de grandes extensões de terras a possibilidade de desenvolvimento do Brasil, novamente reduplica os saberes hegemônicos de tal FD, ancorado num discurso legalista que evoca o direito de possuir latifúndios. Inicialmente, insistia-se no modelo de latifúndio e monocultura como única forma de desenvolvimento, ocultando-se as tensões existentes entre trabalhadores rurais, camponeses, latifundiários e usineiros. Vemos, contudo, como já aventamos antes, que uma nova posição-sujeito é instaurada na FD do Latifúndio, ao se formular uma terceira via, que consiste na resposta dos donos das terras às reivindicações camponesas. Essa resposta das classes dominantes é enunciada por religiosos conservadores que intermedeiam uma solução que se situa entre o silêncio dos latifundiários e o grito dos camponeses, organizados em Ligas, por Reforma Agrária.

Quando se enuncia no título da SD 25, “*O nordestino não é comunista; apenas luta contra a miséria – declara o padre Melo*”, já se delimita um lugar na correlação de forças entre o espaço da preservação do latifúndio e da luta contra ele. Para isso reivindica-se, num espaço de memória, o sentido negativo de comunista que, como já vimos, corresponde no corpus em análise aos que provocam rebelião, desordem, contenda entre camponeses e latifundiários; agitadores; marginais, exploradores; violentos e defensores da luta armada. É importante lembrar que o sujeito-enunciador fala do lugar de padre conservador da Igreja católica o que já

impõe ao discurso uma pretensa legitimidade “erigida por toda forma de poder, quer seja carismática, tradicional ou burocrática; logo tudo depende da natureza do nó – do nexus – que vincula as pretensões de legitimidade levantadas pelos governantes à crença na dita autoridade por parte dos governados.” (RICOEUR, 2007, p. 96). O sujeito do discurso, constituído no interior da FD do latifúndio, que rechaça o comunismo, fala da Igreja (AIE) pelo latifundiário (que compõe a classe dominante). Isso reforça o nó do carisma e da tradição no exercício de poder que, segundo Ricoeur (Ibidem), impõe-se ideologicamente na brecha entre a demanda de legitimidade – que deriva de um sistema de autoridade – e a resposta dos leitores do DP em termos de crença.

No corpus em análise, quando se fala em “comunista”, há uma associação imediata, como sabemos, aos organizadores das Ligas e posteriormente aos camponeses organizados em Ligas. Por isso, não tardaria a menção a Francisco Julião. Ao se referir à marcha dos 20 mil camponeses, acusa Julião de “*arguto e perigoso*”, “*aproveitador da miséria das massas*”, com o intuito de lutar pelo comunismo, usando os camponeses. O que de novo se institui no discurso do Padre conservador é que “*a batalha de vida ou morte que estamos empenhados é movida contra a fome...*”. Ora, no fio do discurso na FD do latifúndio, não se espera como o que pode e deve ser dito, o reconhecimento da oposição de interesses entre empregados e empregadores, muito menos entre camponeses e latifundiários. Percebemos, no entanto, como marca simbólica dessa nova posição-sujeito a assunção de que há “fome” entre os camponeses, assim como há a possibilidade de um remédio para esta fome.

Outra formulação, que passaria despercebida numa leitura apressada, é a marca da presença do entrevistador do Padre Melo que diz: “*afirmou o Padre Melo, criador das Ligas Camponesas*”. Ao Padre conservador foi atribuída a criação das Ligas Camponesas. Afirmar, de nossa parte, que essa informação não condiz com a verdade factual terá implicações analíticas importantes que traremos para reflexão em seguida. Antes disso, é importante perceber que o efeito de sentido dessa afirmação inverídica faz recair sobre Julião a pecha de embuste, de falsário... O falso criador das Ligas em detrimento do verdadeiro que seria o Padre Melo.

No discurso direto, ainda na SD 25, o Padre faz afirmações sobre as Ligas de forma categórica, como se tivesse legitimidade para tal. Ele afirma que as “*Ligas não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia*”. Vemos, na mesma FD em que as Ligas são apresentadas como “*verdadeiro centro de*

propaganda vermelha”; “*De inspiração nitidamente vermelha*”, que passam a habitar os dizeres de que “*as ligas não querem subverter a ordem*”, tampouco difundir ideologias estranhas à democracia. Concluímos a partir da presença desses novos dizeres na FD do latifúndio que se instaura a diferença, a divergência no âmbito da Formação Discursiva que “passa a ser dotada de fronteiras suficientemente porosas, que permitem que saberes provenientes de outro lugar, de outra FD nela penetrem, aí introduzindo o diferente e/ou o divergente...” (INDURSKY, 2008b, p. 14).

Vemos ainda que, nesse novo arranjo discursivo, presente na FD do Latifúndio, o problema não está mais centralizado nas Ligas e, sim, na figura de Julião. Este continuaria promovendo a ação do comunismo, levando aos associados as teorias marxistas. Não é nosso intuito, ao trabalhar com AD, dizer onde habita a verdade e a mentira do ponto de vista factual, no entanto, gostaríamos, neste ponto, de compartilhar de uma reflexão de Ricoeur (2007) quando aponta para os “empreendimento de manipulação da memória”. Ele nos afirma que “É fácil vinculá-los, respectivamente, aos diversos níveis operatórios da ideologia. No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa.” (Ibidem, p. 98). Assim, no discurso engendrado pelo Padre conservador na FD do Latifúndio, percebemos um acercamento ao instrumento de luta dos camponeses, que são as Ligas, a fim de que a sua tendência preencha o espaço de solução dos problemas dos camponeses “*afastando o perigo vermelho do Brasil*”. Entendemos, pois, que esse discurso passa a se configurar como um discurso de dominação a partir da manipulação da narrativa sobre a luta pela terra.

E por que entendemos esse discurso como um discurso de manipulação? Pois bem. O trabalho de construção ou de reconstrução de uma memória sobre as Ligas, afastando-as da ingerência dos “*agentes comunistas*”, inicia, a nosso ver, uma recondução das ideias ou dos ideais da luta pela terra para o espaço da conciliação⁵⁶. Essa nova narrativa sobre as Ligas

⁵⁶ É de fundamental importância marcarmos que não estamos com isso advogando contra a formação de sindicatos. Compreendemo-los como instâncias legítimas de luta, quando nascem da organização/mobilização dos trabalhadores em estabelecer uma interlocução entre classes. O corpus em análise aponta, porém, para a formação de um Sindicato rural, o que, por sua natureza, já exclui a organização dos camponeses, por intermediar relações entre empregadores e empregados rurais. Em seguida observamos a natureza desses sindicatos: eles foram organizados sob um órgão chamado SORPE - Serviço de orientação rural de Pernambuco - que visava encontrar líderes camponeses e treiná-los no sindicalismo **cristão**. “A operação de sindicalização rural era inicialmente orientada com prioridade para a zona açucareira ao redor de Recife.” (RAPOSO, 2018, p. 78). A abordagem paternalista dos organizadores dos sindicatos fazia com que o controle geral das forças do movimento se concentrasse em Padre Melo e em Padre Crespo. Este afirma que “As Ligas Camponesas, por si sós, não constituem o melhor instrumento para a solução do problema do camponês. [...] No meio de todas as contradições, surgiu o movimento sindicalista rural, como uma força de pressão, para o aperfeiçoamento da nossa democracia. É a última

ressignifica o seu papel social, torce o seu significado, dando a ela uma nova identidade que, na arena da luta de classes, passará a beneficiar a classe dominante pelo controle que esta passará a ter sobre o trabalhador rural. Cria-se, neste momento, um entrelugar que tenderá a desaparecer e a dar passagem para a consolidação dos sindicatos dos **trabalhadores** rurais, sem que haja o protagonismo dos trabalhadores e, sim, a condução e o controle dos proprietários de terras.

No último fragmento da SD25, deparamo-nos com o seguinte enunciado: “*A ação do comunismo cessará à medida que levarmos o proletariado às câmaras, porque os congressos latifundiários e burgueses é que originam, através das medidas que tomam, sempre favorecendo aos grupos econômicos poderosos, a revolta das massas.*”. Será que poderíamos falar aqui de um processo de desidentificação dessa posição-sujeito por tamanho afastamento dos saberes que orientam a conformação da FD do Latifúndio? Será que o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito? (INDURSKY, 2008b).

Se entendemos que o sujeito se constitui na relação com a linguagem e a história, formula enunciados provenientes de discursos outros como efeito da interpelação ideológica, não poderíamos conceber que esses enunciados que compõem a SD25 estariam descolados da história do Padre Melo na construção de um tipo específico de sindicato rural, mediador de conflitos e bastante influenciado pelos governos conservadores. Para começar, as Ligas Camponesas tinham como associados os camponeses - foreiros, meeiros, arrendatários... e na SD25 não se falam mais de camponeses e sim de proletários. Os proletários aqui são os **trabalhadores** rurais que recebem salários dos seus patrões. O uso dessa nomeação já é indício de que se deslocou o interesse de quem comanda a luta – de Liga para Sindicato; de Camponês para Trabalhador Rural.

Ao formular “*a ação do comunismo cessará*”, compreendemos que **as Ligas, que lutam pela terra, desaparecerão**, já que, como já afirmamos, a defesa que Padre Melo fez das Ligas foi apenas num momento de transição em que haveria o estímulo à proletarização do campesinato e a conseqüente consolidação desse tipo de sindicato rural. Essa trajetória se

esperança para o camponês.” (Ibidem, p.79). A nosso ver, esses sindicatos consistiam em uma forma de controle dos trabalhadores rurais que, segundo Raposo (2018), recebiam, inclusive, financiamento da CIA com o intuito de reduzir o potencial revolucionário dos movimentos trabalhistas rurais em Pernambuco.

apresenta no depoimento de um ex-membro fundador da Liga do Cabo, o Sr. Antônio Minervino, que disse:

[...] no Cabo tinha aquele nucleozinho criado por noi mermo, então tinha aquele nucleozinho??? a rente ia pra lá. Nesses núcleos eram discutidos... qui a terra pertence a quem trabalha, qui a terra pertence a quem trabalha... E então o latifundiário improdutivo era qui não deveria possuir a terra. Porque ela estaria privada, sem desenvolvimento e todo povo morrendo de fome, isso era qui a história da época qui até mermo na, andasse falando qui precisaria rancar a estrutura que estava imprantada ao latifundiário uma revolução armada, num era isso? uma revolução armada, era isso que a rente pretendia fazer para adquirir um pedaço de terra. Mais com o tempo... num tempo vai discubriendo, o tempo num caricia mai a revolução armada... (FREITAS, 2005, p. 2)⁵⁷

De acordo com o que nos fala o Sr. Antônio Minervino, nas reuniões da Liga do Cabo, os seus membros discutiam sobre a posse da terra, sua função social e sobre a ética deste grupo que, diante da fome do povo e da improdutividade dos latifúndios, via como necessária uma luta armada para arrancar a estrutura do latifúndio que estava implantada. Mas, com o tempo, foram descobrindo que a luta armada não seria necessária. Nesse cenário, figura a presença do Padre Melo. “Introduzindo as idéias sindicalistas, o vigário afirmava que o trabalhador do campo deveria lutar por **direitos legais** e não por meio da revolução armada.” (Ibidem, p. 3).

Relembrando o que nos disse Ricoeur (2007), percebemos que a pretensão de legitimidade construída por formas de poder é aqui simbolizada no discurso do Padre Melo tanto pelo viés do carisma, quanto da tradição, evidenciando que

A articulação entre o religioso (a proposta de Deus), o político (os conflitos da experiência humana) e o jurídico (ou o acordo, aquele que, instituído pela intermediação do profeta, permite uma economia do sagrado, onde a vontade de Deus e a vontade dos homens buscam constantemente um precário equilíbrio) dá-se através do discurso profético, o discurso da mediação, o discurso das ameaças e promessas. (CASTRO, 1997, p. 33)

E é justamente os traços desse triplo movimento de articulação que encontramos no discurso do Padre Melo: o apelo ao discurso religioso – “*A índole de nossa gente é impermeável às teorias marxistas, pois os brasileiros veneram a Cristo.*” e a reivindicação do discurso político atravessado pelo jurídico – “*É preciso que todos saibam que as Ligas não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia...*”, provocando no camponês, por conta de sua autoridade como mediador entre Deus e os homens, a certeza de que “[...] o padre era o pastor da igreja... então a rente pensava qui ele estava de

⁵⁷ O artigo de Freitas (2005) conta a trajetória da formação do sindicato rural da cidade do Cabo de Santo Agostinho. A autora afirma que essa criação provocou a queda das ligas e fortaleceu os sindicatos tutelados pela Igreja Católica.

fonte erguida para defender tudo e qualquer coisa que o trabalhador viesse precisar [...]” (MIRANDA, et Al, 2000, p. 31, apud FREITAS, 2005, p. 3). Configura-se, pois, neste discurso, que se constitui no interior da FD do latifúndio, um profundo anti-comunismo, mesmo diante do reconhecimento da miséria do camponês; um atravessamento do religioso como um discurso que se pretende abalizado para mediar o conflito entre camponeses e proprietários e um apelo ao discurso legalista que produz um efeito de sentido negativo sobre a luta e sobre quem luta pela terra.

Observando, ainda, a SD25, compreendemos que o sujeito desse discurso não se desidentifica dos saberes típicos da FD do latifúndio já que, para fazer coabitarem dizeres aparentemente contrários sobre as Ligas Camponesas no interior dessa FD, ele torceu o sentido da palavra “Liga”, fazendo-a aproximar-se semanticamente da palavra “sindicato”, construindo sobre ela um sentido legalista, de um mediador que busca a conciliação e desarticula a luta armada como constatamos em mais um trecho do depoimento do Camponês Antônio Minervino sobre as práticas discursivas do padre Melo:

Olhe... quando chegou perto da revolução de 1964, aí começou paricendo alguém para divirtuar... dividir. Deus mi perdi a alzência de uma pessoa qui eu gosto muito... como pade, pade Melo num gostava muito de Ligas Camponesas. Então o seguinte, ele ia aos pouquinho... coversando qui era o sindicato qui poderia resolver todos os problemas, se o espírito num mi engana, ele tinha assim... um... má olhá, um mal visto com Julião, era isso aí. [...] O sindicato era mai forte, o sindicato defendia o direito dos camponeses e a rente tava atraí de uma defesa e num era atraí de uma revolução. [...] porque aí, o sindicato troxe também um, um binifiço, um binifiço que a rente reivindicava o nosso direito, como o décimo terceiro salário, que as Ligas Camponesas de, ei, ei falava na terra num era? Num era de trabalhador, não. Era direito, era a terra. E o sindicato defendia o capital. Então o seguinte a rente começou defender capital aí criou-se uma gama de homem priguíçoso, porque foram atraí de salário Até hoje num procuraram a terra foi? E isso aí, eu digo??? Foi o qui acabou as Ligas Camponesas.

Enfim, desse depoimento, entendemos que os interesses a serem preservados, mesmo que os latifundiários promovam algum “benefício” para os camponeses/trabalhadores, são os interesses dos latifundiários, que preferiram abrir mão de algumas de suas vantagens para eliminar os constantes conflitos com os camponeses que insistiam em promover a reforma agrária “na marra”. Entendemos que aí ficou marcado o que Pêcheux ([1976] 2011b) denominou como ideologia reformista, a qual, para ele, representa uma via por onde escapam as verdadeiras alianças políticas estabelecidas pela classe operária, afastando-se de uma posição leninista que consiste justamente no contrário: “colocar-se do ponto de vista político de conjunto da classe operária” (Ibidem, p. 242).

O discurso político – como já identificamos em SD anteriores – estrutura-se tanto na FD do Latifúndio quanto na do Campesinato, recortando regiões distintas e, às vezes, opostas, do interdiscurso. Na SD26 (LIGA), o discurso político se apresenta ao denunciar a violência como arma de cerceamento do direito de o camponês ter uma representação no parlamento. Esse discurso situa a luta ideológica de classes como um processo justaposto à reprodução-transformação das relações de produção fortemente marcada pela contradição. (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 90). Denunciar a violência de classe, associando as práticas do Latifúndio ao terrorismo, é lido por nós como a assunção de um posicionamento desse sujeito discursivo, na FD do campesinato. Posição que marca o interesse político de levar ao Congresso Nacional um representante popular que defenda os anseios dos camponeses. O discurso que marca essa posição no capitalismo exhibe a violência como uma das faces da contradição nesse sistema.

Na SD26, ao olharmos para o funcionamento dos processos discursivos, considerando que esses existem na/pela luta ideológica de classes, encontramos bem marcado, no discurso do sujeito, o desejo de ocupar um espaço onde os camponeses não habitam, que é o Congresso Nacional conforme dissemos antes. Esse espaço é pleiteado na Lei, respeitando as regras do jogo do dito processo democrático que os sujeitos do discurso da FD do Latifúndio tanto reivindicam. Se o jogo democrático pressupõe a candidatura de quem representa uma determinada fração da sociedade – 40 milhões de camponeses –, os representantes das elites assassinam, tentam assassinar, promovendo uma campanha de violência e intimidação. Se cabe, no jogo eleitoral, um sacerdote fazer campanha para um candidato progressista, os latifundiários fuzilam, espancam, sequestram e prendem. Se falar em um comício faz parte da liturgia de uma campanha eleitoral, isso só se reserva aos que defendem os interesses hegemônicos; aos que querem terra para os camponeses, restam a proibição, as ameaças com armas em punho e os tiros de metralhadoras no palanque.

Nessa materialidade discursiva, em que se constroem oposições nas quais se mostram os movimentos entre o desejo de fazer parte da engrenagem de poder e o cerceamento completo dessa participação, vemos o funcionamento do contraditório e suas marcas, que apontam para a luta de classes, evidenciando os lugares dos sujeitos: os camponeses e os seus representantes como os que não podem, mesmo no espaço tido como pretensamente democrático, estar em um dos centros do poder, que é o Congresso Nacional, e os latifundiários que usam de artifícios violentos para impedir a ascensão do campesinato. É, então, diante da materialização da

impossibilidade de conseguir terras, insumos, escolas rurais e saúde, na Lei, que os camponeses irão buscá-los “na marra” como ficará evidenciado na análise da próxima SD.

Na SD27, reitera-se a necessidade crescente da difusão das Ligas pela via não só da legalidade como também da organização comunitária que propõe a Reforma Agrária “por sua conta.” (Pe. Alípio de Freitas, LIGA, 08, p. 3). Atrêlam-se à criação das Ligas em Centenário do Sul os estatutos das Ligas Camponesas de Pernambuco – “*sem os estatutos dessas Ligas Camponesas, nós não podemos criar as nossas Ligas aqui*”. Mesmo que consideremos que as Ligas Camponesas – desde sua criação com a SAPP – sempre almejaram a legalidade, vemos que, igualmente, admitiram, em seu discurso, a possibilidade de conseguir formar as Ligas, organizar os camponeses e lutar pela terra à força.

Não são estranhos, pois, na FD do campesinato, saberes que se opõe, que surgem do diálogo entre FD diferentes, nas quais dialogam o discurso jurídico – que visa a pautar a reforma agrária na lei, e um discurso que faz ecoar os dizeres típicos dos movimentos sociais de luta pela terra, ensejando uma ética própria a partir do lugar social de excluídos, de não privilegiados no sistema capitalista – “*Reforma Agrária no pau*.”. É importante salientar, então, que, na SD27, deparamo-nos com um sujeito que enuncia de duas posições-sujeito diferentes: uma que postula a luta pela reforma agrária como legalistas e a outra como sujeitos que partem para o confronto com as autoridades constituídas, com o Estado democrático de direito.

Inicialmente, o sujeito que fala na FD do campesinato é o que formula seu desejo pelos estatutos das Ligas Camponesas de Pernambuco para criar a Liga de Centenário do Sul, mas, a exemplo do que vimos nas análises da SD26, os sujeitos do latifúndio, legitimamente amparados jurídica e politicamente, coíbem com violência as tentativas de inserção dos camponeses no universo da representatividade legislativa, por exemplo. Isso nos remete aos conflitos historicamente alicerçados entre a elite rural e os camponeses os quais figuram como aqueles que não conseguem firmar-se nos lugares políticos existentes “inscrevendo-se, pois, desde sua origem, entre os excluídos da ordem social, política e jurídica brasileiras bem como do discurso político e jurídico sobre a propriedade rural. (INDURSKY, 2019, p. 52). Sentimos, pois, a necessidade de pensar sobre o discurso político e jurídico a fim de que possamos entender a ética desses grupos que se organizam em torno da luta pela terra, aceitando, inclusive que a Reforma Agrária seja feita “na Marra”.

Entendemos com Indursky (2019) que o discurso político assim como o jornalismo político podem ser compreendidos como um dispositivo de observação do político, que “se

constrói por meio dos discursos em circulação no discurso social.” (Ibidem, p. 57). A autora enfatiza que o político pode ser entendido como um **espaço de confronto** e, assim sendo, compreendemos que, nesse confronto constitutivamente desigual, as forças do campesinato já duelam com o latifúndio em uma situação de desvantagem. Tudo isso, a nosso ver, dialoga com o discurso jurídico “construído pelo conjunto de textos legais que estabelecem a legislação de um país, por meio do qual a sociedade é ordenada.” (Ibidem, p. 59). É na direção de manutenção desse discurso que as Ligas também produzem discurso jurídico por meio de seus estatutos. Ou seja, é na inserção nessa mesma lógica legal, nessa mesma ordem, que a Reforma Agrária, inicialmente, pretende se conformar.

Precisamos, ainda, entender, seguindo os passos de Indursky (Ibidem), que quem enlaça o político e o jurídico é a ética. Esta é entendida como uma “ciência do comportamento moral dos homens em sociedade” (VÁSQUEZ, 1999. p. 23, apud INDURSKY, 2019, p. 60) e abarca a moral como conjunto de normas que norteiam as ações dos indivíduos em sociedade. Se nos colocamos, pois, no campo da normatividade, há então uma aproximação entre o jurídico e a moral, que tendem a alterar-se quando o conteúdo de sua função social muda. (Ibidem).

Laclau (2014), ao refletir sobre a ética e a normatividade, entende a ética como um “significante vazio”. Ele afirma que “a experiência ética tende a se expressar através de termos como “verdade”, “justiça”, “dever” – ninguém negaria seu caráter ético, mas esses termos podem-se referir a diferentes conteúdos normativos” (Ibidem, p. 158, tradução nossa). Tal reflexão nos leva a compreender como a vinculação da ética a termos como “verdade”, “justiça” e “dever” faz do significado de ética algo precário e contingente, vinculado a mudanças nas “condições econômicas, sociais e políticas em que a existência do homem ocorre...” (INDURSKY, 2019, p. 60). Por isso podemos concluir, à luz do que os autores nos apontam, que as verdades, justiça e deveres de dois grupos socialmente antagônicos, como são os camponeses e os latifundiários, são conceitos distintos, baseados em pressupostos igualmente distintos, que se definem “a partir de diferentes lugares sociais, de diferentes subjetividades históricas. Ou seja: éticas diversificadas e concomitantes” (Ibidem, p. 61).

É importante marcar que Indursky (Ibidem) salientou que as éticas são diversificadas e concomitantes. A ética conservadora, que associamos à ética do latifúndio, aproxima-se mais da imutabilidade da lei que, no caso específico do latifundiário, vê como perpétuos os privilégios dos grandes proprietários de terras, reagindo, então, com violência a qualquer gesto que busque a distribuição de terras e de direitos. No entanto, essa distribuição, os

questionamentos sobre o direito à terra que façam valer sua função decorrem “do questionamento ideológico feito à ética conservadora que sustenta a imutabilidade da lei”. (Ibidem, p. 61). A partir do momento que a suposta paz no campo evocada pelos latifundiários foi quebrada pelas ações dos Camponeses, que, por sua vez, incluía seu discurso no Jornal Liga, essa “nova” ética se materializou, mostrando-se desejosa de ter seus direitos reconhecidos na Lei, mas, se isso não for possível, já que a Lei garante a propriedade e a posse das terras aos latifundiários (essa é a sua ética), a Reforma Agrária Radical será conseguida no pau: “*Saudações socialistas. REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NO PAU.*”

Esse enunciado – REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NO PAU – que cabe na ética social camponesa, aponta explicitamente para essas contradições que constituem as posições-sujeito no interior da FD do campesinato. Mesmo entendendo que houve uma formulação que explicitou o posicionamento dos que lutam pela terra, não podemos negar que os posicionamentos antagônicos remetem a um lugar de divisão do sujeito pelo domínio da memória. Há algo antes e em outro lugar que alicerça o discurso da lei e o discurso da força. O primeiro se ancora no discurso jurídico-político enunciado pelo advogado e parlamentar Francisco Julião. De que outro lugar poderia ele falar senão do lugar do legalista, representante da norma, que se elegeu para representar os anseios do povo dentro da lógica do poder legislativo? A memória da reforma agrária na lei corresponde ao previsível, ao que se finca no longo processo de cristalização da norma jurídica. O que desliza são os sentidos produzidos pelos discursos, formulados por esse mesmo parlamentar, discursos cujo sentido aponta para uma reforma agrária concebida na “marra”, no “pau”. E é a linguagem, como nos diz Courtine (2006), que funciona como a modalidade de existência histórica da memória, neste caso da memória da luta, atribuída aos comunistas. Essa memória continua pressuposta, compartilhada por muitas pessoas, mitificada, marginalizada, temida, principalmente quando é convocada, evocada, o que faz Julião (1962, p. 42) quando enuncia

A vitória da revolução Cubana trouxe ao movimento camponês do Nordeste notável reforço. Desde o momento em que Fidel Castro com seus barbudos entrou em Havana, ao lado de Cienfuegos, Guevara, Almeida e Raul, libertando o seu povo do regime cruel de Batista, nunca mais as Ligas perderam de vista a gloriosa Pátria de José Martí.

Reafirmamos, portanto, que tal FD absorve/comporta saberes antagônicos em seu próprio interior, o que dialoga com o direito de posse/propriedade e o que aponta para a ilegalidade, mesmo que esta seja suportada por uma ética social camponesa que questiona a ética

conservadora. No corpus em análise são várias as formulações que evidenciam essa dupla direção, a da legalidade e a da força, vejamos:

Na legalidade		Na força	
Reforma Agrária na lei	OU	Reforma Agrária no pau.	
Reforma Agrária na lei	OU	Reforma Agrária na marra.	
Ou o Brasil reconhece o Nordeste como filho, dispensando-lhe o carinho que necessita		ou estoura o barril de pólvora.	

Vemos tais questionamentos no Periódico “Liga” que, ao figurar como espaço de denúncia, transforma-se numa arena onde duelam as vozes que sempre se opõem: a dos camponeses e a dos latifundiários. O título do texto, cujo fragmento representa a SD28, traz sentenças parafrásticas no seguinte enunciado – “O Natal magro e o Foro Gordo”. O Natal magro dos camponeses está numa relação de equivalência com O Foro gordo dos proprietários das terras.

O título surpreende porque, como já afirmamos, quando enunciamos as condições de produção do discurso do campesinato, o camponês foi, nos mais diversos regimes societários, excluído de todo o processo de tomada de decisão que não extrapolasse os limites de sua produção – nada é mais previsível que o fato de ele continuar calado e desarticulado em relação às ações concretas que corrijam os males aos quais são submetidos. Então, compreender e externar que o Foro que o latifundiário recebe é gordo em detrimento do sacrifício do camponês denota uma forma de luta, representa uma ação concreta no sentido de corrigir os males causados pela desigualdade.

É nessas articulações que se explicitam a reprodução/transformação das relações de produção a partir da constatação das relações de desigualdade instauradas entre as classes. Se os acertos iniciais, ou seja, a combinação da meia, da terça, já são por demais injustos, o que dizer das exigências feitas na hora da colheita geral sob ameaça de mais opressão no ano seguinte? A explicitação da ameaça produz um efeito de certeza em relação à “dominação da ideologia da classe dominante que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a

reprodução das relações de produção subjuga a sua transformação (opõe-se a ela, a freia, ou a impede, conforme os casos) ...” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.160). Mas o ato de constatar/enunciar as desigualdades já produz um efeito de transformação.

O discurso, produzido pelo camponês, evidencia as marcas das contradições de classes, formuladas no intradiscurso: *“Em outros lugares, o fazendeiro é chorão e [trecho ininteligível], diz que a vida está cara e que precisa de dinheiro. Tenho que pagar a escola dos meus filhos, que me sai uma fortuna”*. Do excerto sublinhado, chamaram a nossa atenção as marcas gramaticais de pessoa no enunciado acima: *“tenho que pagar”* ... *“que me sai uma fortuna”*. Tanto no verbo quanto no pronome, a primeira pessoa do discurso se apresenta e tem como referente a pessoa que fala, que é o fazendeiro. Reconhecemos, entretanto, tendo em vista o que o camponês continua a enunciar (*“esquece que o filho do camponês, que produz o dinheiro para o colégio dos seus filhos, a única escola que conhece é o cabo da enxada.”*), que o referente discursivo da locução verbal “tenho que pagar” e do pronome, que formalmente é de primeira pessoa “me”, é o Camponês, é o filho do camponês, pois são esses que, usurpados que são pelos fazendeiros, pagam as contas para o filhos destes estudarem.

Vemos, enfim, que, como já afirmamos antes, o funcionamento do contraditório na SD28 explicita as diferenças de classes sociais, no entanto joga com os efeitos ideológicos pacificados socialmente, joga com a lógica da subalternidade – o oprimido terá sempre suas atividades cada vez mais precarizadas e conseqüentemente cederá às ameaças do patrão: *“Em alguns lugares, o fazendeiro acerta a terra pela meia de um produto, o café, por exemplo. Depois, na hora da colheita, quer cobrar meia de frutas e verduras. Se não der, o pau come.”*. Essa lógica, que norteia a construção do discurso do fazendeiro, é subvertida pelo reconhecimento da exploração. É com esse reconhecimento que se inicia a tentativa de rearranjo para o surgimento de uma nova ordem.

Ainda diante da SD 28, formula-se um enunciado que é recorrente no corpus de análise. Depois que se enuncia o título do artigo a ser escrito, quando um camponês é autor do texto, apresenta-se: *“(Do ponto de vista do Camponês)”*. Há uma visível ilusão de controle, de domínio do discurso dentro da FD do campesinato por parte da chamada contra-elite que edita o jornal – especificamente do advogado e parlamentar Francisco Julião. Isso nos remete a reflexões sobre autoria como uma das dimensões do sujeito (NASCIMENTO 2020).

Segundo Orlandi (2009b), a função-autor é uma função discursiva do sujeito. Para a autora a unidade textual é um efeito discursivo que deriva do princípio da autoria, e a função discursiva autor “é das dimensões do sujeito a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.” (Ibidem, p. 75). Quando lemos recorrentemente no corpus: “(Do ponto de vista do Camponês)”, tal enunciado, escrito sempre pelo editor da revista, produz-se um efeito de sentido de negação de autoria, ao mesmo tempo que, pela via do não dito, representa a assunção da autoria de outros textos presentes no Periódico.

Quando diz Orlandi que a função-autor é a mais afetada pela exterioridade, vemos que essa afetação aqui se dá pelo processo de diferenciação social. Deprendemos que, mesmo que os camponeses e essa contra-elite produzam discursos numa mesma FD, a FD do campesinato, existem fatores socialmente muito bem marcados que os diferenciam. Além de tudo existe aí, dadas as condições de produção desse discurso, uma necessidade de apresentar o camponês que escreve, o camponês que diz de si como fruto do investimento das Ligas na instrução do camponês. Surge então, novamente, mesmo que não haja a explicitação da nomeação, a figura do camponês esclarecido.

É pelo processo de negação de sua autoria, é pela afirmação da autoria alheia – representada por uma pessoa não-intelectual – que esse sujeito-autor constrói sua identidade como autor de outros textos presentes no jornal. Esse autor de diversos textos no Periódico Liga “é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc.” (Ibidem, p. 76). E é nesse ponto que esse efeito autor se dá pela negação. Ao assumir a responsabilidade pelo que diz, ele, às avessas, afirma que aquele texto nem é dele, nem está inserido em sua cultura, não demonstra sua posição social. E essa não-demonstração é um efeito posto no intradiscurso. Se ele enquanto sujeito-autor⁵⁸ é responsável pela unidade e coerência do que diz, exime-se da responsabilidade do dizer quando enuncia “Do ponto de vista do camponês”.

⁵⁸A partir da leitura do corpus em análise, percebemos a importância das reflexões sobre autoria, que será tema de aprofundamento em trabalhos futuros, tendo como base os estudos trazidos por NASCIMENTO (2020), ao abordar em sua tese a constituição do sujeito-autor a partir de **gestos de autoria**. Pretendemos, pelo viés das suas investigações sobre a assunção da autoria, refletir sobre os efeitos de sentido produzidos pela reiterada negação de autoria do Editor do Jornal Liga.

Esse Camponês que enuncia, na FD do campesinato, que já é capaz de escrever no Periódico Liga, é o “camponês esclarecido” a quem é atribuído o dever de “exigir escolas e ler o Jornal Liga”. Camponês que, por ser esclarecido, já está apto a esclarecer politicamente outros camponeses a fim de construir neles uma consciência revolucionária como alicerce para a realização da Reforma Agrária Radical, como veremos nas SD a seguir.

4.5 O DISCURSO PEDAGÓGICO NA FD DO CAMPESINATO

Quando ressaltamos antes a heterogeneidade como característica da Formação Discursiva tal como a concebemos, abrimos caminhos para mostrar as particularidades das FD que analisamos nesta pesquisa. Dentre as diversas posições-sujeito que habitam a FD do Campesinato, encontramos a que faz ecoar o discurso pedagógico como componente da luta contra o latifúndio. Ensinar, “despertar, atrair, unir e organizar” (JULIÃO, 1962, p. 34) o campesinato passam, numa primeira instância, pela instrução formal e pela conscientização política das massas camponesas. Em outro plano, Francisco Julião, que foi tomando consciência da dimensão do movimento das Ligas no decorrer dos anos⁵⁹, passou a buscar declaradamente ajuda entre os intelectuais para que passasse a fazer parte da educação política dos camponeses a firme ideia da Reforma Agrária Radical dentro de um processo maior, no interior da aliança operário-camponesa.

Em muitas de suas obras, Julião chama a atenção dos seus interlocutores sobre o elevado índice de analfabetismo no campesinato brasileiro. Nos anos de 1960, no Nordeste do Brasil, a taxa de analfabetismo chega a alcançar 97% da população camponesa (JULIÃO, 1962, p. 34). “O latifúndio impede que eles falem. Proíbe que pensem” (Ibidem) e assim vão perpetuando-se os mecanismos de exclusão dos camponeses na sociedade brasileira que, ao invés de gerar mulheres e homens autônomos, com consciência de sua cidadania, cria mão de obra semi-

⁵⁹ Seguindo os passos de Fernando Azevedo (1982), em sua obra “As Ligas Camponesas”, sem o desejo de esquematizar, ou de imobilizar os passos na Formação e evolução das Ligas, entendemos que esse trajeto pode ser compreendido em três fases nas quais “as formas de luta e a apreensão política e ideológica da questão agrária são distintas ou, pelo menos, sofrem profundas mudanças no sentido da radicalização do movimento camponês.” (Ibidem, p. 77). A primeira se situa entre os anos de 1955 a 1959, em que as preocupações se focalizam mais na assistência e na organização dos camponeses em litígio com os grandes proprietários. A segunda fase começa a partir da expropriação do Engenho Galileia que projetou as Ligas nacionalmente: Julião e vários camponeses integram a comitiva do candidato à presidência Jânio Quadros em visita a Cuba e a Venezuela; inicia-se o afastamento entre as Ligas e o PCB (que apoiava Lott e era contrário à Revolução Cubana). Podemos afirmar que é na segunda fase que há uma radicalização do movimento em que se cogita a “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”. A partir de 1960, as Ligas entram em declínio provocado por dissensões políticas e ideológicas e pela perda de hegemonia das Ligas para os sindicatos.

escrava para alimentar a avidez do latifúndio. Não nos espanta, portanto, que fundar escolas seja um dos objetivos primeiros das Ligas camponesas. Se segue sendo entre nós uma ferida aberta o analfabetismo de uma parcela considerável de nossa população, não é de se estranhar que se haja incumbido a Liga de travar sua batalha a partir desse lugar, o da inserção dos sujeitos no mundo da letra.” (DE NARDI; SOUZA, 2020).

É necessário, então, observarmos que, se as Ligas Camponesas são compreendidas como um espaço de congregação dos camponeses a fim de que seja feita a Reforma Agrária Radical, podemos entender a produção do discurso pedagógico como parte fundamental na conscientização dos camponeses e, a certa altura, dos operários, para a real necessidade da luta revolucionária. Acompanhando a trajetória feita por Orlandi (2009a) sobre o que se entende por Discurso Pedagógico, vemos que ela inicialmente o define como “um discurso circular, isto é, um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende: a escola. (Ibidem, p. 28). Daí então poderíamos entender que esse discurso, por ser estreitamente vinculado à instituição, contribuiria, por conseguinte, com a transmissão de poder, garantindo, assim, a reprodução das relações de classe.

Ponderamos, no entanto, diante do corpus em análise, que, embora, na fundação das Ligas camponesas, Francisco Julião tenha insistido muito na garantia do espaço escolar como um lugar em que os camponeses entrariam no mundo da letra, em que essencialmente aprenderiam a ler, o objetivo principal dessa educação seria a tomada de consciência do camponês em relação às injustiças por eles sofridas e conseqüentemente a conquista das condições para alterar essa situação de opressão. A escola, então, nessa construção, foi um espaço de emancipação, foi um dos lugares/caminhos no “trabalho de proselitismo das massas camponesas” (JULIÃO, 1962, p. 33). Podemos, então, concluir que o discurso que buscava alcançar o camponês para a luta, além de se forjar na escola, era concebido também na “conversa de ‘pé de pau’, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha da cana...” (Ibidem, p. 33).

Acompanhando ainda as reflexões de Orlandi (2009a), ela afirma que o Discurso Pedagógico possui traços formais que se associam a um efeito de sentido, caracterizando a atitude do locutor face a seu discurso e, por conseguinte, do destinatário. Em sua definição, poderia se caracterizar como um discurso neutro que transmite informação de caráter teórico ou científico. É neste ponto que a autora associa o Discurso Pedagógico ao discurso autoritário em que “há a contenção da polissemia, já que o agente do discurso se pretende único e oculta o

referente pelo dizer” (Ibidem, p. 28). Em suma, as características do Discurso Pedagógico seriam inicialmente: a neutralidade, a informatividade e a prevalência do locutor sobre o destinatário.

Compreendendo a multiplicidade de situações em que o Discurso Pedagógico pode-se realizar, Orlandi (Ibidem) propõe que reflitamos sobre a possibilidade de caracterizar tal discurso como **polêmico** em vez de fixarmos sua classificação como autoritário. Pensamos, então, no corpus em análise, e questionamos inclusive a posição dos “destinatários” em relação ao “professor”, ao que produz o discurso pedagógico. Se aceitássemos a fixação do professor como portador de autoridade absoluta, seríamos impelidos a concluir que restaria ao destinatário a posição de tutelado. Segundo a leitura que fizemos do corpus, temos, nas sequências discursivas que compõem este bloco, um funcionamento discursivo que poderíamos caracterizar como o de um discurso pedagógico que aponta para a persuasão dos sujeitos para a luta, com traços muito mais inclinados ao polêmico do que ao autoritário.

No corpus, como veremos na análise das SD, percebemos a explicitação do jogo dos efeitos de sentido em relação a ‘informações’ dadas nos textos pelo contexto histórico social (Ibidem, p. 32). O que faz com que aquele que produz o discurso pedagógico deixe um espaço para a existência do ouvinte como sujeito. Nele, produz-se, ainda, um questionamento sobre o referente e um trabalho de desestabilização dos sentidos, isso se produz como condição para que haja a adesão a esse discurso pelos interlocutores. (DE NARDI; SOUZA, 2020). Ainda em consonância com o que afirma Orlandi (2009a), que avança nas reflexões sobre o discurso pedagógico, compreendemos que é na dinâmica de papéis entre os interlocutores de um discurso pedagógico que se abre a possibilidade para o discurso polêmico.

Há confronto de sentidos, a significação não é imóvel e está no processo de interação locutor-receptor, no confronto de interesses sociais. Portanto, dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar, é também reconhecer pelo afrontamento ideológico. (Ibidem, p. 34)

Reconhecemos no corpus, por conseguinte, que, embora aqueles que produzam o discurso pedagógico inscrevam-se num lugar de autoridade sobre o que dizem, sejam eles o próprio Francisco Julião, os intelectuais que apoiam as Ligas ou os chamados Camponeses esclarecidos, há uma negociação dos sentidos desse discurso, “num movimento de colocar “no lugar de” uma verdade já estabelecida, aquela do latifúndio, um outro modo de dizer as Ligas, os camponeses e seus direitos.” (DE NARDI; SOUZA, 2020, p. 37).

Iniciamos, então, a leitura do corpus, nessa seção, a partir da observação das SD de 29 a 32, buscando entender alguns movimentos que julgamos importantes nesse processo de educação para a luta que, a nosso ver, produz-se na tensão entre o aprender e o ensinar; entre o aprender para ensinar como um movimento constante que envolverá intelectuais, camponeses e, eventualmente, operários urbanos.

SD29 (LIGA)

O Camponês é Camponês

No lançamento deste jornal se demonstra o esforço que as Ligas Camponesas e os setores urbanos sensíveis aos problemas do campo pretendem fazer no sentido de efetivar a necessária e inadiável aliança operário-estudantil-camponesa imprescindível às lutas de libertação do nosso povo. Essa aliança é uma exigência da hegemonia que a classe operária deve impor na frente única com alguns setores da burguesia nacional também em determinados momentos no combate ao imperialismo e os seus agentes internos — o latifúndio e a burguesia compradora. A aliança operário-estudantil-camponesa é, dessa forma, concretamente, uma necessidade histórica sem o que a classe operária estará sujeita às manobras dos grupos dirigentes do País.

[...]

Um dos grandes problemas surgidos nas tentativas de se conduzir o campesinato brasileiro à aliança com a classe operária é a falta de compreensão da vanguarda desta classe no que diz respeito ao comportamento dos camponeses como um todo ideológico de características próprias. Tais características são em geral o individualismo, o personalismo pequeno-burguês[...] Tanto o individualismo como o personalismo, se bem que não sejam estranhos ao âmbito das organizações proletárias, se opõe diametralmente ao espírito coletivista da ideologia proletária. São, portanto, duas ideologias, a camponesa e a proletária... (Liga, n. 01, p. 5, grifo nosso)

SD30 (LIGA)

ABC de Classe

Este é realmente um ABC que só serve para a tua saúde. Tu sabes que a tua doença é bem diferente da doença do teu patrão. Tua doença é verminose, é disenteria, é febre tifoide, é tuberculose, é anemia, é malária, é esquistossomose, é kalasar, É FOME. A

doença do teu patrão é infarto do miocárdio, é hipertensão, é úlcera péptica, é colite é neurose. Se acontece que tu tens uma doença igual a dele, logo se apressa a arranjar outro nome procurando com isto manter-te mais distante. É por esta razão que, quando o nome é tifo, para o teu patrão é SALMONELOSE, se tens disenteria teu patrão tem DISTÚRBIOS GASTROINTESTINAIS, se teu filho tem lombrigas, o filho de teu patrão tem ASCARIS. E quando tu, mal alimentado, trabalhando noite e dia, vendo a tua mulher e teus filhos morrerem de fome, perdes o uso da razão, ficaste maluco de tanto beber e serás conduzido pela RÁDIO PATRULHA para o Hospício. Mas se teu patrão, bem alimentado, passando as noites nas festas, gastando no jogo e no whisky o dinheiro roubado do teu salário, perde a razão! Ele tem esgotamento nervoso, devido ao excesso de trabalho e em automóvel de luxo, será conduzido para uma Clínica de repouso. Como vês a água é saúde e riqueza, mas para o teu patrão. Porém, isto poderá mudar e tudo poderá ser teu se te unires a todos os operários, que, como tu, desejam e lutam por uma sociedade mais justa. (LIGA, 02, p. 4)

SD31 (LIGA)

GUIA DO CAMPONÊS

1. Este é o teu guia. O teu caminho. Não te afaste dele. Segue para a frente. A viagem é penosa. Encontrarás espinho e traição. Não te deixes vencer pelo cansaço nem pelo medo. Nem voltas do meio do caminho. Porque no fim da tua viagem encontrarás a liberdade, agasalho, o pão e a paz.

4. Haverá quem te procure desviar do teu caminho." Ou fazer com que tu voltas. O inimigo usará contra ti a violência, a falsidade, a astúcia, a mentira e o dinheiro. Até o nome de Jesus Cristo será usado contra ti. Cuidado! Muito cuidado! Não te deixes vencer pela violência mesmo que o teu sangue ceia derramado. Nem pela falsidade. Nem pela astúcia. Nem pela mentira. E muito menos pelo dinheiro. Porque esse dinheiro é amaldiçoado como o de Judas. E, quando o teu inimigo usar o nome de Jesus Cristo, teu cuidado deve ser maior, porque Jesus Cristo não é contra ti. É contra o teu inimigo. Jesus Cristo também foi pobre como tu. E queria que o pobre tivesse liberdade, agasalho, pão e paz.

11. Aprende a ler para te guiares melhor na vida. Diante de uma roleta ou na porta da venda as horas estão perdidas. A tua vida corre risco. E a vida dos teus filhos. E a vida dos teus irmãos. Troca o bozó pela carta da ABC. Aprendendo a ler tu servirás melhor aos teus irmãos sem terra. Eles são muitos milhões espalhados pelo Brasil. E vivem miseravelmente. Como animais de carga. A eles não dão nada. E deles tiram tudo. São eles que cuidam da terra. Com as mãos duras de calos... E matam a fome de milhões. Mas

morrem de fome. Ou vão esmolar nas portas das igrejas, nas estações de ferro e pelas feiras. Ou apodrecer nos hospitais. Para eles não há liberdade, agasalho, pão e paz.

12. Se és foreiro, entra para a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Se és eiteiro, procura o Sindicato Rural. Somente unido ao teu irmão sem terra poderás lutar contra o cambão. Contra a meia. Contra a terça. Contra a quadra. Contra o vale. Contra o barracão. Contra o engano do lápis. Contra a fome. Contra a miséria. Contra o atraso. Contra o pau-de-arara. Contra o aumento do foro. Contra a ganância do dono da terra. Contra a sua crueldade. Só assim conseguirás a sonhada liberdade, o abençoado pão, o bom agasalho e a boa paz. (LIGA, 05, p. 05)

SD32 (LIGA)

Carta de Alforria do Camponês

- A União

Daqui de Recife, de Pernambuco, o berço das Ligas Camponesas, eu te mando esta carta, camponês do Brasil, na esperança de que ela chegará à tua casa. Tu és com os teus irmãos, em quase todo o Brasil. És tu quem matas a nossa fome. E morres de fome. És tu quem nos vestes. E vives de tanga. Dás o soldado para defender a Pátria. E a Pátria te esqueça. Dás o capanga para o latifúndio. E o capanga te esmaga. Dás a esmola para a igreja. E a igreja te pede resignação em nome de Cristo. Mas o Cristo foi um rebelado. E por isso subiu a cruz. E como Cristo, o bom Francisco de Assis, da Itália, também ficou contigo. E dos que ainda estão vivos, Mao Tse-Tung, da China, e Fidel Castro, de Cuba. Todos eles venceram porque estavam contigo e tu estavas com eles. Estavas e estás. Estás e estarás.

[...]

Vão-se os anos. Passam os séculos. Escuta o que te digo: Quem precisa de mudar, Camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo. E só há um remédio para matar o medo: é a união. Com um dedo, tu não podes tomar a enxada, o machado, a foice ou o arado. Nem com a mão aberta, porque os dedos estão separados. Tens de fechar a mão, porque os dedos se unem. A Liga é a mão fechada porque é a união de todos os teus irmãos. Sozinho tu és um pingão d'água. Unido aos teus irmãos, és uma cachoeira. A união faz a força. É o feixe de varas. É o rio crescendo. É o povo marchando, é o capanga fugindo. É a polícia apeada. É o Sindicato nas mãos. (LIGA, 06, p. 5)

Iniciamos nossas reflexões pela observação da SD29, que recortamos de uma matéria cujo título é: *O Camponês é Camponês*. Nela, Francisco Julião, editor do periódico Liga, dirige-se às classes que ele considerava mais avançadas na compreensão do processo de aliança operário-camponesa. Conclama esses homens e mulheres a compreender as características do campesinato a fim de que, pela união dos camponeses com os estudante e operários, garanta-se a hegemonia dos ideais socialistas da classe operária na luta revolucionária “anti-imperialista e antifeudal” (Liga, 11/03/1954, p. 5). Então, para conduzir o Camponês para fazer parte dessa aliança é preciso entendê-lo. É importante marcar um paradoxo ao qual é exposta a classe operária: Ela, ao mesmo tempo que é referência como parte legítima na luta de classes, como a que encarna o proletariado, oposta aos ideais da burguesia, sem que faça alianças com os estudantes e com os camponeses, não terá forças para enfrentar/vencer as manobras dos que dirigem o Brasil - “o latifúndio e a burguesia compradora”.

O discurso de Julião permite-nos entrever as determinações das lutas de classe no capitalismo. Para se firmar uma aliança operário-camponesa a fim de que se travem transformações nas condições materiais de produção, é necessário um alinhamento ideológico entre o proletariado e o campesinato que, embora ocupem posições semelhantes, por se oporem à burguesia, trazem traços que os diferenciam, como vemos no enunciado: “*Tanto o individualismo como o personalismo... se opõe diametralmente ao espírito coletivista da ideologia proletária.*”. A proposta de luta será, portanto, vencer – pela educação do camponês – o individualismo e o personalismo que são características atribuídas ao camponês no enunciado da SD29. O que vemos nesse discurso, que conclama os mais esclarecidos a trazerem instrução aos camponeses, é a preocupação com o que representa o individualismo e o personalismo, como resquícios do feudalismo, essas são as marcas daqueles que prezam pela propriedade privada, e sua manutenção representa um contrassenso em relação às lutas socialistas. Para Julião (Liga, n. 01, p. 5), “O camponês quer a divisão das terras, a propriedade privada que toma proporções acentuadas nas reformas agrárias saídas das revoluções burguesas...”. Tal apego à propriedade privada serviria de obstáculo à irrupção de uma economia socialista. Quando Julião dá ênfase à adesão aos ideais que já se sedimentaram na classe operária, propondo então, sua hegemonia, é justamente para fazer entender que o apego dos camponeses à propriedade privada das terras onde trabalham, contraria o controle comunitário das terras – fundamental proposição das Ligas Comunistas⁶⁰.

⁶⁰ Vemos aqui o ressoar da memória da Liga Comunista (como uma reformulação da Liga dos Justos). “A finalidade da Liga é a derrocada da burguesia, a **instauração do regime do proletariado**, a abolição da velha

Os antagonismos entre os Camponeses e o operariado, classes constituídas por sujeitos igualmente explorados, não é algo estranho à compreensão do “caráter intrinsecamente contraditório de qualquer modo de produção que se baseie numa divisão de classes, isto é, cujo “princípio” seja a luta de classes”, como nos mostra Pêcheux (1996, p. 143); assim como podemos pensar que é essencialmente contraditório o funcionamento ideológico, o que, nas palavras Pêcheux (1996, p. 146), torna impossível “atribuir *a cada classe sua própria ideologia*”.

É importante dizer que, na nossa compreensão, o camponês do qual estamos tratando, na formação social em que se faz camponês (já descrita por nós anteriormente), não compõe as classes médias tidas como empecilhos para a revolução por serem conservadoras e reacionárias. O camponês, como nos afirma Julião (1970), pensa de maneira diferente do operário, “O seu mecanismo de ação se ajusta à sua maneira de viver.” (Ibidem, p. 7). Isolado com sua família, volta os seus pensamentos para a terra que absorve suas energias, “limita os seus passos e dita sua conduta... Se a terra lhe pertence, luta desesperadamente para não perdê-la e, em caso contrário, sempre alimenta a esperança de um dia possuí-la. É que a terra é a sua vida.” (Ibidem).

O camponês quer a terra, quer a posse da terra, entre outras coisas, porque talvez sinta que a terra lhe pertence, enquanto *locus* e objeto de seu trabalho e existência. Não se trata de tarefa fácil, portanto, construir o entendimento de que é a defesa da propriedade privada justamente o que o transforma em sujeito da exploração, porque entrega a quem detém a propriedade o direito de explorar aquele que trabalha essa terra. (DE NARDI; SOUZA, 2020, p. 38).

É então no movimento de educação/instrução desse camponês que se acredita ser possível constituir uma única força em prol da revolução.

Eis aqui, então, um primeiro movimento de instrução/educação para a luta revolucionária: educar/instruir aquele que deverá promover a organização e a educação das massas camponesas, para, em seguida, como veremos na SD30, falar diretamente ao camponês e ao operário, tendo em vista que “Elevar o nível de consciência das massas deve ser a nossa maior preocupação. Dando-lhes consciência, aprimora-se a sua organização, fortalece-se a sua unidade.” (JULIÃO, 2012b, p. 211).

A estratégia de escrever Guias, Cartilhas, cartas foi um dos caminhos encontrados por Julião para, “com paciência e obstinação” (JULIÃO, 1962, p. 33), educar as massas para a luta.

O “ABC de classe” retoma a memória da cartilha de alfabetização, que funciona como já-ditos anteriores e exteriores e produz um efeito de sentido que representa aquilo que é básico, basilar, de fácil compreensão, ou seja, o “Bê-a-Ba”, o que todos precisam saber para adentrar em algum tema. E neste “ABC de classe” o que se põe como básico para os interlocutores de Julião é a tomada de consciência da diferença entre eles e o “patrão”, da diferença entre as classes. A nosso ver, a insistência em apresentar as distinções entre elas, que se situam num espectro que vai desde a diferença entre os tipos de doenças de cada uma até uma diferenciação na sua denominação, responde a um discurso recorrente na FD do latifúndio de que as Ligas camponesas foram criadas para perturbar a “paz” entre os latifundiários e os camponeses.

Explicitar as discrepâncias que separam a vida dos patrões e empregados, dos camponeses e latifundiários situa-se, então, no ponto zero da luta de classes. É mostrando a diferença entre as classes que se evidencia quem tem privilégios e quem padece com a fome e com as doenças. Tal explicitação é necessária para que se aponte que a suposta paz no campo e na cidade representa uma naturalização das diferenças, opressões e explorações. Enquanto se propaga no DP que existe “**paz** no Estado” (DP, 19/05/1959, p. 03), que as ligas são “sociedades que contrariam a ordem jurídica e a **paz** pública.” (DP, 19/01/1962, p. 03), Julião enfatiza que essa paz não é paz, é silêncio, é o silenciamento do camponês, cujo objetivo consiste na opacificação das diferenças de classes, na omissão das injustiças que recaem sobre “um” provocadas pelo “outro”:

Essa paz (referia-se à paz nos campos, que ele classifica de paz na miséria) é feita do silêncio dos camponeses expulso pelo capanga, pela polícia e até pela justiça do pedaço de chão onde nasceu e que é carne, sangue e osso do seu corpo esqualido, vida da sua vida perdida, porque levantou um dia a sua voz contra o cambão, ou o aumento do foro, ou o exagero da vara, ou o vale do barracão, ou mil outras formas cruéis de espoliação do seu trabalho. Sou contra essa paz, por isso tenho agitado os campos de Pernambuco, na mais nobre das intenções. Escrevo, falo, doutrino. Leia V. Reverendíssima os meus escritos, venha dar-me a honra de ouvir de perto a minha pregação. E se houver uma palavra que fira as escrituras sagradas, eu também entrarei em silêncio. (JULIÃO, DP, 21/06/1959, p. 14)

A essa paz-silêncio amargada pelos não-favorecidos, opõe-se o “ABC de classe”, que desnuda suas diferenças, marcando os lugares, dispostos em oposição, entre o “*tu*” e o “*teu patrão*”, apresentadas como classes irreconciliáveis. A divisão social de classes e o discurso dividido pela luta de classes se mostram, inicialmente, na língua, a partir do lugar da pessoa com quem se fala – 2ª pessoa – em que se aporta a centralidade do discurso. Essa função conativa, apelativa se marca na forma, na organização da língua e, como afirma Courtine (2016, p.14), “a materialidade discursiva consiste em uma relação determinada entre língua e

ideologia”. Vemos, pois, que esta relação entre língua e ideologia, no corpus em análise, explicita-se nos enunciados, mostrando “os feitos das contradições ideológicas” (Ibidem, p.15) a partir do jogo da pronominalização que repete os termos pessoais e possessivos de 2ª pessoa para apartar o “tu” do “patrão”. Enquanto para o “tu” só existem doença, fome, excesso de trabalho, loucura e embriaguez, para o “teu patrão” sobram noites de festas, jogos, whisky, dinheiro, automóvel de luxo e clínica de repouso.

Mesmo assim, na SD 30, não se deixa de vincular o “patrão” ao “tu” por meio do pronome “teu”, que provoca um efeito de sentido de atividade do patrão e de passividade do “tu”:

É o teu patrão que, para garantir os seus privilégios, tira o que é teu, o que é fruto do teu trabalho.

Isso fica ainda mais marcado quando se enuncia “Mas se teu patrão, bem alimentado, passando as noites nas festas, gastando no jogo e no whisky o dinheiro roubado do teu salário, perde a razão!”. Podemos, enfim, afirmar que a oposição que se estabelece entre o “tu” e o “teu patrão” marca o movimento desses sujeitos dos quais se fala. Este último afasta, humilha, mata de fome, rouba e sequer aceita ser tratado com um léxico que o aproxime dos que, por suas mãos, encontra-se na posição de subalterno. É importante salientar que, nesse jogo de oposições, “interlocutores e referente, ao passarem pelo filtro das formações imaginárias, participam do discurso não como representações empíricas, mas como o resultado de um trabalho discursivo que é constitutivamente ideológico.” (INDURSKY, 2008b, p. 151). Esse trabalho evidencia posições existentes na luta de classes na qual vemos que a ideologia da classe dominante é afrontada, questionada quando da conclamação à união para a luta. Existe saída, existe uma forma de irrupção da resistência que reside na organização operário-estudantil-camponesa que é dada como a única saída para os que “*desejam e lutam por uma sociedade mais justa.*”

Em busca da construção dessa sociedade, Julião, nos moldes da Literatura de Cordel, escreve o GUIA DO CAMPONÊS, de onde recortamos a SD 31. Escrito a partir do mote “Liberdade, agasalho, pão e paz”, o Guia possui 12 estrofes numeradas que se caracterizam por possuir uma função conativa, cuja centralidade é encontrada na segunda pessoa – “*Este é o teu guia... Não te deixes vencer pelo cansaço...*” Os períodos simples, formados por orações curtas e sempre na ordem direta produzem um efeito que se assemelha a uma conversa, a um

aconselhamento, simples e pontual. Essas características parecem responder a uma preocupação de Julião (1962) com a limitação vocabular dos camponeses que, para se comunicarem, lançam mão de estruturas comparativas e veem no cantador, no violeiro, no folhetinista a garantia de preservação dos seus contos, poesias e epopeias.

Baseado nessa literatura popular e buscando um meio mais eficaz de difundir as ideias das Ligas, os boletins e cartilhas fazem emergir um sujeito que, ao produzir um discurso pedagógico, injuntivo, ocupa um lugar que fere o discurso hegemônico sobre a ordem estabelecida no campesinato. Essa ordem, na SD31, pautada na tutela do latifundiário sobre o camponês, tira deste o protagonismo e a autonomia, fazendo com que se submeta ao foro, à morada, ao barracão e ao cambão, naturalizando esses institutos e atribuindo a eles um caráter de dádiva. (DE NARDI; SOUZA, 2020). Lanna (1995) nos afirma que, na relação hierarquizada entre o patrão e os trabalhadores rurais ou foreiros, os proprietários das terras agem como se os subalternos estivessem permanentemente endividados. Oprimem, exploram, todavia, distorcem as relações a fim de manter um alto grau de manipulação das trocas, afinal a toda dádiva corresponde sempre a imposição de uma eterna retribuição.

Ao mesmo tempo em que se mostra na SD31 essa situação de opressão que enlaça os camponeses aos donos de terras, expressa-se também a promessa da libertação e os ensinamentos para alcançá-la. Se o que se quer é liberdade, agasalho, pão e paz, é preciso que os sujeitos façam seu caminho, construam o caminho para a luta, e convidem os outros a caminhar ao seu lado. Nessa SD, a mesma voz que conclama os camponeses para a luta o faz respondendo a um discurso que marginaliza a Liga. Ao afirmar que a Liga é GUIA, que a Liga é o CAMINHO, para que se alcance Liberdade, agasalho, pão e paz, abrem-se frestas no discurso dominante proferido pelos latifundiários, os quais ameaçam, e chantageiam os camponeses em nome de Deus. De um deus que permite a pobreza e a miséria, prometendo recompensas aos sacrifícios terrenos somente depois da morte dos pobres:

Ouçam o que eu digo e sigam meu conselho: quem já entrou na Liga, saia dela. O mesmo demônio que tentou a Cristo tenta o cristão. A Liga tem parte com o diabo, porque está com o olho na terra que não é dela. Quer desviar o pobre do caminho que leva à salvação da alma. (AGUIAR, 2014, p. 187).

O discurso do latifúndio que tenta, em nome de um deus, persuadir os camponeses a saírem da Liga por esta “ter parte com o diabo”, por impedir a “salvação da alma dos camponeses”, é refutado por um discurso que carrega as orientações sobre os caminhos a serem trilhados por eles: “*Este é o teu guia. Não te afaste dele...*”, e sobre as armadilhas nas quais o

camponês não pode cair para continuar nesse caminho: “*Até o nome de Jesus Cristo será usado contra ti. Cuidado! Muito cuidado!*”. Na leitura desses fragmentos, o funcionamento pedagógico desse discurso se marca como forma necessária de instrução para a luta também pelos sentidos das palavras, que se fazem presentes nos movimentos de ressignificação dos dizeres sobre a Liga, conforme já tematizamos em outros trabalhos (SOUZA; DE NARDI, 2019), assim como no tópico sobre nomeação no presente trabalho. Dizer a Liga como guia, caminho, “cimento” que une os camponeses, é contrapor-se ao discurso dos latifundiários, no qual dizer Liga é dizer ameaça, coisa do diabo. A Liga “*está de olho numa terra que não é dela...*”, diz o latifundiário, “esquecendo-se” de dizer ao camponês, que ela também não será sua, porque é dele a propriedade, o que lhe dá o direito, divino, de fazer o outro trabalhar a terra para servir-se dos lucros que ela(e) produzir. A luta pelo sentido das palavras, a nosso ver, não é uma representação da luta de classes, e, sim, a encarnação da própria luta na voz do campesinato, para quem, apropriar-se da palavra Liga significa demarcar um lugar de insistência/resistência: é pela Liga e com a Liga que se insiste em continuar camponês, em não se proletarizar. É pela reivindicação da palavra Liga como espaço de união e de luta que os camponeses responderão à opressão por eles sofrida. (DE NARDI; SOUZA, 2020).

Esse discurso pedagógico que na SD31 aconselha sobre a necessidade da alfabetização, que prega o afastamento dos vícios, principalmente, do jogo, que mostra ao camponês o fruto do seu trabalho usurpado pelo dono das terras, pode até se dissimular como transmissor de informações (ORLANDI, 2009a), no entanto sabemos que “onde está a linguagem, está a ideologia... portanto, dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar é também reconhecer pelo afrontamento ideológico.” (Ibidem, p. 34). Reconhecemos esse discurso que educa/instrui o camponês para a luta como mais um ato político que tem lado, que encarna a luta de classes, que, da posição dos desfavorecidos, mostra que há saída para as duas situações de opressão: para os foreiros, as Ligas; para os trabalhadores, o Sindicato. Ambos os institutos se colocam como sinônimos de união entre pares, dando-nos a entender que não existe solução que não passe pelo coletivo. Esse intuito se formula e encontra paráfrases em muitos outros enunciados:

“*Somente unido ao teu irmão sem terra poderás lutar contra o cambão. Contra a meia. Contra a terça...*” (SD 31)

“...A Liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito é a mãe da liberdade”. (JULIÃO, 1962, p. 73)

“E só há um remédio para matar o medo: é a união. Com um dedo, tu não podes tomar a enxada, o machado, a foice ou o arado. Nem com a mão aberta, porque os dedos estão separados. Tens de fechar a mão, porque os dedos se unem.” (SD 32)

Poderíamos elencar muitas outras formulações nesta mesma direção. Formulações que apontam para a repetição da necessidade de que os camponeses se unam em Ligas para conseguir a vitória na luta contra a exploração do latifúndio. Esses enunciados costumeiramente aparecem como o fecho dos textos que compõem as cartilhas, as cartas e os guias, sua presença faz tais textos assemelharem-se estruturalmente a fábulas que, como nos aponta Portela (1983), contêm uma narração breve, em prosa ou em verso, que encerra uma instrução “um princípio geral ético, político, ou literário, que se depreende naturalmente do caso narrado.” (Ibidem, p. 121).

Podemos ver algumas dessas características na SD32, que contém recortes da Carta de Alforria do Camponês. Composta por sete artigos que rememoram as agruras e as necessidades do camponês, possui, após cada uma das sete seções, fragmentos/ “moral” que apresentam a união como única possibilidade de vitória do campesinato contra os latifundiários e que conclamam o camponês a unir-se em ligas. No corpo do texto, os ensinamentos aos camponeses de todo o Brasil, consiste em confrontá-los com a realidade em que vivem, ao trabalharem e não verem que o fruto do seu trabalho está a serviço de quem os explora: *“És tu quem matas a nossa fome. E morres de fome. Dás a esmola para a Igreja. E a Igreja te pede resignação em nome de Cristo.”*. A esse trabalho com as imagens, “que dá forma sensível às ideias gerais” (Ibidem, p. 121), segue-se “a alma” dos artigos, “A alma são exatamente as verdades gerais corporificadas na narrativa.” (Ibidem, p. 122).

Novamente percebemos que, para educar/instruir o camponês, o sujeito que produz o Discurso Pedagógico na FD do Campesinato usa formas e fórmulas, baseia-se em já-ditos para subvertê-los em nome **da ética do campesinato**, da sua verdade, da sua justiça, do seu dever (LACLAU, 2014). Se a “alma” da fábula consiste em apresentar uma verdade geral, um princípio ético (PORTELLA, 1983), a “alma” da Carta de Alforria, que prega a união para a luta, a união para a conquista da liberdade, apresenta não uma “verdade geral”, mas a verdade do campesinato pobre sem terra ou com pouca terra. A alma da Carta de Alforria traz formulados enunciados que se opõe, por exemplo, à naturalização da resignação em nome de Cristo, já que tal resignação vincula o camponês a um Deus fatalista que mantém oprimidos sustentando opressores: *“...o Cristo foi um rebelado. E por isso subiu a cruz.”*; subverte, ainda,

as lições da Igreja ao aproximar o humano do divino: *“E como Cristo, o bom Francisco de Assis, da Itália, também ficou contigo. E dos que ainda estão vivos, Mao Tse-Hung, da China, e Fidel Castro, de Cuba. Todos eles venceram porque estavam contigo e tu estavas com eles. Estavas e estás. Estás e estarás.”*. Ou seja, estar com Cristo, filho de Deus, é estar com o Santo católico Francisco de Assis, assim como com líderes revolucionários da China e de Cuba. A ideologia dominante não igualaria o sagrado, o divino ao mundano, muito menos aos ditos “comunistas”. No entanto, na ética do campesinato, insiste-se nesse acercamento ao Deus que se fez carne e habitou entre os pobres. É nesse ponto que a experiência mística do camponês será conduzida a comprometer-se com um mundo mais militante e com uma densidade ética própria do campesinato.

Gostaríamos, por fim, de chamar atenção para a forma como o sujeito discursivo é representado linguisticamente nos seguintes enunciados da SD 32:

- *És tu quem matas a nossa fome. E morres de fome.*
- *És tu quem nos vestes. E vives de tanga.*
- *Escuta o que te digo: Quem precisa de mudar, Camponês, és tu. Mas tu só mudarás se matares o medo.*

Apresenta-se um “jogo” entre as 1ª e 2ª pessoas do discurso, que delimita a diferença entre “quem fala” e “com quem se fala”. No enunciado *“És tu quem matas a nossa fome.”*, o que ocupa a posição de enunciador do discurso pedagógico coloca-se, gramaticalmente, na posição daquele que tem sua fome saciada pelo camponês, em detrimento deste, que morre de fome. “Nossa fome” não é igual à “tua fome” (à fome do camponês). Ora, ao enunciar *“És tu quem nos vestes”*, neste “nos”, não cabe o camponês que, em seguida, é marcado linguística e discursivamente tanto pelo “tu” quanto pela desinência número-pessoal na forma verbal “vives”.

É um jogo complexo de lugares: a posição-sujeito com a qual o sujeito do discurso, na SD32, identifica-se, representa a posição de quem faz um trabalho de proselitismo das massas camponesas; defende os camponeses política e juridicamente e não se alinha com o discurso dos latifundiários. No entanto, nas formulações, todos os elementos gramaticais de primeira pessoa mantêm o sujeito-enunciador do rol daqueles que os pronomes “nossa” e “nos” abrangem, ou seja, gramaticalmente, o sujeito que enuncia, que educa o camponês para a luta, é denominado pelo mesmo pronome que engloba aqueles que oprimem o camponês.

Vejamos, então, nessas representações, o que se mantém e o que desliza. Nos três enunciados acima, as marcas gramaticais de pessoa evidenciam as diferentes posições de quem educa e de quem é educado, como já afirmamos. Quem educa é o intelectual e quem é educado é o camponês. Nesse aspecto, o batimento entre o “nós” e o “tu” evidencia as diferentes posições entre os interlocutores. No entanto, o sujeito do discurso não é apenas diferente do Camponês, diferença marcada na estrutura linguística. Ele também é diferente dos que compartilham com ele a representação “nossa”, “nos”, por não estar na mesma posição socioideológica dos latifundiários. No que diz respeito ao funcionamento dos pronomes de primeira pessoa, vejamos que, ao recortar uma sequência discursiva, nós recortamos uma porção de linguagem em situação, submetendo à análise um recorte discursivo, isso equivale a dizer que sequência discursiva e condições de produção são constitutivos do recorte (INDURSKY, 2008a). Sendo assim, ao analisar os enunciados da SD32, imersos nas condições de produção desse discurso, não se concebe compreender que o sujeito do discurso pedagógico esteja no mesmo lugar dos que exploram o camponês, assim sendo, entendemos que o funcionamento linguístico, nos enunciados transcritos acima, não coincide necessariamente com o funcionamento discursivo. (Ibidem).

Chegamos, enfim, ao terceiro movimento no processo de educação das massas camponesas. Nas SD de 33 a 35, os versos, provérbios camponeses e matérias da coluna “Do Ponto de Vista Camponês” são produzidos pelos “Camponeses esclarecidos” e destinados aos demais camponeses em processo de “esclarecimento”. Se compreendemos que aquilo que funciona nos processos discursivos são formações imaginárias que designam os lugares que os interlocutores atribuem-se mutuamente, como projeções socialmente regradas (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81), entenderemos a urgência que tem Julião e, posteriormente, os Camponeses Esclarecido em “esclarecer as massas camponesas”, a fim de que, como sujeitos de suas lutas, compreendam que os donos das terras não são seus companheiros, não compartilham de suas dores e, sim, ao explorá-los, devem ser entendidos como inimigos. É só então, a partir dessa nova correlação de forças, que a luta pela terra pode acontecer.

SD33 (LIGA):

Horácio Paulino, covardemente assassinado em Coreia, no Sul da Bahia, foi mais uma vítima do terror latifundiário estabelecido em todo o país pelos senhores da terra, enquanto o Governo faz vista grossa e plebiscito.

Anteriormente, havíamos denunciado o clima de insegurança que reina na Paraíba, em Pernambuco, no Estado do Rio e no Paraná, citando fatos e apontando criminosos Agnaldo Veloso Borges, mandante do assassinio de João Pedro Teixeira, o bravo líder mártir da reforma agrária radical, continua solto, disputa eleições e ninguém pensa em cassar o seu mandato, como fazem em São Paulo com pessoas progressista. Seu irmão, recentemente, assassinou o prefeito de Itabaiana, e não se teve conhecimento da sua prisão. (LIGA, 09, p. 3)

SD34 (LIGA):

PROVÉRBIOS CAMPONESES

1. Quem não trabalha não come; por isso, o latifundiário não deve comer;
2. Quando a revolução tarda vem em caminho; (LIGA, 06, p. 3)

SD 35(LIGA):

VERSOS CAMPONESES (de ZÉ DA ROÇA)

Lavrador, o latifúndio

é uma fera tirana,

ele procura vencer-te,

da forma mais desumana,

com violência ele te fere,

com astúcia ele te engana.

Ele faz com que a polícia

te processe e te persiga,

te ameaça com capangas,

faz fuxicos e tece intriga,

te chama de comunista

e diz que Deus te castiga.

E assim procura assombrar-te

usando a religião,
mas Deus não castiga o homem,
que luta pelo seu pão,
Deus como pai está contigo,
condenando a escravidão.

Não ligue essa ameaça,
que vem da boca do padre,
não creias no homem rico
que te tomou por compadre,
quer conquistar tuas filhas,
quer iludir a "comadre".

(LIGA, 07, p. 3)

Tomamos a SD33, para apresentar uma recorrência na seção “Do Ponto de Vista do Camponês”, que denuncia a violenta repressão aos Camponeses organizados em Ligas. O discurso do camponês, ao mesmo tempo que denuncia, mostra-se implicado com sua posição de classe em luta e produz um efeito de sentido que evidencia a diferença entre camponeses e proprietários de terras. Evidenciar tais diferenças, como já vimos em análises de outras SD, expõe as relações antagônicas entre as classes como parte do fazer pedagógico no qual os próprios camponeses esclarecidos agora estão envolvidos. Vemos no discurso de instrução/educação do camponês que “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os 'processos discursivos', na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe.” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 84).

O sujeito desses processos discursivos, na SD33, não é apenas aquele que ocupa o lugar de camponês. O camponês que pode falar no Jornal Liga é aquele que recebe a determinação de “esclarecido” e, conseqüentemente, assume o lugar do que pode ensinar. O Camponês e a camponesa esclarecidos precisam, segundo Julião (2012b), ter uma sólida ideologia marxista-leninista, a fim de possuírem a consciência do seu “papel em defesa de uma vida melhor para o

povo brasileiro.” (Ibidem, p. 213). É o camponês que, por ser esclarecido, pode, por exemplo, denunciar assassinatos como sendo o modus operandi do terror latifundiário que se coloca como uma característica dos “senhores da terra” em todo o Brasil, como vemos na SD33.

Se, segundo Pêcheux ([1969] 2010), os interlocutores em um discurso não representam organismos humanos individuais e sim “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos...” (Ibidem, p. 81), entendemos que o sujeito “camponês esclarecido”, para se colocar no lugar do que instrui/educa o camponês, precisa ser capaz de “corrigir, dirigir e levar à prática as grandes tarefas da nossa revolução” (Ibidem). O Camponês esclarecido, então, ao assumir a função pedagógica, é marcado pelas propriedades diferenciais determináveis (PÊCHEUX, [1969] 2010) como “homens responsáveis esclarecidos teoricamente, corajosos e honestos, que possam analisar dialeticamente uma situação que se apresente, tomar as providências necessárias e aplicar as soluções justas no justo momento.” (JULIÃO, 2012b, p. 213).

É deste lugar, então, de camponês esclarecido, que o sujeito segue produzindo um discurso que, a essa altura, podemos identificar como recorrente, na FD do Campesinato que visa a situar camponeses e latifundiários em campos opostos, marcando também o lugar do Estado nessa relação de forças. Ao mesmo tempo em que se afirma que o terror latifundiário, na pessoa dos senhores da terra, assassina covardemente Horácio Paulino, enfatiza-se que o Estado protege seu fruto, fazendo vista grossa e promovendo plebiscito (a fim de que os cidadãos votem para escolher entre presidencialismo e parlamentarismo, ambos dentro dos limites do capitalismo). Ou seja, o governo cria uma “cortina de fumaça”, com a proposição do plebiscito, que funciona como um simulacro das soluções para os problemas do campesinato.

Nesta mesma direção, continua a promover denúncias e generaliza o terror do latifúndio. Novamente se estabelecem dois lugares, o primeiro ocupado por João Pedro Teixeira, pelo prefeito de Itabaiana e pelas pessoas progressistas, que são assassinadas ou perdem seus mandatos; de outro, Agnaldo Veloso Borges, seu irmão e o Estado brasileiro. Sobre os dois primeiros, que são latifundiários, recai a acusação de assassinato e sobre o Estado, a inação, quando devia, por meio dos aparelhos repressivos, punir os assassinos. Nessas formulações da SD33, os sujeitos são divididos e essa divisão textualizada, de um lado os camponeses e os que apoiam a luta pela terra, de outro o Estado brasileiro associado a uma das classes dominantes:

Os camponeses e os que apoiam a luta pela terra	Estado brasileiro associado a uma das classes dominantes
Horácio Paulino	Senhores da terra
João Pedro Teixeira	Agnaldo Veloso Borges
O Prefeito de Itabaiana	O irmão de Agnaldo Veloso Borges
Os progressistas	O Estado

Enfim, entendemos que a Ideologia dominada se mostra recorrentemente na denúncia das diferenças de classes, na nossa leitura, com o intuito de quebrar com a tradição da eterna dívida com o “bom” patrão/compadre e, com isso, precipitar o campesinato para a luta. Lanna (1995) nos diz, baseado nas pesquisas de Mintz e Wolf, que os patrões têm uma certa habilidade para manipular um sistema de trocas entre patrão e empregado, camponês e donos de terras, usando a instituição do **parentesco ritual**. Conforme já ventilamos antes, a etnografia da vida brasileira nos evidencia que a autoridade do patrão, do marido e do padrinho são semelhantes na medida em que ela pode ser concebida como violenta e sagrada. No universo do campesinato, então, patrão, padrinho e marido compartilham uma mesma forma de autoridade. A ideologia dominada, portanto, mostra-se pelas feridas estruturais nas relações entre patronagem e, conseqüentemente, de compadrio, que são marcadas no discurso do sujeito “camponês esclarecido”, que instrui/educa o camponês para a luta, confrontando-o com a certeza da exploração. Ao entender as diferenças, a não-familiaridade, ao entender o compadrio como um instrumento de manipulação dos camponeses, rompem-se, em partes, os impedimentos para a realização da luta pela reforma agrária radical.

O camponês esclarecido, ao se engajar na luta, a partir da posição de quem instrui/educa, insere-se numa dinâmica orquestrada pelas Ligas Camponesas que entende ser possível que os sujeitos superem a necessidade de mediação dos intelectuais que auxiliavam na organização dos movimentos de luta pela terra e assumam o protagonismo de suas vidas e de suas lutas. Para isso, no espaço do Periódico Liga, valiam-se das matérias publicadas na seção “Do Ponto de Vista Camponês”, como acabamos de analisar, assim como de Provérbios, na subseção “Provérbios Camponeses” e de poemas, na subseção “Versos Camponeses”, os dois últimos se localizam no “Almanaque do Camponês”. Estes dois últimos gêneros, mais familiares aos

Camponeses, rememoram a forma inicial usada por Julião no processo de educação camponesa⁶¹.

Analisaremos a seguir o Provérbio, um dos gêneros no qual se apoia o discurso pedagógico formulado na FD do campesinato. Sobre ele, Indursky (2013, p. 93/94) nos diz que

Os provérbios são saberes que circulam anonimamente. E poderíamos mesmo dizer que, à primeira vista, se apresentam como enunciados estruturalmente fixos cujo sentido é cristalizado e da ordem da generalidade. Além disso, o sujeito do discurso, ao mobilizar um provérbio, identifica-se com seu saber, colocando-se na posição de sujeito que assume aquela verdade e a atualiza em seu discurso. Por estas características, não temos ideia de quando nem onde foram formulados pela primeira vez, mas, sabidamente, encontramos, com frequência, um mesmo provérbio em várias línguas, o que nos autoriza a pensar que se trata de um saber de tipo universal, que pode surgir em diferentes culturas, e pode também ultrapassar fronteiras geográficas.

Na SD34, apontam-se dois provérbios que integram o “Almanaque do Camponês”, presentes na composição do Discurso Pedagógico na FD do Campesinato. Encontrados em diversas partes do mundo em ocorrências anteriores a 2.500 anos a.c., aos provérbios, atribuiu-se a função de inculcar preceitos morais e transmitir ideias filosóficas a serviço de ensinamentos (FERREIRA; VIEIRA, 2013). Reiteramos que, a nosso ver, todos os dizeres, independentemente do gênero do discurso no qual se realizam, não se resumem a informar, comunicar, inculcar, reconhecemo-los também pelo afrontamento ideológico (ORLANDI, 2009a). Por isso os provérbios, veiculados pelo Periódico Liga, são tomados como expressões, um tanto quanto fixas, como nos afirmou Indursky (2013), os quais contribuem para que se ponha em evidência a ideologia dominada⁶².

O primeiro provérbio presente na SD34 “*Quem não trabalha não come; por isso, o latifundiário não deve comer*” apresenta-se, até onde pudemos alcançar, (já que não podemos afirmar sem dúvidas onde ele foi realizado pela primeira vez), como uma “releitura” de um fragmento da carta de Paulo aos Tessalonicenses. O Apóstolo avisa aos cristãos que abominem a ociosidade, por isso, afirma, no Capítulo 03, versículo 10: “Quando ainda estávamos com vocês, nós ordenamos isto: **Se alguém não quiser trabalhar, também não coma.**”. Convocando a memória desse enunciado, o sujeito, ao produzir o seu discurso (cujo recorte está

⁶¹ Julião (1962) atribuía aos violeiros, cantadores e folhetinistas a manutenção do folclore, dos cantos, das narrativas dos camponeses, que, de geração em geração, mantinham vivo seu rico acervo cultural. Como essa era uma forma familiar de contato com a arte e com o aprendizado produzido pelas cartilhas, Julião (Ibidem) lançou mão dessa forma literária para difundir as ideias de organização popular para vencer o latifúndio.

⁶² É importante reafirmarmos que, segundo Pêcheux ([1975] 2009), quando se fala em ideologias dominante e dominada, não se constroem dois mundos distintos, separados entre si e, sim, são entendidas no movimento de reprodução/transformação em seu caráter contraditório em um modo de produção necessariamente dividido em classes.

na SD34), afetado pela ideologia e pelo inconsciente, teve o seu dizer inscrito na FD do Campesinato, onde o sujeito do discurso pedagógico, identificado com o seu dizer, contrapôs-se ao discurso dominante que toma as posses e o modo de vida do latifundiário como dádiva. Vemos então que o fazer pedagógico dos Camponeses esclarecidos, que se apoiou em provérbios para educar o camponês, não deixa de subverter as imagens estabilizadas pelo provérbio “quem não trabalha, não come”, ao complementá-lo com uma conclusão lógica, no entanto, discursivamente subversiva. A crença na qual se insistirá a partir dessa subversão será: **Se apenas quem trabalha é digno de comer, e o patrão/latifundiário não trabalha, logo ele não tem o direito de comer.**

Segundo Côrtes (2008), o provérbio figura como um enunciado breve, com sentidos sentenciosos que, por conta de sua estrutura de asseveração, não deixa margem para contestações, como vemos no segundo provérbio da SD 34, que traz um jogo de imagens muito importante. Para observá-lo trazemos o que nos diz De Nardi (2003, p. 77) quando reflete sobre o interdiscurso:

O interdiscurso representa uma dimensão não-linear do dizer (em oposição ao intradiscurso), sua verticalidade, fazendo-nos ingressar no campo do pré-construído, do já-dito para o qual o sujeito se volta ao identificar-se com a FD a partir da qual construirá o seu discurso. Volta-se o olhar, então, para a rede das formações discursivas em que o discurso em questão está inserido, sendo mister lembrar que esse retorno, no entanto, nunca é pura reprodução, como se o discurso fosse a imagem no espelho desse dizer anterior que retoma, mas antes re-significação do já-dito que apontará tanto para o sentido já-posto, quanto para novas possibilidades de produção de sentidos.

Diante de já-ditos, aportados no interdiscurso, encontramos um sujeito, que, na FD do Campesinato, onde habitam dizeres sobre os Camponeses e sobre suas lutas, formula: “*Quando a revolução tarda, vem em caminho*”, que, nos remete a um dizer anterior, ancorado na FD Religiosa, “Deus tarda, mas não falha.”. Façamos uma paráfrase do enunciado-derivado e vejamos as relações que podem estabelecer-se termo a termo com o provérbio-origem:

A revolução tarda, mas não falha. (Paráfrase da formulação-derivada)

Deus tarda, mas não falha. (Formulação-origem)

A “revolução”, sintagmaticamente, assume o lugar de “Deus”. O provérbio-origem mostra um sujeito que confia em Deus para alcançar mudanças na vida, mesmo que tardiamente. Já o novo enunciado sentencioso, o provérbio “derivado”, substitui/íguala o poder transformador de Deus ao poder transformador da revolução. Vale salientar que, na revolução, é o próprio sujeito que

precisa se empenhar para revolucionar e não esperar que Deus tudo resolva. Colocar-se diante dessa possibilidade de ressignificação do já-dito, que aponta para novas possibilidades de sentido, em que figuras míticas dão lugar ao que é marginal, mal visto, “coisa de comunista”, já era uma prática entre os camponeses. Quase todos os temas explorados nos cordéis, nas pelejas de violeiros nas feiras do interior baseiam-se na luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário. (JULIÃO, 1962, p. 38). Nessas lutas, além de haver a proteção divina, é marcante a presença de heróis como Antônio Silvino, Corisco e Lampião, **conhecidos cangaceiros** que gozavam de boa fama entre os humildes. Logo, associar mudanças radicais na ordem das coisas, sem desconsiderar a fé em Deus, às mudanças conseguidas através da luta revolucionária não é de todo estranho ao universo do camponês.

Na relação que se estabelece entre a formulação-origem e a formulação-derivada, enxergamos um deslizamento de sentidos que produz uma ruptura com a posição-sujeito da FD religiosa a qual determina o sujeito do discurso que realiza o provérbio-origem “Deus tarda, mas não falha”. Tal deslizamento levou ao rompimento com a FD Religiosa, que determina a formulação-origem, e à conseqüente identificação com a FD do campesinato. O sujeito da FD do campesinato passou a identificar-se com a forma sujeito desta FD, desidentificando-se, portanto, da forma-sujeito da FD religiosa. Mesmo que no “novo provérbio” vejamos uma substituição da **dádiva** pelo **esforço**, ao nos deparar com “revolução” no lugar de “Deus”, há ainda o ressoar da memória discursiva que vincula o segundo provérbio ao discurso religioso, ou seja, a partir da observação do provérbio derivado, o elemento de saber determinante da FD Religiosa desaparece na FD do campesinato, mas nela ressoa desde o interdiscurso. É isso que possibilita a relação de aliança entre ambas. (INDURSKY, 2013).

Por fim, ao tomarmos nessa seção a SD35, reiteramos a ocorrência de um movimento bastante recorrente que é o de marcar, para o camponês, o seu lugar na relação com os outros sujeitos com quem divide o espaço do campo. Para marcar a divisão da sociedade de que faz parte, nos versos, convoca-se novamente o lavrador a desconstruir a imagem do latifundiário – num batimento entre um “tu” e um “ele” –, usando para isso a prosopopeia (que toma o latifundiário pelo latifúndio) (SOUZA; DE NARDI, 2019).

Vemos esse movimento como insistente na FD do campesinato, conforme já mostramos em análises de SD anteriores. Movimento, que se produz na SD35, que marca, delimita os lugares que ocupam esse “eu” que fala (Camponês esclarecido) o “tu” e o “ele”. O lavrador é o interlocutor do sujeito que enuncia. Ele é constituído como o “tu”, que é ferido, enganado,

perseguido, processado, ameaçado, chamado de comunista. E o latifúndio é essa fera tirana que fala pela boca do padre e do homem rico, que faz o camponês acreditar num Deus que o castiga. Pela marcação desses lugares, o sujeito que enuncia faz trabalhar, então, o seu dizer, pelo avesso do discurso dominante, colocando exatamente no "lugar de" a possibilidade de um efeito de sentido outro para o dito. (Ibidem)

Quando, do espaço da Liga, fala-se com o “tu” – camponês –, há, na construção dos versos, um movimento de contra-argumentação que ocorre na luta pelos sentidos das palavras, num trabalho de deslocamento da imagem sobre os lugares e os sujeitos que o ocupam para ressignificar o dito a partir de uma posição-sujeito de “Camponês esclarecido” inscrita na FD do campesinato. É no interior dessa FD que se constrói a necessidade de se dizer “quem são *eles*, quem sou *eu*, que aqui falo, quem és *tu*”, que eu convoco a se identificar com a luta para reconhecer quem é teu “verdadeiro inimigo” (Ibidem p. 148), que, da posição de patrão e de compadre, mantém os camponeses como eternos endividados.

Eis um novo movimento de torção das palavras que traz à compreensão dos camponeses a relação da estrutura de sacrifício e desigualdade calcadas na patronagem e no compadrio, este, que funciona como a instituição de um “parentesco ritual”, reforçando as estruturas daquele. Se, teoricamente, o batismo de uma criança significa pertencimento, incorporação em uma comunidade moral, os padrinhos são considerados intermediários neste processo, mediadores entre o divino, a criança e, conseqüentemente, sua família. Tal mediação é tida como uma primeira dádiva. “É possível definir o compadrio como a troca da pessoa física pela pessoa social... é a troca do afilhado pela graça, uma troca assimétrica, ainda que recíproca.” (LANNA, 2009, p. 07).

O sujeito do discurso, que fala da FD do Campesinato, põe em jogo o que o latifúndio entende por compadrio, formulando na língua a relação desigual entre o homem rico que se tornou compadre e o camponês. No discurso, substitui a dádiva, pela posição de permanente endividamento, permanente porque, se o padrinho deu a graça divina à família, nada paga esse gesto. É essa relação assimétrica que aparece materializada no discurso do sujeito, que chama o lavrador a não crer no homem rico, mesmo que este assuma a posição de compadre. O homem rico, o latifundiário, o patrão saberão cobrar a dívida, divinamente constituída, conquistando a filha do lavrador e iludindo sua esposa. Ensinar, instruir, educar o lavrador passa, portanto, pela desconstrução de uma complexa teia social e religiosa que enlaça o camponês na eterna dívida pela dádiva e o impede de se posicionar contra a “fera tirana” do latifúndio. É, portanto, pela

torção do discurso que se responde: à criminalização do trabalho e das lutas dos camponeses; às múltiplas formas de opressão do latifúndio; à instrumentalização da religião. E por essas torções, constroem-se dizeres que denunciam os abusos cometidos contra os camponeses, os quais respondem ao que circula como dominante *sobre* o movimento camponês.

Enfim, se novamente pensamos, conforme Pêcheux e Fuchs ([1975] 2009, p. 147) que as FD “determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico”, considerando, a necessária percepção sobre a fragmentação e a heterogeneidade constitutivas do que chamamos de forma-sujeito de uma FD, vamos compreender que as possibilidades de dizer sobre o camponês e o latifúndio, sobre Deus e o comunismo, nos recortes que compõem as SD deste seção, precisam ser vistos como movimentos de tomada de posição no interior da FD do campesinato. Portanto, é um jogo com os lugares, no discurso, que permite esse trabalho de ressignificação que se confronta com o discurso hegemônico, e que coloca em suspenso os sentidos que vêm de outro lugar, desse discurso do outro que se coloca como dominante. (SOUZA; DE NARDI, 2019)

Esse discurso não se torna dominante pela graça do céu, como nos afirma Althusser ([1971] 1985). Ele nos diz ainda que “os aparelhos ideológicos de Estado funcionam principalmente através da ideologia e secundariamente através da repressão, seja ela bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica.” (Ibidem, p. 71) e, para responder às sanções de ameaças e castigos que se fundem nas figuras do latifundiário e da Igreja, no AIE representado pela mídia conservadora, o discurso do campesinato busca desmascarar o padre e o homem rico: é na Igreja que o padre ameaça as ovelhas – ao dizer que a luta é coisa de comunista; é na Igreja que o latifundiário toma o pobre por compadre a fim de iludir a comadre e as filhas – numa clara alusão à exploração sexual. No entanto, ao mesmo tempo que desmascara o padre e o que ele representa, preserva a imagem de Deus, subvertendo-a: “*Deus não castiga o homem que luta pelo seu pão*”; “*Deus como pai está contigo condenando a escravidão*”. Vemos, portanto, que o atravessamento do discurso religioso na FD do Campesinato é parte do movimento de luta pela terra, mas não como uma instância de caráter doutrinário salvacionista e, por conseguinte, repressivo, violento, e sim como um lugar em que as classes dominadas se fazem presentes para garantir que haja o compromisso com as lutas dos camponeses, compreendendo o Evangelho à luz das práticas populares, afetadas pelo marxismo, como veremos com mais atenção na próxima seção.

4.6 DO APARELHO RELIGIOSO, UMA UNIDADE DIVIDIDA

Refletiremos, nesta seção, privilegiadamente, sobre o discurso religioso que é apontado por Orlandi (2009a, p. 242/243) “como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus.”. Orlandi (1987, p. 08) nos diz ainda, que “Do ponto de vista da Análise de discurso, pode-se dizer que Deus é o lugar da *onipotência do silêncio*. E o homem precisa desse lugar para colocar (instituir) uma fala sua específica.”. É sobre essa fala específica, formulada a partir da posição dos sujeitos os quais produzem discursos religiosos, na FD do Campesinato e na FD do Latifúndio, que vamos refletir sobre quais são os possíveis efeitos de sentido que se conformam quando sujeitos “falam” do/no lugar de Deus.

Nas suas diversas manifestações, há vários modos pelos quais o discurso religioso se configura. No nosso trabalho de pesquisa, até mesmo as características mais formais do discurso religioso diferem bastante de uma FD para outra. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que no discurso religioso, existe uma assimetria na relação entre os interlocutores: “O locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens).” (ORLANDI, 2009a, p. 243). Tal característica é bastante perceptível no discurso formulado pela FD do Latifúndio. Nele, a voz que fala do lugar de Deus é a voz do Padre, do Bispo, todos institucionalizados, representantes da Igreja Católica, “Comprometidos e deformados pela sociedade capitalista.” (JULIÃO, 1962, p. 20). Eles, enquanto representantes do mundo espiritual, dominam o temporal. Já no periódico Liga, onde os discursos político e jurídico são atravessados pelo religioso, o sujeito que enuncia não o faz, necessariamente, do lugar da instituição religiosa, faz-se também deste lugar, deste trabalho, mas não somente dele. A forma de mistificação existe. Em termos de discurso, vemos uma voz que se coloca “no lugar da outra” (ORLANDI, 2009a). No entanto, na FD do campesinato, políticos, intelectuais, estudantes, camponeses também formulam enunciados, no campo do divino, pautados na bíblia, porém, guardando consigo uma perspectiva de acercamento entre os interlocutores como veremos nas análises de algumas SD que se seguem.

SD36 (LIGA):

“Tomo a iniciativa de dirigir-lhe essa missiva demonstrando minha afeição à causa que V. Exa. defende com tanto ardor patriótico e fé inabalável nos destinos da pátria – a libertação

do camponês do jugo opressor – máquina de servilismo e de vergonha para os tempos modernos. A massa vai se tornando cada vez mais esclarecida e, diante do êxito alcançado por Julião, quer um lugar ao sol, livre do império do cambão e da miséria a invadir os lares sertanejos. Bem sabemos que a plutocracia feudal não olha com bons olhos para tão grande movimento.”

“Ou o Brasil reconhece o Nordeste como filho, dispensando-lhe o carinho que necessita, ou estoura o barril de pólvora. Perto daqui no município de Aracati vai funcionar a primeira célula – Liga Camponesa de Aracati – para espanto dos latifundiários. Não ficará indiferente ao movimento nenhum cidadão esclarecido que tenha lido as lições de Cristo, o maior revolucionário social que registra a história. [...] Saímos do terreno utópico para a realidade da vida. Queremos uma pátria forte, onde o rurícola tenha melhores condições, livres do rolo compressor do capitalismo.”

(LIGA, 05, p. 3)

SD37 (DP):

LIGA INDEPENDENTE CATÓLICA CONTRÁRIA A CANDIDATOS VERMELHOS

“A parte do decreto de 1º de junho de 1949 a que se refere o santo ofício estabelece o seguinte: “Não é lícito aos católicos pertencer aos partidos comunistas, ou favorecê-lo porque o comunismo é materialista e anti-cristão e seus chefes, ainda que por palavras digam que não combatem a religião, mostram-se, de fato, com doutrinas e obras, inimigos de Deus, da verdadeira religião e da Igreja de Cristo.”

(DP, 21 DE MAIO DE 1959, PÁGINA 03.)

SD38 (LIGA):

FRASES CÉLEBRES

Da Bíblia — “É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino do Céu”.

De Santo Ambrósio — “A Natureza ministrou, em comum, todos os bens a todos os homens. Com efeito Deus criou todas as coisas para que o gozo delas fosse comum a todos e a terra se tornasse posse comum de todos. Assim a natureza gerou o direito de comunidade, e foi a usurpação que produziu o direito de propriedade”.

Fidel Castro – A Classe operária não luta por migalhas e sim pelo Poder.

(LIGA, 01, p. 5, Almanaque do Camponês)

Para Julião, um dos “cabrestos” colocados pelos latifundiários nos camponeses era a religião. Ele afirmava: “Toda religião busca, fundamentalmente, salvar o homem, elevá-lo, aperfeiçoá-lo de tal forma que venha a cair na graça de Deus e merecer a eternidade.” (JULIÃO, 1970, p. 13). Entende, no entanto, que tradicionalmente e antagonicamente também se prega o conformismo, o condicionamento à sua realidade, à contingência, que o prende ao mundo e condiciona-lhe o modo de pensar e de viver, assim, bispos e padres, enredados no capitalismo, buscam intimidar os camponeses e mantê-los manietados à terra como escravos. (JULIÃO, 1962, p. 20). Eis a forma encontrada por alguns homens para instituir no discurso a sua fala específica, que toma a voz de Deus, para, deste lugar, manifestar suas posições ideológicas. (ORLANDI, 1987).

Na SD36, em que vemos a semente de uma nova Liga ser plantada no Estado do Ceará, no Município de Aracati, emerge um discurso que enaltece a luta pela terra assim como quem luta por ela “*com tanto ardor patriótico e fé inabalável*”. Esse discurso, que ainda ressalta a necessidade da libertação do camponês contra o jugo opressor, é atravessado por um discurso religioso que responde ao que se hegemoniza sobre Deus e sobre a fé, subvertendo-o. Tal discurso religioso-revolucionário, que atravessa o discurso político, leva em consideração a devoção dos camponeses a Deus, substituindo a noção de resignação em nome de Cristo por revolta/revolução em nome de Cristo, “*Não ficará indiferente ao movimento nenhum cidadão esclarecido que tenha lido as lições de Cristo, o maior revolucionário social que registra a história.*”.

O que houve então, quando se atribuiu ao Cristo o papel de modelo revolucionário, foi a torção da palavra “Cristo”, modificada pelo aposto “o maior revolucionário social que registra a história”, que passou a opor-se ao que representa o discurso hegemônico, o qual prega a existência de uma divindade fatalista. É contra esse discurso, que naturaliza as desigualdades em nome de Deus, que o discurso religioso toma forma na FD do Campesinato. O discurso religioso hegemônico à época, como já afirmamos, funciona como instrumento da alienação dos Camponeses e da manutenção da obediência aos ditames do latifúndio, conforme vemos no excerto abaixo:

A terra em que vocês vivem eu herdei de meu pai. E vocês o que herdaram? Nada. Portanto, nem eu tenho culpa de ser rico nem vocês de serem pobres. Tudo foi previsto por Deus. Ele sabe o que faz. Se a mim me deu terra e a vocês negou, todo aquele que não se conformar com isso se rebela contra Deus. Essa rebelião é um pecado mortal. Que todos aceitem a decisão de Deus para não cair na sua ira e perder sua alma. Vocês terão que aceitar a pobreza na terra para ganhar a vida eterna no céu... (AGUIAR, 2014, p.187)

É contra o fatalismo e o conformismo, que tendem a se instalar entre camponeses, que uma rede de enunciados é tecida na FD do Campesinato:

Cristo, o maior revolucionário social que registra a história. (SD35)

O Cristo foi um rebelado. E por isso subiu à cruz. (SD32)

E na insistência de ressignificação do discurso religioso, a FD do campesinato, como um espaço de fronteiras movediças, (re)define-se em contato com os saberes “disponíveis” no interdiscurso. Tais dizeres passam, assim, a integrar a FD do campesinato, acionando uma memória, que é socialmente constituída. As relações simbólicas e imaginárias sobre a religião católica, construídas socialmente, são convocadas e são o que resta de um passado que está vivo na in(consciência) de um grupo (GRIGOLETTO, 2003), mesmo que essa memória mítica de um catolicismo que silencia e oprime ofereça seu lugar às revoltas ditadas pela fome e pela carga insuportável de trabalho.

Na FD do Campesinato, joga-se, então, com/sobre “a palavra de Deus”: Faz-se com que a dor do Cristo se torne revolta, e não submissão (“*Cristo, o maior revolucionário social que registra a história*”); ele não se deixou pregar na cruz para perpetuar sua dor nos pobres e, sim, para libertá-los do jugo do opressor (“*O Cristo foi um rebelado. E por isso subiu à cruz.*”); a vida eterna não é a que prometem ao povo num plano superior, em outra vida e, sim, a que o cristão tem que construir hoje. É então nesse jogo de paráfrases que buscamos compreender os modos de se dizer a fé na FD do Campesinato. Se aqui podemos falar de diferentes posições, é porque o imaginário sobre o comunista, assim como sobre o religioso colocam-nos em lados opostos, atribuindo àquele a luta e a este a passividade. O deslocamento que é efeito do discurso do Campesinato está em aproximar o Cristo (“*o maior revolucionário*”; “*...um rebelado*”) ao materialismo: esse Cristo que chama para a ação concreta, como se preconiza na Teologia da libertação.

A heterogeneidade da FD do campesinato mostra-se num movimento que pendula entre o discurso religioso e os discursos que encarnam a luta pela terra. “*Ou o Brasil reconhece o*

Nordeste como filho, dispensando-lhe o carinho que necessita, ou estoura o barril de pólvora.”. Neste momento, a voz que se insurge contra o Estado personifica o Brasil, em tom ameaçador, que significa parafrasticamente em relação a uma rede de enunciados já analisadas antes, em formulações de caráter alternativo, explicitadas através da presença do conectivo “**ou**”.

- **Ou** o Brasil reconhece o Nordeste como filho, dispensando-lhe o carinho que necessita, **ou** estoura o barril de pólvora.
 - Reforma agrária na lei **ou** na marra.
 - Reforma agrária na lei **ou** no pau.

Na SD36, alguns enunciados antecipam o discurso do Latifundiário de forma responsiva. Neles, a luta de classes se mostra quando, sob a forma de discurso indireto, o camponês esclarecido afirma que surgirá mais uma Liga camponesa no Brasil – a liga de Aracati – mesmo que isso possa aborrecer os donos do poder, os latifundiários. *“Bem sabemos que a plutocracia feudal não olha com bons olhos para tão grande movimento. Perto daqui no município de Aracati vai funcionar a primeira célula – Liga Camponesa de Aracati – **para espanto dos latifundiários.**”*

Por sabermos que o sujeito do discurso – que não escapa à constituição ideológica – evidencia posicionamentos e, por isso, acaba por produzir em seu discurso efeitos de evidência de sentido, vemos neles a constituição de sujeitos que se opõem e produzem entre si efeitos de exclusão.

Camponês	Latifundiário
Com fé inabalável nos destinos da pátria	Opressores
Esclarecida	Máquina de servilismo e vergonha
Desejosa pela liberdade	Não olham as ligas com bons olhos
Partidário de Cristo	Representantes do rolo compressor do capitalismo

No fio do discurso, vemos novamente a materialização das oposições entre camponeses e latifundiários. Essas oposições, na SD36, não naturalizam o sistema desumanizante do capital, representado no nosso corpus pela figura do “latifundiário”. Quando o discurso do campesinato traz no intradiscurso os latifundiários como opressores, operadores do capitalismo, evidencia-se um movimento de resistência contra a tirania do capital. Vemos, portanto, insistentemente, as marcas das contradições de classes, dando visibilidade à luta pela terra, à luta pela vida, num discurso que busca encorajar os camponeses ao engajamento político.

Por fim, a SD36, ainda nos chama atenção quanto a uma nomeação lá empregada. Desejamos reiterar que não compreendemos que exista um léxico específico a ser utilizado por este ou aquele sujeito do discurso, e, sim, importa-nos compreender como se dá o processo de produção do discurso e como, neste processo, mostram-se os efeitos de superfície da sequência discursiva. Ao observarmos o fragmento da SD36, “*Sáimos do terreno utópico para a realidade da vida. Queremos uma pátria forte, onde o rurícola tenha melhores condições, livres do rolo compressor do capitalismo.*”, retomamos a aproximação entre as palavras “rurícola” e “camponês” a fim de refletir sobre o modo como o camponês tem sido representado pelo outro e como tem-se representado a si mesmo.

Pêcheux ([1975] 2010) nos aponta um caminho para pensarmos nesses efeitos de superfície, não prescindindo da observação da estrutura invisível que os sustenta. Uma noção

que nos auxilia a pensar aqui essa questão é a de efeito metafórico. Indursky (1999) reflete com Pêcheux dizendo que o processo metafórico faz referência ao processo de constituição do sujeito discursivo em que processos sócio-históricos fundamentam a apresentação de objetos.

A denominação “Camponês”, sobre a qual já discorreremos amplamente, é usada com frequência pelo sujeito discursivo que enuncia do interior da FD do campesinato. “Camponês”, à época da formação e difusão das Ligas, segundo JULIÃO (1970, p. 21), não se pronunciava a não ser entre os marxistas e progressistas, nem se escrevia, exceto nos jornais e revistas de esquerda. Era uma nomeação proscrita nas rodas dos latifundiários. Como alternativa à nomeação “camponês”, aparece na assembleia a sugestão por um nome “menos contundente” e surge – sob o anseio de ser sinônimo – “rurícola”. Vão-se conformando, então, a despeito da inconsciência dos processos de nomeação, diferentes processos de identificação. Os camponeses se dizem “camponeses” e os latifundiários os alcunham como “rurícolas”. O que não se espera é a utilização da palavra “rurícola” pelo camponês que queria liderar a criação da liga camponesa de Aracati.

Se o uso da palavra “camponês” faz ecoar a memória das associações, dos movimentos de luta organizadas contra os senhores de terra, como não a empregar num enunciado que conclama o surgimento de uma pátria forte “livre do rolo compressor do capitalismo”? O camponês tomou “rurícola” por “camponês” sem que houvesse uma quebra no ritual. Houve, sim, um deslizamento de sentido do termo “rurícola”, fazendo-se equivalente a “camponês”, isso visibiliza a presença das contradições no interior do discurso do campesinato, a presença de discursos outros que aí aparecem ressignificados.

Voltando a marcar a forma como se apresenta o discurso religioso nas FD com as quais estamos trabalhando, atentamos para a SD37, recortada de uma matéria publicada na seção de política do Diário de Pernambuco. Nela há um enunciado, que funciona textualmente como o título da matéria jornalística, que é “**LIGA INDEPENDENTE CATÓLICA CONTRÁRIA A CANDIDATOS VERMELHOS**”. A referência de discurso religioso que se mostra neste enunciado é especificamente o **cristão católico**, que, aqui, atravessa o discurso político. Desta posição, hegemônica à época, enuncia-se o afastamento da Igreja Católica dos candidatos que eles consideram comunistas. Se retomarmos a caracterização que fizemos anteriormente, baseados no que nos disse Orlandi (2009a), veremos que o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus, por isso destacamos a assimetria existente entre os interlocutores desse discurso. Essa particularidade que situa o locutor no *plano espiritual* e o ouvinte no *plano*

temporal enaltece o primeiro e submete o segundo: “Na desigualdade, Deus domina os homens.”. (Ibidem, p. 243).

A autoridade que vem de Deus é materializada, na SD37, num decreto do Santo Ofício - enviado aos fiéis pelo Papa Pio XII. Como o decreto é um texto Normativo para a Igreja Católica, ele é tomado como Lei por/para os seus fiéis, sob pena de excomunhão por apostasia⁶³. Quando vemos, portanto, um discurso religioso, que se apresenta sob a forma de um discurso jurídico, onde se prescreve o que se pode e o que não se pode fazer, o efeito de sentido de ameaça ao descumpridor se instala. Se “o locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito, e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros, falíveis, finitos, dotados de poder relativo.” (ORLANDI, 2009a, p. 243). Então, da desigualdade entre os interlocutores nasce nos homens a necessidade da salvação que, segundo sua crença, só pode vir de Deus, da Igreja Católica e da adesão aos seus preceitos, afinal, “o móvel para a salvação é a fé”. (Ibidem) Podemos concluir, portanto, que é a instrumentalização do discurso religioso, atravessando o discurso político, que gera a coerção dos fiéis para que se afastem daquilo que os conservadores católicos insistem em rotular como “vermelhos”, fazendo clara alusão ao comunismo.

Vemos, pois, como na FD do Latifúndio, ao analisarmos o discurso religioso, existe uma rigidez no mecanismo da incorporação de vozes. Na SD37, a voz de Deus se fala no Papa quando diz: “Não é lícito aos católicos pertencer aos partidos comunistas, ou favorecê-lo porque o comunismo é materialista e anti-cristão...” (Ibidem, p. 245). Vejamos que em termos de discurso o que há é “a subsunção de uma voz por outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra.” (Ibidem). Independentemente de quem assuma essa função de sujeito enunciador, se o Papa, o Bispo ou o padre, a voz que condena a filiação a partidos comunistas, ou o favorecimento desses partidos é a “voz de Deus”, que, se for desobedecida, implicará a perda da salvação do homem.

Vemos ainda que no discurso religioso em geral não há quase nenhuma autonomia do sujeito em relação à voz que fala nele. Existem regras estritas para que os representantes apropriem-se da voz de Deus. Essa relação é regrada “pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas cerimônias.” (Ibidem). Eis aí um ponto de tensão entre o discurso religioso praticado no DP e

⁶³ Os católicos nomeiam o abandono da fé cristã como “Apostasia”. Se na SD37 afirma-se, tendo como base um documento da Santa Sé, que apoiar o comunismo é incompatível com a fé cristã, a excomunhão será aplicada tendo a “Apostasia” como justificativa.

o que se realiza no Periódico Liga. No primeiro, convoca-se com frequência o direito canônico, as verdades normatizadas pelo código que institui e mantém as características da religião Católica, como vemos no fragmento do Decreto do Santo Ofício que compõe a SD37. Nele, os comunistas são apresentados como inimigos de Deus, da verdadeira religião, da Igreja de Cristo (a Igreja Católica). Já no Jornal Liga são constantes as menções aos textos bíblicos, às ideias dos Santos católicos e, comumente, a frases de líderes revolucionários socialistas, estas últimas, nos mesmos espaços onde está disposto o discurso religioso. Vemos este traço na SD38, quando, no Periódico Liga, mais especificamente, no Almanaque do Camponês, reserva-se um espaço para a subseção “FRASES CÉLEBRES”.

É da bíblia que se destaca a primeira frase célebre que está na SD38: *"É mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino do Céu"*. Quando o sujeito do discurso na FD do Campesinato toma a voz de Deus, por meio de um excerto da Bíblia, que ressalta a dificuldade de um rico entrar no Reino do céu, faz um movimento que condena o rico e, pelo não dito, exalta o pobre. Essa é a voz de Deus, que representa o alento para o Camponês. Mesmo que tal discurso apareça em um Jornal de características revolucionárias, classificado pelos conservadores como “coisa de comunista”, a voz de Deus está lá, sem afrontar o sentimento religioso arraigado no camponês e alimentado pelo discurso/trabalho desenvolvido permanentemente nas paróquias, para “amortecer a rebeldia das massas trabalhadoras” (JULIÃO, 1970) e camponesas. A Liga sempre evitou a luta aberta contra a Igreja. “É que a Liga seria facilmente sufocada, se intentasse o enfrentamento com uma Igreja ainda reacionária e insensível à sorte do camponês.” (Ibidem, p. 62). Por isso lutava pelo significado das palavras, das expressões e das proposições presentes nos textos religiosos a fim de ressignificar o Deus que eles conheciam, um Deus que daria a glória no céu a quem mais sofresse na terra.

Se levarmos em conta que há uma distância entre o dito de Deus e o dizer do homem (ORLANDI, 2009a), entenderemos que existe uma diferença entre a significação divina e a linguagem humana provenientes da dissimetria entre os planos. “E assim se mostra e se mantém a obscuridade dessa significação, inacessível e desejada.” (Ibidem, p. 245). É dessa obscuridade que nascem as diferentes leituras do religioso, daí, instala-se o dissenso e, a partir dele, as diferentes posições de classes. Dessa forma compreendemos o discurso religioso, na FD do campesinato, alinhados com Pêcheux (2011b), como um instrumento de transformação da prática política, que, por sua vez, transforma as relações sociais, reformulando suas demandas.

Há, então, diante da necessidade latente de justiça social para os Camponeses, a substituição do discurso religioso que justifica a exclusividade de bens, riquezas e terras aos ricos latifundiários pelo discurso, de base religiosa, que insiste na distribuição dos bens naturais a todos os homens, como vemos na segunda frase célebre, de um Santo Católico, na SD38. Santo Ambrósio, usando o recurso da prosopopeia, atribui à natureza o ato de ministrar, em comum, todos os bens a todos os homens. A terra é, portanto, um bem da natureza, logo, segundo a voz de Deus, da qual se apropria um Santo Católico, a terra é um bem comum.

A repetição do indefinido todos, que aparece 5 vezes na frase célebre de Santo Ambrósio, por sua conotação englobante, ao se remeter a toda a humanidade, provoca um efeito de sentido de contraposição à propriedade privada nas mãos de poucos privilegiados. Propriedade que, no decorrer do enunciado, materializa-se como “produto da usurpação”. Ou seja, se a terra foi criada por Deus para todos, sem exceção, o direito à propriedade privada é considerado fruto de roubo. A voz de Deus, portanto, é convocada a dizer o contrário do que é discursivizado na FD do latifúndio. Se retomarmos um fragmento da SD24 (DP): “...quando os agitadores se acham em plena ação, trabalhando para pôr abaixo o direito de propriedade rural.”, veremos que, na FD do Latifúndio:

- O referente de “agitadores” são os Camponeses;
- A “Propriedade” rural é dita como um direito.

No entanto, falados pela voz de Deus, na SD38:

- A terra se destina a todos, isso inclui os Camponeses;
- A “propriedade” privada é dita como produto de usurpação, de roubo.

Por isso vemos que o trabalho do discurso religioso na FD do Campesinato é também um trabalho de insistência na torção das palavras, o camponês organizado em Ligas precisa entender-se como aquele que tem direito à terra e não como o que é agitador e ladrão da terra dos latifundiários. É dessa forma que o discurso religioso, que atravessa o discurso político, coopera com este como instrumento de transformação política, “como um sistema articulado que remete à prática social complexa...” (HERBERT/PÊCHEUX, 2011, p. 35). E, assim sendo, a imbricação desses discursos desempenha uma função transformadora nas relações sociais e essa função consolida-se na luta que é travada nas palavras e pelas palavras que têm os seus sentidos reivindicados, disputados no interior da FD do Campesinato e da FD do Latifúndio.

É importante ainda mencionar que, na SD38, a última frase célebre, cuja autoria é de Fidel Castro, não está por acaso junto aos enunciados anteriores que materializam o discurso religioso. Este, realizado na FD do campesinato, traz a memória da Teologia da Libertação que bem reflete a imbricação inevitável entre o político e o religioso, portanto um enunciado que traz a possibilidade de ascensão da classe operária ao poder faz parte de uma matriz comum de crenças políticas e religiosas, “ambas enquanto um corpo de convicções individuais e coletivas que estão fora do domínio da verificação e experimentação empíricas... mas que dão sentido e coerência à experiência subjetiva daqueles que as possuem.” (LÖWY, 2000, p. 63). No Cristianismo da Libertação latino-americano a comunidade é um dos valores transindividuais mais centrais, possuindo “um significado tanto transcendente como imanente, tanto ético/religioso como sociopolítico.” (GOLDMANN apud LÖWY, 2000, p. 64).

Vemos, enfim, que, mesmo que Fidel Castro não fale “como se” Deus falasse, (ORLANDI, 2009a), o discurso político que mostra a classe operária lutando pelo poder e não por migalhas habita nessa matriz comum que abriga mudanças radicais acolhidas pelo Cristianismo da Libertação. Algumas dessas principais mudanças, segundo Löwy (2000), são:

1. A luta contra a idolatria dos bens materiais: “Riqueza, o Mercado, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a Civilização Ocidental Cristã.” (Ibidem, p. 61);
2. Libertação humana histórica, como a antecipação da salvação final em Cristo;
3. Uma nova leitura da Bíblia em que se priorizam passagens, tais como as do Êxodo, por representarem a luta de um povo escravizado pela sua libertação;
4. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe.

Se, portanto, o lugar de Deus, para a AD, é o lugar da *onipotência do silêncio* (ORLANDI, 1987, p. 8), a fala específica que o sujeito do discurso religioso, na FD do Campesinato, coloca nesse lugar diz sobre a ampla significação da religião e da política que, mesmo mantendo-se autônomas, desenvolvem um elo verdadeiramente dialético entre si. (LÖWY, 2000, p. 62).

5 DE GESTO EM GESTO SE TECE A RESISTÊNCIA...

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. (FREIRE, 2000, p. 155). Este último e breve capítulo enseja mostrar que caminho foi esse que trilhamos juntos, caminho entremeado de esperança, medo, revolta, tristeza, ilusão e mais esperança. Caminho que pôs em evidência discursos que funcionaram como gestos de insistente resistência a outros discursos impostos como hegemônicos. Resistência que pode ser dita como

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; **não repetir as litanias** ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como se fosse uma estrangeira que se domina mal; **mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases**; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17. Destaque nosso).

Ao tomarmos como propósito, neste trabalho, analisar os modos de dizer o Camponês e as Ligas Camponesas, vimos, nessa trilha, a resistência de um discurso a outro fazer-se pela negação à repetição, à “ladainha” dos discursos de dominação, pelo desvio, alteração, mudança... torção dos sentidos irrealizados e, até ali, irrealizáveis, tomando corpo e “formando sentido do interior do sem-sentido.” (ibidem, p. 17).

Quando empreendemos a busca pelos modos como o camponês foi definido, no primeiro capítulo deste trabalho, assumimos um posicionamento político-analítico que permeou toda a pesquisa. O desejo de defini-lo, mesmo que de maneira precária e provisória, traduz-se na necessidade de entendermos qual é o camponês que fala nessa pesquisa, e sobre o qual se fala, enfocando, principalmente, a forma como o Camponês existe no sistema societário capitalista – quais são suas atividades laborais, sua forma de vida comunitária e sua posição baseada nas divisões sociais, especificamente no que diz respeito à posse e à propriedade da terra.

Entendemos que o Camponês sempre esteve em uma posição de desvantagem em relação às pressões externas no regime societário capitalista, no entanto, no decorrer da história brasileira, são muitos os exemplos de resistência/revolta contra os poderes que os oprimem. Das formas cotidianas de resistências, tais como o “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, aos exemplos de grandes revoluções, todas são evidências de que o Camponês é capaz de resistir. Mas é importante marcar que a forma como

tradicionalmente se discursiviza a resistência, pelas mídias em geral, pela historiografia oficial (conservadora) sempre apresentou a luta camponesa como uma obra de saqueadores, de vagabundos, de comunistas.

Logo entendemos que a luta também se luta com as palavras, pelo significado delas, combatendo as “litanias dos discursos das classes dominantes” que se empenham na deslegitimação da luta, desqualificando aquele que luta, como vimos, neste trabalho, pela primeira vez, nas palavras de Magalhães (1858, p. 17), quando da Guerra dos Balaios, ao referir-se aos camponeses em formação como:

- Cardume de homens ociosos, sem domicílio certo;
- Raça cruzada de índios, brancos e negros;
- Amantes da vida errante dados à rapina e à caça;
- Homens de índole cruel, que consomem a vida em ódios ou rixas;
- Manada de gente bruta;
- Homens que vivem sem respeito às autoridades;
- Vingativos, não domados e facinorosos.

Essa estratégia de deslegitimar o sujeito da luta persiste em todos os momentos que registraram revoluções. O mesmo movimento foi mostrado por Guimarães (2017, p. 609), ao se referir à Guerra do Marimbondos:

- Ralé reacionária do estrato mais baixo da sociedade pernambucana;
- Gente popular;
- População vadia, ociosa, vagabunda;
- Classe perigosa e ladra.

Ou seja, ao colocar-se em luta, o camponês é tido sempre como o que não merece a terra, por ser vagabundo e ocioso, como aquele que rouba a terra alheia e não respeita as autoridades.

As desigualdades continuam a se suceder e, nos anos de 1940, o Camponês se encontra com a modernização da produção agrícola, feita em termos capitalistas empresariais, que visa, apenas, a fortalecer a acumulação do capital, o campesino, portanto, continua alijado da terra e dos demais meios de produção. Surge, então, mais uma forma de resistir, o PCB cria o Bloco Operário Camponês, com o lema: “A terra a quem nela trabalha”. A partir desse movimento, os discursos das elites, nas mídias e na historiografia oficial já encontraram um contraponto.

A luta camponesa passa a contar com o Periódico Terra Livre, que seria o principal instrumento de propaganda do PCB no campo. “Dirigido a um público esmagadoramente analfabeto, estimulava os alfabetizados a lerem em voz alta, em grupos. A proposta era informar os camponeses dos seus direitos.” (MEMORIAL DA DEMOCRACIA). Assim, pouco a pouco, quem era nomeado como “manada”, “cardume”, “classe perigosa e ladra”, nos discursos da dominação, passa a ser chamado de “camponeses” e, por conseguinte, dignos da terra por nela trabalharem. Conforme nos afirma Pêcheux ([1982] 1990, p. 17), para produzir formas de resistência, é preciso “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem-sentido.” Portanto, é a resistência, que produz furo na ideologia dominante, desestabilizando sentidos já consolidados socialmente, pelo jogo na língua e sobre a língua. Enfim, “Aquilo que marca uma quebra no ritual ideológico dominante é justamente “o ponto sempre já-lá, a origem imaginária da resistência e da revolta” (PÊCHEUX, [1984] 2013, p. 15; p. 17).

Pêcheux ([1982] 1990, p. 13) nos afirma, ainda, que “a alfabetização, a escolarização e a difusão cultural da língua nacional fazem parte integrante do programa político dos movimentos revolucionários e de libertação da nossa época.”. E foi a alfabetização e a consequente educação para a luta a ideia que atravessou toda a história de criação e difusão das Ligas Camponesas do ano de 1955, cujo nascedouro foi a Liga Camponesa de Galileia. A educação/instrução funcionava como uma das frentes de batalha na organização das Ligas Camponesas. Julião afirma, que é necessário acender na consciência de todos uma luz que espante o medo. (JULIÃO, 1962) e essa luz, para o movimento, foi a entrada no mundo da letra e, por ela, no mundo da luta.

Quando construímos o segundo capítulo, com o intuito de discorrer sobre as questões metodológicas, o que incluiu, a caminhada em busca da formação do corpus, mencionamos a importância do espaço “Jornal” como um dos elementos que compõe o aparelho ideológico de estado midiático. Foi nesse capítulo que tivemos contato com o periódico Liga, o qual foi

considerado como importante instrumento de educação/instrução para os camponeses em busca da consolidação de uma aliança operário-camponesa. Vimos, nos discursos do Jornal Liga, a apropriação das formas pelas quais a ideologia funciona e, a partir dela, a instauração de um movimento de resistência. O Jornal “Liga” – que fala de si e por si – buscou “humanizar o camponês, ou seja, dar-lhes os instrumentos políticos indispensáveis para que ele se sinta um ser humano.” (JULIÃO, 1969, p. 4-5). Tais discursos eram produzidos por sujeitos atravessados pela ideologia dominada, afastando-se dos discursos produzidos no Diário de Pernambuco, veículo que reproduz o discurso da dominação.

Sabendo que os aparelhos ideológicos de Estado funcionam principalmente através da ideologia (Althusser, 1985), vimos como o Diário de Pernambuco, que expressa o posicionamento do Estado, produz a exclusão do camponês e do campesinato a ponto de – em várias situações – recusar-se até a chamar o Camponês de Camponês, a ponto de fazer referência a ele como “rurícola” para, assim, não “aborrecer a Elite pernambucana”. Trouxemos à tona esses dizeres, que estabilizam conceitos sobre uma gente invisível/invisibilizada, por termos nos debruçado sobre o funcionamento discursivo tanto do DP quanto do Periódico Liga.

No corpus de análise, a classe explorada usa o “jornal” como ferramenta, concebendo, assim, o Periódico Liga como instrumento de luta que engendra gestos de resistência. E é nele que o imaginário sobre o conjunto dos elementos que tocam o camponês se torce, tanto para fazer furos no discurso hegemônico, a fim de alcançar um interlocutor não camponês, quanto para atingir diretamente o camponês para que ele passasse a ter o controle tático sobre seus próprios recursos com o intuito de reparar as injustiças que lhes eram impostas.

Foi, a partir da composição do corpus, de sua leitura e análise, que nos autorizamos a falar da coexistência de pelo menos duas FD as quais nomeamos como FD do Campesinato e FD do Latifúndio. Nesta circulam dizeres que criminalizam as Ligas, seus organizadores e os próprios camponeses. Já, na FD do Campesinato, inscrevem-se discursos que exaltam a união para a luta, assim como a ética de um campesinato, que insiste na emergência da Reforma Agrária Radical, “Na lei ou na marra”. A delimitação dessas duas FD foi abordada no terceiro capítulo, em que se iniciam as primeiras análises. Buscamos mostrar, nesse capítulo, a importância do funcionamento das nomeações, visto que foi, por ele, que chegamos aos domínios de saber dessas duas FD.

Os discursos do DP se ocupam com a estabilização de sentidos sobre o campesinato, como revemos ao retomar o quadro de número 01:

Quadro 01

Camponeses	Organizadores das Ligas	Ligas
Elementos	Elementos	Associação
Homem do campo	Exploradores	Orientadoras de crimes
	Agitadores	Organizações de fundo comunista
	Subversivos	
	Comunas	
	Comunistas	

Se nos detivermos às duas nomeações arroladas no quadro acima sobre o camponês, veremos que ele se situa num limiar entre a marginalidade (por isso ser chamado de “elemento”) e a vulnerabilidade. Neste lugar, o camponês é tido como aquele que se deixa manipular, aquele, cuja boa-fé é explorada. Essa concepção de camponês, que tangencia a inocência, é a que mais se percebe nas matérias do Jornal e, para se manter, precisa ser repetida. Compreender essa interlocução que se dá no DP como uma prática discursiva pautada em já-ditos e já-ouvidos, faz-nos trazer para a discussão outro aspecto refletido por Pêcheux (Ibidem) quando argumenta que evocar um acontecimento, que necessariamente já foi objeto de discurso, desperta nos ouvintes os referentes discursivos que socialmente permeiam o seu imaginário.

Vimos, a posição de diversos autores que compreendem os camponeses como politicamente passivos, desarticulados e desprovidos de cultura. É esse discurso que ecoa quando, no jornal, designa-se o camponês como “homem do campo”. Difundir, ainda, que o camponês é “irracional e nunca criatura humana”; “cheios de boa-fé”; “vasto campo a semear”; “criaturas simples” (DP, 07 de abril de 1959, p. 10) é um desdobramento desse imaginário sobre

o camponês. Essas nomeações figuram como “representações imaginárias das diferentes instâncias dos processos discursivos...” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 85) e, como já afirmamos, resultam de processos discursivos anteriores, que, nas páginas do DP, não ocorreriam sem que houvesse um equilíbrio interdependente na constituição do caráter dos organizadores das Ligas.

No quadro 1, esses organizadores eram designados como: *elementos, exploradores, agitadores, subversivos, comunas e comunistas*, ou seja, responsáveis por arregimentar um exército de camponeses – criaturas simples e irracionais – para promover agitação no campo. É disso que tratamos quando falamos anteriormente da interdependência dos conceitos: os organizadores das Ligas exploram e os camponeses são explorados.

É importante retomar o trabalho dos já-ditos na insistência do DP em chamar os organizadores das Ligas de comunistas e as próprias Ligas de organizações de fundo comunista, já que “o discurso não tem, de direito, início...” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 76). Pio IX, em sua Encíclica *Nostis et Nobiscum* de 8 de dezembro de 1849, sob o título “A subversão da ordem” escreve:

[...] Mas não desconheceis, veneráveis irmãos, que os principais arquitetos dessa maldosa trama desejam empurrar os povos, agitados por qualquer **doutrina perversa que aparecer à subversão de toda a ordem das coisas humanas** e a arrastá-los aos **execráveis sistemas do novo socialismo e comunismo**. (Destaque nosso).

O lugar do comunismo e dos comunistas neste excerto é execrado pela Igreja católica como sendo o lugar da perversidade, da maldade, da agitação, da subversão da ordem. As nomeações que são utilizadas para os organizadores das Ligas evidenciam, pois, uma prática discursiva que se cola nos agentes que questionam a ordem estabelecida, no nosso caso, que querem mexer com as estruturas fundiárias consideradas injustas por produzirem a exploração dos camponeses. Os comunistas, então, tornam-se tudo aquilo que deve ser evitado.

Esse discurso que se perpetua na Igreja Católica de Encíclica em Encíclica rompe os muros da religiosidade e passa a ser um já-dito sobre o comunismo que dá vida às nomeações utilizadas pelo DP. Essas tornam objetiva a existência de organizadores comunistas das Ligas camponesas, produzindo um efeito de sentido de que tais organizadores, por serem comunistas, são inimigos da sociedade. E, conseqüentemente, as Ligas – “organizações de fundo comunista” – tornam-se lugares proscritos.

Quando observamos o discurso das mídias tradicionais quanto às antecipações das representações que elas fazem do camponês nesse movimento de luta, recorreremos ao conceito

de Formações imaginárias por entender que a mídia não fala do camponês, até porque, esse referente, materializado neste ou naquele discurso não existe, fala, sim, de uma projeção sobre o camponês, inclusive, na hora de pensar a nomeação – não isenta, é claro, do traço fundante da ideologia que a faz significar.

O próprio nome “camponês”, como vimos, habita no espaço do interdito, do marginal. Isso decorre da antecipação da representação do objeto do discurso que é o “camponês”, palavra preta de significados. Esses, como nos diz Pêcheux ([1969] 2010, p. 85), relacionam-se a processos discursivos anteriores que evidenciam “‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco.”; esses, fincados na percepção dos já-ditos, dos já-ouvidos, “através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias...”.

Mais uma vez afirmamos com Pêcheux ([1975] 2009, p. 281) que não há dominação sem resistência. Entendemos, então, a partir das palavras dele, que o que vem a quebrar o ritual ideológico dominante são os discursos produzidos pelo Jornal Liga, o qual funciona como um espaço de resistência, que traduz um desejo de instrução do camponês; que insiste em falar quando se exige silêncio; que muda, desvia, altera o sentido das palavras e das frases (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17), reconhecendo que “as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém [...], entre si e os processos discursivos já que se inscrevem em relações ideológicas de classes.”(PÊCHEUX, [1975] 2009, p.81).

É na convocação dos Camponeses a se organizarem em Ligas, que diversos gestos de resistência vão marcando o campesinato:

Reforma Agrária Radical

Reforma agrária na Lei ou na marra

Reforma Agrária na Lei ou no pau.

Para isso, era necessário organizar-se em Ligas. Se estas eram ditas pelas elites no DP como “sociedades que contrariam a ordem jurídica e a paz pública”; “orientadoras de crimes”; “Organizações de fundo comunista”, passaram a ser discursivizadas pelo periódico Liga como uma via de participação política para os camponeses; “um tipo de organização do campesinato”. Começamos a ver daí a resistência do discurso do campesinato que “interpela diretamente a

noção de ruptura presente como possibilidade de cada discurso.” (LEANDRO-FERREIRA, 2015, p. 165). As organizações, portanto, que se viam proscritas, marginais passaram a ser enunciadas como via possível para que a luta pela libertação do camponês se tornasse real.

A lógica de uma sociedade capitalista em que se garante por lei a propriedade, em que todo processo de luta é acusado de contrariar a ordem jurídica, é desestabilizada. Abalam-se as estruturas de quem convoca o amparo da lei para garantir a continuidade e, quiçá, o aprofundamento das desigualdades. É com a emergência do discurso do periódico Liga que vemos formulado que “...era preciso que as massas camponesas fizessem parte da elaboração de uma lei agrária.” (LIGA, 08, p. 3), que “a terra se destina a quem nela trabalha”, retomando a memória do grito das Ligas organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro. Se considerarmos que o camponês sempre esteve alijado de todo processo de decisão que envolvesse o destino de suas vidas, o discurso que evoca a participação camponesa na elaboração de uma lei agrária se faz como mais um gesto de resistência e, de gesto em gesto compreendemos que

“As resistências estilhaçam o ritual ideológico, abrem fissuras e demonstram suas falhas. São produzidas na relação com a Ideologia. Provocam uma desestabilização no dizível, no já-lá, abrindo para a produção de um discurso outro, de sentidos não dominantes. (CAVALCANTE, 2021, p. 88)

No discurso do Periódico Liga, a conclamação dos camponeses para a luta ocupa o espaço central na formação do discurso pedagógico. Dentre as diversas posições-sujeito que habitam a FD do Campesinato, encontramos a que faz ecoar o discurso pedagógico como componente da luta contra o latifúndio. Quando o sujeito discursivo se identifica com essa posição-sujeito do discurso pedagógico na FD do Campesinato, ele formula enunciados que dão ênfase à importância da união dos Camponeses em Ligas a fim de que se garanta o direito de possuírem o controle dos próprios meios de produção, que lhe possibilitem sobreviver, sem ter que vender sua força de trabalho no mercado capitalista. Esse é mais um movimento de resistência que visa a garantir as suas condições de existência. É o discurso pedagógico inscrito nessa FD que se mostra como a possibilidade do resistir como o espaço do dizer outro, como o sentido que se move, por causa da interpelação ideológica. (DELA-SILVA, 2015).

Considerar a contradição como inerente ao discurso e a interpelação do sujeito como um ritual sempre sujeito à falha nos deixa observar tanto a sujeição a um discurso, como os movimentos de transformação e resistência que são produzidos pelo sujeito a partir de sua inserção em determinada formação discursiva, fazendo-nos olhar para a heterogeneidade como inerente a esse espaço. (DE NARDI; NASCIMENTO, 2016, p. 88). Ao analisarmos os

discursos do Periódico Liga, vimos essa heterogeneidade presente na imbricação entre os discursos político, jurídico, pedagógico e religioso. Neste último, mostraram-se movimentos de resistência ao discurso político-religioso que se hegemoniza entre as elites, discurso inscrito na FD do Latifúndio.

Enquanto o DP pratica um discurso que prega o conformismo, a total resignação com a situação de miséria vivida pelos camponeses, no Periódico Liga produz-se um discurso que subverte essa ordem, que expõe as contradições de classes entre ricos e pobres e mostra, ainda, como a religião é utilizada como instrumento de opressão para manter os camponeses na miséria. “A contradição existente entre o castelo do nobre e a choupana do servo era igual à que, hoje, ainda existe entre a casa grande da Usina, do capitalista, e a cafua miserável do camponês.” (JULIÃO, 1962, p. 75), mas este não vê tal desigualdade, tal estado miserável, porque, em muito, a religião/religiosidade a eles imposta não permite.

“A terra em que vocês vivem eu herdei do meu pai. E vocês, o que herdaram? Nada. Portanto, nem eu tenho culpa de ser rico, nem vocês de serem pobres. Tudo foi previsto por Deus.” (AGUIAR, 2014, p. 187. Destaque nosso). “Tudo foi previsto por Deus”, ou seja, as injustiças, a pobreza, a miséria, o cambão, o capanga, a polícia, tudo foi previsto por Deus. Falar em nome de Deus, na Igreja ou na procissão dos “homens de bem” daquela época, mantinham opressores e oprimidos “em perfeita harmonia”, era a realização da “paz no campo” invocada com frequência no discurso do DP.

Quando falou de formações discursivas no interior do aparelho religioso feudal, Pêcheux ([1976] 2019) afirmou que as prédicas, a homilia direcionada aos camponeses, no meio camponês produz e reproduz o que se poderia chamar de baixo clero. “O povo, um eterno bebê, receberá assim o **leite** da religião, enquanto as **carnes** substanciosas serão reservadas aos grandes...” (Ibidem, p. 317). Passou-se do feudalismo ao capitalismo e ainda se tenta naturalizar os lugares “destinados” aos camponeses e aos ricos, naturalização que mantém ou tenta manter “a submissão do povo aos grandes e também a submissão do homem a Deus” (Ibidem).

No entanto, o discurso religioso do/no Periódico Liga, mesmo levando em consideração a devoção dos camponeses a Deus, todo o seu misticismo, substitui, em seus enunciados, a resignação em nome de Deus pela revolta/revolução em nome de Deus. “O Cristo foi um rebelado. E por isso subiu à cruz.” (SD 32). É a partir da torção dos sentidos de “Cristo”, que

deixa de ser o cordeiro de Deus dado em sacrifício e passa a funcionar como “o maior revolucionário que registra a história.” (SD 35), que se vê a resistência do discurso dominado ao discurso de dominação. A resistência se manifesta aqui, então, pela mudança, pelo desvio, pela alteração do sentido das palavras.(PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17).

Lembrando o que nos aponta Orlandi (2009a, p. 242/243) sobre o discurso religioso “como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus.”, observamos o seu constante atravessamento no discurso político. Do lugar de Padre da Igreja católica, Padre Alípio de Freitas, um dos editores do Jornal Liga, viajava o Brasil, fazendo comícios em favor da Reforma Agrária Radical e, não raras vezes, nessas falas, às quais se dava o nome de “Sermões”. Ouvia-se:

“Só a revolução pode libertar o povo brasileiro.” (LIGA, 48, p. 1)

“O rebanho hoje está perfeitamente consciente e decidido.” (LIGA, 48, p. 1)

"Fala-se muito em Reforma Agrária, fala-se ainda em Reforma Agrária Cristã, mas eu vos digo que a Reforma Agrária tem que ser RADICAL, do contrário não será nem Reforma Agrária, e muito menos Cristã". (LIGA 44, p. 6)

O que a Santa Sé estabelecia à época como conduta para os fiéis cristãos católicos era a interdição de que eles pertencessem ou favorecessem partidos comunistas, por, a estes, ser atribuída a pecha de materialistas e anticristãos (DP, 21 DE MAIO DE 1959, PÁGINA 03). Nos discursos do DP, todo movimento de luta pela terra foi nomeado como “agitação”, “subversão”, “coisa de comunista”. Se Padre Alípio, conclamava as massas dizendo que “só a revolução pode libertar o povo brasileiro”, via-se nesse discurso o clamor pela luta, ou seja, um discurso de agitação... coisa de comunista. É esse discurso que faz um furo na ideologia dominante, não reproduzindo os dizeres que se inscrevem na FD do Latifúndio e, sim, um discurso que se opõe a ele. Resistindo a essa reprodução, alinhava-se a uma tendência revolucionária de transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2014, p.).

Isso representava uma ressignificação do religioso no político. O “rebanho” que no discurso religioso cristão-católico representa o que se deixa levar, deixa-se conduzir, deixa-se pastorear, no discurso do Periódico Liga, enunciado por um Padre Católico, é determinado como “consciente” e “decidido”. Enunciam-se, pois, os fiéis, o povo, por oposição a como a

Igreja Católica diz o rebanho, interpretando a Bíblia “ao pé-da-letra”: “Depois de conduzir para fora todas as suas ovelhas, vai adiante delas, e estas o seguem, porque conhecem a sua voz.” (BÍBLIA. João, 10, 4). Resistir à noção de “condução”, à imposição de que o povo precisa ser levado, tutelado é, em grande parte, resistência ao capitalismo (PÊCHEUX, 2014, p. 11), que usa a estratégia do cerceamento à autonomia das classes dominadas a fim de mantê-las inertes. Quando se torce, muda-se desvia-se o discurso religioso, afeta-se o domínio de saber político como mais um gesto de resistência.

Os dizeres sobre Reforma Agrária são fortemente atravessados pelos discursos religiosos. A Igreja católica identifica-se com o discurso conservador da elite e defende a Reforma Agrária Cristã. Esta, para merecer o rótulo de cristã, teria que ser uma “Reforma Agrária sadia, justa e feliz, que respeita a propriedade privada, a família e as tradições cristãs...” (VASCONCELOS, 2000, p. 135). Condenam a Reforma Agrária que eles classificam como socialista ou comunista, afirmando que tal reforma é “revolucionária, esquerdista e malsã” (ibidem), contrapõe-se à propriedade privada, à família e às tradições luso-cristãs.

Pêcheux (2014, p. 15) nos afirma que “As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente...”. É, portanto, do lugar da dominação, que o discurso religioso do Jornal Liga responde ao discurso religioso hegemônico, provocando, novamente, quebra no ritual, negando a existência de uma reforma agrária cristã. Essa suposta reforma “sadia, justa e feliz” é, no discurso do Liga, uma não-reforma: “...a Reforma agrária tem que ser RADICAL⁶⁴, do contrário não será nem Reforma Agrária, e muito menos Cristã.”. Já que o “Cristo” é um rebelado, é um revolucionário, então, Reforma Agrária que não é resultado da Revolução, além de não ser Reforma, não condiz com o que significa ser cristão. É, pois, nos pontos de fragilidade, falhas e fraturas da ideologia dominante que surgem os lugares “que são também pontos da ideologia dominada.” (ibidem, p. 17).

Enfim, foi o trabalho da mídia conservadora, à época, como uma manifestação dos AIE da informação, a qual, por sua vez, reproduz os discursos cristalizados pela igreja católica (AIE

⁶⁴ A Reforma Agrária Radical é compreendida pelos conservadores como revolucionária, socialista, comunista pois visa a “Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo Governo Federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.” (JULIÃO, 1962, p. 84).

religioso) sobre o comunismo/comunistas⁶⁵ que encontrou resistência materializada no Jornal “Liga”. Nesta “arena” vimos a realização da luta de classes na disjunção entre a ideologia dominante e a ideologia dominada (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Com todas as dificuldades relativas à sua forma de inserção na sociedade capitalista, o campesinato que aqui acompanhamos em sua caminhada ousou se revoltar. Ousou tomar a palavra e fazer dos sentidos estabilizados, sobre si e suas lutas, outro sentido. A luta daqueles dias não foi o resultado linear de outras lutas que a precederam, tampouco as que a sucederam trouxeram dela “resultados cumulativos”. Mas uma coisa ficou marcada de todas as lutas-revoltas-revoluções, mesmo daquelas que tratamos independentemente da constituição do corpus em análise: no capitalismo, a “paz” e o “equilíbrio” são fruto da aceitação das condições boas ou miseráveis que o sujeito possui, é fruto do silêncio.

E é na forma de dizer os camponeses e suas lutas que vemos o movimento de desqualificação deles se marcar pela repetição – Cardume de homens ociosos, sem domicílio certo; homens que vivem sem respeito às autoridades; população vadia, ociosa e vagabunda; elementos. Não é ao homem que do campo tira o seu sustento que são dadas essas nomeações, e, sim, ao homem do campo que luta, ao homem do campo que, para fazer a luta, apropriou-se da palavra, que lhe era negada, e produziu um discurso de resistência. Revoltou-se, resistiu, possibilitado pela sua inscrição no simbólico.

Teria, então, o periódico “Liga” suscitado uma “irrupção teoricista de um saber exterior, único capaz de romper o círculo encantado da ideologia dominante.”? (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 280). Perguntamos isso porque foi, a partir dos discursos do Periódico Liga, que o Camponês se fez sujeito agente de sua própria história. Tomou a sua luta para si. Houve, sim, lampejos de resistência sem mediação. No Periódico Liga, o Camponês pôde falar... Seguros de que temos um longo caminho a trilhar, desejamos que essa questão ainda encontre várias possibilidades de respostas.

⁶⁵ As primeiras condenações papais aos comunistas são encontradas em Encíclicas que datam do século XIX. Esse era ainda um momento em que havia estreitos laços entre a Igreja Católica e o Estado, tempo no qual essas duas instâncias insistiam em ser unidas, havendo, porém, a preponderância daquela sobre este. Estes são alguns exemplos do posicionamento da Igreja em relação ao comunismo: “(...) *Mas não desconheceis, veneráveis irmãos, que os principais arquitetos dessa maldosa trama desejam empurrar os povos, agitados por qualquer doutrina perversa que aparecer, à subversão de toda a ordem das coisas humanas e a arrastá-los aos execráveis sistemas do novo socialismo e comunismo. (...)*” (Encíclica *Nostis et Nobiscum*, 8 de Dezembro de 1849). “(...) *Com essas ímpias opiniões e maquinações esses homens enganadores objetivam principalmente fazer com que a saudável doutrina da Igreja católica seja totalmente afastada da instrução e educação da juventude, e os tenros e flexíveis ânimos dos jovens sejam miseravelmente contagiados e depravados por perniciosos erros e vícios de toda sorte. (...)*”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10/05/2020.
- ACHARD, Pierre. 1999 [1983]. **Memória e produção do sentido**. En Papel da memória, editado por Pierre Achard, Jean Davallon, Jean-Louis Durand, Michel Pêcheux e Eni Orlandi, 11-17. Campinas: Pontes.
- AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião, uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALVES-FILHO, Aluizio. **Ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia**. Rio de Janeiro, Revista Comum, v. 05, nº 15, ago/dez 2000, p. 86-118.
- AMAT, Miguel S. **La identidad no es solo el logotipo: todo comunica**. Havana, CUBA: Eumed.net, 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Prefácio. In: AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ARCHETTI, Eduardo. **Presentación**. In: CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925). 1974, p. 7-21.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís - MA: Ed. IPES, 1983.
- ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **Histórias do Balaio: Historiografia, memória oral e as origens da balaiada**. História Oral, v. 1, 1998, p. 67-89.
- AUED, Bernadete W. **A Vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964)**. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba – Centro de Humanidades, João Pessoa, PB, 1981.
- AUED, Bernadete W. **Questão agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- AUED, Bernadete W. **Nos caminhos da cisão**. In: A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. Organizador: João Pedro Stedile. 2ª ed. São Paulo: Edição Popular, 2012.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. São Paulo: AnnaBlume, 2004.
- BARRIGUELLI, Jose Claudio. **Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)**. São Carlos, UFSCAR, 1981. v. 1. p. 133.

BÍBLIA SHEDD. **Paulo pede orações aos Tessalonicenses**. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Edições Vida Nova, 1997, p. 1685.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. São Paulo: Ática. 1994.

CALICCHIO, Vera; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Cronologia 1930/1945: **Comissão mista Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1976.

CARROLL, Thomas. **Land reform as na Explosive Force in Latin America**, In: John T. Paske and Sydney N. Fisher, *Explosive Forces in Latin America*, Ohio State University Press, 1994.

CARONE, Edgar. **O P.C.B.** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Horácio M. **A emancipação do Movimento no movimento de emancipação social continuada**. In: Santos, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pp. 233-260.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro das sombras: A Política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Jeanne Berrance. **A MILÍCIA CIDADÃ: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

CAVALCANTI, André. **O corpo que habito: Resistências e produção de sentido dos/sobre os corpos trans**. Tese de Doutorado UFF, Niterói, RJ, UFF, 2021.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978 – 1998)**. Tese de Doutorado UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925). 1974.

CEGALLA, Domingos P. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CORRÊA, Viriato. **A Balaiada. Romance histórico do tempo da regência**. Introdução, notas e fixação textual de Jomar Moraes. 2ª edição, São Luís, MA: EDUFMA. [1927] 1996.

CORREIA, Carlos João N. **Teilhard de Chardin – O Fenômeno Humano**. Introdução, tradução portuguesa e notas de J.L. Archanjo. São Paulo: Cultrix, 1988.

CÔRTEZ, M. T. G. **Os Provérbios franceses utilizados como argumentação nas crônicas de arte**. 2008. 133 f. Tese (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Francisco de Assis. **Racionalidade Camponesa e Sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia.** Belém, **Cadernos do NAEA**, n.29, nov. 1994.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos, SP: edUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem.** In: *Revista Polifonia*. Cuiabá: EdUFMT, v.12, n 2, 2006, p.1-13.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. **Que objeto para a análise do discurso?** In: *Materialidades Discursivas*. Organizado por: CONEIN, Bernard et all. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio.** São Paulo: Cortez, 1994.

CREMONESE, Dejalma. **O humanismo de Lebrecht e a Experiência do Movimento comunitário de base de Ijuí – RS.** *Revista Opinião Filosófica*, Porto Alegre, v. 07, n. 01, 2016.

DELA-SILVA, S. **Discurso, Resistência e escrita: por uma análise discursiva dos espaços para os sujeitos na mídia.** In: *Discurso, Resistência e...* Organizado por: SOARES, A. S. F. et al., Cascavel, PR:EDUNIOESTE, 2015, p. 207-227.

DE NARDI, F. S. **Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso.** In: LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.) *Discurso, Língua e Memória*. *Revista Organon*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol. 17, n. 35, 2003, p. 65-85.

DE NARDI, Fabiele S.; NASCIMENTO, Felipe Augusto S. **A Propósito das Noções de Resistência e Tomada de Posição na Análise de Discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio.** *Revista Signum: Estudos da Linguagem*, nº 19/2, Londrina, dez. 2016, p. 80-103

DE NARDI, F. S.; SOUZA, F.F.N. **LETTERS TO THE FIGHT: THE LIGA NEWSPAPER AND ITS SAYINGS ABOUT/TO THE PEASANT'S EDUCATION.** *Global Journal of Human Social Sciences: G - Linguistics & Education*, v. 20, p. 27-41, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 9ª edição, 1984.

ERNST-PEREIRA, Aracy. **A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo.** *Anais do IV SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 1 -6. Disponível em: www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html>ISSN 2237-8146. Acessado em: 20/06/2020.

FERREIRA, Helena Maria; VIEIRA, Mauricéia Silva de Paula. **O trabalho com o gênero provérbio em sala de aula.** *Revista Língias & Letras*, V. 14, n. 26, 2013, p. 01 a 18. e-ISSN: 1981-4755.

FONSECA, Rodrigo O. **Condições de produção do discurso e formações discursivas: uma proposta de abordagem da práxis discursiva**. Revista Icarahy. Edição n. 04, 2010, p. 1-14.

FONSECA, Rodrigo O. **Das condições de legibilidade da Conjuração Baiana: a desqualificação dos sujeitos**. In: DE NARDI, F.; POSTAL, R. (orgs.), Memória, história, arquivo: fronteiras e intersecções, vol. 2. Recife, PE: Editora UFPE, 2015, p. 52-73.

FONSECA, Francisco. **Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais**. Anais do II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina. Londrina: UEL, 2006, p. 1 a 19. Disponível em www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf. Acessado em: 05/07/2020.

FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Bibliografia. 309 p. ISBN: 978-85-7982-002-1. Available from SciELO Books.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, [1969] 2009.

FRAGA, Rose Mary do Nascimento. **A Praieira em Jornais do século XIX: Constituição Discursiva e identidades sociais**. 207 f. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2008.

FREIRE, Paulo Reglis N. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Zélia. **Lutas camponesas no Cabo**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina. *Anais*, 2005, p. 1-7.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva** (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GONÇALVES, Dilza Porto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. Porto Alegre: PUCRS, 2013.

GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da renovação carismática católica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GRYNSZPAN, Mário. **Movimentos sociais no campo**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 18/05/2020.

GUIMARÃES, Alberto P. **Formação da pequena propriedade: Intrusos e Possesores**, In: quatro séculos de latifúndio. São Paulo: Fulgot, 1963.

GUIMARÃES, Elione. **Lutas camponesas no Império do Brasil: a desmistificação da passividade política do “povo” brasileiro**. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, vol. 23, n. 03, Niterói, set/dez. 2017, p. 609-613.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: Perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HENRY, P. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)**. In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

HERBERT, T/PÊCHEUX, M. **Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especificamente, da psicologia social**. In: Orlandi, E. (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2ª edição, Campinas: Pontes, 2011, p. 21-54.

IANNI, Otávio. **Relações de produção e proletariado rural**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976.

INDURSKY, F. **De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST**. In: Indursky, F & LEANDRO FERREIRA, M.C. *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 1999.

INDURSKY, F. **Da anáfora textual à anáfora discursiva, Construções Literárias e Discursivas da Modernidade**. Porto Alegre: PPG-Letras. NOVA PROVA, p. 147-158, 2008a.

INDURSKY, F. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do Discurso**. In: CAZARIN, Hercília Ana; GRIGOLETTO, Evandra; MITTMANN, Solange (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: Sujeito e Língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008b.

INDURSKY, F. **A Memória na cena do discurso**. In: *Memória e história na/da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, F. **O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva**. *Revista Signo y Señal*, nº. 24, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 2013, p. 91-104.

INDURSKY, F. **O discurso do/sobre o MST: Movimento social, sujeito e mídia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo, SP: Cultrix, 1985.

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro, RJ: Editora civilização brasileira, 1962.

JULIÃO, Francisco. Periódico Liga. In: **Ligas Camponesas**. Cuernavaca, ME: Cidoc: Centro intercultural de documentación. Nº 27, 1969.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**. Cuernavaca, ME: Cidoc: Centro intercultural de documentação. Nº 13, 1970.

JULIÃO, Francisco. **Carta de alforria do camponês**. In: a questão agrária no Brasil – História e natureza das ligas camponesas: 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

JULIÃO, Francisco. **Educação de quadros: tarefa da organização política das Ligas**. In: a questão agrária no Brasil – História e natureza das ligas camponesas: 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

JULIÃO, Francisco. **Surge o nome “Liga Camponesa”**. Entrevista concedida a Gilvandro Filho. *Jornal do Commercio*, Recife, PE, Especial “Pernambuco no centro do Golpe”, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0p01x6DFndY>.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1991] 2003, 441p.

LACLAU, Ernesto. **Los fundamentos retóricos de la sociedad**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LAGAZZI, Suzy. **O recorte significativo na memória**. Anais do III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 1-6. Disponível em: www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead3.html>ISSN 22378146.

LANNA, Marcos P. D. **A Dívida Divina: Troca e patronagem no Nordeste brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LANNA, Marcos P. D. **A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade?**. *Revista Ciências sociais Unissinos*, São Carlos, jan-abr, 2009.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. **Resistir, resistir, resistir... Primado prático discursivo!** In: *Discurso, Resistência e...* Organizado por: SOARES, A. S. F. et al., Cascavel, PR:EDUNIOESTE, 2015, p. 159-167.

LÉON, Jaqueline; PÊCHEUX, Michel. **Análise sintática e paráfrase discursiva**. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. (Seleção de Eni P. Orlandi). Campinas: Pontes, [1982] 2011, p. 163-173.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHÍN SOSA, Braulio... et all. **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MAGALHÃES, Domingos José G. **A Revolução da Província do Maranhão: desde 1839 até 1840**. Província do Maranhão: Typographia do PROGRESSO, 1858.

MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. **Informática e Análise do Discurso**. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: Inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, [1984] 2011, p. 111-115.

MARIANI, B. **O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. Campinas, IEL, UNICAMP, 1996, Tese de Doutorado.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais. 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do conceito de Camponês. Anais do XIII encontro nacional de geógrafos, João Pessoa, PB, 2002.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, 2ª edição, São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. São Paulo: BoiTempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1961.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista e Cartas Filosóficas**. São Paulo: Centauro, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**, 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1990.

MEYER, Marlyse. (organizadora). **Do Almanak aos Almanques**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MIGUEL, Luiz F.; BIROLI, Flávia. **A PRODUÇÃO DA IMPARCIALIDADE: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 25, nº 73, 2010, p. 59-75.

MILNER, J-C. **O Amor da Língua**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2012.

MONTENEGRO, A. T. **As Ligas Camponesas e os conflitos no campo**. SAECULLUM, Revista de História [18], João Pessoa, jan/jun. 2008, p. 11-31.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil (1969)**, In: a questão agrária no Brasil – História e natureza das ligas camponesas: 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821 / 1954)**. V. I, DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2ª EDIÇÃO, Recife, PE: Imprensa Universitária, 1968.

NASCIMENTO, Jórisa Danilla A. do; SANTOS, Janaína F. dos. **O conceito de formação econômico-social: uma análise comparativa à luz de Caio Prado Júnior e José Carlos Mariátegui**. Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2016.

NASCIMENTO, Mizael. **Gestos de autoria na produção escrita em espanhol de alunos intercambistas: efeitos da subjetivação na/pela língua do outro**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

NEGRÃO, Lísia Nogueira. **Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro**. Anais. São Paulo: ANPOCS, 2000.

NEVES, Delma Peçanha. **Diferenciação sócio-econômica do campesinato**. Revista Ciências Sociais hoje, Anpocs, São Paulo: Cortez Editora, 1985, p. 220-241.

NORA, P. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, nº 10, 1993, p. 7-28.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. In: 33º Encontro Nacional de Economia, área 2: História econômica, Anpec, Natal, RN. Anais (on-line) 2015, p. 1-21. Disponível: www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf. Acesso em: 13/04/2020.

ORLANDI, Eni P. **Segmentar ou recortar?** In: Linguística: questões e controvérsias. Uberaba, nº 10, 1984, p. 9-26.

ORLANDI, Eni P. **Os falsos da forma**. In: Palavra, fé e poder. organizado por: ORLANDI, Eni P. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

ORLANDI, E. P. **Lexicografia Discursiva**. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade**. Organizadores: Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso**. 5ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2009a.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2009b.

PALACIOS Y OLIVARES, Guillermo de Jesus. **Revoltas camponesas no Brasil escravista: A ‘Guerra dos Maribondos’ (Pernambuco, 1851-1852)**. Revista Almanack Braziliense, nº 3, seção Forum, 2006, p. 9-39.

Para uma história do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo, SP: Acadêmica, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, inversões, deslocamentos** (Trad. brasileira de José Horta Nunes). Cad. Est. Ling., nº 19, Campinas, jul./dez, [1982] 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O mecanismo do (des)conhecimento ideológico**. In: ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, [1975] 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Organizadores: Françoise Gadet; Tony Hak. 4 ed. Campinas, SP: editora Unicamp, [1969] 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Ler o arquivo hoje**. In: *Gestos de leitura*. (Organização Eni P. Orlandi). Campinas, SP: editora Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Especificidades de uma disciplina de interpretação: a análise de discurso na França**. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. (Seleção de Eni P. Orlandi). Campinas: Pontes, 2011a, p. 227-230.

PÊCHEUX, Michel. **Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais**. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*. (Seleção de Eni P. Orlandi). Campinas: Pontes, 2011b, p. 227-230.

PÊCHEUX, Michel. **Metáfora e interdiscurso**. In: *Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. 2. ed. Campinas: Pontes, [1984] 2011c.

PÊCHEUX, Michel. **Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes**. Décalages, v.1, n.4, 2014, p. 1-22.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Formações Ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, Formações discursivas**. In: **Encontros na Análise de Discurso, efeitos de sentidos entre continentes**. Organizadores: OLIVEIRA, Guilherme Adorno de; NOGUEIRA, Luciana. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019, p. 307-326.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Marcas da memória sobre a repressão ao movimento camponês: Pernambuco, período inicial da ditadura militar**. Anais do XI Encontro nacional de História Oral: memória, democracia e justiça. Rio de Janeiro, UFRJ, 2012, p. 01-14, disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340349707_ARQUIVO_artigoABHO2012.pdf. Acesso em: 26/05/2019.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Pernambuco em perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado) – UFPE – CFCH. História, Recife, 2008.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Terra Livre, Liga e O Nordeste: o papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, Rio de Janeiro, 2016.

PORTELLA, Oswaldo O. **A Fábula**. Revista Letras, UFPR, v. 32, 1983, p. 119 - 139.

Projeto nº 1.092/59. Site da Câmara Legislativa do Brasil, 1959. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9B89A9B1BE6D3307500ABAC5E041BF74.proposicoesWebExterno1?codteor=1205917&filename=Dossie+-PL+1092/1959. Acesso em: 21/04/2021.

RAIMUNDO, Patrícia. **Ei-los que partem**. Lisboa Capital: República Popular, entrevista, Lisboa, p. 10, abril, 2011.

RAPOSO, Cristhiane Laysa A. T. **Relações de trabalho, Igreja Católica e direitos na zona canavieira de Pernambuco: organização e mobilização de trabalhadores rurais no regime militar**. Revista Crítica Histórica, Ano IX, nº 18, dezembro, 2018, p. 71-88.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO V CONGRESSO DE 1960. In: BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: A história de uma utopia**. São Paulo: ANNABLUME-FAPESP, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROBIN, Regine. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SANTOS JÚNIOR, K. F. **Recrutamento Militar e Resistência na Província do Maranhão: 1836-1838**. III SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, São Luís, MA: Impressos no Brasil do século XIX, 2013, p. 1 a 8.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 01, 2002, p. 10-31.

SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil**. Mana, vol. 17, n. 02, Rio de Janeiro, Agosto, 2011, p. 395-417.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005.

SHNEIDERS, Caroline M. **Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação**. Revista Conexão Letras, v. 09, nº 11, 2014.

SILVA, Antônio Both. **Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 35, nº 70, 2015, p. 87-107.

SILVA, S. P. da; TORRES, A. A. M. A. **Contribuição Pedagógica das Ligas Camponesas na História das lutas no campo brasileiro**. Revista de Educação Pública. V. 24, nº. 57, 2015a, p. 593-611.

SILVA, Reginaldo José da. **A cartilha do camponês, o documento “Bênça mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Dissertação (Mestrado em educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pernambuco, p. 221, 2015b.

SILVA, Suelly Braga. **O Brasil de JK > 50 anos em 5: o Plano de metas**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15/05/2020.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitación ao conceito de campesinato no brasil**. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, 2019, pp. 40-63.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. **Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “É preciso ousar se revoltar”**. In: A análise do discurso e sua história, avanços e perspectivas. Organizado por: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 89-103.

SOARES DOS SANTOS, L. (1). **As ligas camponesas do PCB. A transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)**. *Trocadero*, 1(17), 77-98. Recuperado a partir de <https://revistas.uca.es/index.php/trocadero/article/view/681>

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **“De pé no chão também de aprende a ler”:** **O Jornal Liga e a construção da reforma agrária radical no Brasil (1962-1964)**. ANPUH, Anais do 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019, p. 1-15.

SOUZA, Itamar. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

SOUZA, Fabiana Ferreira Nascimento de. **Entre o desejo e a contradição: os (des)caminhos em busca de uma Igreja Nova**. Recife, PE: UFPE, 2013, 144 f. Dissertação (Mestrado em

Letras), Programa de pós Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SOUZA, Fabiana Ferreira Nascimento de; DE NARDI, Fabiele Stockmans. **Sobre luta, educação e trabalho no campo: um olhar sobre os boletins da Liga Camponesa de Galileia.** Entremeios [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 20, Especial, Dossiê “Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade”, p. 139-157, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol20pagina139a157>

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais.** Paris, Armand Colin. 1973.

VASCONCELOS, Sandra M. C. L. F. **A Reforma Agrária por um fio: Análise de discurso na Literatura de Cordel.** Dissertação de mestrado, UFPB, Centro de Humanidades, Sociologia. Campina Grande, PB, 2000.

VELOSO, Ana Maria da Conceição; VASCONCELOS, Fabíola Mendonça de. **A evolução das Indústrias Culturais em Pernambuco.** Anais do Encontro Nordeste de História da Mídia. Maceió-AL, UFAL, 2016, p. 01 a 15.

VINHAS, Moisés. **O partido: a luta por um partido de massas: 1922-1974.** São Paulo: Hucitec, 1982.

WOLF, Eric R. **Revoluções Sociais no campo.** In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, ORIOWALDO. **Vida rural e mudança social.** São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976.

WOLF, Eric R. **Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar.** In: Antropologia e poder. Organizado por: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo L. Brasília: Editora Universidade de Brasília. [1969] 2003.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. **Cidade e Discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual.** RUA, nº. 4, 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. G. **É o nome que faz fronteira.** In: Múltiplos territórios da Análise do Discurso. Organizado por: INDURSKY, Freda; LENADRO FERREIRA, Maria Cristina. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. **Arquivo jurídico e exterioridade: A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação.** In: E. Guimarães e M. R. Brum de Paula. Memória e sentido. Santa Maria, UFSM/PONTES, 2005, p. 93-116.